

Anísio José da Silva Araújo | Ana Cláudia Leal Vasconcelos
Katia Santorum | Mary Yale Neves
(organizadores)



ATIVIDADE DE TRABALHO PELA LENTE DO CINEMA

Análises à luz das Clínicas do Trabalho

A ATIVIDADE DE TRABALHO PELA LENTE DO CINEMA

Análises à luz das Clínicas do Trabalho



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Reitor

VALDINEY VELOSO GOUVEIA

Vice-reitora

LIANA FILGUEIRA ALBUQUERQUE



EDITORA UFPB

Diretor

REINALDO FARIAS PAIVA DE LUCENA

Chefe de produção

JOSÉ AUGUSTO DOS SANTOS FILHO

Conselho editorial

Adailson Pereira de Souza (Ciências Agrárias)
Eliaana Vasconcelos da Silva Esval (Linguística, Letras e Artes)
Fabiana Sena da Silva (Interdisciplinar)
Gisele Rocha Côrtes (Ciências Sociais Aplicadas)
Ilda Antonieta Salata Toscano (Ciências Exatas e da Terra)
Luana Rodrigues de Almeida (Ciências da Saúde)
Maria de Lourdes Barreto Gomes (Engenharias)
Maria Patrícia Lopes Goldfarb (Ciências Humanas)
Maria Regina Vasconcelos Barbosa (Ciências Biológicas)

Conselho científico

Maria Aurora Cuevas-Cerveró (Universidad Complutense Madrid/ES)
José Miguel de Abreu (UC/PT)
Joan Manuel Rodríguez Díaz (Universidade Técnica de Manabí/EC)
José Manuel Peixoto Caldas (USP/SP)
Letícia Palazzi Perez (Unesp/Marília/SP)
Anete Roese (PUC Minas/MG)
Rosângela Rodrigues Borges (UNIFAL/MG)
Silvana Aparecida Borsetti Gregorio Vidotti (Unesp/Marília/SP)
Leilah Santiago Bufrem (UFPR/PR)
Marta Maria Leone Lima (UNEB/BA)
Lia Machado Fiuza Fialho (UECE/CE)
Valdonilson Barbosa dos Santos (UFCEG/PB)

Editora filiada à:



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Anísio José da Silva Araújo
Ana Cláudia Leal Vasconcelos
Katia Santorum
Mary Yale Neves
(Organizadores)

**A ATIVIDADE DE TRABALHO
PELA LENTE DO CINEMA**
Análises à luz das Clínicas do Trabalho

João Pessoa
Editora UFPB
2020

Todos os direitos reservados à Editora UFPB

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime estabelecido no artigo 184 do Código Penal.
O conteúdo desta publicação é de inteira responsabilidade do autor.

Projeto Gráfico

Editora UFPB

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

A872 A atividade de trabalho pela lente do cinema: análises à luz das clínicas do trabalho / Anísio José da Silva Araújo... [et al.], organizadores. - João Pessoa: Editora UFPB, 2020.
409 p.

E-book
ISBN 979-85-237-1567-0

1. Trabalho. 2. Cinema – Aspectos sociais. 3. Crítica e interpretação. I. Araújo, Anísio José da Silva. II. Vasconcelos, Ana Cláudia Leal. III. Santorum, Katia Maria Teixeira. IV. Neves, Mary Yale Rodrigues V. Título.

UFPB/BC

CDU 331:791

Livro aprovado para publicação através do Edital Nº 01/2020/Editora Universitária/UFPB - Programa de Publicação de E-books.

EDITORA UFPB

Cidade Universitária, Campus I, Prédio da editora Universitária,
s/n João Pessoa – PB .• CEP 58.051-970

<http://www.editora.ufpb.br>

E-mail: editora@ufpb.br

Fone: (83) 3216-7147

Sumário

APRESENTAÇÃO: *o trabalho vai ao cinema*..... 9

Mary Yale Neves

Anísio José da Silva Araújo

Katia Santorum

Ana Cláudia Leal Vasconcelos

1 FORMAÇÃO NO OFÍCIO E DEBATE DE NORMAS EM UM MUNDO DE VALORES: lições do filme “Regras da vida” 29

Hélder Pordeus Muniz

Katia Santorum

Simone Oliveira

Cirlene Christo

2 FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL EM SITUAÇÃO DE TRABALHO: um debate a partir da série “Chamem a parteira” 58

Letícia Pessoa Masson

Bernardo Bittencourt Suprani

Marcello Santos Rezende

3 O TRABALHO EM SAÚDE E A FORMAÇÃO EM RESIDÊNCIAS A PARTIR DO FILME “HIPÓCRATES”: considerações do ponto de vista da atividade 96

Ana Cláudia Barbosa da Silva-Roosli

Eneida Santiago

4	EM CENA AS “CARREGADORAS DE SONHOS”: entre ficção e conflitos do real na atividade de professoras de escolas públicas	144
	Mary Yale Neves	
	Maristela Botelho França	
	Simone Oliveira	
5	SOBRE O FILME “CULPA”: coletivo de trabalho, regras de ofício e transgressão	190
	Anísio José da Silva Araújo	
	Thais Augusta C. de O. Máximo	
	Paulo César Zambroni de Souza	
6	“A VIDA DOS OUTROS” E A RESSIGNIFICAÇÃO EM MEIO AO TRABALHO SUJO: “Uma sonata para um homem bom”. 233	
	Marcelo Figueiredo	
7	AS RELAÇÕES ENTRE SUBJETIVIDADE E TRABALHO: uma análise do filme “A partida”	274
	Maria Elisa Siqueira Borges	
	Lívia Borges Hoffmann Dorna	
8	DEBATE DE NORMAS, VALORES, SOFRIMENTO E PRAZER NO TRABALHO: contribuições da ergologia e da psicodinâmica do trabalho para a análise do filme “O valor de um homem”	308
	Wladimir Ferreira de Souza	

9 UMA ANÁLISE A PARTIR DA PSICODINÂMICA DO TRABALHO DO FILME “DOIS DIAS, UMA NOITE” 346

lasmin Libalde Nascimento

Janice do Carmo Demuner Magalhães

Thiago Drumond Moraes

10 CONTRIBUIÇÕES DA PSICODINÂMICA DO TRABALHO NA ANÁLISE DO TRABALHO REPRODUTIVO A PARTIR DO FILME “QUE HORAS ELA VOLTA?” 380

Kaliani Rocha

Francinaldo Monte Pinto

11 RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO, LUTA E EMANCIPAÇÃO NO FILME “REVOLUÇÃO EM DAGENHAM” 410

Ana Cláudia Leal Vasconcelos

Lívia Borges Hoffmann Dorna

Aline Brandão de Siqueira

MINICURRÍCULOS DOS AUTORES 446

SIGLAS UTILIZADAS

DD3P – Dispositivo Dinâmico de Três Polos
ECRP – Entidade Coletiva Relativamente Pertinente
FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz
GT – Grupo de Trabalho
IES – Instituições de Ensino Superior
PDT – Psicodinâmica do Trabalho
PT&O – Psicologia do Trabalho e Organizacional
UEL – Universidade Estadual de Londrina
UEPB – Universidade Estadual da Paraíba
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFAM – Universidade Federal do Amazonas
UFES – Universidade Federal do Espírito Santo
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFPB – Universidade Federal da Paraíba
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

APRESENTAÇÃO: o trabalho vai ao cinema¹

Mary Yale Neves

Anísio José da Silva Araújo

Katia Santorum

Ana Cláudia Leal Vasconcelos

Este livro é fruto do Grupo de Trabalho (GT) “Modos de vida e trabalho”, vinculado a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPEPP), do qual participam representantes das seguintes Instituições de Ensino Superior (IES): UFAM, UFPB, UEPB, UFPE, UEL, UFES, UFF, UFRJ, UNIRIO, UERJ e FIOCRUZ. Criado em 2004, esse GT resultou de uma cooperação sistemática (iniciada nos anos 1990), de natureza interdisciplinar, multiprofissional, interinstitucional e interestadual. Participam docentes e pesquisadores com distintas formações (psicólogos, linguistas, engenheiros, sociólogos e

¹ Tomamos emprestado aqui, a expressão (O trabalho) “*vai ao cinema*”, de outras coletâneas de livros, como “*A escola vai ao cinema*”, organizado por TEIXEIRA, Inês Assunção de Castro & LOPES, José de Sousa Miguel, da Editora Autêntica de Belo Horizonte, que, por sua vez, toma de empréstimo da coletânea “*A História vai ai cinema*”, organizada por SOARES, Mariza de Carvalho & FERREIRA, Jorge. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

designers) e oriundos de diversas universidades e centros de pesquisa.

Uma premissa comum desse grupo é procurar articular estratégias de pesquisa, formação e intervenção sobre diferentes situações de trabalho. Para tanto, esses docentes e pesquisadores mobilizam, em sua maioria, algumas abordagens clínicas do trabalho, tais como a Ergonomia da Atividade, a Psicodinâmica do Trabalho e a Clínica da Atividade, articuladas sob a perspectiva ética e epistemológica da ergologia. Ao mesmo tempo, busca-se incorporar em várias de suas reflexões e análises a ótica das relações sociais de gênero e da divisão sexual do trabalho. No processo de construção do GT, consolidou-se o seu caráter transversal tendo como critério básico o ponto de vista da atividade, de modo a compreender↔transformar os modos de vida e trabalho. Tal encaminhamento está ancorado em compromissos éticos, epistêmicos e políticos entre pesquisadores e protagonistas das situações de trabalho em análise.

Ao longo dos últimos anos, o grupo vem desenvolvendo uma crescente e profícua produção coletiva, sob diferentes formatos: organização de eventos, coletâneas, números temáticos em revistas científicas; publicação de artigos, de capítulos de livro e intercâmbios diversos. Desde 2008, o GT vem apontando um

eixo central de modo a concentrar esforços nos períodos entre os simpósios da ANPEPP, que ocorrem a cada dois anos. Destacamos, como expressões dessa estratégia, as reflexões e produções que resultaram na confecção do número temático sobre Modos de vida e trabalho – na revista eletrônica Laboreal (2015) – e do Dossiê Psicologia, modos de vida e trabalho: mobilizando um patrimônio de conceitos e autores, na revista Fractal (2018). Para o XVII Simpósio, realizado em julho de 2018 em Brasília/DF, optou-se por concentrar na análise de obras cinematográficas que dialogam com temas e questões que interessam aos estudiosos dos mundos do trabalho. Buscou-se enveredar por tal empreitada, tendo como referência central o ponto de vista da atividade de trabalho, procurando, com essa escolha, avançar na problematização de determinadas ferramentas conceituais mobilizadas nas práticas de pesquisa-intervenção e formação desenvolvidas pelos membros do GT.

O cinema teve sua origem em 1895, com foco exatamente na saída dos operários de uma fábrica na França – La sortie de l’usine Lumière à Lyon – em célebre feito realizado pelos pioneiros irmãos Lumière. Mesmo que esse primeiro filme não tenha abordado o trabalho na oficina, as produções que viriam a seguir passaram a tematizar os mundos do trabalho sob múltiplas

expressões – precarização, conflitos no/do trabalho, divisão sexual do trabalho e violência das relações sociais de gênero, lutas de resistência e estratégias de defesa dos trabalhadores, desemprego, etc. - além dos efeitos do trabalho na vida e na saúde e segurança de trabalhadores e trabalhadoras. Dessa forma, procura-se, em certas obras, abordar o que está à vista e o que se apresenta invisível no trabalho.

Nessa direção, antes de apresentarmos os capítulos com os filmes em análise, destacamos rapidamente aqui duas verdadeiras obras-primas, cujas imagens constituem-se em um dispositivo – um pré-texto – a serem recorrentemente convocadas e mobilizadas para explorar e refletir acerca dos mundos do trabalho². Primeiramente, um dos maiores filmes da história do cinema, o último filme mudo de Charlie Chaplin (1936) – Tempos Modernos –, que acompanha o personagem Carlitos lutando para sobreviver em um mundo industrializado. O contexto da "grande depressão" de 1929 nos Estados Unidos apresenta um espelho, uma alegoria do trabalho fragmentado e repetitivo na linha de montagem taylorista-fordista, ícone das formas de intensificação

² Ver a esse respeito ALVES, Giovanni. Cinema e Trabalho – O mundo do trabalho através do cinema. São Paulo: Editora Praxis, 2006; e AMORIM, Ricardo. Cenas do trabalho na tela. Suplemento especial sobre Trabalho, Revista Ciência e Cultura, 2007.

e racionalização do trabalho nas sociedades de massas contemporâneas.

Após a efervescência cultural, política e social no final dos anos 1960, com seu cinema engajado e militante, uma grande referência dessa tradição é o filme italiano, de 1971, “A classe operária vai ao paraíso”, sob a direção de Elio Petri. Tendo como pano de fundo o cenário italiano dos anos 70, vemos um movimento crescente de resistência e luta por parte dos trabalhadores contra a exploração do capital, com suas fábricas de espoliação via sistema de produção por metas, acidentes de trabalho e ‘loucura’. Filme-denúncia que acompanha a trajetória do personagem Lulu (interpretado pelo ator Gian Maria Volonté), que, de operário padrão devido a sua alta produtividade, passa a ser crítico da organização fabril (baseada no padrão taylorista-fordista já em declínio), após ter sofrido um acidente de trabalho. Também apresenta uma crítica a organizações e aparelhos políticos e sindicais que disputam a hegemonia do movimento operário.

Com o esgotamento nos anos 1970 do padrão taylorista-fordista e a emergência de um processo de reestruturação produtiva em meio à globalização do capital, nota-se gradativamente o crescimento do setor de serviços e a

fragmentação da classe dos trabalhadores assalariados, impulsionados cada vez mais pela terceirização do trabalho e pelo desemprego estrutural³. Nessa direção, após certo refluxo, vemos ressurgir no cinema o interesse pelos mundos do trabalho, com foco principalmente nos vínculos empregatícios precários ou na perda do emprego, o que se reflete também no surgimento de novos temas e/ou situações abordadas, como é o caso do suicídio e do trabalho doméstico.

Dessa forma, recorreu-se, no âmbito do GT Modos de vida e trabalho da ANPEPP ao exercício da construção de textos em parceria – marca do grupo –, o que vem se configurando um dispositivo fecundo, pois favorece o desenvolvimento do caráter coletivo de nossas produções científicas, enriquecendo-as significativamente. No caso deste livro, como dito anteriormente, o foco escolhido foi o trabalho visto pela lente do cinema, a partir do ponto de vista da atividade. O passo seguinte foi constituir, a partir da escolha coletiva de um conjunto de filmes que seriam objeto de análise, aqueles que participariam da confecção de cada capítulo dessa produção que já previamente definimos que seria

³ Sobre esse tema indicamos ANTUNES, Ricardo. Adeus Ao Trabalho? – Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho, São Paulo: Editora Cortez, 1995; e HARVEY, David. A loucura da razão econômica – Marx e o capital no século XXI, São Paulo: Boitempo, 2018.

sob a forma de um livro digital. O motivo para tal escolha decorreu do fato de possibilitar, comparativamente a outros veículos de divulgação científica, uma maior liberdade e ousadia na exposição do pensamento, sem estar preso às regras rígidas do texto acadêmico, o que não significa renunciar ao rigor que se exige de uma publicação.

Construímos a partir daí um cronograma que previa tempos-etapas: para elaboração dos capítulos pelos autores; para avaliação e crítica desses artigos por membros do próprio GT; para revisão dos capítulos pelos autores a partir dos pareceres emitidos e, por fim, entrega dos capítulos revisados. Após esse processo, chegamos a esse e-book que compreende onze capítulos que são apresentados a seguir.

No capítulo 01, intitulado "Formação no ofício e debate de normas em um mundo de valores: lições do filme 'Regras da Vida'" os autores – Hélder Pordeus Muniz, Katia Santorum, Simone Oliveira e Cirlene Christo – discutem diferentes aspectos do trabalho presentes na trajetória de vida do jovem Homer, protagonista da trama, abordando as sutis conexões do período em que ele realiza sua formação em medicina, no orfanato em que cresceu, com as situações às quais é confrontado ao decidir sair dessa instituição para trabalhar em uma fazenda, como colhedor

de mães. Mobilizando contribuições da Ergologia, da Psicodinâmica do Trabalho e da Clínica da Atividade, os autores identificam zonas de continuidade, de conflito e de ruptura entre as regras do viver junto - com os valores que lhes correspondem e balizam a vida em sociedade - de um lado, e, de outro, as exigências do real produzidas, atualizadas e convocadas nas situações de trabalho. Os traços da condição feminina no trabalho presentes na trama também ganham atenção nesta análise. Acompanhando as dramáticas que implicam os personagens, o texto sinaliza para a importância da construção de espaços de discussão/deliberação sobre o trabalho como caminho para: a construção da confiança nos coletivos de trabalho; a estabilização das regras que não são apenas técnicas, mas também éticas e sociais; a cooperação e os dispositivos de formação e o consequente desenvolvimento do ofício.

No Capítulo 02, intitulado “Formação e desenvolvimento profissional em situação de trabalho: um debate a partir da série ‘Chamem a parteira’”, os autores – Letícia Pessoa Masson, Bernardo Bittencourt Suprani e Marcello Santos Rezende – apresentam reflexões sobre transmissão de saberes e desenvolvimento profissional. Partem da análise do primeiro episódio da série “Call the Midwife” (“Chamem a parteira”) que

acompanha um coletivo de enfermeiras parteiras atuando na região portuária do East End, em Londres nos anos 1950. Ao abordar tal episódio, os autores versam sobre a inserção em um novo ambiente de trabalho e os desafios desse processo que implica confronto entre os saberes formais de uma parteira/obstetriz recém-formada e a realidade das condições em que realiza seu trabalho. Assim, a partir da situação de trabalho em questão, a concepção de dramáticas de uso de si é introduzida na discussão de um aprendizado dialógico marcado por valores éticos profissionais do ofício. A apropriação das regras de ofício e a cooperação entre as parteiras e destas com as mulheres grávidas é profícua à construção de um coletivo de trabalho que mobiliza o desenvolvimento de competências, conforme destacado, respectivamente, pela Psicodinâmica do Trabalho e pela perspectiva ergológica. Destaca-se a coprodução da formação e do próprio serviço prestado e uma aprendizagem que ultrapassa os conteúdos técnicos do trabalho, possibilitando a transmissão e discussão sobre o ofício e o gênero profissional, como sublinha a Clínica da Atividade.

No capítulo 03, intitulado “O trabalho em saúde e a formação em residências a partir do filme Hipócrates: considerações a partir do ponto de vista da atividade”, as autoras

– Ana Cláudia Barbosa da Silva-Roosli e Eneida Santiago – discutem, baseadas na perspectiva ergológica, o cotidiano de trabalho de um médico residente no contexto de uma organização hospitalar que vem incorporando os preceitos do New Public Management, o qual faz prevalecer, na gestão hospitalar (e em outras organizações do estado), uma lógica típica de uma empresa privada. O texto mostra como, em muitas situações, entra em choque uma lógica de atenção ao usuário, que busca para este a melhor condição possível, e uma lógica de rentabilidade que prioriza a redução de custos e a lucratividade. Nesse contexto, coloca em discussão a formação por meio da residência médica, apontando para a necessidade de diálogo entre os saberes formalizados e os saberes que advém da experiência, o que chama a atenção para a importância de um debate de normas permanente e sistemático como via para construir propostas de formação consistentes.

No capítulo 04, denominado “Em cena As Carregadoras de Sonhos: entre ficção e conflitos do real na atividade de professoras de escolas públicas”, as autoras – Mary Yale Neves, Maristela Botelho França e Simone Oliveira – se debruçam sobre um docudrama, mobilizando em sua análise alguns materiais da Linguística Aplicada e das Clínicas do Trabalho, orientados pela

perspectiva ergológica e pela ótica das relações sociais de gênero. “As Carregadoras de Sonhos”, cujo foco é a atividade de trabalho de quatro mulheres-professoras do Ensino Fundamental público no interior do estado de Sergipe, articula ficção e realidade. Todavia, ao transcender essa dicotomia, assume outros contornos, possibilitando colocar em relevo a discussão acerca da mobilização subjetiva, do corpo-si – com suas performances e dramáticas de usos de si –, frente ao que foi possível de ser “realizado” e o que se gostaria de realizar, como parte do que se compreende como o trabalho bem feito. O filme acompanha um dia de trabalho - do acordar ao seu retorno à noite - na vida dessas trabalhadoras. Além da gravação de situações de trabalho, são relatadas histórias e questões pelas protagonistas que expõem o descaso das políticas públicas voltadas para a educação, bem como o desrespeito e a desvalorização de sua atividade. Apesar do não reconhecimento e das precárias condições de trabalho, mas cientes do papel social que desempenham, são levadas a planejar ações sem o mínimo suporte para sustentar e viabilizar o sonho de ver as crianças aprenderem a ler, escrever e, quiçá, cursarem uma universidade e mudarem as suas vidas.

No capítulo 05 “Sobre o filme Culpa: coletivo de trabalho, regras de ofício e transgressão”, os autores – Anísio José da Silva

Araújo, Thais Augusta Cunha de Oliveira Máximo e Paulo César Zambroni de Souza – procuram, com base na análise da atividade, a partir das Clínicas do Trabalho, de um policial em uma Central de emergência da polícia dinamarquesa, colocar em evidência a importância do coletivo de trabalho e do respeito às suas regras no enfrentamento dos dilemas da atividade de trabalho, especialmente no caso de situações inusitadas e complexas. Prescindir desse coletivo e do seu patrimônio de saberes, confiando inteiramente em si, pode representar um risco, aumentando as chances de insucesso nos diagnósticos e nas ações realizadas, com efeitos graves, em muitos casos. Tais transgressões podem produzir respostas não pertinentes, já que ignoram a sabedoria do ofício, construída no tempo a partir da contribuição de múltiplos agentes.

O capítulo 06, denominado "A vida dos outros e a ressignificação em meio ao trabalho sujo: uma sonata para um homem bom", de autoria de Marcelo Figueiredo, procura ressaltar como o protagonista do filme, membro da Stasi (a polícia política secreta da antiga Alemanha Oriental) vai sendo intensamente afetado pelo modo de vida e trabalho daqueles (atores, diretores e escritores) que passam a ser alvos privilegiados, a partir de um dado momento, do seu 'trabalho sujo', conforme problematiza a

Psicodinâmica do Trabalho. Percebe-se que, paulatinamente, sua conduta sofre uma inflexão, em consonância com um processo de ressignificação do seu trabalho, tendo como efeito uma mudança completa da missão para a qual estava inicialmente destinado. Nessa direção, tendo também como interlocução a démarche ergológica, o autor aponta para uma fértil discussão acerca do debate de normas em um mundo de valores na situação de trabalho em foco.

No capítulo 07, intitulado “As relações entre subjetividade e trabalho: uma análise do filme A Partida”, as autoras – Maria Elisa Siqueira Borges e Lívia Borges Hoffmann Dorna – recorrem à Psicodinâmica do Trabalho, à Clínica da Atividade e à teoria do Care para analisar as relações entre subjetividade e trabalho na experiência do personagem principal, Daigo Kobayashi. A atividade apresentada no filme, anoukan – uma espécie de trabalho funerário de preparação do corpo para colocá-lo no caixão – é analisada com ênfase em dois sentidos da relação subjetividade-trabalho. Em um primeiro sentido, reflete-se sobre a forma como o trabalho apropria-se da subjetividade via uso da inteligência da prática para dar conta do real. Em outro, as autoras discutem o que a subjetividade deve à experiência de trabalho apontando para a possibilidade de que o corpo saia engrandecido

desta experiência, que o trabalho possibilite uma ampliação da subjetividade. A *noukan* é discutida como um ‘trabalho sujo do Care’, ou seja, de pouco prestígio e visibilidade social, estigmatizado e que implica contato com os humores. De outra feita, o filme e a análise evoluem no sentido de uma dinâmica do reconhecimento por pares, superiores hierárquicos e clientes, bem como o autorreconhecimento experimentado pelo personagem principal ao se identificar como alguém capaz de realizar um trabalho bem feito.

No capítulo 08, intitulado “Debate de normas, valores, sofrimento e prazer no trabalho: contribuições da Ergologia e da Psicodinâmica do trabalho para a análise do filme ‘O valor de um homem’”, o seu autor, Wladimir Ferreira de Souza, discute o filme escolhido, apoiando-se no patrimônio da Ergologia e da Psicodinâmica do trabalho. Elege como eixo preferencial de análise a relação entre atividade humana e valores, indicando como os valores presidem as escolhas e posições do protagonista em várias situações. O filme apresenta a trajetória de um trabalhador que perdeu seu emprego e que busca reinserir-se em um mercado de trabalho crescentemente competitivo. Tal reinserção acontece, mas em condições bem inferiores às do seu último emprego, já que passa a trabalhar no setor de vigilância de

um supermercado. Essa nova atividade o coloca diante de situações constrangedoras, que traduzem autênticos rituais de humilhação impostos a alguns de seus colegas de trabalho. O sofrimento ético, tematizado pela Psicodinâmica do trabalho, ganha evidência nessas situações, nas quais as condutas muitas vezes se chocam com os valores defendidos. Chama atenção para a necessidade de preservar os coletivos de trabalho, pois a sua desestruturação pode conduzir à solidão e ao desespero que pode redundar em suicídio. Apesar do filme ancorar-se na realidade francesa, o autor aponta a necessidade de, para efeito de exame da nossa realidade, convocar autores brasileiros com contribuições relevantes a dar nas temáticas em análise.

No capítulo 09, intitulado "Uma análise psicodinâmica do trabalho do filme 'Dois dias, uma noite', os autores – Iasmin Libalde Nascimento, Janice do Carmo Demuner Magalhães e Thiago Drumond Moraes – reapresentam, sob o prisma do sentido ontológico do trabalho, a agonizante peregrinação da personagem que protagoniza a trama, identificando o problema dos riscos psicossociais no trabalho. Em particular, destacam as implicações nefastas para a saúde, do jogo entre as exigências da organização e as do funcionamento psíquico. O olhar dos autores mira o sofrimento vivido pela protagonista que tem a árdua tarefa de

mendigar a permanência do seu emprego entre os próprios pares. Para tanto, mobilizam contribuições da Sociologia do Trabalho, da Ergonomia da Atividade, da Ergologia e, principalmente, da Psicodinâmica do Trabalho. A costura do texto sobre o filme tece um valioso alerta a respeito do drama enfrentado pelos trabalhadores atualmente nas sociedades capitalistas, cuja marca premente é a banalização e individualização das injunções vividas no trabalho, como se fosse um drama exclusivamente pessoal. Como consequência, a fragilização dos sujeitos, lançados na degradação da ordem ética e no esfacelamento dos laços de confiança, solidariedade e cooperação. Por outro lado, também das possibilidades de resistir. No desfecho surpreendente da trama o texto envia à reflexão sobre o sentimento de potência, favorável à saúde, que pode brotar quando o vivente não é apenas sujeitado ao mundo, mas sujeito de sua produção.

No capítulo 10, intitulado "Contribuições da Psicodinâmica do Trabalho na análise do trabalho reprodutivo a partir do filme 'Que horas ela volta?', os autores – Kaliani Rocha e Francinaldo Monte Pinto – acompanham a história de uma empregada doméstica, migrante do nordeste do país, que trabalha na casa de uma família de classe média alta na cidade de São Paulo. Tomando como referência contribuições da Ergonomia da Atividade, da

Psicopatologia do Trabalho e, principalmente, da Psicodinâmica do Trabalho, colocam o foco nas consequências, para as trabalhadoras domésticas, da exploração ‘docilizada’ que vivenciam, sinalizando um reflexo da cultura escravocrata brasileira que ainda marca a relação entre patrões e empregadas/os. A análise considera os novos arranjos, até então não vivenciados pela sociedade brasileira, como o acesso de filhas e filhos de trabalhadores das camadas populares às universidades. Outro foco da análise concerne a importância do reconhecimento e visibilidade do trabalho doméstico remunerado enquanto Trabalho Reprodutivo, categoria elaborada pela Sociologia feminista materialista. Os autores recuperam os recentes avanços legais concernentes a este tipo de trabalho, destacando lacunas importantes a serem enfrentadas, bem como as tensões para sua aplicação e fiscalização. A abordagem desta temática tão bem retratada no filme recupera questões de pesquisas em curso desenvolvidas pelos autores sobre o trabalho doméstico, apontando a necessidade de ampliação de análises sobre os aspectos relativos aos riscos físicos e psicossociais que acompanham este trabalhar.

No capítulo 11, intitulado “Relações sociais de sexo, luta e emancipação no filme *Revolução em Dagenham*”, as autoras – Ana

Cláudia Leal Vasconcelos, Livia Borges Hoffmann Dorna e Aline Brandão de Siqueira – abordam a partir de um dado contexto a divisão sexual do trabalho e o debate de normas e valores aí presente, tal como preconizado pela perspectiva ergológica. O filme, baseado na história real da greve de 1968 conduzida por trabalhadoras da Indústria Ford em Dagenham no Reino Unido, é analisado a partir de um momento de ruptura sem precedentes que coloca em debate normas e valores, conferindo visibilidade ao ‘fazer história’ via luta dos trabalhadores. No caso do filme específico, a partir da luta e emancipação feminina diante da desigualdade das relações sociais de sexo. A mobilização, que evolui de uma luta face às condições precarizadas para uma luta contra a iniquidade salarial e de condições de trabalho em geral, é interpretada a partir das tensões entre o polo político e o polo mercantil que colocam os valores em debate, evidenciando “reservas de alternativas”, produzindo renormatização. A reprodução das desigualdades entre homens e mulheres nos sindicatos e o próprio sindicalismo são avaliados. As análises a partir do filme transformam as assimetrias entre os sexos em objeto de estudo, dando visibilidade ao caráter social desta construção e ampliando a discussão sobre a igualdade de gênero nos âmbitos público e privado.

A partir da leitura e das discussões desenvolvidas em cada uma das análises dos filmes elencados, percebe-se que as condições e formas de organização do trabalho têm implicações diretas nos processos de subjetivação e na saúde dos trabalhadores e trabalhadoras. Em cada uma dessas películas encontramos homens e mulheres lutando para se manterem vivos. Em algumas situações, acompanhamos movimentos que demandam até mesmo a ressignificação do próprio trabalho. O que nos leva a pensar que um dos elos possíveis entre os filmes remete à construção de perspectivas de outros modos de vida e existência no/do trabalho.

Julgamos ter sido uma escolha acertada a que fizemos no sentido de discutir e analisar algumas produções cinematográficas com a lente das ferramentas conceituais com as quais trabalhamos. Descortinou-se para nós um horizonte que pode doravante produzir novos frutos, considerando que o patrimônio fílmico que tematiza os mundos do trabalho é muito vasto. Associamo-nos assim a outros movimentos que acontecem na Sociologia do Trabalho, nas Ciências da Gestão e em outras disciplinas no sentido de interagir com a arte (no caso o cinema) para refletir questões que preocupam, convocam cada disciplina. Nesse e-book, coerente com a perspectiva ergológica, buscamos,

com a humildade epistemológica que deve presidir nossas investigações e intervenções, colocar em diálogo patrimônios disciplinares diversos na tentativa de buscar captar a atividade de trabalho que pulsa em cada um dos filmes em tela. Por fim, com essa produção que ora tornamos pública, abre-se também uma grande janela de oportunidades para enveredar no diálogo com outras expressões artísticas, como a literatura, o teatro e a música, para citar três delas, que podem igualmente auxiliar na reflexão dos mais diferentes temas e questões presentes nos mundos do trabalho.

A sessão já vai começar. Boa leitura!

1 FORMAÇÃO NO OFÍCIO E DEBATE DE NORMAS EM UM MUNDO DE VALORES: lições do filme “Regras da vida”

Hélder Pordeus Muniz

Katia Santorum

Simone Oliveira

Cirlene Christo

O filme conta a história do jovem Homer Wells que tem o Dr. Wilbur Larch como mentor e transmissor de saberes e práticas da Asmedicina. Esse médico era diretor do hospital orfanato em que vivia Homer na época da Segunda Guerra Mundial, localizado no estado do Maine nos Estados Unidos da América. Oficialmente essas práticas envolviam o cuidado de mulheres na realização de partos, assim como o de crianças órfãs que eram deixadas no orfanato. O tema do aborto, alvo de posicionamentos fortemente antagônicos e emocionados em nossa sociedade, é indicado como o principal ponto de discordância profissional entre Homer e o médico que realizava os procedimentos abortivos em mulheres decididas a interromper a gravidez. Em determinado momento do filme, Homer decide abandonar o orfanato e vai trabalhar como colhedor de maçãs em uma fazenda de produção de sidra. Novas experiências, aprendizados e relações, incluindo um

relacionamento com uma jovem cujo namorado partiu para a guerra, mantiveram inicialmente a decisão de Homer, a despeito das tentativas de Dr. Larch em convencê-lo a se tornar seu sucessor no hospital. Todavia, algumas situações envolvendo dilemas éticos colocaram em questão algumas de suas regras da vida, valores e escolhas.

Já no início do filme, o caráter situado e complexo das escolhas humanas é descrito pelo narrador na figura do médico Dr. Larch:

Aqui em St. Cloud's, nem mesmo a decisão de sair do trem é fácil porque isso requer uma decisão anterior muito mais difícil. Incluir uma criança em sua vida ou deixar uma para trás. (...) Aqui em St. Cloud's, eu tento considerar cada regra que eu crio ou quebro e a minha prioridade é o futuro de um órfão.

Ao explicitar os mais delicados e diversos pontos de vista em que podem se desenvolver as análises sobre a forma que cada um age em determinada situação, o filme é um convite à consideração das dramáticas de uso de si (SCHWARTZ, 2010) na deliberação dos atos e objetivos, que, ao mesmo tempo em que resultam das histórias singulares, situadas no tempo e no espaço,

se desdobram em um contexto concreto, também singular, que pode fazer convocar outras normas e valores.

O título do filme em sua versão original (*The Cider House Rules*), assim como o que foi lançado no Brasil (*Regras da vida*), incita a um debate em torno das regras, dentre elas as que são convocadas e produzidas no trabalho. Entretanto, esse debate não se dá tomando as regras em um sentido estático, mas em seu movimento / construção ante as exigências do real e do viver junto.

1.1 As regras da casa de sidra

Homer passa a viver na casa de sidra, local de trabalho e de moradia de alguns empregados da fazenda que trabalham durante o período de colheita de maçãs e preparo da sidra. Aproveitando a presença dessa pessoa letrada, os trabalhadores da casa de sidra pedem a ele que diga o que está escrito em uma folha afixada na parede. Trata-se de uma lista de regras prescritas de conduta na casa de sidra.

Rose Rose: Está lendo as regras Homer?

Homer confirma com a cabeça.

Rose Rose: O que elas dizem?

Homer [lendo]: “Número um, por favor, não fumar na cama”. “Regra dois, por favor, não

trabalhe com o moedor ou a prensa se você bebeu”. “Três, por favor, não suba no telhado para comer o seu almoço”.

Trabalhador: É o melhor lugar para almoçar!

Homer [lendo]: “Quatro, por favor, mesmo que esteja muito quente, não vá dormir no telhado”.

Outro trabalhador: Idiota! Quem eles acham que iria dormir no telhado? Devem achar que somos malucos.

Trabalhador: Eles acham que somos negros burros que precisam de regras burras.

Homer: Essa é a última: “Por favor, não subam no telhado à noite”.

Trabalhador: Por que eles [simplesmente] não nos dizem: não suba no telhado?

Rose Rose: Isso é tudo?

Homer: Sim, é tudo.

Rose Rose: Isso não quer dizer nada! E todo esse tempo eu fiquei pensando nisso.

Trabalhador: São ultrajantes as regras deles.

Sr. Rose: Quem é que vive nessa casa de sidra? Quem tem que moer aquelas maçãs? Espremer a cidra, limpar as máquinas? Quem vive aqui cheirando vinagre? Bem, alguém que não vive aqui fez essas regras. Essas regras não são para nós. Nós é que

devemos fazer nossas próprias regras. Agora, nós fazemos. Todo santo dia. Não é verdade Homer?

Trabalhador: Por que não queima essas regras no fogão?

Homer e Rose se olham. Rose consente e Homer pega a folha da parede, amassa e joga no fogo do fogão a lenha.

A decisão de queimar a lista de regras, tão logo perceberam sua irrelevância, e a fala de Rose Rose indicando sua frustração por ter se ocupado com ela durante um tempo, levam a supor certa expectativa de que elas pudessem ser úteis, isto é, pudessem servir como suporte para o trabalho na casa de sidra. Sim, ter definidos os objetivos a serem alcançados, os métodos, os procedimentos e protocolos previstos, as normas a serem seguidas, a divisão de responsabilidades, os meios técnicos disponíveis e as condições previstas em um processo de trabalho são elementos esperados por quem trabalha, sem o que haveria que se ter o sobretrabalho de defini-los (BRITO, 2006; BRITO, MUNIZ, SANTORUM & RAMMINGER, 2011).

Contudo, a expectativa não é por qualquer prescrição. As reações dos trabalhadores à lista sugerem que as regras prescritas da casa de sidra são irrelevantes, ineficazes e até mesmo perturbadoras e insultuosas, o que remete à questão: que

referência de normas técnicas e éticas – de divisão do trabalho e de relações sociais e econômicas – dá suporte ao trabalho realizado na casa de sidra?

Ao afirmar que suas próprias regras são por eles produzidas todo santo dia, o Sr. Rose aponta para o que Cru (2016) denominou regras do ofício. Produzidas nas relações sociais e em grande parte implícitas, servem como princípios reguladores para a ação e a gestão das dificuldades no trabalho. Segundo Dejours (2012), essas regras são produto de vários acordos coletivos articulados entre si. Elas permitem coordenar as diferentes inteligências da prática, tornando possível a cooperação entre os trabalhadores. De forma distinta do regulamento formal (não fumar, não trabalhar com a prensa ou moedor se beber, não subir no telhado), as regras do ofício não colocam limites impraticáveis aos modos possíveis de existência, apenas balizam a vida no trabalho, na medida em que ajudam os trabalhadores a se orientarem e a se protegerem contra a ingerência, o arbítrio e as variações de humor (CRU, 2016).

Todavia, sustenta Cru (2016), as regras do ofício não são fixas, podem e necessitam ser colocadas à prova e tomadas como objeto de discussão pelos membros do coletivo. Mas, como bem lembrou Dejours (2008), sua renovação depende de uma

atividade de construção de espaços de discussão/deliberação sobre o trabalho e é no curso dessa atividade de construção e de estabilização das regras do ofício que se dá a construção da confiança nos coletivos de trabalho.

Pode-se assim dizer que as regras do ofício não são apenas técnicas, mas também éticas e sociais (DEJOURS, 2012). Tratam também de como os trabalhadores cuidam do relacionamento que têm uns com outros. Nesse sentido, implicam uma arte de viver (CRU, 2016), um viver junto (SCHWARTZ, 2000; DEJOURS, 2012). O trabalho só é possível quando os trabalhadores cooperam aceitando regras comuns, o que implica em certa renúncia (não se pode fazer tudo que se quer), mas ao mesmo tempo em um ganho de poder contribuir e aprender a fazer bem o trabalho junto com os outros. Entretanto, o balizamento das regras do ofício não impede cada um de ser distinto no coletivo em sua fala, em seus modos de ser. Se as regras são desrespeitadas, se os limites e marcos das regras são excedidos, pode haver quebra na confiança, prejuízo na cooperação.

No filme, há um trabalhador (Jack) que desobedece a várias regras do ofício. Há uma cena em que a dona da fazenda interroga o Sr. Rose se está tudo bem com os seus subordinados. Primeiramente, ele responde que sim, mas depois, escuta Jack

tratando rispidamente seus colegas de trabalho e acrescenta para a patroa que talvez tenham algumas frutas podres. Mais adiante, ele tem a confirmação: Jack, enquanto está mexendo a mistura da sidra, joga a guimba do cigarro que ele estava fumando dentro da mistura. O Sr. Rose ordena que Jack pesque a guimba para não prejudicar a qualidade da sidra. Jack se recusa, dizendo que não vai nadar ali dentro, e resolve tentar ferir o Sr. Rose com a faca. Mas o Sr. Rose é mais rápido e corta a capa e camisa de Jack para mostrar que poderia machucá-lo mais perigosamente. Jack não tem alternativa a não ser pescar a guimba.

O interessante é que quando Jack começa a ameaçar com a sua faca, Sr. Rose pergunta para ele: Jack qual é o seu negócio? E os outros trabalhadores avisam a Jack que ele deveria responder: “O meu negócio é fazer sidra!” Ou seja, o que Sr. Rose interpela é se Jack queria realmente ser do ofício. Os trabalhadores terminam a colheita e produção daquele ano e se despedem de Homer, mas quando voltam no outro ano para novamente produzir a sidra Jack não está mais entre eles. Homer pergunta o que aconteceu e eles desconfiados simplesmente dizem que ele não queria mais trabalhar com isso. Não sabemos se ele foi demitido ou se ele abandonou, contudo fica claro que quem não obedecer às regras, não tem a confiança e apoio do coletivo de trabalho.

Porém, outra novidade tinha acontecido. A filha do Sr. Rose retornou do período de entressafra muito triste e distante de todos. Homer, descobrindo que ela tinha engravidado do próprio pai, toma a atitude de sair do lugar de aprendiz das regras, e procura corajosamente o Sr. Rose para chamar atenção dele de que estava cometendo um grave erro ético. Além disso, Homer não apenas estava ali para criticar, mas para se propor a ajudar fazendo o aborto. O Sr. Rose reage irritado e interpela Homer como tinha interpelado Jack: “Qual é o seu negócio Homer?”. Então, ele revela que seu verdadeiro ofício não era colher maçãs e fazer a sidra, mas praticar a medicina.

Essa situação revela que o trabalho não está separado do restante da sociedade e que outros valores sociais como a interdição do incesto e do abuso sexual de mulheres fazem parte das mazelas que podem estar presentes, mesmo que não devessem, seja no viver junto no trabalho, seja no âmbito social mais amplo. Candy, namorada de Homer, tem um papel fundamental ao se solidarizar com Rose Rose e exigir dele que tomasse providências. Homer se desloca de uma acomodação inicial e passa a ver a situação de um ponto de vista das mulheres, o que lhe dá coragem ética para enfrentar o Sr. Rose e fazer o aborto. Essas personagens produzem a discussão da condição

feminina no trabalho e na vida social em geral (BEAUVOIR, 1967; HIRATA, 2002), vivendo momentos de submissão, mas também momentos de resistência, como quando Rose Rose foge do pai e o esfaqueia para que ele não a impeça de sair.

1.2 Homer: o dentro e o fora do coletivo de trabalho

A entrada de Homer no coletivo de trabalho de fabricantes de sidra é possibilitada a partir de certa imposição do filho dos donos da fazenda quando pede que o Sr. Rose acolha Homer como empregado. O Sr. Rose aceita, mas faz questão de frisar que eles estão fazendo história naquele momento.

A história a que se refere o Sr. Rose é que pela primeira vez um branco que aprendeu a ler e que, aparentemente não vinha do mesmo meio social dos outros trabalhadores iria fazer parte do coletivo. Assim, há um cuidado especial do Sr. Rose para que Homer aprendesse logo as regras do ofício e os saberes daquela profissão. Podemos enfatizar aqui como a entrada de alguém novo no coletivo e, ainda mais, alguém que é de um meio social diferente, força os trabalhadores a verbalizarem sobre a sua atividade, a tornar explícitos os saberes do ofício. De certa forma, Homer provoca uma confrontação dos trabalhadores com os saberes e regras da sua atividade.

No momento em que os trabalhadores criticam as regras da casa de cidra e explicam porque elas não fazem sentido para eles. Homer apenas escuta e faz o que eles pedem: queima as regras. Homer é claramente um interlocutor intermediário de um sobredestinatário⁴ que não estava ali naquele momento: os outros brancos donos da fazenda. Nesse sentido, Homer é dentro e fora do coletivo porque se dispôs a aprender o ofício e trabalhar com o coletivo, mas ao mesmo tempo é alguém que não vai ficar no coletivo, pertence também a outro ofício. É um branco portador de um saber mais valorizado socialmente, que se difere da situação dos outros naquele momento. Homer, sendo dentro e fora, auxilia que os trabalhadores façam análise dos saberes e regras da sua atividade. Eles se percebem com o desafio de introduzir esse rapaz branco letrado ao seu mundo de regras e saberes particulares e de ensinar para ele os macetes do seu ofício. Porém, vale enfatizar que Homer conquista a confiança deles porque não chega revelando e impondo os seus saberes técnico-científicos. Pelo contrário, com uma sincera humildade, se coloca na situação de aprendiz daqueles novos saberes e descreve nas cartas para o seu

⁴ A palavra sobredestinatário é utilizada por Bakhtin (1997) para se referir ao(s) destinatário(s) de um discurso que não está presente corporalmente na situação onde se desenrola a interação. É um discurso que nem se dirige ao emissor nem ao receptor.

tutor médico, o quanto estava empolgado de aprender novas coisas. Até porque inicialmente, parecia que ele tinha rompido com a formação médica obtida no orfanato. Quando o problema colocado pela gravidez de Rose Rose convoca os seus saberes médicos, Homer se autoriza com cuidado a se propor a ajudar. Nesse momento descobrimos que ele tinha levado e guardado uma valise com instrumentos de cirurgião obstetra. Essa postura cuidadosa de Homer nos faz lembrar de Schwartz (2000) quando defende que os analistas do trabalho devem ter uma postura de humildade epistemológica e ética nas pesquisas e intervenções.

1.3 Transmissão do gesto, formação no ofício

É destacado no filme o cuidado especial demonstrado pelo Sr. Rose para transmitir a Homer os saberes do novo ofício. Este, por sua vez, ao chegar, buscou se valer tanto das orientações do chefe em termos do quê e de como fazer o trabalho, quanto daquilo que ele subentendia que seria o gesto profissional adequado, observando os mais experientes em ação. Ao fazê-lo, "o aprendiz submete, mesmo sem o conhecimento deles, por contraste, os que o rodeiam" (CLOT, 2010, p.160) a uma confrontação com o que é apreciado e considerado num meio profissional.

Segundo Clot (2010), é "pelo jogo de contrastes e comparações entre pessoas que o gesto se decanta" (p. 160). É o que se pode verificar no diálogo entre o experiente Sr. Rose e o novato Homer. Na cena referida, Sr. Rose está no alto da escada colhendo maçãs junto com Homer e explica para ele como deve ser o gesto que separa a maçã do galho da árvore no momento da colheita.

Sr. Rose: Você pega a maçã, roda ligeiramente e puxa. Não tire violentamente. Bom, bom, assim está bom. Escute, estamos colhendo mais maçãs para fazer a sidra. Essas que caíram são boas apenas para fazer sidra. Você só está colhendo a metade das maçãs com o talo.

Regra de ouro, Homer, você tem que colher as maçãs com o talo. Está vendo isso? O esporão bem acima do talo? Aquele ali é o botão das maçãs do ano que vem. Ele é chamado esporão. Se colher o esporão estará colhendo dois anos em um. Você colhe as maçãs do ano que vem sem que elas tenham a chance de crescer. Você vai ter que mantê-los no galho, entendeu?

Homer: Certo!

Sr. Rose: Ok, deixe-me ver seu trabalho.

(Homer começa a retirar as maçãs e o Sr. Rose se impressiona com a rapidez com que ele passa a fazer corretamente).

Sr. Rose: Muito bom! Muito bom! Vejo que você recebeu boa educação! Você é hábil nas suas mãos! Essas suas mãos sabem o que estão fazendo, não é mesmo?

Homer: eu creio que sim...

Sr. Rose: Perfeito... continue assim, Homer, eu volto já.

Quando o Sr. Rose diz a Homer sobre a regra de ouro do ofício – ou seja, o que não se deve fazer e o que se deve fazer – ele se refere tanto a uma dimensão epistêmica (ligada à técnica e ao saber-fazer), quanto a uma dimensão axiológica (relacionada a valores) presentes nas situações de trabalho. Pode-se identificar a incontornável imbricação entre saberes e valores que decanta no momento de transmissão do gesto profissional, que neste caso se manifesta na preocupação em cuidar ecologicamente da sobrevivência do pomar, garantindo assim a continuidade da colheita e do próprio ofício. Há aí também um cuidado com o ofício, pois, no dizer de Clot, ao mobilizar essa regra de ouro, ele se coloca também numa perspectiva de "fazer seu ofício" (CLOT, 2013, p. 6). O gesto profissional que se busca transmitir é, desse modo, a operacionalização desta regra, que participa de um conjunto de convenções compartilhadas, ou seja, do gênero profissional (CLOT, 2010) que sustenta o que é caro a esse ofício.

Conforme Clot (2006), o gênero é composto por regras e expectativas sociais implícitas que guiam a ação em um determinado meio profissional. Implica, segundo ele, as maneiras de se comportar, fazer, dizer ou sentir, estabilizadas ao menos por um tempo nesse meio. Assim, o gênero retém a memória transpessoal de um meio de trabalho "por intermédio de seus 'falares' e 'toques' comuns, e (...) às regras implícitas" (CLOT, 2010, p.90), conservando e transmitindo a história social. O conceito de regras do ofício de Cru (1987) foi fundamental para que Clot desenvolvesse o conceito de gênero profissional. Sendo assim, é "o instrumento, simultaneamente, técnico e psicológico do meio de trabalho e de vida". O gênero, sendo a parte subentendida da atividade, é constituído por esse corpo intermediário que se situa entre as pessoas de um lado e, de outro, entre elas e o objeto de trabalho (CLOT, 2010, p.90).

Valendo-se das reflexões de Bakhtin (1997), o autor ressalta que a atividade, em um determinado gênero, tem uma parte explícita e outra parte que é subentendida. Refere-se à "produção de regras não escritas, elaboradas em comum no seio de um coletivo". Essas regras, que não são imutáveis, orientam a cooperação entre as pessoas. Os saberes-fazer não podem ser

isolados do contexto social de seu uso, casando-se “sutilmente regras formais e regras informais de ação comum” (p.29).

A apropriação ainda incipiente dos saberes do ofício leva o novato a uma imitação do gesto profissional que ele observa nos profissionais experientes, mas que por sua vez, está ainda desapropriado dos enigmas que fazem parte desse gênero profissional, isto é, da história social do ofício, já que “a experiência de um gesto não é opaca apenas para quem a observa de fora. O gesto bem-sucedido, eficaz ou concluído, é firme e, com frequência, maquinal. Seu sentido não é transparente” (CLOT, 2010, p.156).

Todavia, Sr. Rose se surpreende com a rapidez com que Homer passa a dominar a técnica, e até mesmo a incorporar outros saberes, incluindo os do corpo, mais difíceis de serem colocados em palavras. Estes saberes, por sua vez, podem contribuir para a renovação do gênero profissional. Clot (2010) denomina esse processo de estilização. Segundo o autor, a vida do gênero depende das renovações a que ele se abre pelo retoque que se realiza por meio do estilo pessoal de cada um. Para Clot (2006), a estilização do gênero depende do cruzamento de diferentes gêneros que se encontram em uma atividade. Homer participa do gênero profissional de médico, que além de necessitar

desenvolver grande sensibilidade, destreza e motricidade fina com as mãos, opera em uma ética de não causar danos, ligada à profissão de médico. Isso pode vir a contribuir para a renovação daquele gênero profissional. E o Sr. Rose estava atento a isso.

1.4 Formação e experiência

No filme são retratadas situações de trabalho também no orfanato. Lá o personagem principal é o Dr. Larch, que explicita por diversas vezes a necessidade de se romper normas em sua prática profissional como médico.

Nascido e criado nessa instituição, Homer, que nunca conseguiu ser adotado, desde pequeno acompanhava o médico Larch no cuidado aos pacientes. Quando se tornou adolescente esse aprendizado passou a ocorrer de maneira relativamente sistematizada, com aulas teóricas, leituras, além das aulas práticas. Dr. Larch ensinou o ofício de médico, especialmente no que se refere à realização de partos e abortos. Dessa forma, Homer aprendeu a cuidar das crianças do orfanato e a fazer partos de gravidez indesejada, mas não se sente um médico legítimo. Esse estranhamento fica explícito num diálogo com outro órfão, chamado Buster, que, além de questionar o fato do Dr. Larch ter cheiro de éter, afirma para Homer que o reconhece como médico.

Homer: “Ele é médico, Buster! Médicos tem cheiro de éter”.

Buster: “Você é médico Homer. Você não tem cheiro de éter”. Homer: “Eu não sou médico. Não estudei na escola de medicina. Não fiz nem o ensino médio”.

Buster: “Sim, mas você estuda com ele há anos”.

Homer: “Eu não sou médico! ” – responde enfaticamente.

As habilidades e competências desenvolvidas na prática por Homer não são suficientes para lhe fazer sentir legítimo no ofício de médico. A ausência da formação formal, diplomada – e, portanto, reconhecida socialmente – neste caso tornou-se para ele, naquele momento, imperativa.

São muitas as situações em que o debate de normas fica explícito no filme, mas sem dúvida, a que mais expressa as diferenças entre Dr. Larch e Homer, é aquela ligada ao aborto. Isso se intensifica quando uma jovem chega convalescente ao orfanato, após ter realizado um aborto malfeito. Dr. Larch explica a Homer que sua prática não é somente resultado de um ponto de vista – ser ou não, a favor do aborto. É algo que surge da necessidade de se preservar a vida de alguém muito jovem e despreparada, de mulheres à beira do desespero e que recorrem a medidas drásticas. Homer parece não compartilhar dessa perspectiva. Foi

justamente essa situação que o estimulou a buscar novas experiências para além do orfanato, criar suas próprias normas. Como trabalhar é fazer face às infidelidades do meio, é necessária uma mobilização da subjetividade. Essa mobilização da inteligência no trabalho para enfrentar o aleatório, para improvisar, para inventar. Por isso, parece que Homer parte em busca de desenvolver suas reservas de alternativas. Dessa forma, parte do orfanato e tem sua experiência na casa de sidra.

A perspectiva ergológica nos auxilia na compreensão das dinâmicas das relações de trabalho e da vida ao desenvolver os conceitos de normas antecedentes e renormatização, em que as normas antecedentes são construções históricas e indicam valores. A Ergologia entende que a atividade não é só ação, mas também convocação permanente do trabalho com os valores, sendo o imprevisto o seu elemento motor, em que o trabalho e a técnica são utilizados para renormatizar o meio. Ou seja, a Ergologia busca encontrar em cada circunstância de atividade um núcleo de renormatização, pois entende que em toda atividade há a tentativa de recriação do meio de trabalho, de acordo com as normas de vida de cada pessoa ou coletivo, isto é, há um debate de normas vivenciado pelos trabalhadores, implicando em renormatizações parciais (SCHWARTZ, 2010). Na constatação de

que o meio de trabalho é sempre variável e imprevisto, portanto, de alguma forma infiel, e que são os trabalhadores que devem dar conta desta infidelidade, Schwartz afirma que é necessária uma mobilização das capacidades e dos recursos, além das escolhas a serem feitas, não sendo uma mera execução, mas um uso de si. A forma como estas escolhas se processam é sempre pessoal e implica num debate de normas em um mundo de valores. Quando Schwartz (2014) diz que trabalho envolve dramáticas do uso do corpo-si, quer dizer que também é o lugar de uma tensão problemática, de um espaço de possíveis sempre a negociar. É o corpo-si que é convocado de forma singular, é requisitado em recursos e capacidades infinitamente mais vastos que a tarefa cotidiana requer, mesmo que não seja visível.

Sendo assim, de maneira mais ampla, toda atividade é retrabalho das normas, e, portanto, fonte de novos saberes, “em gestação”, a espera de serem mobilizados. Ou seja, a atividade consiste em um debate de normas, em uma atualização das normas antecedentes através do modo como, na ação, cada sujeito reelabora o seu fazer em diversos usos de si.

Assim, cada vez que o sujeito é convocado a agir, é confrontado com o que exigem dele e com o que ele exige de si mesmo. Ele se encontra num debate de normas (SCHWARTZ,

2010). Como diz Jobert (2014), “em sua essência, o trabalho é uma requisição de nós mesmos. Se quisermos que isso funcione, como dizem, é preciso pôr algo de seu. Daí a expressão investimento subjetivo, usada por alguns. É um engajamento necessário” (JOBERT, 2014, p.25, grifos do autor).

Compreender normas é admiti-las e não as reduzir. “Todo homem quer ser sujeito das suas normas” (CANGUILHEM, 2001, p.120). Assim como não existe uma racionalização, mas, várias racionalizações, também não existe uma norma, mas normas. Em outra sequência do filme passada no orfanato, ocorre uma conversa entre o Dr. Larch e Homer, em que o médico se refere a um dos órfãos, o Fuzzi, que tem graves problemas de saúde.

Dr. Larch: O Fuzzi não é um caso raro. Há alguma coisa com os bebês prematuros de mães alcoólatras que parece os fazer suscetíveis a qualquer coisa que apareça.

Homer: Eu não li sobre isso!

Dr. Larch: Eu também não. Mas, vai ler. Aqueles tolos que escrevem livros deveriam fazer pesquisa aqui.

Homer: Fuzzi não é só pouco desenvolvido?

Dr. Larch: Quando ele não tem bronquite? Você não diria que sua infecção de brônquios é pouco desenvolvida, diria?

Vê-se que a atividade, que sempre é guiada por uma prescrição, nunca pode se restringir a ela. O real sempre se sobrepõe à prescrição, revelando a complexidade da construção dos saberes. Dessa forma, a atividade é, de um lado, descritível como protocolo, e, de outro, como experiência e encontro (SCHWARTZ; DURRIVE, 2010).

Jobert (2014, p.29) chama atenção para o fato de que a “alternância se fundamenta no reconhecimento dos limites do que é possível aprender na escola e na necessidade de se aprender na prática”. No filme, essa alternância se confunde e se torna mais complexa, pelo fato do orfanato ser o mesmo local da aderência – conhecimento histórico-local, no aqui e agora – e da desaderência – conhecimento abstrato, universal, disciplinar (SCHWARTZ, 2009).

Ora, trabalhar nem sempre significa aplicar o que se aprende na escola, é criar um espaço onde esses saberes possam se encontrar e se confrontar, mas assumindo sua tensão ou mesmo a conflitualidade existente entre eles e assim fazer desse encontro conflituoso um objeto comum de palavra e de pensamento. “Não se pode separar competência e trabalho” (JOBERT, 2014, p.31).

Portanto, como diz Jobert (2014, p.24),

o trabalho pressupõe correr risco, pois, quando trabalhamos, estamos sempre em uma relação complexa com a regra. Somos levados a adaptá-la, a interpelá-la, a não respeitá-la, a opor outras normas às normas escritas, individual ou coletivamente. E essa relação complexa com a regra nos expõe a correr riscos que podem se voltar contra nós (...). Ora, um verdadeiro profissional não pode estar nesse “respeito” dessas regras. Trabalhar significa trapacear. Não significa trapacear para enganar, mas para ter êxito.

O Dr. Larch é exemplo romanceado disso. Jobert (2014) explicita que isso não significa dizer que o trabalhador possa fazer qualquer coisa. A ação eficaz situada é uma ação que deve obedecer a regras, normas, mas trabalhar é renormatizar, produzindo novas normas (SCHWARTZ, 2010). Portanto, toda ação é escolha. Todo gesto feito é resultado de um debate de normas que reflete uma decisão pautada em valores, que afastou uma série de outros gestos também possíveis. “Com base em que se deve regular essa escolha, essa ação? As regras da ação, as normas da atividade, sempre são ao mesmo tempo técnicas e éticas: elas são indissociáveis uma da outra” (JOBERT, 2014, p.24).

Essa evidente indissociabilidade entre técnica e ética, como no caso do aborto, faz Homer, sair do orfanato e seguir com o casal até a Casa de Sidra. A decisão de Homer de viver novas

experiências além dos limites do orfanato, acaba obrigando-o a rever seus valores. Pois, ironicamente, na vivência da colheita, enfrenta a necessidade de se revelar médico para praticar o aborto em Rose Rose. Essa situação de incesto, de violência sexual e sofrimento da mulher que é sua colega de trabalho provoca um deslocamento ético em Homer.

O filme segue. E em sua parte final, Homer recebe uma carta da enfermeira do orfanato informando a morte do Dr. Larch. Influenciado também pelas circunstâncias da casa de sidra, decide retornar. No retorno, descobre que nunca teve problema no coração, que esta foi uma maneira do Dr. Larch protegê-lo para que ele não fosse requisitado para a guerra. Dr. Larch não deixava de demonstrar, como destaca Canguilhem (2001), que cada homem precisa viver segundo suas regras. E, para atingir esse viver, muitas vezes quebra as regras convencionais e as regras da vida. A última transgressão do Dr. Larch foi realizada no período de afastamento de Homer. O médico falsificou um currículo e um diploma de medicina com o nome de Homer e o pendurou na parede do consultório. Além disso, conseguiu astuciosamente fazer com que Homer fosse contratado pelas pessoas responsáveis por essa decisão para ser seu substituto. Entendemos que na situação abordada no filme, havia o risco considerável de ser

nomeado para o orfanato um médico que fosse bem formado tecnicamente por uma faculdade, mas que não fosse capaz de se sensibilizar com as demandas das crianças e das mulheres que procuravam o orfanato. Até porque quem decidia a contratação era uma espécie de conselho bastante conservador. Assim, o filme auxilia a refletir sobre a importância de que nas universidades sejam produzidas experiências de formação como projetos de estágio e de extensão que ajudem os alunos a viver esse debate de normas. Uma ilustração da potencialidade de tais experiências pode ser encontrada no artigo de Conceição, Rosa e Santorum (2018).

Nesse momento, Homer está apoiado formalmente pelos documentos falsos e um contrato de trabalho. Porém, o mais importante é que agora ele acredita que está apto a ser médico, que domina o ofício. Isso se deve ao fato de ele ter se aventurado numa vida longe de seu mestre e de seu lugar de formação, o que permitiu-lhe ter experiências como aprender outro ofício; amar uma mulher e ter o coração partido; questionar o mestre Sr. Rose; fazer o aborto da Rose Rose. Ele experienciou que a vida não é linear, mas repleta de acidentes e acontecimentos e, portanto, ser profissional não é apenas dominar técnicas, mas também ser capaz de vivenciar o debate de normas, dimensionar os valores do

bem comum e poder intervir em cada situação, estilizando o gênero. Depois, de tudo isso, Homer sente-se legítimo para o exercício da medicina e para cuidar e educar as crianças do orfanato. Está disponível para ousar ser criador de novas regras do trabalho e da vida.

FICHA TÉCNICA

Título original: The cider house rules

Título da tradução brasileira: Regras da Vida

Ano: 1999

País: Estados Unidos

Diretor: Lasse Hallström

Roteiro: John Irving

Música: Rachel Portman

Atrizes/Atores principais: Tobey Maguire, Michael Caine,
Charlize Theron, Delroy Lindo, Erykah Badu

Gênero: Dramático-romântico

Duração do filme: 126 minutos

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal** (1979). Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**: A experiência vivida. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BRITO, J. C. Trabalho prescrito. In: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (org.) **Dicionário da educação profissional em saúde**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006, p. 282-287.

BRITO, J.; MUNIZ, H.; SANTORUM, K.; RAMMINGER, T. O trabalho nos serviços públicos de saúde: entre a inflação e a ausência de normas. In: ASSUNÇÃO, A. A.; BRITO, J. (Orgs.). **Trabalhar na saúde**: experiências cotidianas e desafios para a gestão do trabalho e do emprego. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011.

CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

CLOT, Y. **A função psicológica do trabalho**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

_____. **Trabalho e Poder de Agir**. Belo Horizonte: Faberfactum, 2010.

_____. O ofício como operador de saúde. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, 2013, vol. 16, n. especial 1, p. 1-11.

CONCEIÇÃO, C.; ROSA, R.; SANTORUM, K. Intervindo nos processos de formação para o cuidado em saúde: uma experiência com o método de instruções ao sócio. **Rev Bras Saude Ocup** 2018; n. 43, (supl 1).

CRU, D. Les règles du métier. In: DEJOURS, C. (ed) **Plaisir et souffrance dans le travail**. 1 ed., Paris, Editions de AOCIP, Tome I, p.29-42. 1987.

CRU, D. Collectif e travail de metier: sur la notion de collectif de travail. **Travailler**, n. 35, p. 53-59, 2016.

DEJOURS, C. **Trabalho Vivo**. Tomo II, Trabalho e Emancipação. Brasília: Paralelo 15, 2012.

DEJOURS, C. Addendum: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho In: LANCMAN, S.; SZNELWAR, L.I. (Orgs.). **Christophe Dejours: da psicopatologia do trabalho à psicodinâmica do trabalho**. 2 ed. Rio de Janeiro: Fiocruz. São Paulo: Paralelo 15. p. 47-104. 2008.

DURRIVE, L. A atividade humana, simultaneamente intelectual e vital: esclarecimentos complementares de Pierre Pastré e Yves Schwartz. **Trab. Educ. Saúde**, v.9, supl.1, p.47-67, 2011.

HIRATA, H. **Nova divisão sexual do trabalho**: um olhar voltado para a empresa e para a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002.

JOBERT, G. O formador de adultos: um agente de desenvolvimento. **Cad. Psicol. Soc. Trab.**, São Paulo, v. 17, n. especial 1, p. 21-32, 2014.

SCHWARTZ, Y. **Le paradigme ergologique ou un métier de philosophe**. Toulouse: Octarés Editions, 2000.

_____. Produzir saberes entre aderência e desaderência. **Educação Unisinos**, v. 13, n. 3, p. 264-273, 2009.

_____. Trabalho e uso de si. In: SCHWARTZ, Y.;

DURRIVE, L. (org.) **Trabalho & Ergologia**: conversas sobre atividade humana. 2. ed. Niterói: EDUFF, 2010.

_____; DURRIVE, L (Orgs.) **Trabalho & Ergologia**: conversas sobre atividade humana. 2. ed. Niterói: EDUFF, 2010.

_____. Motivações do conceito de corpo-si: corpo-si, atividade, experiência. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 49, n. 3, p. 259-274, jul.-set. 2014.

2 FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL EM SITUAÇÃO DE TRABALHO: um debate a partir da série “Chamem a parteira”

Letícia Pessoa Masson

Bernardo Bittencourt Suprani

Marcello Santos Rezende

Apresentamos algumas reflexões sobre transmissão de saberes e desenvolvimento profissional a partir da série “Call the Midwife” (“Chamem a parteira”), produzida na Inglaterra pelo canal “BBC One” desde 2012. Tendo sua sétima temporada sido exibida em 2018⁵, com mais duas já contratadas, a série acompanha um coletivo de enfermeiras parteiras atuando na região portuária (e miserável) do East End, na Londres da segunda metade dos anos 1950, no distrito de Poplar. As duas primeiras temporadas foram baseadas nos três livros de memórias de Jennifer Worth, que atuou como parteira neste período e região.

⁵ A série teve suas duas primeiras temporadas exibidas no Brasil pelo canal por assinatura Arte 1, entre 2016 e 2017. Suas primeiras três temporadas estiveram disponíveis na Netflix até o início de 2018. Hoje a série está disponível somente em sites de streaming e para download.

Cada episódio da série possui aproximadamente uma hora de duração.

A primeira temporada da série trata da chegada e adaptação da enfermeira e parteira recém-formada Jennifer, “Jenny” Lee (a protagonista, alter ego da autora da série) à localidade de Poplar. O arco narrativo da temporada tem como foco a própria protagonista e as transformações pelas quais passa enquanto enfrenta uma realidade de vida e de trabalho muito distante de sua origem social de classe média alta. Além deste arco mais amplo, cada episódio possui uma ou mais histórias – majoritariamente o acompanhamento de um ou dois casos – que são concluídas, em um formato bem semelhante a outras séries com foco em atividades profissionais, como as que retratam o cotidiano de hospitais, investigadores de polícia ou advogados (por exemplo: “Plantão médico”, “A anatomia de Grey”, “Lei e ordem”, entre outras.). São as chamadas séries “de especialistas” (RODRIGUES, 2014).

Para as reflexões apresentadas aqui, tomou-se como referência o episódio 01 da primeira temporada da série, exibido

originalmente na televisão inglesa em janeiro de 2012⁶ e no Brasil em abril de 2016. O episódio mostra a chegada de Jenny Lee à “Casa de Nonnatus” (“Nonnatus House”, no original), sede da ordem de São Raimundo Nonato, de freiras e parteiras/enfermeiras anglicanas que atuam na região desde o início do século XX. O desenrolar do episódio mostra as dificuldades e conflitos da protagonista nesta “chegada”, tanto à profissão, quanto ao território de atuação, colocando-se e sendo colocada à prova, na busca por pertencer àquele coletivo e àquele ofício.

Primeiramente, não temos a pretensão de esgotar ou dar interpretações “definitivas” sobre o episódio escolhido. A opção foi pelo destaque de alguns de seus elementos, procurando “costurá-los” com alguns conceitos que consideramos importantes para as abordagens clínicas sobre o trabalhar e que vimos serem convocados ao assisti-lo. Assim, embora haja diversas questões interessantíssimas a tratar de forma mais geral – como, por exemplo, a estruturação do sistema nacional de saúde da Inglaterra (National Health System – NHS), ou a história de

⁶ É possível assistir *online* a um pequeno *clip* do episódio no *site* da própria BBC One, no endereço eletrônico:
<https://www.bbc.co.uk/programmes/p00n4q1q>

constituição da enfermagem e da enfermagem obstétrica, por exemplo –, nossa análise esteve mais focada nas questões relativas às atividades de trabalho e às trabalhadoras. Buscamos centrar nossas reflexões primordialmente na ilustração de conceitos relativos à formação e desenvolvimento profissional, com destaque para as ricas questões relacionadas à chegada/ inserção de uma profissional a um novo ambiente de trabalho e os desafios aí presentes no que tange à cooperação entre as trabalhadoras.

Além de escolhermos alguns conceitos, temas de discussão e teorias para interpretá-los, entendemos que o episódio (assim como toda a série, riquíssima didaticamente) possibilita discussões e reflexões mais amplas, não limitadas ao direcionamento que trazemos aqui.

Como segunda questão, importa-nos pensar: em que medida uma obra que remete a uma realidade tão diferente da nossa em localização geográfica e em tempo (trata-se do final dos anos 1950, na Inglaterra), nos ajuda a refletir sobre os mundos do trabalho de hoje? Neste sentido, algumas pistas podem ser apontadas:

- a) Abordar questões relativas às atuais práticas de gestão que contribuem para a fragmentação dos coletivos de trabalho e

para a crise da cooperação, que aparecem como elementos pilares do ofício das parteiras na série;

- b) Possibilitar a compreensão e a reflexão sobre as relações de serviço (ZARIFIAN, 2001), que vem crescendo no mundo do trabalho atual, com exigências afetivas e emocionais que, num contexto de intensificação e precarização do trabalho, muitas vezes acabam por gerar estratégias de defesa da saúde com impactos negativos para a própria relação de serviço;
- c) Apontar para as relações sociais de sexo (KERGOAT, 2002) que atravessam a atividade e o serviço prestado por estas mulheres, bem como para os saber-fazer “do feminino”, ligados tanto àquela cultura profissional, como aos próprios modos de vida naquele contexto e momento histórico, de grandes transformações;
- d) A análise da série, por falar de um outro momento histórico, pode ser útil para vermos com maior clareza o caráter mutante do trabalho e dos ofícios, que estão sempre em alguma medida em movimento de renovação.

2.1 O aprendizado de regras de ofício, a cooperação e o “viver junto” no trabalho

O episódio (e a série) começa com Jenny Lee caminhando por uma zona portuária: são todos homens, trabalhando, passando, conversando... olham para ela, assobiam, comentam. Quem será? Jovem, bela, bem vestida... Ela segue seus passos decidida, mas não tão segura de si, enquanto sai da região do porto para adentrar o bairro propriamente dito, onde a primeira coisa que vê é uma briga entre duas mulheres, acompanhada por uma pequena multidão que grita e incentiva a confusão. Ouve-se uma voz em off – é a própria Jenny, mais velha, reforçando tratarem-se de memórias – apontando que só a “loucura” poderia ter trazido esta moça (que poderia ter seguido qualquer escolha profissional) para esta vizinhança miserável e para este trabalho, que ela mal sabia o que era... A briga continua, Jenny está atônita, não sabe o que fazer e se retira dali. No meio da confusão, surge uma freira, uma parteira (é a irmã Evangelina, saberemos depois)?! E retira uma das briganças de cena – “Minha paciente!”, diz ela – já revelando a complexidade do ofício, parte da vida daquele território que, junto com Jenny, estamos conhecendo.

Assim, a chegada de Jenny, uma jovem e recém-formada enfermeira, a esta ordem de freiras/enfermeiras/parteiras

anglicanas nos faz mergulhar na aventura da entrada em um novo meio de trabalho (e de vida). No caso de Jenny, esta aventura tem muitos matizes: um forte corte de classe, por se tratar de uma mulher vinda de uma família de classe média alta chegando em um território extremamente pobre e desassistido; a atuação em um ambiente muito diferente hospital em Londres onde havia realizado sua formação, em termos de estrutura e de lógica de funcionamento; a inserção em um ambiente de trabalho que também se caracteriza como domicílio e que tem ainda caráter religioso. As suas atividades de trabalho (e de formação) se desenvolvem na ordem das parteiras, na clínica onde são realizadas consultas de pré-natal e nas residências das/dos pacientes, bem como nos caminhos do bairro, onde acontece a vida da comunidade e por onde as parteiras estão sempre transitando com suas bicicletas ou a pé.

Destaca-se um importante confronto entre os saberes formais da parteira/obstetriz recém-formada e a realidade das condições em que realiza seu trabalho, nas casas de famílias pobres da periferia de Londres. Cada parto acontece em situações bem distantes das ideais, aprendidas em sua qualificação técnica. Ela se vê obrigada a fazer escolhas, tomar decisões que remetem a uma intensa dramática de uso de si (SCHWARTZ, 2010),

mobilizando saberes-valores (SCHWARTZ, 2015), principalmente porque cada escolha envolve as vidas das mães e dos bebês. Neste sentido, revela-se fundamental a rede de cooperação e coprodução do serviço (e da formação de Jenny) formada pelas demais enfermeiras/parteiras e pelas famílias assistidas, as mulheres grávidas e seus familiares próximos.

Diante desse quadro mais geral, temos ainda, em alguns momentos, a própria Jenny Lee, já mais velha, realizando algumas reflexões sobre este período da sua vida e dando pistas valiosas para o espectador (sempre somente com sua voz em off). Pode-se perceber a construção, a partir de uma formação em situação de trabalho, de uma profissionalidade própria àquele meio e, de forma mais ampla, àquele território que abarca trabalho e vida. Isso envolveria um aprendizado dialógico – no sentido de uma formação não unidirecional – com destaque para os valores éticos profissionais (ZARIFIAN, 2001) presentes em um ofício que está claramente em movimento.

Para Lhulier (2006), o ofício se caracterizaria por ser um saber prático, um conjunto de conhecimentos e experiências acumulados e transmissíveis para garantir sua durabilidade, funcionando como referência e recurso para a atividade, que é

sempre sujeita às exigências do real, do evento, da instabilidade, da variedade dos componentes da situação de trabalho.

Um exemplo dessa dinâmica do ofício é a própria profissionalização das parteiras para se tornarem enfermeiras obstetrizas, que durante a série já aparece como fato pacífico, enquanto que no século anterior “As relações entre a emergente profissão de enfermagem e a milenar profissão de parteira não foram amistosas” (OSAVA; TANAKA, 1997, p. 99), envolvendo uma disputa que pode ser resumida entre enfermeiras vistas como profissionais que personificavam a disciplina, a administração, a estratégia e a racionalidade – aproximando-se de padrões masculinos ligados à constituição da Medicina – e as parteiras tradicionais, com sua independência, sua relação fraternal com as mulheres e um certo desprezo pelo que vinha da urbe – denotado por sua resistência com relação às inovações tecnológicas no campo da obstetrícia, por exemplo (OSAVA; TANAKA, 1997). Do mesmo modo, apresenta-se na série a configuração da realização das atividades das parteiras dentro do contexto de início da instauração do NHS (fundado em 1948), o que envolvia certamente desafios específicos de renovação à prática da enfermagem, especialmente nos modos de organizar e promover a atenção à saúde da população.

Voltando à série, pode-se dizer que Jenny Lee, a protagonista, não tem propriamente o “perfil” para realizar aquele trabalho, naquele lugar – por ser inexperiente e por sua origem de classe média alta. Entretanto, ali parece ser um espaço que apresenta condições propícias para o desenvolvimento de competências (SCHWARTZ, 1998), tais como: um coletivo de trabalho fortalecido e relativamente estabilizado, com relações de cooperação estabelecidas e, em geral, uma recepção acolhedora das novatas pelas mais antigas e pela comunidade⁷; espaços e tempos diversificados de formação com variadas configurações e participantes não se restringindo a binômios (como uma única profissional experiente para cada aprendiz), nem a conteúdos apenas técnicos.

O episódio apresenta diversas situações que se revelam como fontes de grande aprendizado, envolvidas por uma forte carga emocional, que pode ser gerida porque Lee encontra um ambiente de cooperação, com as colegas mais experientes a ajudando a encontrar um equilíbrio entre o aprendizado formal e aquilo que surge como imprevistos nas situações concretas. Há um intenso debate de normas onde circulam diferentes valores nos

⁷ Que se revela uma rica e bastante articulada Entidade Coletiva Relativamente Pertinente – ECRP, conforme Schwartz (2010).

encontros com as mães e famílias de uma realidade social diferente da dela. Valores relacionados ao cuidado de si, ao cuidado com os filhos, entre outros. Pode-se dizer que tais situações imprevistas, e mesmo as variabilidades mais ou menos previstas que se apresentam no trabalho real (GUÉRIN et al., 2001), também contribuem para seu desenvolvimento profissional.

As atividades de serviço, como o trabalho de cuidado, são ainda mais dificilmente prescritíveis do que as chamadas atividades hiperprocessadas (JOBERT, 2014), como a condução de um avião ou de um reator nuclear, por exemplo. Para Jobert (2014, p. 24), o trabalho pressupõe correr riscos, já que, quando trabalhamos, estamos sempre em uma relação complexa com a regra: “Somos levados a adaptá-la, a interpretá-la, a não a respeitar, a opor outras normas às normas escritas, individual ou coletivamente. E essa relação complexa com a regra nos expõe a correr riscos que podem se voltar contra nós”.

Assim, o autor (JOBERT, 2014) ressalta que trabalhar nem sempre significa aplicar o que se aprende na escola, o que implica, inclusive, em alguns momentos desaprender o que ali lhe foi ensinado e sim aprender com os saberes dos outros, que estão na prática, e que se mostram muitas vezes mais pertinentes para a

realização das atividades e também para a preservação da própria saúde, a partir da construção de sentido no trabalho.

Dessa forma, ressalta-se que a série em diversos momentos enfoca, para além das questões técnicas, também os aspectos éticos da profissão e o quanto esta é habitada por um conjunto de valores que são centrais para o ofício. Tratam-se, assim, de regras éticas, que se apresentam de maneira indissociável das regras técnicas (JOBERT, 2014). E de valores que, remetendo ao que há de mais fundamental à vida humana - a gravidez e o nascimento - apontam para as mulheres e as crianças, sua vida de luta em condições adversas. Neste sentido, apresentam-se a Jenny Lee um sem número de situações que colocarão à prova não apenas seus conhecimentos e competências para o serviço, mas seus próprios valores, saberes e normas de mulher de classe média alta a quem a vida apresentou mais possibilidades do que restrições.

Como exemplo, uma reflexão feita no início do episódio pela Jennifer Lee mais velha (voz em off) já nos apresenta elementos estruturantes do ofício das parteiras: “A parteira é o elemento fundamental da vida (...) cada nascimento é auxiliado por uma parteira. Ela está envolvida nele. Ela vê tudo”.

No campo, nas situações reais, tais implicações trazem para primeiro plano as chamadas “competências emocionais”

(LHULLIER, 2006), que se apresentam como um forte desafio para a jovem Jenny Lee – o que é nítido em várias situações ao longo do episódio – e fazem parte de um esforço de transmissão de saberes-fazer pelas mais experientes, que se dá durante a realização do trabalho. É notável ainda que, no caso em análise, este “durante o trabalho” é fortemente atravessado por uma convivência, um “viver junto” (DEJOURS, 2012) que o extrapola trazendo novos e ricos elementos para a formação profissional, que se dá não somente a partir de uma diversidade de (e aqui pode-se incluir também as “clientes” do serviço), como também de espaços e tempos de aprendizagem.

Este espaço-tempo ampliado de aprendizagem para e sobre o trabalho (e a vida), podem ser exemplificados com a situação em que uma ex-parteira, já anciã (irmã Mônica Joan), conversa com a novata Lee durante seu momento de descanso sobre os brotos de plantas recém-plantados que não sobrevivem se não forem cuidados de maneira especial, comparando-os com bebês prematuros. Nesta cena, Joan expressa uma regra de ouro do ofício das parteiras: “A morte de algo recém-nascido vai contra a natureza sagrada de nossa vocação”.

Com relação à diversidade de envolvidos/as nas situações de formação, em diversos momentos podemos observar o quanto

as pessoas assistidas durante o episódio (mulheres, mas também seus familiares, de alguma maneira) também são fonte de aprendizagem para Lee, bem como de acolhimento ao seu novo trabalho. Ganha destaque, assim, a coprodução da formação e do próprio serviço prestado que, neste caso, tem uma extrapolação que funde vida e trabalho de maneira muito intensa. Desta forma, a introdução no ofício não é feita somente pelos pares, mas também pelas usuárias do NHS. Há de se ressaltar que o reconhecimento vindo destas mulheres não é trivial, assemelhando-se ao importante reconhecimento oriundo de pares, já que ali também as “clientes” literalmente trabalham junto com as parteiras.

Um exemplo é a cena em que, logo após a enfermeira experiente (Irmã Evangelina) se irritar com a pouca agilidade de Lee para retirar o jornal que protegia o colchão da cama, a própria parturiente (já em seu quarto parto) se preocupa em acalmar Lee:

- Parturiente: Enfermeira Lee
- Lee: Sim?
- Parturiente: Você fica comigo, amor. Eu sou uma veterana.

É de se notar que a participação da própria paciente na formação da parteira se dá em um momento em que as mulheres têm ainda muito controle sobre o parto, algo que foi sendo

prejudicado com o avanço da medicina obstétrica, que contribuiu para um progressivo processo de desqualificação do saber das mulheres. Assim, neste contexto, a usuária tem um saber muito grande sobre o serviço que está sendo ali prestado. Trata-se de uma relação (de saber e de poder) que não é usual e que reforça e qualifica não somente a formação, mas também a própria coprodução de serviço.

Voltando à dimensão do “viver junto” no trabalho, Dejourns (2004, p. 32) aponta sua importância, tanto deontológica, quanto para a própria transformação do trabalho:

A cooperação supõe, de fato, um compromisso que é ao mesmo tempo sempre técnico e social. Isto tem a ver com o fato de que trabalhar não é unicamente produzir: é, também, e sempre, viver junto. E o viver junto não é algo evidente; ele supõe a mobilização da vontade dos trabalhadores visando conjurar a violência nos litígios ou os conflitos que podem nascer de desacordos entre as partes sobre as maneiras de trabalhar. Esta atividade complexa é conhecida sob o nome de «atividade deontica». É graças a esta última que a organização real do trabalho evolui e se adapta, em função da composição do coletivo e da transformação material do processo de trabalho.

Esta é uma característica que tem destaque no contexto em que a série se passa. Em uma cena que trata de um momento de descanso na Nonnatus House, após Lee retornar de seu primeiro

parto, as jovens enfermeiras conversam na cozinha sobre o espanto que tiveram ao começar a trabalhar em East End. Relatam suas dificuldades em lidar com as condições precárias das moradias da região e de como a irmã Evangelina nunca teve o mesmo incômodo porque teria vindo de uma família muito pobre. Aí, por exemplo, ressalta-se uma diferença de classe que não ocorre apenas entre as parteiras e suas pacientes, mas também entre as próprias parteiras e como tal característica talvez contribua para a facilidade de Evangelina em lidar com algumas situações que para as demais sejam mais desafiantes no contato com suas pacientes.

Na sequência, em um momento de intimidade e mais liberdade entre as enfermeiras não religiosas, uma delas, Trixie, puxa e oferece um cigarro. Lee aceita, aparentemente como forma de ser “admitida” no grupo. Tais momentos permitem uma aprendizagem que ultrapassa os conteúdos técnicos do trabalho, possibilitando a transmissão e discussão sobre o ofício e o gênero profissional⁸, algo bem ilustrado pela conversa sobre a distância

⁸ Clot & Faita denominam gênero profissional “os tipos relativamente estáveis de atividades socialmente organizadas por um meio profissional (...) que definem não somente a maneira como os membros do coletivo devem se comportar nas relações sociais, mas também os modos de trabalhar aceitáveis” (2000,

percebida por elas entre as exigências do trabalho real naquele contexto e os sonhos de cada uma, a qual a enfermeira Trixie resume da seguinte maneira: “há muito trabalho a fazer”.

Sobre esta última fala de Trixie, pode-se ressaltar também o forte caráter de serviço do ofício em questão, que está aí sendo “transmitido”. Assim, nas situações de formação informal, pode-se dizer que opera a possibilidade de reflexão sobre o próprio ofício, suas regras, seus valores. Este ato de reflexão – não somente para quem chega, mas também para quem recebe os novatos no trabalho – pode ser visto como algo favorável à conquista da saúde no trabalho, mesmo não sendo algo simples ou isento de conflitos, frustrações etc.

p.13, tradução nossa). Para Clot (2006), um gênero profissional retém a memória impessoal e dinâmica de um meio. Esse referencial comum comporta regras que organizam a relação dos sujeitos entre eles, bem como o que é justo ou injusto, bom ou ruim, eficaz ou ineficaz.

2.2 A formação em situação de trabalho, com a transmissão de saberes profissionais e o desenvolvimento da própria experiência

O que Thebault (2013) vai chamar de “interações formativas”, situa-se para além de definições previamente estabelecidas por dispositivos formais e envolve uma mediação sobre as dimensões da prática profissional, não se limitando nem somente a abordagem de conhecimentos técnicos, nem somente à relação entre apenas dois indivíduos. Assim, a transmissão profissional em situação de trabalho tocaria também aspectos como: a concepção e o sentido do ofício, os valores a ele associados e a possibilidade ou não de se fazer um trabalho de qualidade e em conciliação com a conquista da própria saúde e, portanto, também com a possibilidade de enfrentamento dos riscos (THÉBAULT, 2013; 2014; GAUDART; THÉBAULT, 2012).

O primeiro contato de Lee com o ofício do que se poderia denominar “parteiras de distrito” na Inglaterra dos anos 1950, é feito a partir da personagem Mônica Joan. Trata-se da Irmã mais velha da casa que, já idosa e relativamente senil, não atua mais como parteira. Tendo sido uma das primeiras parteiras a se qualificar na Inglaterra, é considerada pelas demais habitantes da Ordem alguém a quem se tem o privilégio de cuidar (mostrando-

se aí o quanto essa formação formal/ profissional é valorizada por elas). Já no início do episódio, ao chegar à “Casa de Nonnatus”, é por esta personagem que Jenny Lee será recebida, iniciando seu contato, através de Mônica, com algumas regras informais de convivência na casa, como a de aprender a lidar com a compulsão que a Irmã anciã tem por bolos que, por isso, precisam ser escondidos para que todas as moradoras da casa possam comer.

Logo em seguida, há uma cena em que tanto regras informais de convivência – como sobre a própria Irmã Mônica -, como de valores éticos profissionais estruturantes do ofício são apresentados a Lee, como pode-se perceber na seguinte fala de Irmã Julienne (a responsável pela Ordem e pelo serviço) a respeito de crenças religiosas:

A maneira como você adora é um assunto só seu. Nós usamos o hábito e você o seu uniforme. Mas todas somos enfermeiras e parteiras em primeiro lugar.

Além disso, regras (e valores) referentes a conteúdos técnicos também são explicitadas a Lee. Nesta mesma sequência ela é apresentada de maneira informal à Irmã Bernadette, que entra em cena informando sobre o andamento de um trabalho de parto no qual está atuando. É nítido o contentamento de

Bernadette quando diz: “Acabo de retornar da Sra. Driscoll. O bebê saiu da posição pélvica! ”

Como o trabalho de parto encontra-se no início, foi possível à parteira retornar à Ordem. É então orientada por Irmã Julienne a descansar. Mas retruca: “Vou ver isso primeiro. Preciso deixar as ferramentas arrumadas para ir novamente!”

Trata-se de uma fala direcionada não apenas a Julienne, mas à novata, como forma de transmitir uma dica, um macete, conformando-se aí o caráter coletivo das interações formativas no, sobre e para o trabalho.

Logo em seguida, Irmã Julienne testa o conhecimento de Lee sobre os instrumentos que compõem a maleta que deve ser levada à casa das parturientes duas semanas antes do parto. Nota-se que é preciso incluí-la, mas também testá-la, avaliar o que sabe, o que não sabe, como se comporta... se é digna de confiança (no geral e no que tange ao trabalho) e de pertencer a este coletivo.

Neste momento, além de confrontada a tais conhecimentos técnicos, Lee é testada por Julienne e pela realidade que difere, em grande parte, daquela de sua experiência anterior de formação no hospital em Londres, demonstrando estranhamento ao fato de o tubo retal – utilizado para lavagens, procedimento comum à época – ser de vidro:

Irmã Julienne: Estes são os materiais que você irá carregar: saboneteira e escova de unhas, estojo contendo uma tesoura, curativos, fórceps... Pode continuar:

Enfermeira Lee: Gaze estéril, gaze iodada, estetoscópio de Pinard, funil e seringa de lavagem intestinal. Tubo retal... de vidro [expressando espanto]?

Irmã Julienne: E um segundo tubo, caso o primeiro quebre. Também de vidro.

Outros muitos estranhamentos, Jenny Lee demonstra ao ir atender em casa Conchita, uma gestante hispânica que já é mãe de nada menos que 24 filhos! Neste trecho do episódio, pode-se perceber claramente que diversas prescrições de sua atividade, provavelmente aprendidas durante sua qualificação formal, não são suficientes para o enfrentamento ao real do trabalho (DEJOURS, 2012) que ali se impõe de maneira inesperada em diversos sentidos. Além do próprio espanto com relação ao número de filhos e à maneira tranquila e feliz com que o casal lida com a vida, algumas regras de sua profissão, tais como: questionar a gestante sobre a data da última menstruação, orientá-la quanto à higiene e à dieta e atendê-la sem a presença de homens, são quebradas pelas circunstâncias.

Conchita não fala inglês, nem seu marido fala espanhol (o que causará mais estranhamento e será retomado posteriormente

em conversa com as colegas), por isso, sua filha mais velha atua como intérprete de Lee durante a consulta. Entretanto, quando Lee a questiona sobre a data de sua última menstruação, a filha de Conchita age como se Lee estivesse perguntando algo embaraçoso para uma filha questionar à mãe. Nesse contexto, o marido dela, o Sr. Warren, entra em cena no lugar da filha e ocorre um diálogo onde mais uma vez um saber vindo dos usuários do serviço prestado pelas parteiras emerge e traz elementos para a aprendizagem de Lee em seu novo ofício:

Lee: Estou com receio, mas tenho que fazer umas perguntas a sua esposa de natureza pessoal, Sr. Warren.

Sr. Warren: Você precisa saber sobre a menstruação?

Lee: Bem... sim. Preciso.

Sr. Warren: Ela não menstrua faz muitos anos. Ela teve todos os bebês um após o outro. [fala enquanto Lee mede a barriga da gestante com uma fita métrica]. De quantas semanas está?

Lee: doze ou treze semanas. Eu acho!

Sr. Warren: Bem, não vamos desperdiçar o seu tempo, enfermeira. Isso é tudo que precisamos saber.

Lee: Essa é uma visita de cadastro. Eu deveria aconselhar a mãe sobre a dieta e higiene na casa. Eu tenho alguns folhetos.

- Sr. Warren: Não se preocupe conosco, enfermeira. Tivemos vinte e quatro filhos, não tivemos? E não perdemos nenhum.

Outra cena, repleta de ricos elementos sobre a transmissão dos saberes profissionais e as nuances da cooperação, é uma em que Lee acompanha a Irmã Evangelina, no que vem a ser seu primeiro parto como profissional no distrito. Após fazer diversos tipos de “jogos” de iniciação, em que Lee fica em situações um tanto desagradáveis⁹, Evangelina a coloca em uma verdadeira prova de fogo. Após iniciar o parto e avaliar seu bom desenvolvimento, através da constatação visual do início da saída da cabeça do bebê, a veterana convoca Lee a dar continuidade do trabalho junto à parturiente, o que a enfermeira novata nitidamente não esperava.

Ao iniciar o parto, nota-se que Evangelina utiliza a expressão em inglês “well done” para estimular a parturiente a continuar fazendo os esforços necessários para o andamento do parto. Tal expressão falada por ela é legendada por “bom

⁹ Como o episódio do jornal, de que tratamos acima.

trabalho”. Mas adiante, quando Lee vai dar continuidade ao trabalho junto à parturiente, também utiliza a mesma expressão (neste momento legendada por “isso!”). Podemos entender que tal “imitação do gesto” auxiliou Lee no desafio da realização daquele parto, sendo utilizado como um recurso para a sua atividade, amparado no saber e na desenvoltura conquistada pela parteira mais experiente.

No mesmo sentido, mas agora de maneira aparentemente mais refletida e envolvendo um período de “decantação” maior, vemos Lee utilizar outra expressão de Evangelina em um momento, mais adiante no episódio, em que precisava retomar o controle sobre si mesma e agir conforme a situação demandava. Tal expressão foi dita inicialmente por Evangelina ao final do parto feito por Lee. Logo após o nascimento do bebê, há um desabamento de fuligem da chaminé do aquecedor do quarto, aturdindo e alarmando a todas. Houve tempo, porém, para que Evangelina, sem hesitar, cobrisse rapidamente o recém-nascido com uma manta. Quando constatam que o bebê e todas estavam bem, apenas muito sujas, há um momento de descontração e é preciso retomar o controle sobre o processo de trabalho, naquele caso, clampar o cordão do bebê. Evangelina então chama a

atenção de Lee e lhe diz: “às vezes temos que aceitar o que Deus nos manda!”

Lee retoma a expressão “às vezes temos que aceitar o que Deus nos manda”, em outra prova ainda maior, já sem a companhia de nenhuma colega. Trata-se de enfrentar o parto de um bebê possivelmente natimorto, com a mãe, Conchita, ferida por um acidente doméstico que provoca a antecipação de seu trabalho de parto. Nesta cena, que tem um desfecho favorável, Lee entende que é preciso deixar que o marido ajude; é com ele que Jenny conta na hora do parto; é ele que lhe devolve a “presença de espírito” na hora em que é preciso enrolar o recém-nascido; é preciso confiar em Conchita e no Sr. Warren para cuidar do prematuro... e aprender com eles. No encontro entre saberes e normas de vida, produzir saúde significa aprender a cooperar com as famílias usuárias do serviço, que são também, literalmente, coprodutoras do mesmo, já que, além de tudo, os partos são realizados em suas casas.

Aspectos interessantes sobre a questão da formação também podem ser destacados a partir de mais uma história que é objeto deste episódio. Trata-se de um primeiro atendimento, seguido pelo acompanhamento, de uma gestante que apresenta um cancro sifilítico. Esta paciente é a mesma que assistimos brigar

na primeira cena do episódio, a Sra. Winston. Lee examina a paciente e demonstra extrema dificuldade e repulsa em lidar com o odor da ferida e com a realidade de atender uma mulher naquela situação, que denota extrema ausência de cuidados com seu corpo e sua própria saúde (real do trabalho e da vida em East End). À repulsa soma-se o medo do contágio, ao constatar do que se tratava. Nesta situação, buscando manter algum controle e sair dali o mais rapidamente possível, Lee busca ajuda da Irmã Julianne para o diagnóstico da paciente enquanto lava compulsivamente suas mãos. Há então um diálogo interessante entre ela e a Irmã, que parece permitir à novata iniciar um processo de construção de competências e de (res)significação e desenvolvimento de sua própria experiência profissional até ali:

Lee: [referindo-se à Sra. Winston] Como ela poderia não saber? Como ela poderia ter sentido o cheiro e nunca ter se cuidado?

Julienne: Pérola Winston não está acostumada a se cuidar ou ser cuidada por alguém.

Lee: Como pode estar tão calma? [refere-se à calma de Julianne ao falar com ela, enquanto ela própria aparece transtornada durante a cena]

Julienne: Quando eu era nova na prática do distrito, frequentemente achava difícil conter minha repulsa.

Lee: Sinto muito. Eu não conhecia pessoas que viviam assim.

Julienne: mas elas vivem... E é por isso que estamos aqui.

Este diálogo é rico de sentidos e conceitos que podem ser a ele associados. Irmã Julienne, após explicar os aspectos mais técnicos da situação de saúde da paciente, expressa a Lee, principalmente através de sua postura tranquila, o que se poderia nomear como “competências emocionais” que desenvolveu para lidar com as situações trazidas pelas pacientes. De seu lado, Lee – em nítido sofrimento – apresenta uma mudança de postura, ainda durante o diálogo, que, mais adiante no episódio vai se desenvolver de maneira bastante plena, demonstrando uma transformação no seu modo de ver as pacientes do distrito, a partir deste e de outro diálogo (que destacaremos a seguir) a respeito delas, o que contribui para a construção do sentido de seu próprio trabalho a partir das indicações e do apoio de seu coletivo.

O outro diálogo em questão, ocorrido entre Lee e a enfermeira Trixie, é bastante definitivo para esta mudança da visão de Lee. Trixie brinca dizendo que está fazendo “serviço de

quarto” ao ir levar um copo de leite para a nova colega que está em seu dormitório enquanto aguarda chamadas de pacientes (ambas estão de serviço e em prontidão para possíveis chamadas). Lee lhe pergunta sobre como foi seu início na Ordem e Trixie fala que inicialmente achava que merecia uma medalha por todo seu trabalho, mas que depois percebeu que na verdade as heroínas são as mães e que elas [enfermeiras] só estão ali para ajudar. Fala: “you will find your feet”, (o que significa: se acostumar com algo, no caso, o novo trabalho, bem como encontrar o seu próprio modo de lidar com esta realidade) e emenda dizendo para que elas saiam juntas para se divertir, reforçando mais uma vez o “trabalhar também é viver junto”.

O enredo da história da paciente Pérola Winston em relação à Lee é finalizado no que parece ser a culminância deste complexo processo de aprendizado e desenvolvimento, envolvendo a transmissão de valores éticos profissionais, regras de ofício, saberes relacionados a competências emocionais, gestos profissionais e uma efetiva transformação por que passa Lee, demonstrando que suas competências e sua história profissional vão se desenvolvendo de maneira virtuosa durante essa caminhada inicial. Lee realiza uma visita a Pérola, que havia perdido seu bebê em função da sífilis. O encontro de ambas parece

também marcado pelo anterior. Lee visivelmente constrangida, Pérola sob o efeito da vergonha pelo julgamento moral da enfermeira. Oferece chá, pega para a enfermeira a melhor xícara (“presente da minha avó”), diz-lhe que não sente na poltrona, pois o menino fez xixi aí... Ela pergunta se Lee as acha todas malcuidadas em East End. Lee responde: “Nas atuais circunstâncias, eu acho que todas são umas heroínas”. E o rosto de Pérola se ilumina...

Pastré (2010) aponta que a aprendizagem é um processo psicossocial que constitui uma dimensão antropológica fundamental. Para o autor, os humanos necessariamente aprendem através de sua atividade, pois “eles transformam o real ao mesmo tempo em que se transformam, construindo assim sua experiência” (ibid., p.46). Nesse sentido, a aprendizagem é indissociável da atividade. Contudo, este aprendizado não é intencional, organizado, pois trata-se de algo que se produz sem que tenhamos plena consciência.

Rabardel (2005) desenvolve uma distinção teórica que encontrara em Marx. Quando um sujeito transforma o real (material, social ou simbólico), ele exerce uma atividade produtiva. Mas transformando o real, ele também transforma a si próprio: trata-se da atividade construtiva. O autor complementa

esta formulação afirmando que a atividade produtiva e a construção de si não possuem o mesmo intervalo de tempo. A atividade produtiva termina com a conclusão da ação, seja ela bem-sucedida ou não. Já a atividade construtiva continua para além da ação imediata, quando um trabalhador revisita sua ação passada através da análise reflexiva, compartilhada com outros.

O autor (RABARDEL, 2005) explica que o destino da atividade construtiva é ser oposta à atividade produtiva, pois desenvolve os invariantes dos esquemas de ação/utilização, permitindo tratar melhor as particularidades de novos eventos no contexto de trabalho. A atividade construtiva diz respeito à transformação e ao desenvolvimento dos esquemas (organizadores da atividade) associados a classes de situações específicas. Para o autor, a atividade construtiva desenvolve a capacidade de agir do sujeito, que é expressa no aumento de suas competências, na possibilidade de uso ampliado dos instrumentos, na capacidade de utilização de regras de ação mais complexas.

Pastré (2010), ao incorporar as distinções teóricas elaboradas por Rabardel, esclarece que a atividade construtiva que ocorre no trabalho é incidental quando não é planejada. Dependendo, assim, da confrontação com situações novas

provocadoras de desestabilização e reconstrução dos esquemas de ação prévios. Além disso, há necessidade de que essas situações sejam objeto de uma elaboração reflexiva pelos sujeitos.

Neste sentido, pode-se dizer que os momentos de trocas entre Lee e suas colegas mais experientes, seja individualmente ou com o coletivo na mesa de jantar, por exemplo, são espaços de elaboração reflexiva e mediação simbólica daquilo que foi vivido intensamente como atividade produtiva nas situações concretas de trabalho junto às pacientes.

Por fim, é necessário frisar que simplesmente a passagem pela experiência de trabalho ou pela própria situação de formação (mesmo que informal) não possibilitam afirmar seu caráter formativo. Neste sentido, Schwartz (2010) faz a importante distinção entre experiência do trabalho e trabalho como experiência. O autor afirma que não é porque ficamos muito tempo em uma mesma situação de trabalho que capitalizamos fortemente algo. A simples duração temporal não produz um patrimônio consistente. Na experiência entendida apenas como uma passagem de tempo pode haver rotinas com baixa intensidade de encontros. Dessa forma, a experiência temporal pode até mesmo ser um obstáculo à ampliação ou ao enriquecimento de um patrimônio. Por outro lado, no trabalho

como experiência há uma dramática, um intenso debate de normas. Nesse sentido, a antiguidade, a passagem de tempo, somente pode ser positiva se, previamente, há “um postulado de convocação à experiência” (SCHWARTZ, 2010, p.43).

2.3 Considerações finais

Pensar uma formação em situação de trabalho expandida – se formar como parteira especificamente naquele território -, envolve viver de alguma forma a vida da comunidade, mesmo não se confundindo completamente com ela. Os saberes das pacientes e das mulheres da comunidade em geral são fundamentais para a qualidade do trabalho, não somente porque trata-se de seus corpos, de seus filhos e suas casas, mas porque ainda estamos, historicamente, em um momento em que a realização dos partos é parte integrante dos saberes populares femininos, parte da vida doméstica. Tais saber-fazer, incorporados aos modos de vida constituídos historicamente, também em transformação, são fundamentais à formação para/no/sobre o trabalho.

Neste sentido, as situações em que as parteiras estão com suas pacientes, em seus lares, tornam-se oportunidades de uma aprendizagem profunda, ligada às competências e valores centrais do ofício. Os espaços de discussão sobre o trabalho podem

também ter um efeito catalisador sobre a decantação de tais aprendizagens e sua elaboração e incorporação aos repertórios dos sujeitos, possibilitando seu desenvolvimento e a ampliação de seu poder de agir (CLOT, 2010). Tal dinâmica, como se pode notar em algumas situações no decorrer do episódio, é determinante especialmente quando as profissionais são ainda novatas e menos seguras, mas servem, no cotidiano, também para a renovação do ofício, mantendo-o em movimento. Aí as relações de serviço e os encontros de dramáticas se intensificam e um coletivo insuspeito dá conta do trabalho. Saberes profissionais, saberes ancestrais, saberes populares encontram-se no singular tempo-espço do nascimento de uma vida, dando lugar ao (re)nascimento de uma mãe e de uma profissional, cujas trocas de experiências, saberes, valores, afetos e pontos de vista as permitem ressignificar também suas próprias vidas de alguma maneira. Cada encontro envolvendo o nascimento as transforma para sempre. Assim, a trajetória profissional ganha densidade, especialmente se pode se amparar e ser respaldada e reconhecida nos coletivos de trabalho (e de vida).

Tais reflexões, possibilitadas pela série em questão e por sua leitura a partir de diversas abordagens clínicas do trabalho, corroboram a importância de pensar o mundo do trabalho que

vivemos hoje. Não se trata de nostalgia sobre uma época, mas de vislumbrar as pistas que outros modos de organizar o trabalho podem nos indicar atualmente. Destaca-se, sem dúvida, a importância dos saberes construídos e transmitidos coletivamente, a defesa tanto de sua relativa estabilidade, quanto de sua necessária colocação permanente em discussão/ reflexão. Tal ponto vai diretamente de encontro com as modernas “técnicas” de gestão do trabalho atuais, voltadas para a individualização da avaliação do trabalho, o incentivo à competição, a precarização das condições de trabalho e emprego, contribuindo para a desestabilização de coletivos de trabalho. Esta desestabilização parece ter efeitos ainda mais problemáticos quando se trata de atividades de trabalho que envolvem relações de serviço e, especialmente, quando estas relações implicam questões de saúde e vida, como é o caso em análise.

FICHA TÉCNICA

Título original: Call the midwife (temporada 01; episódio 01)

Título da tradução brasileira: Chame a parteira

Ano: 2012 (Temporada 01)

País: Inglaterra

Diretora: Philippa Lowthorpe

Roteiro: Jennifer Worth e Heidi Thomas

Música: Peter Salem/ Maurizio Malagnini

Atrizes/Atores principais: Jessica Raine, Helen George, Pam Ferris, Jenny Agutter, Judy Parfitt, Stephen Macgann

Gênero: Série dramática – 7 temporadas, 60 episódios

Duração do filme: 59 minutos/episódio

REFERÊNCIAS

CLOT, Y. **Trabalho e poder de agir**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

_____. **A função psicológica do trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2006.

_____; FAÏTA, D. Genres et styles en analyse du travail: concepts et méthodes. Travailler: Revue Internationale de Psychopathologie et de Psychodynamique du Travail, Paris, n. 4, p. 7-42, 2000.

DEJOURS, C. **Trabalho vivo**: trabalho e emancipação. Rio de Janeiro: Paralelo 15, 2012.

_____. Subjetividade, Trabalho e ação. **Revista Produção**, v. 14, n. 3, p. 027-034, Set./Dez. 2004.

GAUDART, C.; THÉBAULT J. La place du care dans la transmission des savoirs professionnels entre anciens et nouveaux à l'hôpital.

Relations industrielles / Industrial Relations. 2012 ; n. 67, v. 2, p. 242-262.

JOBERT, G. O formador de adultos: um agente de desenvolvimento. **Cad. Psicol. Soc. Trab.**, v. 17, n. spe. 1, p. 21-32, 2014.

KERGOAT, D. A Relação Social de Sexo da Reprodução das Relações Sociais à sua Subversão. **Pro-Posições** - vol. 13, n. 1, v. 37, jan/abr. 2002.

LHUILIER, D. Compétences émotionnelles: de la proscription à la prescription des émotions au travail. **Psychologie du travail et des organisations.** 2006; 12: 91-103.

OSAVA, R. H.; TANAKA, A. C. D. A. Os paradigmas da enfermagem obstétrica. **Rev. Esc. Enf. USP**, v. 31, n. 1, p. 96-108, abr. 1997.

PASTRÉ, P. Quelle sujet pour quelle experience: un point de vue de didactique professionnelle. **Revue Travail at Apprentissages**, n. 6, 2010.

RABARDEL, P. Instrument subjectif e desenvolvimento do poder d'agir. In: P. _____; PASTRÉ, P. (org) **Modèles du sujet pour la conception.** Toulouse: Octarès, 2005.

RODRIGUES, S. **Como escrever séries:** roteiro a partir dos maiores sucessos da TV. São Paulo: Aleph, 2014.

SCHWARTZ, Y. A dimensão coletiva do trabalho e as Entidades Coletivas Relativamente Pertinentes (ECRP). In:

SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (org.). **Trabalho e Ergologia:** Conversas sobre a atividade humana. Niterói: EdUFF, 2^a ed. 2010.

_____. Os ingredientes da competência: um exercício necessário para uma questão insolúvel. **Educação e sociedade**. Campinas, ano XIX, n. 65, p. 101-139, 1998.

_____. O trabalho e o uso de si. In: SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (Ed.) **Trabalho e Ergologia:** conversas sobre a atividade humana. Niterói: EDUFF, 2^a ed. 2010.

_____. Production de savoirs sur l'activité: quels noeuds entre épistémologie et éthique? **Ergologia**, n. 14, dez. 2015.

_____. Transmettre. **IV emes Rencontres APST-APRT**, 24 de juin 2004. Disponível em: <<http://sites.univ-provence.fr/ergolog/Bibliotheque/Schwartz/YS%20Transmettre.pdf>>

_____; DURRIVE, L. (org.). **Trabalho e Ergologia:** Conversas sobre a atividade humana. Niterói: EdUFF, 2. ed. 2010.

THÉBAULT, J. **La transmission professionnelle**: processus d'élaboration d'interactions formatives en situation de travail. Une recherche auprès de personnels soignants dans un Centre Hospitalier Universitaire. 2013. 330 f. Tese (Doutorado em Sociologia). CNAM/CEE-CREAPT, Paris, França, 2013.

_____. A transmissão profissional: processo de elaboração de interações formativas em situação de trabalho. Uma pesquisa realizada junto à equipe de cuidados em saúde de um Centro Hospitalar Universitário. **Laboreal**. 2014; n. 10, v. 2, p 83–87.

VIGOTSKI, L. **A formação social da mente**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ZARIFIAN, P. **Objetivo competência**: por uma nova lógica. São Paulo: Atlas, 2001.

3 O TRABALHO EM SAÚDE E A FORMAÇÃO EM RESIDÊNCIAS A PARTIR DO FILME “HIPÓCRATES”: considerações do ponto de vista da atividade

Ana Cláudia Barbosa da Silva-Roosli

Eneida Santiago

O presente capítulo objetiva desenvolver uma análise do filme francês “Hipócrates” (do original, Hippocrates: diary of a french doctor), de 2014. Com direção de Thomas Lilti, o filme tem como foco o cotidiano de trabalho do médico residente Benjamin Barois em um grande hospital público parisiense, Hospital Widal Dois. Em formação na modalidade de residência médica, a previsão de sua permanência na instituição é pelo período de seis meses.

O título do filme refere-se ao Juramento de Hipócrates, uma afirmação simbólica feita pelos médicos no momento de sua formatura que remete a princípios filosóficos de respeito ético no contato feito entre profissional médico e pessoas - pacientes e familiares - fragilizados emocional e fisicamente.

A trajetória do jovem médico Benjamin, de 23 anos é construída pelo encontro entre a imposição de exigências para racionalização do processo de trabalho e demandas de pacientes

com um perfil diversificado, conforme descrição: idosos prestes a morrer, muitos acompanhantes, diabetes, câncer, neurose, nefrologia, gastroenterologia e questões sociais. Tal perfil é apresentado à Benjamin em seu primeiro dia de trabalho por seu pai, também médico e diretor do Hospital, acompanhados por uma frase que nos chamou atenção: “É instrutivo. Um trabalho duro, mas formativo. Para o primeiro semestre, é um bom começo”.

Conduzida pelas contribuições da perspectiva ergológica, a análise privilegiará uma aproximação do percurso do jovem residente no hospital orientada pela ótica do ponto de vista da atividade, que permite a apreensão de que trabalhar extrapola a fiel execução de regras prescritas e constitui-se por legados do uso industrioso dos humanos e de diversas entidades coletivas (SCHWARTZ, 2018).

Agregando-se o reconhecimento da singularidade do trabalho em saúde, este texto expressa um exercício para a indicação das contribuições desta ótica, julgadas como necessárias na reflexão em torno de processos de formação na modalidade residência. Vincula-se também ao projeto de pesquisa “Psicologia e Políticas Públicas: explorações e analíticas conceituais”, desenvolvido no Departamento de Psicologia Social e Institucional da Psicologia da Universidade Estadual de Londrina (PR).

Embora o filme trate da residência médica, o interesse pela temática justifica-se pela implicação de uma das autoras na tutoria do núcleo de psicologia na Residência Multiprofissional em Saúde da Família (RMSF), na Universidade Estadual de Londrina (UEL). No Brasil, as residências apresentam ênfase em atividades práticas para favorecer a formação qualificada de profissionais para atuarem na saúde pública e abrange diversas profissões, como por exemplo, biomedicina, ciências biológicas, educação física, farmácia, fisioterapia, fonoaudiologia, medicina veterinária, nutrição, odontologia, psicologia, serviço social e terapia ocupacional (BRASIL, 2009).

Na seção seguinte discute-se o primeiro eixo desta análise: o desenrolar do trabalho no hospital sob estratégias de racionalização.

3.1 O cenário de discussões: as estratégias de racionalização e o trabalho em saúde no Hospital

Ao longo do filme acompanha-se o exercício do ofício médico pelo personagem principal, enquadrado num contexto de formação em residência. O encontro entre estes processos – trabalho e formação – insere-se em situações de trabalho compostas por um meio físico, com objetos materiais e tecnológicos disponíveis, diversos profissionais de saúde e

pacientes, hierarquias e organização do trabalho (OLIVEIRA, ALVAREZ & BRITO, 2013), cuja configuração resulta de escolhas organizacionais específicas.

Na França, país no qual se desenvolve a trama do filme, “[...] tem-se (atualmente) um sistema de saúde corporativo, mas com ampla regulação e gestão estatal, definindo contribuições sociais e alocação de recursos” (FERREIRA & MENDES, 2018, p.02). Assim, neste país, a saúde é parte de um sistema social público em que o Estado é o administrador e garantidor dos interesses coletivos. Estruturado de forma descentralizada, a saúde francesa tem, a partir da década de 1990, incorporado, cada vez mais, uma lógica organizativa de gestão do setor privado: o new public management.

Em tradução, o termo new public management significa nova gestão pública. Conceitualmente, indica princípios e diretrizes sustentados pela lógica neoliberal que, nas últimas décadas, adentraram o setor público e orientaram a promoção de mudanças através da transferência de conhecimentos gerenciais do setor privado para a administração pública (CAVALCANTE, 2017).

No gerenciamento de serviços de saúde é cada vez mais presente a identificação de tendências de racionalizações

advindas do mercado capitalista. Como efeito, os processos de cuidar em saúde passam ser organizados por lógicas produtivas por meio de otimizações de práticas, causando a fragmentação de ações, serviços, e de relações.

A racionalidade capitalista neoliberal configura-se pela dominância dos princípios do mercado econômico nos processos e relações em que tudo, potencialmente, pode ser capitalizado, inclusive os indivíduos. Como exemplo identifica-se o termo constantemente utilizado em determinados contextos: o capital humano. Capitalizados, estes variados aspectos, materiais e imateriais, passam a serem orientados por fins produtivos.

Na França, a aplicação de planos de austeridade a diversos setores como forma de enfrentamento do aumento do gasto público gerou, no campo da saúde, imposição de práticas mais racionalizadas do new public management, tais como a diminuição no número de médicos por plantões, estabelecimento de limites de diárias na internação de pacientes (FEBBRO, 2011) e aumento do copagamento de consultas, dentre outros. A partir de dados de 2015, na França o copagamento do usuário é de uma porcentagem do valor de um procedimento. Por exemplo, em uma consulta médica este copagamento é de 30% do valor total, em caso de médico indicado por outro profissional. Caso o usuário

deseje outro profissional de sua livre escolha, sem encaminhamento, este copagamento sobe para 70%, em um claro sintoma da diminuição da universalidade de acesso à saúde, bem como, da ampliação do seguro privado complementar.

Desde os anos 1990, sob justificativas de modernização e aumento da eficiência, identifica-se a tendência de substituir no corpo administrativo dos hospitais os profissionais de saúde por executivos do setor privado de negócios e de pagamento de serviços médicos a partir de resultados (FERREIRA & MENDES, 2018). No filme, por exemplo, o diretor administrativo do Hospital Widal Dois era proveniente da Amazon, empresa do ramo de comércio eletrônico.

Traços dos efeitos desta lógica racionalizadora no cotidiano do trabalho em saúde mostraram-se mais evidentes em torno dos impasses frente às condutas clínicas direcionadas à paciente idosa (88 anos), senhora Richard. Ela foi encaminhada para a ala sob responsabilidade do protagonista do filme pela ala cirúrgica, após cirurgia de reparação do fêmur quebrado. A enfermeira que anuncia sua chegada relata: “Lá não tinha lugar, então a enviaram para cá”, uma referência à existência de leitos disponíveis no Hospital; critério presente ao longo de todo acompanhamento da paciente na ala.

Na abordagem da paciente, os médicos residentes Benjamin e Abdel identificam o seguinte quadro: paciente com manifestação de muita dor, câncer, metástases, em fase terminal. Ambos reconhecem que a paciente nunca irá andar. Abdel é um médico estrangeiro atuando no Hospital também como residente. Mesmo com experiência prévia em seu país de origem, a Argélia, vincula-se à residência porque almeja ocupar um posto titular na França e, para tal, precisa cumprir jornadas no Hospital, passar no exame de equivalência e obter aprovação dos superiores para revalidação de seu diploma estrangeiro.

Diante o grave quadro da paciente, Abdel assume a condução do caso, prioriza atenção ao alívio da dor e prescreve uma bomba de morfina. Sua prescrição é questionada por Denormandy, tutora dos residentes no Hospital e sua hierarquia imediata: “Você não pode tomar decisões assim. Você dá a senhora Richard altas doses de morfina, e depois fazemos como?”.

A fonte dos questionamentos explicita a infiltração da lógica racionalizadora nas decisões médicas, uma vez que o tratamento inviabilizaria a transferência da senhora Richard para outro Hospital, ampliando seu tempo de internação no Widal Dois. A unidade de saúde apropriada para a paciente – os cuidados paliativos – não tem vagas. Também reconhecendo que a paciente

nunca voltará a andar, Denormandy é enfática na oferta de meios nesta direção:

“Sabemos que ela nunca voltará a andar. Mas temos que dar os meios para isso.”. Confrontada pelos insistentes questionamentos de Abdel, finaliza: “Não podemos ficar com ela meses. Você conhece o custo de uma hospitalização?”

Neste caso, o tensionamento presente no diálogo não diz respeito às divergências quanto às interpretações sobre estado de saúde da paciente, ambos médicos concordam com a necessidade de alívio à dor e reconhecem o prognóstico (“não voltar a andar”). As divergências estão assentadas na diferença quanto aos critérios a priorizar na decisão do tratamento: as necessidades prioritárias da paciente, agora sob seus cuidados, ou as restrições orçamentárias impostas pelo Hospital, que impactam na redução de leitos e cuja disponibilização demandam rápida recuperação dos pacientes internados.

Na cena descrita acima, a problemática da imposição dos critérios da administração mais racionalizadora no Hospital e seus efeitos na deterioração dos meios de trabalho aparentemente estaria delimitada à esfera da conduta clínica, cujo encaminhamento dependeria exclusivamente da decisão individual de cada médico.

Contudo, o mal-estar gerado por este contexto já está em ebulição entre os enfermeiros. São eles, enquanto categoria profissional, que se articulam para denúncia da dinâmica em andamento no Hospital. Em uma cena do filme, eles aparecem com adesivo colado no jaleco com a inscrição “em greve”. Questionados por Abdel, dois enfermeiros respondem: “Não temos nenhum equipamento, nada. Experimente pedir alguma coisa, tenho certeza de que não tem”, “Havia quatro de nós na noite. Agora somos apenas dois”.

Em termos de assistência à saúde, França e Brasil experimentam transformações que são da ordem de processos de mercantilização e financeirização, com forte orientação comercial, em detrimento de práticas que valorizem o cuidado genuíno do sistema e dos usuários (CORDILHA & LAVINAS, 2018).

No Brasil, tais medidas agravam o sucateamento em andamento do Sistema Único de Saúde (SUS). Institucionalizado pela Constituição Federal em 1988, o SUS tem como projeto original ser um mecanismo fortalecedor da saúde pública como direito social em oposição à saúde como mercadoria. Contudo, a recente aprovação da lei do teto dos gastos públicos em 2016, Emenda Constitucional (EC) 095 (BRASIL, 2016), instituiu um novo regime fiscal com consequências para diversas políticas

públicas; na prática congela as despesas primárias por 20 anos reduzindo-as em relação ao PIB. Desse modo, o campo da saúde testemunha sua previsão de despesas para 2019 serem comprimidas ao mínimo (INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS, 2018).

Tendo em vista que, no filme, a realização do trabalho médico é parte integrante de um processo formativo, sublinhamos que a pressão pela priorização de critérios quantitativos no processo decisório em saúde impõe dificuldades adicionais para a visibilidade e problematização de uma peculiaridade do trabalho em saúde: o seu forte componente relacional, “[...] dependente de Trabalho Vivo em ato, isto é, o trabalho no momento em que este está produzindo” (MERHY & FRANCO, 2003, p. 318).

O trabalho em saúde apoia-se na dimensão relacional, de forma que a cooperação entre os protagonistas – trabalhadores e usuários/pacientes – é central na sua produção. Trata-se de uma coprodução, da qual o usuário/paciente participa, de forma variada, da concepção do trabalho. Assim, a dimensão relacional do trabalho em saúde faz forte apelo à intersubjetividade e é um obstáculo à padronização de oferta de ações, principalmente se cerceadas por lógicas racionalizadoras. Negligenciar a dimensão relacional gera “efeitos deletérios (imediatos e mediatos) tanto no

registro da saúde dos cuidadores quanto da eficácia desses ‘serviços’ de cuidados” (HUBAULT, 2011, p.127).

Na análise das transformações do trabalho no setor saúde, Oliveira et al. (2013) salientam a pressuposição da dimensão relacional com o usuário para o alcance dos resultados do trabalho, o que exigiria competências relacionais, discursivas e comunicacionais. Evidenciam, assim, o investimento do trabalhador como “elemento-chave para o sucesso do serviço, para a produção de resultados, que é a transformação das condições de saúde do usuário” (p.1582). Portanto, um processo formativo não deve ser abordado com uma exclusiva reprodução de técnicas e deve abarcar também uma atenção para a qualidade desta dimensão relacional e seus efeitos.

No filme, indícios da atenção direcionada à dimensão relacional evidenciaram-se na cooperação entre os residentes Benjamin, Abdel e as enfermeiras durante a realização de um procedimento aparentemente simples - uma punção lombar. Benjamin inicia o procedimento: insere por mais de uma vez a agulha na medula espinhal do paciente, não consegue acesso ao líquido espinhal que precisa coletar. O paciente mostra-se receoso com a aparente pouca idade do médico residente, movimenta-se,

geme antes mesmo da entrada da agulha, pergunta repetidamente se irá doer durante o procedimento, afirma estar com dor.

As enfermeiras colaboram para a realização do procedimento voltando-se ao paciente com informações e orientações para amenizar e/ou tranquilizá-lo em suas dúvidas: “Não (vai doer), mas se disser isso, vai. Vamos lá, encurve as costas”, “Ele tem diploma, eu verifiquei”. Contudo, é na cooperação entre os residentes que a atenção à dimensão relacional foi introduzida no detalhamento sobre a forma de execução do procedimento técnico: frente o insucesso de Benjamin, Abdel assume a condução do procedimento, conversando com o paciente. O procedimento é finalizado com o reconhecimento e cooperação do paciente.

Apoiado em sua experiência, Abdel dirige-se a Benjamin alternando orientações técnicas com a demarcação de elementos para qualificar sua relação com o paciente, favorecer sua cooperação e, conseqüentemente, alcançar o resultado do trabalho: “Não hesite em empurrar a agulha até ouvir um crack, certo? Senão pode machucar o paciente”.

Destacamos aqui o enfoque do encontro entre dois elementos para a apreensão do trabalho no hospital: a imposição de lógicas racionalizadoras no gerenciamento do processo de trabalho e suas repercussões no trabalho em saúde, considerando a característica

que lhe é peculiar: a dimensão relacional. Em busca de refinamento na indicação de questões que merecem ser problematizadas em processos de formação em residência, a seguir serão exploradas contribuições do ponto de vista da atividade de trabalho.

3.2 O trabalho em saúde sob o ponto de vista da atividade: reflexões sobre a eficácia da atividade industriosa

Privilegiar o ponto de vista da atividade como lente para a aproximação das situações concretas de trabalho conduz-nos ao reconhecimento de que trabalhar remete sempre à confrontação das pessoas com situações históricas e que precisam ser geridas.

Conforme a Ergologia (SCHWARTZ & DURRIVE, 2007), gerir não pertence exclusivamente àqueles profissionais designados para o gerenciamento (hoje denominados gestores), a gestão está presente em qualquer atividade de trabalho. Isto significa que trabalhar implica decidir e escolher, mesmo que no infinitesimal, utilizando os recursos dados ao trabalhador pela situação e permite dar visibilidade às diferentes regulações humanas - antecipações, reinterpretações das tarefas prescritas etc. – frente a eventos e particularidades pertinentes às realidades dos ofícios.

A dimensão relacional do trabalho em saúde evoca de forma dilatada a deriva ‘trabalhar, gerir’, visto que está inserida no encontro entre indivíduos singulares (usuários/pacientes) e com exigências ou regras institucionais. A modulação deste encontro deve ser inventada pelos trabalhadores mediante uso de seus próprios recursos enquanto humanos, exigindo um ajustamento problemático de dimensões heterogêneas.

Ao discutir sobre os espaços nos quais se jogam as dramáticas gestionárias, Schwartz (2004b) elenca três tipos de dificuldades. A primeira dificuldade refere-se ao fluxo das gestões individuais, cuja organização transita entre dois polos distintos: o polo da eficácia, delimitado pela avaliação de um ato em referência aos objetivos que ele visa, e o polo da eficiência, delimitado pela avaliação do produto da atividade em referência aos meios disponíveis para produzi-lo.

Para Schwartz (2004b, p. 27), a tentativa de separar estes dois polos pode ser simplificadora: as regulações gestionárias concernem, em maior ou menor grau, “[...] às pessoas individuais, às equipes, ao estabelecimento e seus próprios critérios, coisas que, em outros casos, não seriam confundidas”.

Para exemplificar esta primeira dificuldade, retornamos ao primeiro atendimento da senhora Richard: ao priorizar o controle

da dor, a decisão de Abdel pela bomba de morfina é orientada pela relação direta com a paciente. Contudo, sua decisão não está isolada de sua inserção numa equipe médica, das relações hierárquicas e dos direcionamentos gerenciais impostos ao Hospital. É através da supervisão da tutora Denormandy que a circulação entre estes polos ganha visibilidade: ela introduz outros critérios a considerar na conduta clínica, naquele Hospital. A partir de lugares hierárquicos diferentes na equipe, Abdel e Denormandy parecem dar conteúdo diferente à relação entre os polos eficácia-eficiência: se para Abdel a conduta médica deve promover o alívio da dor recorrendo, inclusive, à busca da bomba de morfina em outra ala (o equipamento de sua ala estava quebrado); para Denormandy a conduta deve incorporar também a liberação de leitos (escassos) para futuras internações.

O encaminhamento dado pela tutora foi determinar a retirada da bomba de morfina e prescrever a colocação de uma sonda gástrica para facilitar a alimentação, o que gera maior sofrimento à paciente. Além de discordar da conduta, Abdel ainda precisa explicar-se aos filhos da senhora Richard que não compreendem a decisão: “O oncologista foi muito claro, para apenas aliviar sua dor. Esse tubo está incomodando mais do que tudo. Ela não pode se mover, tem hematomas em seus pulsos”.

Afetado também por este encontro, Abdel desrespeita a decisão de sua tutora e determina à enfermeira a colocação novamente da bomba de morfina. Não sem consequências: como desdobramento, os encaminhamentos com o caso da senhora Richard tornam-se foco da reunião entre médicos residentes, tutora e diretor clínico do Hospital. A discussão em torno da escolha do procedimento não se faz sem conflitos, especialmente entre Abdel e Denormandy, e revela também uma outra preocupação de Denormandy: com outros pacientes à espera de um leito. Ela fala: “Acha que eu estou feliz com isso? E sobre os pacientes à espera de um leito?”. Considerando que a reunião se inicia com a enumeração de leitos disponíveis, demarcando uma preocupação evidente naquele contexto, essa fala adquire importância para aproximação também da dimensão dramática presente no trabalho de Denormandy.

Através deste exemplo, aproximamo-nos do espaço por onde circula a dimensão dramática da atividade tanto de Abdel quanto de Denormandy. Falar desta dimensão “[...] não significa que cada agir seja semeado por dramas, significa que nada pode ser mecânico. Nesse agir, nada pode ser pura aplicação do que se tinha pensado sem você, antes de você” (SCHWARTZ, 2011, p.133).

A segunda dificuldade remete ao campo de valores, inerentes às dramáticas do uso de si, ou seja, as escolhas, as arbitragens e decisões atravessadas pelos valores. Por exemplo, valores como gozar ou restaurar a saúde flutuam na vida social como absolutos. Estes valores retornam aos protagonistas das atividades industriais por duas vias que, embora diferentes, misturam-se. A primeira via está incluída na dimensão gestonária do trabalho, articulado à experiência das situações de trabalho e por ela retrabalhados. Esta via pode ser exemplificada pela postura de Denormandy, que parece tentar encontrar alternativas para equilibrar-se entre a assistência à saúde da senhora Richard, já internada, e tantos outros pacientes que aguardam a liberação de um leito. Já a segunda via trata de seu dimensionamento, seja por instâncias públicas como os objetivos do Ministério da Saúde, seja por instâncias privadas, exemplificadas pela aplicação dos critérios do new public management no Hospital Widal Dois.

O reconhecimento deste dimensionamento de valores que flutuam na vida social conduz à interrogação: O que significa dimensionar? De acordo com Schwartz (2004a, p. 27), “[...] dimensionar é definir critérios, coeficientes que permitam julgar se se aproxima ou se afasta desses valores sem dimensão”. No caso do valor saúde pública, pode-se definir como critério de eficácia a

duração de vida da população, a diminuição das consultas médicas ou o tempo médio de permanência em hospital.

Este dimensionamento não se faz sem problemas, uma vez que, neste processo, podem surgir discordâncias acerca dos conteúdos conferidos aos valores sem dimensão, mesmo se, de início, haja um relativo consenso sobre a palavra. Inclusive Schwartz (2004a) situa nestas discordâncias os casos críticos mais frequentes: quando o retrabalho dos valores na experiência das situações de trabalho entra em confronto com “dimensionamento de critérios de desempenhos (de eficiência), justificados eles mesmos por critérios de eficácia” (p. 28). No caso do filme, podemos nos referir ao confronto entre redução de gastos (eficiência dos recursos), que levam à redução de leitos, e o tratamento em saúde em si (eficácia das ações).

Devidamente apresentado aos critérios racionalizadores do Hospital, Abdel assume uma conduta que nos parece ser um indício de sua tentativa de um retrabalho de valores: mediante a impossibilidade de garantir os cuidados médicos necessários à senhora Richard, por conta da combinação de critérios racionalizadores e insuficiência de recursos para realizar o trabalho, Abdel aceita, sem objeção, o desejo da paciente em abreviar a própria vida. Em diálogo com Abdel, a senhora Richard

fala: “Estive pensando em coisas que eu não quero. Eu não quero ser mantida por muito tempo em um estado ruim. Você entende, doutor?”, ao que Abdel demonstra compreender, registrando no prontuário a inscrição “não reanimar”.

Inserido numa equipe, cuja posição hierárquica o submete à tutoria médica, individualmente Abdel é remetido ao retrabalho de valores, que transita do esforço para oferecer um tratamento à senhora Richard, unificando conforto e alívio à dor até transferência para o Serviço de Cuidados Paliativos, para a aceitação de não empregar procedimentos necessários para a manutenção da vida (reanimação).

Considerando o contexto da França, sua decisão seria respaldada pela Lei nº 2016-87 ou Loi Claeys-Leonetti (RÉPUBLIQUE FRANÇAISE, 2016). Com primeira versão publicada em 2005, esta lei dispõe sobre os direitos das pessoas com doenças que ameaçam a vida. Cordeiro & Kruse (2019, p.3) afirmam que “[...] essa lei preconiza o fortalecimento dos cuidados paliativos nos serviços de saúde da França”. No centro de polêmicas, esta lei permite interrupção de tratamentos para sustentação da vida em casos de pacientes com condição grave e incurável, cuja vida é prognóstica a curto prazo, apresenta um

sofrimento refratário ao tratamento (RÉPUBLIQUE FRANÇAISE, 2016).

A condução do caso da senhora Richard mostra como a gestão cotidiana no trabalho é atravessada por uma série de contradições geradas, não sem conflitos, pelo que origina dos protagonistas da atividade (os julgamentos de Abdel) e pelas agências gestoras – do nível macro, exemplificado pelas políticas estatais adotadas, ao plano micro, representadas pelos dirigentes do Hospital –, dos valores sem dimensão, dos valores dos polos de eficácia e eficiência e suas passagens ao dimensionamento pelos protagonistas da atividade (no caso a priorização das necessidades da senhora Richard em detrimento da rápida liberação do leito).

Esta questão conduz à terceira dificuldade para se compreender os espaços nos quais se situam as dramáticas gestionárias: a atividade industriosa é lugar de uma complexa negociação de eficácias; trata-se de uma negociação de negociações (SCHWARTZ, 2004a). Esta negociação de negociações quase sempre é realizada por uma arquitetura coletiva, também fruto, em grande parte, de negociações com os organogramas. Tal arquitetura trata-se de sinergias mais ou menos construídas, “[...] oriundas de alquimias entre atividades e valores compartilhados,

de regras patrimoniais, de éticas de serviço” (SCHWARTZ, 2004a, p. 30, destaque do autor).

O raio de negociação envolve todos os protagonistas associados em torno de um objetivo comum. Schwartz (2004b) destaca a existência, em situações reais, de uma forte e complexa configuração de instâncias negociantes. Às negociações já citadas – as relações entre sinergias construídas e os retrabalhos individuais dos valores –, acrescenta-se a necessidade de fazer negociações com outras equipes, com outros parceiros de tipos de intervenções diferentes.

Falar em instâncias negociantes exige levar em conta as relações hierárquicas, visto que elas dão um peso desigual às negociações de certas instâncias em relação a outras. Posicionando-se da instância da administração, há um afastamento da própria atividade, e sua maneira de recusar e hierarquizar eficácias e eficiências nos outros polos pesa sobre as negociações iminentes aos protagonistas da atividade.

Para explorar esta terceira dificuldade, recorreremos à dinâmica do desfecho do atendimento da senhora Richard. Em seu plantão noturno, Benjamim é avisado pela enfermeira que a senhora Richard foi encontrada inconsciente e que a equipe de reanimação fora acionada, chegando ao local rapidamente. Ao

chegar no quarto, Benjamin depara-se com procedimentos de reanimação avançados e a paciente em processo de estabilização. Solicita a interrupção da reanimação e entra em conflito com esta equipe. Questiona se a indicação “não reanimar” escrita no prontuário foi lida. Um dos membros da equipe de reanimação é seu amigo e não compreende a postura de Benjamin. Frente a argumentação de Benjamin sobre o sofrimento da paciente, ele responde: “Quando reanimamos, não pensamos sobre isso, só reanimamos. Ponto. Onde está escrito para não fazer (Verificando o prontuário)? Não temos tempo para ler tudo. Nós temos decisões a tomar”.

Em seguida, Benjamim avisa Abdel sobre a reanimação e solicita ajuda. Inicialmente relutante, Abdel assume a condução da situação. Em visita à paciente na Terapia Intensiva, Abdel na companhia de Benjamin chamam os filhos da senhora Richard, momento no qual dialogam sobre as possibilidades de encaminhamento: manter o tratamento na Unidade de Terapia Intensa (UTI) ou interrompê-lo. Questionados sobre as consequências do desligamento dos aparelhos que a mantinham estável, sem argumentar em contrário, mas, também, sem mentirem, dizem não ser possível afirmar se ela irá recuperar-se ou não. Com essa informação, a família autoriza o desligamento:

“façam o que é melhor para ela”. Em seguida, a paciente vem a óbito.

Deparando-se com tal encaminhamento, Denormandy não compreende e fala: “Você não pode interromper uma animação. Você sabe que é proibido. Nós vamos ter que nos defender ... perante uma comissão disciplinar”. Abdel argumenta ter aplicado a Lei Leonetti e recebe a recusa da tutora: “Não, a Lei Leonetti é uma decisão coletiva, não individual”. Esse é um ponto de interrogação: aceitando o argumento da tutora, frente ao imperativo dos acontecimentos, como recorrer a um coletivo que parece inexistir? E mais, como pertencer a um coletivo numa condição de vínculo temporário?

Em duas cenas, observam-se obstáculos a algo que pudesse colaborar ao acesso ao coletivo e/ou a participação na sua construção: na apresentação que Denormandy faz à Benjamin e na reunião da equipe. Nestes momentos, dúvidas e os diálogos em torno das controvérsias profissionais são sacrificados pela pressa em definir os encaminhamentos, comprimindo o tempo para desenvolvê-los.

A decisão de interromper a reanimação extrapola a equipe em questão, e entra em conflito com critérios de outra equipe do Hospital, também protagonizada por médicos residentes. Sentindo-

se afrontados em sua intervenção, os médicos da equipe de reanimação levam adiante uma queixa quanto à postura de Benjamin, instaurando-se um processo disciplinar.

No julgamento, o médico sênior, responsável pelos médicos residentes da equipe de reanimação afirma: “Não importa quem fez o quê. Sabemos que um paciente foi desligado após uma animação bem-sucedida. Mas você sabe que não acabou (dirigindo-se à Benjamin e Abdel), a família pode ainda apresentar uma queixa”. Benjamin, argumenta que a família esteve presente na decisão e recebe o seguinte contra-argumento do médico sênior: “Você já ouviu falar sobre as famílias que concordaram, e se sentem culpadas e de repente, mudam de ideia. É um clássico. Pense antes de ser estúpido”.

Diante a defesa do diretor clínico, e pai de Benjamin, da decisão de interromper a reanimação, com apoio da tutora Denormandy, o médico sênior afirma: “Isso é loucura, você está me dizendo, que ele estava certo em interromper uma reanimação bem-sucedida?”. Denormandy completa: “Devemos levar em conta que a paciente tinha, no máximo, 4 meses de vida. Foi um caso limite para reanimação, pode-se dizer que foi uma reanimação abusiva”.

No contexto conflituoso, Abdel assume a responsabilidade da decisão, verbalizando os dilemas presentes no exercício de sua atividade de trabalho: “Desculpa, mas a escolha fácil foi deixar a UTI lidar com a paciente, não pensando no bem-estar dela. Você devia agradecê-lo (referindo à Benjamin), em vez de puni-lo. De qualquer forma, a responsabilidade de desligar a senhora Richard foi minha. Sem mim, Benjamin não teria feito isso”.

Chama-nos atenção que no julgamento em nenhum momento as transformações no Hospital foram evocadas, de modo que se reconheça a emergência de novas demandas relacionadas ao complexo quadro do sistema de saúde, resultante de estratégias gerenciais racionalizadoras. À Denormandy, Abdel justificou suas ações a partir da Lei Claeys-Leonetti, relacionada aos cuidados paliativos. Sem vagas em tal setor, os cuidados paliativos e as questões pertinentes a esta esfera parecem tornar-se cada vez mais presentes no Hospital Widal Dois, cuja característica de atendimento é mais ampla e diversificada, como descrito no início do texto.

Infelizmente, no julgamento disciplinar não se encontrou condições para desenvolver tais argumentos; ao contrário, tornou-se uma disputa acerca do procedimento mais adequado fundamentado nas regras prescritas de cada equipe profissional e

na relação mais próxima ou distante com a paciente, senhora Richard. Mesmo envolvendo profissionais em formação, em nenhum momento, outras questões são mobilizadas para a problematização, de forma que o encaminhamento do debate público é emblemático no que diz respeito à invisibilidade da atividade de trabalho.

O julgamento resulta em punições diferentes para Abdel e Benjamin. Para o primeiro, considerou-se sua experiência prévia na Argélia, ignorando-se as mesmas vinculações dos médicos no Hospital: condição de aprendiz como residentes. O diretor aprendiz anuncia: “Dr. Rezzak (Abdel) obviamente você não tinha razão para estar lá já que não estava de plantão. É evidente que sua presença foi decisiva na escolha de interromper a reanimação. Consequentemente, tendo em vista sua experiência, você não pode alegar erro de principiante, vamos declarar este erro ao seu corpo docente e nos referir ao reitor da Universidade”.

O peso de tal punição colocou em risco o desejo de Abdel de obter um posto de médico titular, relatado em conversas anteriores com Benjamin. Ao descrever o difícil percurso, afirmando que faria de tudo para conseguir, sua postura no caso da senhora Richard evidenciou de que este tudo não contemplava sacrificar o bem-estar dos pacientes por ele atendidos.

Considerando-se a combinação de processos – de trabalho e de formação na residência – entendemos que a atenção à dimensão gestonária do trabalho poderia criar condições favoráveis na elaboração de questões pertinentes às condições e organização do trabalho no Hospital bem como seus impactos na produção de resultados desejados e/ou alcançados no face a face com o paciente.

A partir da análise de situações concretas do trabalho na enfermaria de Neurocirurgia e no laboratório de radiologia de um hospital universitário público no Brasil, França e Muniz (2011) verificaram que maior eficácia e eficiência da internação do paciente, com efeitos sobre o tempo de permanência no hospital, estavam ancoradas na existência e preservação de espaços coletivos de reflexão entre residentes e médicos do staff (demais médicos). Ressaltando a singularidade das experiências na enfermaria - um “round sempre era diferente do outro” (FRANÇA & MUNIZ, 2011, p.98), reafirmam esta atividade coletiva como fundamental para as decisões clínicas cuidadosas. Conforme os autores,

Se por um lado é preciso agilizar, fazer com que muitas coisas funcionem a contento para que o paciente seja assistido o mais rápido possível, por outro, deve haver um tempo para a reflexão coletiva, um espaço

para a tomada de decisão coletiva em que os problemas clínicos e administrativos sejam mais bem visualizados e, portanto, possam ter soluções mais eficazes. Para reduzir o tempo de permanência do paciente é preciso melhorar vários problemas da estrutura organizacional do hospital, garantindo que tudo aquilo de que ele necessita em seu diagnóstico e tratamento chegue a tempo hábil; porém, contraditoriamente, maior eficácia e eficiência da internação do paciente só são possíveis quando são garantidos o tempo e o espaço necessários para a reflexão coletiva. Observamos aqui a presença de uma regra de ofício, a regra do tempo, que implica a necessidade dos médicos encontrarem um equilíbrio no seu ritmo de trabalho, no manejo do tempo de trabalho, para evitar não apenas a morosidade, mas também uma pressa imprudente (FRANÇA & MUNIZ, 2011, p. 99).

Pautados nesta constatação, questionam os critérios de produtividade do serviço de Neurocirurgia: ela não deve ser reduzida à mensuração do número de intervenções cirúrgicas realizadas, já que os espaços de reflexão coletiva são fundamentais para a eficácia e eficiência do serviço. No filme em questão, relembramos que em virtude da racionalização em curso, os residentes responsabilizam-se sozinhos no posto de trabalho.

O desfecho do julgamento, no qual se evidenciou a condição de Abdel como um médico com experiência de trabalho desenvolvida em outro país e, ao mesmo tempo, novato no meio de trabalho no Hospital Widal Dois, despertou nosso interesse para o 'estatuto' novato. Na próxima seção, desenvolveremos argumentos nesta direção, em busca de ampliar o leque de questões para a reflexão sobre a formação em residências.

3.3 Os residentes no hospital: considerações sobre 'estatuto novato'

A atribuição de responsabilidades aos médicos residentes, decorrente do processo de racionalização no Hospital Widal Dois, e que deveriam ter médicos titulares do cargo, conduziu-nos a interrogações dos acontecimentos em curso no filme sob ótica do 'estatuto novato'. Comumente, a categoria 'novato' é usada para qualificar trabalhadores com pouca ou nenhuma experiência, seja como profissional, seja no desenvolvimento de um ofício específico, tal como atividade artística e/ou esportiva etc. (DELGOULET, 2015).

Já no início do filme são registradas passagens que levam o espectador a dar relevo ao 'estatuto novato' do médico residente Benjamin: o desconhecimento da dinâmica de circulação pelo hospital (cruzamentos com o transporte de lixo e/ou roupas), o

estranhamento diante instrumentos de trabalho disponibilizados (questionamentos acerca da aparência/qualidade do jaleco oferecido) e dificuldades para realizar um procedimento técnico médico, uma punção lombar de um paciente, solicitada ao residente poucas horas após sua chegada à instituição.

Em revisão sobre o tema, Delgoulet (2015) identificou diversos trabalhos que enfatizam a incerteza como característica do 'estatuto novato', configurada por três condições experimentadas pelos personagens centrais – Benjamin e Abdel – no filme em análise. A primeira diz respeito a formas de vinculação ao emprego, temporária ou em tempo parcial, próprias da formação em residência. A segunda condição é substituição dos trabalhadores titulares do posto, no filme evidenciadas pelo arranjo de os residentes assumirem o posto de médicos plantonistas do Hospital. Por fim, a terceira condição se refere ao grau de familiaridade face às especificidades das situações encontradas; como a referência ao comum arrependimento das famílias que autorizam a interrupções de reanimação, descrita pelo médico sênior no julgamento disciplinar.

Dentre diversos estudos sobre a discussão sobre o 'estatuto do novato', alguns destacam a capacidade dos novatos de re-interrogar o cotidiano de trabalho, suas regras e "[...] os seus

implícitos, que pesam por vezes na sua realização” (DELGOULET, 2015, p. 101). No filme, tal característica pode ser destacada.

Durante seu plantão, Benjamin é chamado a verificar queixas do paciente Lemoine; alcoolista, com cirrose avançada, quadro de dores abdominal, febre, pressão alta e histórico de internações naquele hospital. Ao proceder ao exame físico, Benjamin solicita um eletrocardiograma (ECG) e é contestado pela enfermeira de plantão: “É uma droga. É verdadeiro pesadelo fazê-lo funcionar”. Frente à negativa e desencorajado, decide não realizar o exame e prescreve tratamento medicamentoso. Pela manhã é informado por sua tutora Denormandy que o paciente foi a óbito.

Convocado para uma conversa com Denormandy, é questionado: “Seu estado geral era catastrófico, sem dúvidas, ele vivia na rua. O que deu no ECG?”. Neste momento, Benjamin a informa que a máquina estava quebrada e que não realizou o procedimento, para surpresa da tutora. Manifestando singela surpresa ao descobrir a não realização do exame, recomenda o residente mentir: “Se te perguntarem diga que fez o ECG, ok?”, justificando tratar-se de um paciente alcoolista que morava na rua, como se insinuasse ser uma pessoa com menor importância.

Porém, novos desdobramentos da situação colocam em xeque a condição de 'indigente' do paciente: sua ex-companheira (senhora Lemoine) procura o hospital e Benjamin em busca das razões do óbito. Sua primeira atitude foi esquivar-se da explicação, transferindo a responsabilidade para Abdel. Não sem mal-estar sobre sua responsabilidade.

Em sequência, Benjamin procura por seu pai e insiste em 'falar sobre a mentira'. Logo é interrompido: "Falei que você fez. Porque tenho o ECG". Ao ser questionado se estaria protegendo o filho, o médico enfatiza: "Sou solidário porque você é parte da família, da família do hospital. Eu faria isso por todos aqui. Porque já é difícil o suficiente. Nós não somos super-humanos. Precisamos contar uns com os outros, senão não vale a pena".

O impasse diante das decisões clínicas tomadas por Benjamin frente à insuficiência de equipamentos disponíveis poderia transformar-se numa oportunidade para colocar em questão a naturalização de condições insustentáveis ao exercício do trabalho médico, geradas também por decisões gerenciais. Por se tratar de uma situação delimitada pelo exercício do trabalho aliado à formação, e ainda, mediados por uma tutoria, outros destinos poderiam ser traçados a partir deste caso os questionamentos do protagonista Benjamin fossem acolhidos

pelos médicos mais experientes. Contudo, a opção feita foi a sustentação da mentira e coube ao diretor do hospital explicar à senhora Lemoine as razões do óbito num contexto de equívoco da intervenção clínica, sob o risco de processo judicial.

Considerando-se os médicos do Hospital, é possível questionar a compreensão do 'estatuto novato' como uma categoria social homogênea. Independentemente da idade ou tempo de inserção num meio de trabalho - é possível ser novato num domínio e ser experiente noutro. Com efeito, o experiente pode encontrar-se na condição de 'novato', mesmo que provisória, frente à evolução das situações de trabalho, com mudanças tecnológicas, organizacionais e sociais que desestabilizam o trabalho e suas condições de realização.

O alargamento da compreensão da condição do novato também é reencontrada quando consideramos o médico Abdel. Embora novato naquele hospital, por conta de sua vinculação institucional via a residência, acumulava experiência no exercício do ofício médico em seu país de origem. Interessante notar que foi em sua parceria que Benjamin pôde encontrar solidariedade no desenvolvimento das ações naquele cotidiano de trabalho.

Botti e Rego (2010), em revisão da literatura, analisam o processo de ensino-aprendizagem na residência médica e

reconhecem a carência de metodologias específicas para enfrentar a complexidade daquele contexto, afirmando que dimensões do conteúdo da formação médica e o modo “como os residentes aprendem e o que eles aprendem ainda são muito pouco estudados” (p.133).

A falta de metodologias e de discussões ampliadas sobre o processo formativo realizado na residência evidencia como este espaço é concebido como de treinamento para o alcance da expertise técnica do médico em formação. Para os autores, como profundo marco no perfil profissional do futuro médico, a residência deveria, sim, ser promotora de experiências para que o aluno desenvolvesse uma competência clínica, ou seja, sua habilidade de, em diálogos interno e externo, avaliar, perceber e (re)construir seu próprio processo de aprendizagem, seu próprio entender técnico e relacional assim como sua identidade profissional (BOTTI & REGO, 2010).

Apostamos que a instrução pela atividade de trabalho na condução de processos formativos pode convergir para as expectativas apresentadas pelos autores e é nesta direção que tentaremos avançar mais adiante.

3.4 Sobre a interface trabalho em saúde e formação em residência a partir das contribuições do ponto de vista da atividade

Um processo de formação sustentado no processo de trabalho em saúde e, concomitantemente, atravessado por decisões gerenciais que colocam os mesmos residentes como substitutos de profissionais titulares, torna uma questão particularmente importante: o que a formação pode alcançar? Assim, esta seção coteja a interface entre o trabalho em saúde e a formação, explorando algumas contribuições da perspectiva ergológica.

No artigo “A experiência é formadora?”, Schwartz (2010) interroga sobre a função formadora da experiência. Para fins deste capítulo, sem aprofundar na problematização da experiência, destacamos que sua análise leva ao afastamento de uma compreensão das estratégias de formação como exclusiva oferta de meios para a aplicação de protocolos. Conforme o autor,

Para que a questão do papel formador da experiência tenha um sentido, é preciso que levantemos uma oposição, quer dizer, uma oposição e uma continuidade, uma possibilidade de articulação entre, de um lado o que poderia ser saberes, conhecimentos, no polo, digamos, mais

formal, acadêmico, que podem se transmitir pelos conceitos, e em seguida algo que tenha igualmente a dimensão de um saber, do lado da experiência, mas que não teria o mesmo estatuto (SCHWARTZ, 2010, p. 36).

Desta forma, adotar uma postura ergológica na condução de tutoria em processos de formação na residência orientaria a elaboração de um quadro para uma confrontação fecunda entre os saberes formais, que antecipam os modos de fazer, e o tratamento das singulares situações de trabalho. Para Schwartz (2017), isso significa reconhecer o vínculo enigmático entre formar e trabalhar, a formação profissional e a atividade de trabalho; engajando-se na sua proposição de introduzir nas estratégias formativas a dupla antecipação.

A primeira antecipação diz respeito ao distanciamento das situações reais e assentam-se em protocolos, traduzidos em procedimentos lógicos, técnicos, organizacionais e jurídicos que visam guiar e orientar a atividade anteriormente ao seu desenrolar, até mesmo quase enquadrá-la. Legitimada socialmente, norteia a formação profissional no preparo de alunos para a inserção no mundo do trabalho.

Já segunda antecipação refere-se à atividade, à capacidade de apreender e incorporar a singularidade da situação, de sua

dimensão histórica. Do ponto de vista da atividade, uma situação de trabalho caracteriza-se como o respeito ao protocolo, à prescrição e como uma experiência de encontro, um ‘encontro de encontros’, ou seja, “[...] uma combinatória sempre parcialmente renovada, uma interface sempre parcialmente ressingularizada entre meios técnicos, objetos técnicos e humanas no trabalho” (Schwartz, 2011, p.138), tornando-a parcialmente singular, portanto, indefinível.

Posicionar-se diante ao encontro de encontros revela uma dimensão universal das situações de trabalho: a obrigação dos trabalhadores de renormatizar. Trabalhar oportuniza, portanto, a afirmação de viver em saúde, ou seja, como uma oportunidade de exercer sua capacidade normativa, que corresponde à criação de suas próprias normas (Canguilhem, 2011). Christo et al. (2018, p. 98) afirmam:

[...] mais do que adaptação, os conceitos de “capacidade normativa” (CANGUILHEM, 1966/2011) e “renormatização” (SCHWARTZ, 2000b) implicam a possibilidade de criação de novas normas que permitam a expansão do horizonte de saúde (CANGUILHEM, 1966/2011). Normas estas que não são apenas a expressão das condições impostas à vida pelo meio, mas expressões de modos de vida adotados, resultado de suas escolhas entre as diferentes normas possíveis.

Desse modo, seria impossível excluir do processo formativo a atividade dos residentes médicos, a “[...] confrontação, aqui e agora, entre as normas antecedentes, suas lacunas e as normas de saúde próprias à pessoa, convocadas para gerir aquilo que não foi previsto nem ainda vivido por ninguém” (SCHWARTZ, 2011, p.139). Posicionamento que interpela os exercícios profissionais e sociais de todos implicados no meio de trabalho.

A interrogação em torno da viabilidade deste projeto demarca como o problema essencial da formação profissional: a articulação entre saberes descontextualizados, construídos em relativa desconexão das situações singulares de trabalho (SCHWARTZ, 2017). Na avaliação de Schwartz (2017), na interface entre práticas de tutoria e práticas de inserção profissional é possível aplicar a dupla antecipação. Isso dependeria de uma postura de validação das aquisições na experiência profissional, que interrogam relações instituídas – de governo, gerenciamento e hierarquia –, e o que daria abertura à produção de novas posturas e conhecimentos alternativos.

Nestes termos, a instrução de processos formativos pelo ponto de vista da atividade pode ser orientada por princípios da ergoformação, engajados em criar oportunidades para o desenrolar da atividade dos residentes. Ao interlocutor – tutor – caberia

interessar-se “[...] pela situação no que ela tem de típica para um profissional e, nesse momento, aproveitar para enriquecer seu aspecto prototípico” (SCHWARTZ, 2011, p.157), com efeitos positivos para a atenção à singularidade das demandas dos usuários/pacientes. Nesta condição, o experiente pode reencontrar-se na condição de novato, e o problema transcenderia a esfera pedagógica; trata-se também de problemas epistemológicos, sociais e políticos.

Tal argumentação permite-nos associar o processo formativo com um projeto de favorecimento e fortalecimento da saúde, cujas fronteiras podem extrapolar exclusivamente profissionais vinculados à formação e estender-se também para outros profissionais com os quais se compartilha o meio de trabalho.

É a partir deste horizonte que comentaremos o desfecho do filme: Após o julgamento da decisão de interromper a reanimação da senhora Richard, o residente médico Benjamin depara-se com os efeitos da punição sobre o projeto pessoal do residente médico Abdel, com o qual pôde experimentar solidariedade e aprendizados naquele meio de trabalho: a perda de Abdel da oportunidade de encontrar um posto de trabalho como médico titular. Benjamin desestabiliza-se e realiza uma ação que parece

querer corrigir, solitariamente, seu erro passado e que o acompanhara: alcoolizado, dirige-se à casa da senhora Lemoine e relata a não realização do ECG no senhor Lemoine. Retorna ao Hospital aos gritos, procura por um dos médicos presentes no julgamento e, na fuga das tentativas de contenção, é atropelado.

Seu acidente e estado de saúde mobilizam uma reunião de toda a equipe de saúde, médicos residentes e enfermeiros. Conduzida pelo diretor administrativo e pelo diretor clínico, também seu pai, intencionava informar sobre o estado de saúde de Benjamin. Contudo, os trabalhadores presentes subverteram o objetivo proposto, via interpelação do processo movido pela senhora Lemoine por falta médica, pela não realização do ECG.

Frente à explicitação de que tal questão dizia respeito apenas à direção, enfermeiros e residentes médicos recusam a explicação da causa do problema resultante exclusivamente de uma decisão de Benjamin e ocultação por parte da direção da verdade, situando o problema como algo que diz respeito a todos os trabalhadores do Hospital Widal Dois. Um grande desfecho, visto que além de unificar enfermeiros e médicos, interrogam os meios de trabalho e posicionam-se fortemente contra a política gerencial adotada, geradora de fechamento de leitos, deterioração

dos instrumentos de trabalho e sua não substituição, enxugamento das equipes.

Enfim, engajaram-se coletivamente na denúncia e rejeição da precarização do trabalho, que coloca em risco não apenas a assistência à saúde no Hospital, mas também a saúde dos próprios trabalhadores – titulares e residentes – e restringem o alcance das estratégias formativas em residência.

Adotar o ponto de vista da atividade na instrução de estratégias formativas em residência, significa trazer contribuições sobre como as interfaces entre serviços de saúde e formação, podem delinear e sustentar reflexões que potencializem modos de trabalhar em saúde que sejam constituídos e exercidos coletivamente.

3.5 Considerações finais

A análise do filme procurou beneficiar-se de algumas situações experimentadas pelos personagens principais para explorar o ponto de vista da atividade e seus desdobramentos na apreensão da complexidade do trabalho em saúde. Mais especificamente tratou de um exercício para reflexões com maior acuidade sobre processos de formação em contextos de trabalho no formato de residências.

A delimitação do exercício do trabalho na formação em residência permitia, em torno de situações-chave, a reunião de diferentes protagonistas do trabalho – mais próximos e os mais afastados da assistência direta dos pacientes. Contudo, tal condição não garantia que a complexa negociação de negociações evidenciasse as contradições do trabalho.

Ao privilegiar o ponto de vista da atividade, foi possível apreender a dimensão gestonária, inserida no encontro entre exigências ou regras institucionais, agravadas pela implementação do new public management e o caráter relacional do trabalho em saúde. Foi possível identificar os dilemas produzidos, as dramáticas do uso de si aos quais os residentes inseridos naquele meio de trabalho foram remetidos bem como pistas de atravessamentos de diferentes valores mobilizados no ato de cuidar.

Vimos pelo filme como que, em essência, o cuidado em saúde é relacional e a imprevisibilidade torna-se, diametralmente, uma constante. Os atributos técnicos e relacionais solicitados nestes imprevistos, pode tornar a remeter médicos experientes também à condição de novatos. Os médicos tutores, por exemplo, reencontram-se nesta condição ao terem que supervisionar residentes em um cenário marcado pela precariedade produzida

pelas lógicas racionalizadoras do contexto hospitalar contemporâneo.

Desta forma, a questão do novato chamou-nos atenção por sua potencialidade de reinterrogar o cotidiano de trabalho, suas regras e seus implícitos. O ser novato como condição da própria formação em residência revela-se, portanto, mais uma via para se mobilizar o ponto de vista da atividade.

A adoção de uma postura ergológica na condução de tutoria em processos de formação na residência permite extrapolar esta esfera, rumo à sustentabilidade de um meio de trabalho.

Nestes termos, a formação pode transcender os residentes em formação e gerar efeitos de produção e fortalecimento da saúde dos demais trabalhadores com os quais se compartilham o meio de trabalho, tornando-os também beneficiários da sustentação do ponto de vista da atividade.

FICHA TÉCNICA

Título original: Hippocrate

Título da tradução brasileira: Hipócrates

Ano: 2014

País: França

Diretor: Thomas Lilti

Roteiro: Pierre Choson, Baya Kasmi, Julien Lilt e Thomas Lilt

Elenco: Vincent Lacoste, Carole Franck, Félix Moati, Jacques Gamblin

Gênero: drama

Duração do filme: 102 minuto

REFERÊNCIAS

BOTTI, S.O.; REGO, S.H. Processo ensino-aprendizagem na residência médica. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 34, n. 1, p. 132-140, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbem/v34n1/a16v34n1>. Acesso em: 22 jun. 2019.

BRASIL. **Residência multiprofissional**. Ministério da Educação, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/residencias-em-saude/residencia-multiprofissional>. Acesso em: 22 jun. 2019.

BRASIL. **Emenda Constitucional 095 - Novo Regime Fiscal**. Brasília: Câmara Federal, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc95.htm. Acesso em: 22 jun. 2019.

CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

CAVALCANTE, P. **Gestão pública contemporânea: do movimento gerencialista ao pós-NPM**. Brasília/Rio de Janeiro: Ipea, 2017. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2319.pdf. Acesso em: 22 jun. 2019.

CHRISTO, C.S.; SOUZA, W.F.; BORGES, M.E.S.; ATHAYE, M.R. A dimensão psicológica da regulação no trabalho: rastreamento teórico-conceitual. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 30, n. 2, p. 94-102, 2018. DOI: <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v30i2/5873>

CORDEIRO, F.R.; KRUSE, M.H.L. É possível morrer no domicílio? Análise dos cenários brasileiro e francês. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis, v. 28, p. 01-13, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1980-265x-tce-2017-0602>

CORDILHA, A.C.; LAVINAS, L. Transformações dos sistemas de saúde na era da financeirização. Lições da França e do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, p. 2147-2158, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v23n7/1413-8123-csc-23-07-2147.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2019.

DELGOULET, C. Novato: uma categoria homogênea? **Laboreal**, 11(2), 99-103, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15667/laborealxi0215cdpt>. Acesso em: 22 jun. 2019.

FEBBRO, E. Sistema de Saúde francês ainda é exemplo, mas sofre com a crise. **Carta Maior**, 22 de setembro de 2011. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Direitos-Humanos/Sistema-de-Saude-frances-ainda-e-exemplo-mas-sofre-com-a-crise/5/17577>. Acesso em: 22 jun. 2019.

FERREIRA, M.R.J.; MENDES, Á.N. Reformas nos sistemas de saúde alemão, francês e britânico. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, v. 31, n. 4, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unifor.br/RBPS/article/view/8775/0>. Acesso em: 22 jun. 2019.

FRANÇA, M.B.; MUNIZ, H.P. A gestão coletiva dos serviços de saúde pública: uma perspectiva ergológica. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 9, n. 1, p. 201-221, 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4067/406757832010.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2019.

HUBAULT, F. Os desafios relacionados à mobilização da subjetividade na relação de serviço. In: Sznelwar, L.I. (Org.). **Saúde dos bancários**. São Paulo: Publisher. 2011. p. 125-149. INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. **Gastos**: uma perda bilionária para o SUS em 2019. 25 de setembro, 2018. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/583072-pec-teto-dos-gastos-uma-perda-bilionaria-para-o-sus-em-2019>. Acesso em: 22 jun. 2019.

MERHY, E.E.; FRANCO, T.B. Por uma Composição Técnica do Trabalho em saúde centrada no campo relacional e nas tecnologias leves: apontando mudanças para os modelos tecno-assistenciais. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 65, p. 316-323, set./dez. 2003. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/712/3/Travassos_Viacava_Landmann_Alocacao%20equitativa_2003.pdf#page=141. Acesso em: 22 jun. 2019.

OLIVEIRA, S.; ALVAREZ, D.; BRITO, J. A dimensão gestonária do trabalho: aspectos da atividade de cuidado. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, p. 1581-1589, 2013. Disponível em: https://www.scielo.org/scielo.php?pid=S1413-81232013001400010&script=sci_a rttext&tlng=es

RÉPUBLIQUE FRANÇAISE. **Loi n. 2016-87 du 2 février 2016 créant de nouveaux droits en faveur des malades et des personnes en fin de vie**, 2016. Disponível em: <https://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do?cidTexte=JORFTEXT000031970253&categorieLien=id>. Acesso em: 22 jun. 2019.

SCHWARTZ, Y. Trabalho e gestão. In: Figueiredo, M.; Athayde, M. Brito, J.; Alvarez, D. (Orgs.). **Labirintos do Trabalho**: interrogações e olhares sobre o trabalho vivo. Rio de Janeiro: DP&A, 2004a, p. 23-33.

SCHWARTZ, Y. Circulações, dramáticas, eficácias da atividade industrial. **Revista Trabalho**, v. 2, n. 1, p. 33-55, 2004b. Disponível em:

<https://www.ingentaconnect.com/content/doi/16781007/2004/00000002/00000001/art00004>. Acesso em: 22 jun. 2019.

SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. **Trabalho e ergologia**: conversas sobre a atividade humana. Niterói: EdUFF, 2007, p. 191-206.

SCHWARTZ, Y. A experiência é formadora? **Educação & Realidade**, v. 35, n. 1, 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/html/3172/317227076004/>. Acesso em: 22 jun. 2019.

SCHWARTZ, Y. Manifesto por um ergoengajamento. In: Bendassolli, P. F. ; Soboll, L. A (Orgs). **Clínicas do Trabalho**: novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade. São Paulo: Atlas, 2011, p.132-166.

SCHWARTZ, Y. Educación y actividad de trabajo: diálogos, obstáculos y desafíos – conferencia. Mayo 5 de 2015. **Laboreal**, n. 13, v. 1, 2017, p. 69-80. DOI: <http://dx.doi.org/10.15667/laborealxiii0117ys>. Acesso em: 22 jun. 2019.

SCHWARTZ, Y. Prefácio. In: Di Ruzza, M.L.; Santos, M. (Orgs.). **Ergologia, Trabalho, Desenvolvimentos**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2018, p. 1-9.

4 EM CENA AS “CARREGADORAS DE SONHOS”: entre ficção e conflitos do real na atividade de professoras de escolas públicas

Mary Yale Neves

Maristela Botelho França

Simone Oliveira

São muitos os elementos que constroem a discursividade de um filme, como o roteiro, a atuação, o figurino, a fotografia, a iluminação, o ângulo, a trilha sonora, a direção de arte, a montagem. Sobre esta última, o cineasta soviético Serguei Eisenstein, conhecido por seu longa-metragem “O Encouraçado Potemkin”, afirma – no prefácio do seu livro “A forma do filme” – que “a cinematografia é, em primeiro lugar e antes de tudo, montagem” (EINSEINSTEIN, 1990, p. 35). De fato, a lógica implicada na grafia do movimento (do grego, kinema) é o registro da experiência estética de alguém diante de algo (1) e desde a costura documental ou ficcional de planos (2). Já Maurice Merleau-Ponty, em seu artigo “O cinema e a nova psicologia”, escreve que: “O sentido de uma fita [suporte onde era gravado o filme] está incorporado a seu ritmo, assim como o sentido de um gesto vem, nele, imediatamente legível. O filme não deseja

expressar nada além do que ele próprio” (apud GRÜNEWALD, 1969, p. 30).

Dessas primeiras observações, eis um primeiro anúncio importante: ainda que flertando com essa visada técnica e estética do fazer cinematográfico, não é disso que vamos tratar aqui. Afinal, o exame das partes constituintes de uma obra cinematográfica exige um conhecimento que escapa às autoras do presente ensaio. O conteúdo de nossos parágrafos iniciais, no entanto, visa disparar a engrenagem da esteira dialógica e situar no gênero docudrama¹⁰ o filme “As carregadoras de sonhos”, filme escolhido para análise neste ensaio, no qual, na primeira ação de linguagem que aparece na tela, está posto: “Este filme não é uma obra de ficção. As histórias e os personagens são reais”. O leitor pode estranhar a observação, uma vez que muitos documentários lançam mão de ressalvas assim¹¹. Então, se a vocação primeira do documentário é, exatamente, retratar uma dada realidade, por que se considerou necessário sublinhar a informação para o espectador? Será que não sabemos separar o real do ficcional? Quem sabe, ainda, aquilo que é apresentado — em tantos sentidos

¹⁰ Gênero híbrido que põe juntas circunstâncias chamadas de “fatos reais” e ficção.

¹¹ É *Tudo Verdade*, aliás, é o nome dos mais importantes festivais internacionais de documentários no Brasil.

desolador — deve ser caracterizado e reconhecido como cenas autênticas, apesar das circunstâncias absolutamente precárias narradas?

Esse caráter não ficcional da obra, ainda que marcado pela própria denominação do gênero do filme, parece sublinhar um acordo feito com a plateia: independente dos acontecimentos subsequentes, concordaremos todas e todos que este filme expõe 70 minutos de ‘realidade’. Assim, ainda que ensaiadas as cenas, ainda que música, que depoimentos previamente decupados, ainda que uma e outra frase claramente endereçada, a exemplo de “muita criança e pouca infância”, os acontecimentos subsequentes são “reais” e mesmo extraordinários, que dados à ficção, são de difícil sustentação por se tratar de situações de trabalho extremamente precárias e patógenas (BRITO; NEVES; OLIVEIRA; ROTEMBERG, 2012; FRANÇA; ATHAYDE; MUNIZ et al., 2013; NEVES; BRITO; MUNIZ, 2019).

O filme é o primeiro docudrama produzido por uma associação de profissionais, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica da Rede Oficial do estado de Sergipe (SINTESE), que registrou durante 15 dias, a rotina de quatro professoras do Ensino Fundamental de escolas públicas municipais sediadas no interior do estado. Trata-se de uma peça de declaração política

sobre a educação pública brasileira e o trabalho no/do magistério. A direção, montagem e roteiro são do cineasta baiano Deivison Fiúza que, tendo distribuído mil questionários na ocasião do 12º Congresso Estadual dos Trabalhadores em Educação, realizado em 2008, finalmente selecionou quatro mulheres cujas vidas são afinadas pelo diapasão do magistério e do ocaso do sistema educacional brasileiro¹² (NPC, 2010).

Esse circuito dialógico instaurado pela produção do filme, ancorado nas situações de trabalho das professoras-protagonistas, vem ao encontro das pesquisas, intervenção e formação que têm mobilizado e preocupado as autoras deste texto ao longo de nossa trajetória acadêmico-científica. Ou seja, compreender↔transformar as relações entre atividade de trabalho e saúde, particularmente de professoras da rede pública em localidades do sudeste e do nordeste do Brasil.

Como o foco de nossos estudos é a atividade de trabalho humano, a reflexão que articula “ficção” e realidade, nesse contexto, transcende essa dicotomia, toma outros contornos,

¹² Foram consideradas, no questionário e na seleção, particularidades como o deslocamento entre casa e trabalho, a existência ou não de filhos, as condições de trabalho, as implicações do trabalho na vida, saúde e segurança, quantas vezes se alimentavam durante o dia e demais temas incluídos no enredo (NPC, 2010).

projetando para o centro da discussão a dimensão da mobilização subjetiva, do corpo-si – com suas dramáticas de usos de si por si mesmo e pelos outros (SCHWARTZ, 2010), que constitui a dimensão dos “conflitos do real”, isto é, os efeitos da tensão inerente, no caso, entre o que foi “realizado” e o que se gostaria de realizar, como parte do que se compreende como o trabalho bem feito (CLOT, 2010).

Assim, “Carregadoras de sonhos” é alçado por nós à categoria de filme-dispositivo, como efeito do meio e do modo como foi produzido, e o que isso repercute dessa dimensão dos conflitos do real. Será analisado aqui como lugar onde cenas e falas das professoras-protagonistas se situam em uma esteira dialógica na qual discursos e silenciamentos são por nós tomados num horizonte em que o trabalho é colocado sob olhar clínico, o que permite ao docudrama ganhar novos destinos quando confrontado a outros possíveis e impossíveis das situações de trabalho de outras professoras.

Este ensaio está dividido em partes, muito embora reconstitua uma temporalidade a partir das sequências que compõem cada personagem. Assim, realizamos nossa própria montagem do filme, compartilhando com o leitor o modo como as performances de ser professora no filme atualizam a noção de que

nossas subjetividades são construídas, reconstruídas, rejeitadas ou contestadas na linguagem. Assim, nossa montagem visa ressaltar como essas performances, de certo modo, deixam entrever o modo como ser professora no Brasil faz parte de uma construção sócio-histórica moldada por instituições e discursos, que estabelece relações de coerência e continuidade de identificação com o gênero feminino e com certa antecipação normativa que institui ligação natural (e essencial) com a premissa de ofício-missão (NEVES; SELIGMANN-SILVA, 2001). Entendemos performance aqui no sentido construído por Butler por meio da sua teoria da performatividade de gênero (2004 [1988];2003[1990]). A autora pensa em gênero como atrelado a um modelo performativo de identidade no qual a repetição constante de nossas ações constitui sua identidade como sendo algo natural. A imaginada essência é, senão, “efeito de performances repetidas que reatualizam discursos histórica e culturalmente específicos” (BORBA, 2014;448).

Desse modo, performance em nada coincide com a ideia de teatralização nem tampouco pode ser entendida como resultado de uma escolha individual e voluntária. Está relacionada a limites e alargamentos do modo como, na transposição que fazemos para os mundos do trabalho docente, mulheres são reconhecidas/se

reconhecem, se constroem e são construídas como professoras no Brasil. Nas encenações no docudrama, filme-dispositivo instituído, consideramos como essas performances se reestruturam e se ressignificam em diálogo com o real da atividade (CLOT, 2010) e nas dramáticas de uso de si por si mesmo e pelos outros (SCHWARTZ, 2010).

Da experiência de um novo arranjo de montagem, ordenado em uma mesa de edição coletiva e formada pelas pesquisadoras que assinam o texto, serão destacados trechos filmicos bastante esclarecedores do trabalho docente, do sistema público de ensino, do desprestígio de que usufrui o magistério, das questões de gênero e, finalmente, do modo como se configura a estrutura e a organização escolar brasileira. O filme-dispositivo será, finalmente, lido a partir das implicações na vida social pública e privada, que na verdade reverbera a vida de grande parcela do professorado brasileiro (NEVES; SELIGMANN-SILVA, 2001, 2006; BRITO; NEVES; OLIVEIRA; ROTEMBERG, 2012; FRANÇA; ATHAYDE; MUNIZ et al., 2013; NEVES; BRITO; MUNIZ, 2019)¹³.

¹³ Ver a esse respeito ainda BARROS *et al.* (2007); ASSUNÇÃO; OLIVEIRA (2009); PAPARELLI (2013) e SOUZA (2014).

4.1 Constituindo o filme-dispositivo: da encenação ao real da atividade

Uma vez anunciado na tela que o filme “Carregadoras de sonhos” é um registro do real tem início a apresentação das personagens: as professoras Edielma dos Santos, Marta Passos, Maraísa Santos e Rose Nunes. Primeiramente são exibidas fotografias da cerimônia de formatura das quatro personagens. Logo em seguida assistimos sequências que representam um dia de trabalho na vida de cada uma delas, do acordar ao recolhimento da noite. São apresentadas, de outro modo, como o seria um herói, o que faz constar, inclusive a cena em que a personagem Marta entra no banheiro da própria casa, metida em seu pijama, para, finalmente, deixar o aposento com sua roupa de trabalho. Também ouvimos, aqui, ali e repetidas vezes a palavra “missão” ¹⁴, uma referência ao “chamado da aventura”, proposta pelo antropólogo Joseph Campbell no ano de 1949, como segunda etapa da “jornada do herói” ou “monomito”.

De qualquer forma, será de alguma valia atentar para o fato de que a fabulação heroica emprestada às personagens é, senão,

¹⁴Antes de trocar seu pijama por sua roupa de heroína, Marta se apresenta falando da sua missão de educadora. O viés missionário da profissão será recuperado e problematizado oportunamente.

uma armadilha crítica. Armadilha no sentido de que, se há uma linha mestra a alinhar as existências das quatro professoras retratadas, certamente, é a linha que recupera a ideia de transferência de responsabilidade. Afetadas pelo vínculo estabelecido com alunos, muitíssimo cientes do papel social que desempenham, são levadas a planejar ações arriscadas para sustentar e viabilizar o sonho de ver as crianças aprenderem a ler, escrever e mudarem a sua vida, quem sabe, cursarem uma universidade. Com essa finalidade, essas professoras precisarão, em atividade, reelaborar sua tarefa no sentido de alcançar, além daqueles que lhe são prescritos, objetivos também pessoais. Assim procedendo, redefinem sua tarefa a partir de si mesmo e da relação com os outros, os alunos. E no centro desse processo, subjetividade e afeto amparam o desenvolvimento da atividade de trabalho (CLOT, 1999).

Em suas ações diárias, uma vez paramentadas com vestimentas “de trabalho”, depois de despertarem quando ainda é escuro o céu, despedem-se de suas mães, filhos e companheiros para travar disputa contra espaços improvisados e precários, duplas jornadas, raros recursos didáticos, deslocamentos extenuantes casa↔trabalho↔casa, violência, fome, desamparo. E uma enorme discrepância - entre o “trabalho prescrito” e o

“trabalho real”, entre a tarefa e a atividade, “entre o que é pedido e o que se faz”-, tão acentuada pela ergonomia da atividade (DANIELOU, 2004), como possuindo correlação central com as questões que envolvem subjetividade, saúde e trabalho.

Entre outros achados, pesquisas por nós realizadas entre 1999 e 2018 — dedicadas às relações entre atividade de trabalho e saúde de professoras da rede pública do estado do Rio de Janeiro e do município paraibano de João Pessoa, concluíram ser de competência das trabalhadoras uma espécie de autotutela; o que implica no reconhecimento dos limites da própria atuação, no desenho de estratégias para abrandamento do desgaste, sofrimento e processos de adoecimento relacionados com a atividade, na invenção de alternativas para que o prescrito da docência, do ensinar seja levado a cabo (NEVES; SELIGMANN-SILVA, 2006; BRITO et al., 2012; FRANÇA; ATHAYDE; MUNIZ et al., 2013).

As carregadoras de sonhos trabalham na região do leste sergipano. O chão de terra, a parede degradada e a poeira põem laranjas as cenas. Têm que lidar com a precariedade das estradas, das carteiras escolares, das instalações, a inexistência de livros pedagógicos, dos baixos salários, das salas únicas com crianças de diferentes faixas etárias e de séries, das refeições realizadas às

escondidas dos alunos para aplacar a fome que as aflige. As histórias anunciadas pelas protagonistas expõem cruamente o descaso das políticas públicas voltadas para a educação, bem como o desrespeito à infância e às trabalhadoras.

Nesse contexto, a distinção entre tarefa e atividade sob o olhar clínico dá outro contorno à exotopia, numa tomada de cena em grande angular que expõe os conflitos da atividade. Se a tarefa é aquilo que está para ser feito, a atividade não é só aquilo que é realizado, mas aquilo que não se faz do modo como se gostaria de fazer, ou ainda aquilo que é realizado de forma diferente daquela que, no caso, das professoras, esperam que por elas seja feito. Nos conflitos subjetivos que se instauram, configura-se “o real da atividade” (CLOT, 1999).

4.2 A montagem dos conflitos do real

Transportando-nos de volta ao espaço ficcional da encenação, do set de filmagem, para as sequências que, em determinados momentos se alternam do registro de ações de deslocamento de casa↔trabalho, de refeições e de sala de aula, para cadeiras posicionadas em frente às escolas onde trabalham as professoras. Cada personagem, uma cadeira e aquelas mulheres não inventadas são tornadas, a partir de uma escolha-narrativa,

“sujeitos do discurso, sujeitos da produção de sentido das suas próprias experiências” (LINS & MESQUITA, 2008, p. 21). As professoras-personagens dirigem suas falas para a câmera. O diretor é particularmente silente e não acessível ao regime de visualidade fílmica disponível para o espectador. Particularmente, porque está presente o diretor, sim, mas ele está por trás da provocação dos depoimentos das professoras, das lentes que acompanham o cotidiano de vida e trabalho das mulheres. Ele está presente na condução cênica — no roteiro, no corte que faz juntar isso com aquilo, produzindo um efeito narrativo imprevisto. Portanto, ainda que “silente”, deve-se prestar algum tributo à “dramaturgia visual” que formula e apresenta o problema com o qual se ocupa o roteiro; a saber, as condições às quais os corpos docente e discente estão submetidos no que toca o ensino público brasileiro. A escolha pelo apagamento da voz que faz perguntas assegura alguma espontaneidade ainda que performática. Ainda mais, porque convocadas a recontarem suas próprias experiências, no contexto de uma filmagem demandada pelo sindicato, as falas dessas professoras não podem ser vistas somente como uma ação voltada a exteriorizar os problemas que vivem no trabalho, ou aliviar tensões dele decorrentes.

Inseridas na esteira dialógica colocada em movimento desde os primeiros contatos para o filme, aquelas mulheres reorganizam seus ditos, dirigindo-os para alguém que as escuta, e, ao fazê-lo, “encenam” seu trabalho. Mas antes de tudo, internalizam um diálogo interior que antecede o ato de fala em si, colocando em questão qual é o sentido do trabalho do professor e o que para elas são critérios do trabalho bem feito. E isso não apenas a partir de recursos materiais, mas do que para elas são valores incontornáveis do que seja ensinar e educar, apontando para um debate acerca das normas que regem o seu trabalho, como sublinha Schwartz (2010). Por sua vez, um debate que é atravessado pela educação como valor fundamental para o exercício da cidadania, além de uma melhor qualificação para o mercado de trabalho. Assim, como na direção sinalizada por Paulo Freire, “ninguém começa a ser educador numa certa terça-feira às quatro horas da tarde. Ninguém nasce educador, ou marcado para ser educador. A gente se faz educador, a gente se forma, como educador, permanentemente, na prática e na reflexão sobre a prática” (FREIRE, [1989]2019, p. 112). Este trecho guarda o mérito de reavivar a associação resoluta entre trabalho e subjetividade, trabalho e sentido, trabalho e saúde, trabalho e um campo interdisciplinar de saberes que depende da consideração

dos modos de trabalhar desde sua dimensão biopsicossocial (NEVES; BRITO; MUNIZ, 2019).

O diretor lhes delinea a tarefa, mas na atividade - no caso, atividade de fala -, cada uma parece redefinir a tarefa a partir de si mesma e da relação com os outros. O direcionamento dialógico se dá a um destinatário inesperado, um outro que deixa de ser apenas o diretor para ser outros no plural, a sociedade, os tomadores de decisão, os outros professores, os pais dos alunos, seu trabalho, sua atividade, seu mundo próprio, si mesmo. Desse modo, a cena se transforma em um “encontro”¹⁵.

Nesse sentido, a situação engendrada pela produção do filme, a nosso ver, é muito mais complexa do que seria estabelecer um corolário de queixas. Os problemas e questões evidenciados são importantes de serem mostrados porque além de vivenciados, muitos deles podem ser solucionados por meio de políticas públicas adequadas. Desse modo são importantes os momentos quando nos diálogos com as professoras as ausências são trazidas:

¹⁵ A centralidade da ideia do “encontro” na feitura de um filme é compartilhada pelo jornalista e cineasta Eduardo Coutinho, dos mais importantes documentaristas brasileiros. Como sublinhado por ele, seus filmes “sempre revelam, de algum modo, ao espectador, suas próprias condições de produção. Estamos sempre filmando encontros” (in: FIGUEIRÔA; FECHINE; BEZERRA, 2003, p. 216).

de investimento por parte do Estado, Conselho Tutelar para a lida com questões de abusos e de falta vivenciadas pelas crianças (de alimentos, brinquedos, de tudo...); de trabalho coletivo para o suporte pedagógico, psicológico e de assistência social; ou de falta de diálogo com as famílias — “[...] um conjunto complexo e sinérgico ainda mais nocivo, embora pouco visível” (NEVES; BRITO; MUNIZ, 2019, p.3). No entanto, na composição da narrativa, para a perspectiva da interrelação entre linguagem, atividade e subjetividade que nos mobiliza em direção aos conflitos do real, interessa também destacar o movimento dialógico que confronta situações de confirmação e discordância, os conflitos inerentes à atividade: em resposta à declaração de Edielma sobre o desinteresse das famílias em relação às mazelas contra as quais esbarra a escola diariamente, um close em Marta, extraído de outro contexto, acena em concordância. Em outra cena, porém, a mãe de uma aluna aparece na sala de aula e interpela Edielma sobre a filha que não tem concluído os deveres. Ao que ouve em réplica: “mãe, no momento não dá para nós conversarmos, porque senão chego atrasada em minha outra escola, viu? Eu tenho que pegar um táxi, uma Topic e um ônibus. Venha amanhã. Um pouquinho mais cedo”.

Se por um lado, os pais e familiares parecem não estarem disponíveis ao diálogo com as professoras, estas também parecem, pelas contingências da situação de trabalho, não estarem disponíveis para o diálogo com os pais, o que se configura, nesse caso, como parte do real da atividade, ou seja, aquilo que não se chega a realizar do modo como se gostaria (CLOT, 2010).

4.3 A construção sócio-histórica de ser professora

No filme-dispositivo em debate, quando nos deparamos com mulheres, brasileiras, nordestinas, por nós heteroidentificadas como pardas e negras, de extratos socioeconômico menos favorecidos, nomeadas “professoras”, defrontamo-nos com marcadores de identidade que, por sua vez, recuperam contextos sociopolíticos e econômicos. Por recuperar contextos sociopolíticos e econômicos, a caracterização identitária anuncia — por si e desde si — o lugar que aquele corpo ocupa no mundo, bem como a importância que lhe é atribuída pelo Estado e pela sociedade. Também a noção implicada em “importância” é examinada, dado que escola pública é uma instituição considerada indispensável por muitos, ainda que tal reconhecimento não inclua investimentos em salários,

infraestrutura, formação continuada qualificada¹⁶ e ausculta diagnóstica de seus entraves (NEVES; SELIGAMANN-SILVA, 2001).

Diversos estudos apontam que ao se referir ao magistério, as professoras evocam quase sempre a imagem de doação, de uma missão a ser cumprida, visto que aquele é vivido como prática religiosa, e para tal seria necessário ter o dom de ensinar. No discurso da vocação existem diversos entrelaçamentos, como é o caso da estreita relação, historicamente construída, entre religião e educação¹⁷, relação que contribuiu não apenas para a imagem do magistério como missão, mas também para a perfeita associação entre mulher e magistério (NEVES; SELIGMANN-SILVA, 2001; NEVES; BRITO; MUNIZ, 2019).

De fato, historicamente, configura-se uma naturalização dos afazeres femininos realizados no âmbito doméstico e que se estendem à escola. Vemos assim, o desencadear de um processo

¹⁶Muito embora uma das professora-personagem – a Edielma – seja pedagoga, pós-graduada em educação inclusiva e graduanda em Serviço Social, tal *queixa* se faz presente na voz da Marta, repercutindo a experiência de grande parcela do professorado brasileiro.

¹⁷ Lembremo-nos de que o ideário da vocação é anterior a feminização do magistério, já considerando o professor como aquele que professa um sacerdócio, uma missão.

de combinação de elementos do modelo religioso com a maternidade, possibilitando nova reinterpretação dos ideais de dedicação, abnegação, sacrifício etc., que permanecem associados ao trabalho docente. Dessa forma, o caráter missionário do qual se reveste o magistério, o consolida enquanto um dos espaços de afirmação das relações de gênero.

O docudrama destaca ainda o suporte dado às personagens-professoras por uma rede de mulheres. Rede composta por suas mães, amigas e filhas, que cuidam, dão suporte e viabilizam a sua vida e o seu trabalho. Fazem o café, rezam, se preocupam, acolhem e até mesmo oferecem a casa temporariamente, ou mesmo cedem a própria cama, como no caso da professora Marta que precisa ficar a semana fora de casa, em função da distância da escola. Estabelece-se, assim, uma rede solidária entre as mulheres. Um arranjo social com base em competências ditas femininas. Competências essas construídas socialmente no âmbito privado. Ou seja, ao longo da história, através da divisão sexual do trabalho, as funções de cuidado foram associadas às mulheres, função invisível e de pouco valor social. Essa qualificação das mulheres, como afirmam Kergoat (2010, 2018) e Hirata (1993), não é adquirida pelos canais institucionais formais, mas sim construída pelo conjunto do trabalho

reprodutivo. Portanto, essa dicotomia entre o público e o privado na divisão sexual do trabalho determinou homens provedores e mulheres cuidadoras. E essas responsabilidades privadas femininas não foram alteradas com a entrada massiva das mulheres no espaço público do trabalho. O trabalho de cuidado da casa, da família, permaneceu de maneira geral a cargo das mulheres. Situação que fica muito bem retratada na medida em que o diretor parece ter feito questão de evidenciar essa tessitura na qual são tramadas as redes de cuidado entre as mulheres.

4.3 Em cena as performances de professora

A criação verbal, o ato de fala, resulta em uma forma de atuação sobre o real e, portanto, constituição do real — e não tão somente representação ou correspondência com a realidade (AUSTIN ([1962] 1990). Desse modo, todo ato de fala é performativo e, portanto, destinado à realização de algo, fato que torna coerente a ideia de que nossas identidades são performativamente construídas, direção teórica tomada por Butler (2006) para quem a performatividade destaca a constituição de gênero como atos, gestos, “representações” ordinariamente constituídas. Para a filósofa, por meio da performatividade é possível compreender gênero no fazer-se e

constituir-se temporal, e não como decorrência de uma determinação apriorística. “O fato de o corpo gênero ser marcado pelo performativo sugere que ele não tem status ontológico separado” (BUTLER, 2003, p. 194). A partir desse enquadramento teórico, entende-se que as identidades são performativamente construídas porque sociais, culturais, porque linguísticas e históricas. De tudo se pode concluir, também e ainda, que toda identidade é resultado da coexistência de construtos. Eis o contexto em que a linguagem assume papel de suma importância na construção das nossas identidades sociais, pois é nas e através das nossas práticas semiótico-discursivas que nós nos construímos em relação ao outro e a nós (BONFIM, 2019, p.15).

E se tratamos de performativo, tratamos do corpo, jamais um “verdadeiro ou falso”. Um corpo é. Se tratamos de performance, corpo e linguagem, tratamos de atos de fala. Assim, além de ser um ato de fala, a linguagem é um ato corporal. Mesmo no universo ficcional, a linguagem preserva seu estatuto de ação em direção ao outro. Porque, como ato de fala, faz circular identidades e, de modo consequente, ideologias que as constroem. Na montagem das cenas que se seguem, consideramos que as performances de professora se reestruturam e se ressignificam

em diálogo com o real da atividade (CLOT, 2010) e nas dramáticas de uso de si por si mesmo e pelos outros (SCHWARTZ, 2010).

Rose Nunes. Uma xícara de café coado é colocada sobre a mesa. 4h30min. O relógio na parede é exibido em close. Uma moça jovem, branca, cabelos lisos e estatura baixa veste brincos que são trevos de cinco folhas e uma camiseta com uma figura indiana feminina envolvendo uma criança nos braços. Nessa sequência/prólogo, a mãe da moça jovem que preparou o café, depositando sobre a filha seu olhar devocional.

E aí, filha, como vão as coisas no seu trabalho? [sentando-se à mesa e pousando suavemente a mão sobre a da filha]
Sabe, mãe, eu queria que aquelas crianças fossem vistas como crianças e não como adultas. Sabe qual é o meu maior sonho? É de ver uma daquelas crianças na faculdade.

Assim tem início “Carregadoras de sonhos”. A professora Rose segue performando mulher, filha e professora zelosa, cuidadora, preocupada. A imagem de mãe e filha à mesa replica o sentimento despertado pela imagem da figura indiana. A construção com apelo à sensibilidade, à maternidade e à dedicação. É Rose quem anuncia: “muita criança, mas pouca infância” e seu campo de ação é marcado pela denúncia e pela posição testemunhal de espectadora da rotina enfrentada por

alunas e alunos de escolas públicas. Porque a professora enxerga a criança como um corpo-si, ao passo que a escola se encarrega de ignorar a dupla presença dos corpos docente e discente, deitando ênfase sobre a cognição. É Rose quem descobre um corpo feminino de nove anos de idade marcado pelo abuso doméstico, porque Rose investiga os corpos-si das crianças, porque inaugura o “dia da catapora”, pedindo que todos se dispam para averiguação das irritações cutâneas características da infecção viral. Na pele, a marca da violência apenas identificada pela “professora, enfermeira, psicóloga, assistente social, mãe” (NEVES; SELIGMANN-SILVA, 2001, 2006; BRITO et al., 2012). A escola ignora o corpo porque, para a escola, o corpo é apenas o que registra o lápis no caderno pautado, mentes que precisam ser instruídas (SILVA JUNIOR, 2017).

Rose diz ter aprendido, por repetição, que a “escola escolariza” e a “família educa”, muito embora o esgarçamento dos papéis, conduzido por políticas públicas parciais e deficitárias, carregue para o centro do debate a formação de princípios éticos. “A escola não dá conta”, avalia, ainda que sua missão permaneça inalterada: preservar os sonhos das crianças, também lhes garantindo uma infância apoiada, desde a mediação.

Edielma dos Santos. Por ser uma professora cientista e acadêmica, os problemas exibidos diante de si são analisados desde seu substrato teórico. Pedagoga, pós-graduada em educação inclusiva e graduanda em Serviço Social, não é a primeira vez que as credenciais de Edielma surgem por aqui. Sua clarividência não deixa escapar o inescapável porque uma mulher, por nós heteroidentificada parda, madura, cuja filha é entregue aos cuidados da avó por cinco dias úteis e cujo deslocamento faz incluir, pelo menos, três categorias distintas de veículo. Ônibus, táxi e Topic — um serviço de transporte muitas vezes irregular e bastante comum em regiões periféricas não atendidas por linhas públicas. As aulas oferecidas têm lugar em um espaço provisório, um quarto pequeno e anexo a uma segunda sala de aula. Porque conjugadas as salas, a professora daqui pergunta para seus alunos e os alunos de lá respondem. Não há biombos ou paredes ou divisórias capazes de compartilhar o espaço sonoro. Mas, sim, um mimeógrafo, um quadro-negro e giz branco, ainda que nenhum livro pedagógico, nem cola, nem tesoura, papel crepom, laminado, camurça e demais “complementos mais sofisticados”. E uma única norma para tamanha ausência de normas. Se reprovados muitos, então, recolhidos os recursos já escassos. Para a “missionária”, a orientação: “não reprovarás”. Se reprovados muitos, ineficiente a

equipe, diz Edielma, sempre passar adiante. A professora? “Para trás”.

Tendo alcançado, finalmente, a segunda escola para seu segundo turno, entoam a professora, em companhia dos seus alunos, a música do “boa tarde”. Mas uma voz-denúncia, porque ensaiada e propositadamente incluída no roteiro, faz repetir um menino pequeno: “Pró, qual é a merenda hoje?”. O alimento e a escola não guardam uma relação metafórica. Porque mata a fome, a comida nutre o desempenho, o desenvolvimento, a atenção, a disposição física para aprender. Um aluno faltou à escola, pois tendo procurado um ovo no galinheiro de casa, deu com o ninho vazio. O estômago vazio. Sua cadeira vazia na escola. Vazios os espaços entre, os espaços além, os espaços futuros. “Cada homem vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão depende de sua localização no território. Seu valor vai mudando, incessantemente, para melhor ou para pior, em função das diferenças de acessibilidade (tempo, frequência, preço), independentes de sua própria condição”, escreveu Milton Santos, mencionado nos créditos finais dentre outros nomes in memoriam (SANTOS, 2007, p.107). Vencido o intervalo de tempo correspondente a cinco dias úteis, dizíamos, Edielma tem um reencontro emocionado com a filha.

Marta Passos. Um relógio na parede e o tempo que tudo toma. Tem estatura mediana, é madura, é parda e são lisos os seus cabelos.

“Eu não gosto de usar essas roupas. Essa jaqueta é muito quente. Eu uso por dois motivos: primeiro, para me proteger do sol; segundo, e mais importante, é para fingir que sou um homem na moto. Nessas estradas desertas, mulher sozinha é muito perigoso. Mas eu não gosto de usar essas roupas”.

Uma nova circunstância para constatar a maneira como o pensamento colonial deposita suas marcas sobre as questões de gênero, interseccionadas às de raça e classe social (LOURO, 1998; HIRATA, 2016; KERGOAT, 2018). Uma sociedade patriarcal tem no centro o patriarca, o pai, o chefe, o líder. Uma sociedade machista tem no centro o macho, o falo, o acesso ao corpo feminino que, subjugado, nasce autorizado para ser violado. A professora super-heroína é a própria antagonista. Ela cai de motocicleta e se acidenta. Do acidente, nas proximidades do lugar onde ensina, lembra-se de que não riram as crianças. E chora. Porque as crianças não julgaram ridícula sua queda, ela chora. Isso, precisamente, deve ser o sintoma de algo.

“Meu nome é Marta. Minha missão é educar crianças que estudam em escolas muito pobres”.

A dimensão “missionária” da docência, sobretudo quando do ensino fundamental, é a medida da “vocação” de alguém; mulheres, majoritariamente. Outra vez, o casamento, a maternidade, o cuidado com o ambiente doméstico, o amparo, o servilismo, a responsabilidade pela vida do marido, da criança, do idoso, do desvalido — o “destino natural das mulheres” (NEVES; SELIGMANN-SILVA, 2001). E sua missão tem todas as características da precariedade, como se tão mais débeis as condições, tão mais desafiadora e digna de nota sua performance. “Na minha opinião”, diz Marta, “a educação é tratada com muito descaso aqui no Brasil devido aos políticos. Porque eles não querem pessoas que pensem. Eles querem apenas alunos que saibam a-e-i-o-u, que saiam formados sem, muitas vezes, saber ler um texto”. Um projeto de erradicação do pensamento. A potência crítica minada no seu estágio embrionário. A experiência de Marta referenda Paulo Freire: “Somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua ‘convivência’ com o regime opressor” (FREIRE, [1968], 2019, p. 72). A queda de Marta da moto tem lugar

em uma convivência lúcida com o regime que a responsabiliza pelos maus resultados. Entre uma escola e outra são contados 80km. Por semana, 400km ou quase a distância em linha reta entre São Paulo e Rio de Janeiro. Toda semana, as quatro semanas do mês, todos os meses, um, dois, três e todos os anos inteiros. E não almoça. E não se alimenta. E não nutre o corpo que pilota para ensinar porque não há tempo para. Mas sentir que “tudo vale a pena”. Pela vocação. Pela missão. “Tudo vale a pena”.

E vale a pena morar de segunda a sexta-feira na casa de Dona Cida, “obrigada, Dona Cida, que Deus lhe abençoe”, uma conhecida. Vale a pena dormir na cama emprestada de Rosemari, filha da dona Cida. Vale a pena o salário que não cobre despesas, que não recompensa o cansaço, que sabe — desde o gesto diário dedicado ao cumprimento eclesialístico da rotina diária — ser a educadora nunca uma narradora, uma dissertadora que deposita nos educandos seu conhecimento sobre assuntos diversos (FREIRE, [1968], 2019, pp. 79-86), mas alguém que compartilha sua consciência sobre, alguém que oferece a ocasião para a formação da razão crítica. Que ensina. Há coisas justas. Outras não.

“Pode é ser bonito, mas é injusto comigo, com os outros professores e, principalmente, com os alunos”.

Maraísa Santos. É uma mulher negra e madura. Seus cabelos são lisos. Sua despedida de casa é também a notícia do seu retorno para dali 15 dias.

“Meu maior prazer é ensinar. Mas para isso, eu preciso enfrentar uma longa jornada até a sala de aula”.

A viagem inclui um assento no ônibus e outro assento no pau-de-arara¹⁸, ao lado dos trabalhadores rurais e animais. A estrada é toda poeira e a poeira um pó fino que é mesmo um risco para sua saúde, muito embora também o calcário em forma de bastão — giz escolar — que Maraísa carrega na própria bolsa e junto do apagador. “Cada qual com os seus próprios recursos”, lemos na cena. Aos descer do pau-de-arara, Maraísa atravessa a rua em direção à escola e a câmera captura um velho, sentado dentro da sala de casa e cujo gesto é conferir as horas no relógio de pulso. Está o relógio em diversos fragmentos fílmicos porque o relógio é um símbolo de vigilância, de monitoramento dos turnos de trabalho, da sociedade raio x que decide o que deve ser visto — computado, classificado — e o que é naturalmente invisível. É

¹⁸ Pau-de-arara é o nome designado para caminhões adaptados para o transporte irregular de passageiros, que ainda é bastante utilizado no interior do Nordeste do Brasil.

invisível o sofrimento de Maraísa que lamenta a distância entre a casa dos pais e a escola. Porque Maraísa vive numa casa alugada, na cidade onde leciona, com duas outras professoras. Encontram-se muito rapidamente e no horário do almoço. Muito rapidamente porque o intervalo deve contemplar o deslocamento escola→casa→escola e o tempo de uma refeição. Qual o tempo de uma refeição? O relógio do velho conta as horas quando Maraísa retorna à escola.

“Podem entrar, eu já falei com eles que vocês vinham hoje”.

Um novo cenário que não deveria ser uma sala de aula ou uma casa ou um lugar onde permanece alguém. Maraísa é professora de língua estrangeira, de um idioma estranho àquela terra laranja, a notícia de um mundo outro. Ela limpa a mão de giz na calça jeans já branca e limpa o quadro-negro com um pano encharcado e segue para a casa alugada quando o velho, mais uma vez, examina as horas. Concluída as aulas, a dupla jornada, Maraísa distribuirá as tarefas escolares sobre a mesa, a caneta, a correção, o sono e papéis tornados seu travesseiro.

Antes ainda, com sua voz em off, Maraísa confessa. É confessional o tom e o recurso cinematográfico. Em off, apenas a escutamos.

“No começo, eu tinha muita vergonha do pau-de-arara. Um dia, quando eu ia descer do caminhão, eu vi uma amiga passando na rua. Eu fiquei com tanta vergonha que voltei, me escondi atrás das pessoas e não desci. Na faculdade, eu jamais imaginei que, um dia e para ser professora, eu teria que andar em cima de um pau-de-arara. Nunca me disseram isso”.

Na cadeira de depoente, instalada em frente à escola, Maraísa reflete sobre a dimensão política que atravessa sua atividade. São transferidas as professoras de lá para cá e para lugares piores. O Estado ignora que por trás do termo educação há um binômio inquebrantável e cuja existência depende do duplo reconhecimento de suas necessidades. “Quantas escolas públicas têm psicóloga e assistente social para ajudar o professor e aluno?”, pergunta-se. A ajuda de que precisam é um direito. Cansada e já poente o dia, Maraísa sobe no pau-de-arara e a cena é embalada pela trilha sentimental. O caminhão estaciona para desembarcar alguém bem diante do velho e seu relógio. Ele move a mão para cima, como um autômato, mas algo suspende seu movimento. A testa franzida. O trabalho. O cansaço. A vida.

4.4 A atividade como dramáticas de uso de si

Um dos pressupostos da análise em curso se baseia em uma escolha. A escolha de considerar a atividade de trabalho como dramáticas de usos de si por si e de uso de si por outros; o que sugere debates permanentes sobre as normas antecedentes que regulam a atividade, por um lado, e sobre valores, por outro (SCHWARTZ, 2010). De acordo com a perspectiva ergológica, nas mais diferentes situações de trabalho, além das prescrições/tarefas postas pela organização do trabalho¹⁹, existem normas antecedentes - mais abrangentes e decorrentes de um patrimônio histórico e social (saberes-fazer, valores etc.) - que configuram e dão sustentação a um dado ofício, um norte à realização da atividade. Para tal realização, frente às condições concretas de trabalho, os trabalhadores e trabalhadoras procedem sistematicamente a tentativas de renormatizações, a arbitragens que são atravessadas por debates de valores (SCHWARTZ, 2010).

Brito (2005) chama a atenção para o caráter normativo/prescritivo das relações sociais de gênero na configuração de atividades de trabalho. No caso daquelas

¹⁹ Conforme preconizado pela Ergonomia da atividade (DANIELLOU, 2004).

percebidas social e historicamente como femininas, como dito anteriormente, as mulheres desempenham atividades que são associadas a qualidades e habilidades tidas como naturalmente femininas, não sendo, portanto, valorizadas e reconhecidas (HIRATA; KERGOAT, 2007). Nessa direção, Neves e Seligmann-Silva (2001) apontam que a precarização das condições de trabalho na escola está relacionada com as relações de gênero, como desdobramento do (não) valor que é atribuído a esse trabalho considerado naturalmente feminino (BRITO et al., 2012; NEVES; BRITO; MUNIZ, 2019).

Desse modo, a partir das normas antecedentes e prescrições percebe-se que essas personagens-professoras procuram cotidianamente driblar as suas condições extremamente precárias de trabalho, além de acolherem demandas sociais e afetivas dos seus alunos. Por isso, trabalhar com o magistério é tornado sinônimo de “um destino a viver”. Se um destino a viver, tem-se um conjunto de fatalidades sucedâneas que serão chamadas, ao fim e ao cabo, “uma vida”, então, um lugar de partida e um de chegada. Um corpo. É no corpo que se dão as escolhas e é sobre o corpo que as violências são tornadas materiais. Schwartz prefere denominar corpo-si à entidade que faz arbitragens (MUNIZ; SANTORUM; FRANÇA, 2018), que produz

performances contínuas de mulher-professora a partir das ações dialógicas propostas pelas personagens.

Rose, por exemplo.

Na sala de Rose, uma menina de nove anos de idade deixava despencar seu rendimento escolar. “Agressiva”, dirá a professora. “Triste”. “Distraída”. Em diligência, soube que o avô da menina havia falecido, mas julgou a informação parcial porque viu umas marcas não usuais no corpo da menina. Deu à menina um diário, uma boneca e a instrução para que conversasse com a boneca e tomasse nota do diálogo no diário. Descobriu que o irmão mais velho da menina abusava sexualmente da criança. Acionou o Conselho Tutelar. A mãe da menina afastou a filha da professora. Conclui a professora que os psicólogos dão com traumas prontos enquanto a professora os vê em pleno ato. Pois falávamos sobre as normas que regulam as atividades e os valores e a decisão entre deixar sozinhas as crianças ou comer sua marmita “fria” diante delas, ainda que sabido algumas das crianças com fome.

As consequências do impedimento da atividade (CLOT, 2010) — porque mesmo incapaz de solver problemas decorrentes das insuficientes e controversas políticas educacionais e de determinações socioeconômicas e políticas de classe — Rose acena em direção às implicações para a saúde das trabalhadoras.

A capacidade para gerir tensões entre atividade e subjetividade está diretamente relacionada à função psicológica que o trabalho assume na vida de cada uma (CLOT, 2006). O “grande” tema subjacente à díade saúde↔trabalho é a permissão dada ao sujeito para, finalmente, gestar. Pois “trabalhar é gerir” (SCHWARTZ, 2010). E tal gestão, confirma Clot, desenvolve-se por meio de uma dialética entre a atividade realizada e o real da atividade. Assim, merece atenção uma série de pontos factuais inescapáveis. Que a formação não prepara adequadamente a professora para sua caleidoscópica atuação multidisciplinar. Que a missão do professorado foi, historicamente, tornada uma incumbência do gênero feminino – tomado como essência atemporal e determinada – e das classes trabalhadoras. Que os salários são baixos, suspensos ou tempo algum reajustados já há décadas (NEVES; SELIGMANN-SILVA, 2001; BRITO et al., 2012; NEVES; BRITO; MUNIZ, 2019).

Que, para as personagens-professoras em tela, sequer é possível retornar durante a semana ao lugar onde vivem porque as distâncias entre a casa e a escola têm o tamanho de um abismo. Que o deslocamento, aliás, não é um ir-e-vir simplesmente, mas motocicleta, estrada, assalto, acidente, medo de abordagens porque ali uma mulher. Que sonhar com um mundo outro para si

e para as crianças sob sua tutela é tão somente possível se um sonho coletivo, comum, público, político.

Pergunta bastante pertinente é a seguinte. De que modo as identidades de “professora” são construídas em as “Carregadoras de sonhos”? Parece-nos importante observar que o debate sobre a construção de identidade de “professora” pode ser redimensionado para uma percepção das dramáticas do uso do corpo-si (SCHWARTZ, 2010).

Mulheres foram convidadas para participar de uma filmagem cujo ponto de convergência é a atividade de trabalho como professora, desde seu despertar doméstico e seus deslocamentos até um pequeno prato e, dentro dele, um punhado minguido de giz-de-cera em tocos, pelo qual competem as crianças. E quando, finalmente, uma cadeira disposta em frente à escola, a maneira de um banco de audiência, o que fazem as professoras quando falam? Para quem elas falam? O que nos leva a pensar sobre as políticas públicas de educação em municípios e estados do Brasil? Quais são as consequências dos pontos de vista da atividade performados pelas personagens mulheres-professoras? São formulações suscitadas pelo filme e nascidas desde a reflexão sobre o trabalho docente.

Nossa análise sobre o trabalho considera principalmente dados aspectos que enriquecem a compreensão da construção desse corpo-si, ao mesmo tempo em que a ação performativa de se construir mulher-professora realizada por esse corpo-si é uma pista a ser seguida para além da pergunta sobre como as quatro personagens constroem a identidade de professora nessa montagem, mas também o que essa performance de ser professora traz do real da atividade (CLOT, 2010).

4.5 Vencidos os créditos finais: um diagnóstico

As informações finais, constantes dos créditos do filme, anunciam que “o Estado de Sergipe possui o maior PIB per capita do nordeste brasileiro”. Que “na avaliação do IBGE, Sergipe cresceu acima da média nacional” e que é “o 4º. maior produtor de petróleo do Brasil”. E, então, que “é rico em minérios, sendo o maior produtor de cimento do nordeste”.

Assim sucedidas, os dados objetivos parecem legendar a realidade recém-assistida. Um bom indicador de desenvolvimento econômico, petróleo, minérios e cimento. Baixos salários, salas de aula erguidas em pau-a-pique, nenhuma oferta de material didático, 400 quilômetros semanais entre a cama emprestada e a escola, processos de transferência de professoras que não incluem

os principais interessados na decisão, políticas públicas empenhadas em construir balizas ao redor do pensamento por meio da política subterrânea, e por todas conhecida, de aprovação compulsória.

As “Carregadoras de sonhos” exibem uma alternância entre segmentos temáticos que tecem o trabalho das mulheres-professoras. Há sequências tornadas pessoais porque dedicadas à história de cada uma das personagens, favorecendo uma espécie de visada que dá a ver a confluência entre modos de vida e a atividade de trabalho; atividade de trabalho como dramáticas de uso de si por si e de si por outros. Também a ideia de “dramática” é sublinhada desde a escolha feita pela direção do filme, qual seja, o registro das professoras em ação — ao invés de, simplesmente, encadear entrevistas como principal elemento narrativo. Porque o espectador as acompanha do despertar à noitinha é que tomamos conhecimento das dificuldades enfrentadas pelas mulheres antes do cumprimento das suas jornadas de trabalho. Passa o dia e professoras (1), enfermeiras (2), psicólogas (3), assistentes sociais (4) e mães (5) para aquele corpo discente, um corpo-si — todas as atribuições centrípetas correm para dentro do magistério, endossando a figura disciplinada da professora santificada porque, apesar das dificuldades, mantém-se atada ao

seu propósito, sua “missão”. Elas são um exemplo ao conjugarem “sonho” e “missão” na mesma existência. Também porque o sonho delas, privado, é confundido com o sonho deles, o alunato, o ritual da formação acadêmica, do se tornar alguma coisa além da terra alaranjada, distinguir-se do chão batido, ser alguém.

Para superar a falta de estrutura, desdobram o próprio corpo em muitos outros ou tantos quantos os papéis pelos quais procuram. Onde está o Conselho Tutelar? Onde está o governo? Quem se responsabiliza pelo gerenciamento da rede pública de ensino? Porque o silêncio é a resposta para todas as perguntas é que as professoras- personagens — anti-heroínas que, apesar dos poderes competentes — são vencidas por trivialidades em tudo perversas. Vencidas pelo sono, pela própria fome, pela fome do outro, pela violência doméstica, pela violência de gênero, pela inexistência de material didático, pela invisibilidade e não reconhecimento social. Bastante breve certo antagonismo entre os ensinos público e privado porque no público há liberdade e não infraestrutura quando no privado o contrário. Também a devoção das quatro professoras às suas salas de aula, que não são salas de aula, simplesmente, mas uma comunidade de aprendizagem.

Tão empenhadas quanto lúcidas, as professoras sabem que seu sacerdócio é uma força exógena e socialmente impingidas.

Recusam o discurso meritocrático que deposita na perseverança e na empatia o sucesso de um trabalho concluído a partir de condições precárias e desabonadoras. “É preciso acabar com essa ideia de que o magistério é sacerdócio, com essa mania de ver histórias como as nossas e dizer ‘quando quer, faz’. Isso é injusto. Professor precisa ganhar bem, precisa ter qualidade de vida, precisa continuar estudando”, declara Marta Passos. O grifo é nosso porque uma relação justa é, precisamente, aquela que fomenta uma experiência de si afinada com valores, saberes e ação competente desde as condições concretas de trabalho (SCHWARTZ, 2010). Entre uma cena e a última, o conhecimento que apenas pode ser ensinado pela permanência no território e pelo (re)conhecimento das suas principais contrariedades. “Pelas crianças, por mim e porque acredito no que faço” é o preâmbulo e o posfácio de “Carregadoras de sonhos”.

FICHA TÉCNICA

Título original: Carregadoras de Sonhos

Ano: 2010

País: Brasil

Diretor: Deivison Fiúza

Roteiro: Deivison Fiúza

Elenco: Edielma dos Santos, Maraísa Santos, Marta Passos e Rose Nunes

Gênero: Docudrama

Duração do filme: 70 minutos

REFERÊNCIAS

AUSTIN, John L. **Quando dizer é fazer: palavras e ação**. Trad. D. Marcondes. Porto Alegre: Artes Médicas. [1962] 1990.

ASSUNÇÃO, Ada Ávila, OLIVEIRA, Dalila A. Intensificação do trabalho e saúde dos professores. **Educação & Sociedade**, 2009; n. 30, p. 349-72.

BARROS, Maria Elizabeth B. de; ZORZAL, D.; IGLESIAS, R. Z.; ALMEIDA, F.; ABREU, V. G. Saúde e trabalho docente: a escola como produtora de novas formas de vida. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 5, p. 103-124, 2007.

BRITO, Jussara. Trabalho e Saúde Coletiva: o ponto de vista da atividade e das relações de gênero. **Ciência e Saúde Coletiva**, [s.l.], v. 10, n. 879-890, p. 12, 2005.

BRITO, Jussara C.; NEVES, Mary Y.; OLIVEIRA, Simone S.; ROTENBERG, Lucia. Saúde, subjetividade e trabalho: o enfoque clínico e de gênero. In: **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 37, n. 126, p. 316-329, 2012.

BONFIM, Marco A. L. do. Linguagem e identidade: o lugar do corpo nas práticas identitárias sociais. **Linguagem em foco**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da UECE v. 8, n. 2, volume temático: Linguagem e Raça: diálogos possíveis, 2016.

BORBA, Rodrigo. A linguagem importa? Sobre performance, performatividade e peregrinações conceituais. **Cad. Pagu**, n.43, Campinas, jul./dez. 2014.

CAMPBELL, Joseph. **O herói de mil faces**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Pensamento/Cultrix, 1989.

BUTLER, Judith. Performative Acts and Gender Constitution: An Essay on Phenomenology and Feminist Theory, 2004 [1988]. In.: BIAL, H., **The Performance Studies Reader**. Nova York, Routledge, 2004, p.154-166

_____. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003 [1990].

CLOT, Yves. **A função psicológica do trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2006.

CLOT, Yves. **Trabalho e poder de agir**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

CUT/BA. “**Carregadoras de sonhos**” na sala de arte da UFBA. Disponível em: <https://ba.cut.org.br/noticias/filme-carregadoras-de-sonhos-na-sala-de-arte-da-ufba-85c8>. Acesso em: 13 maio 2020.

DANIELLOU, François (Coord.). **A Ergonomia em busca de seus princípios**. Debates epistemológicos. São Paulo: Edgard Blücher, 2004.

EISENSTEIN, Sergei. **A forma do filme**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

FIGUEIRÔA, Alexandre; BEZERRA, Cláudio; FECHINE, Yvana. O documentário como encontro: entrevista com o cineasta Eduardo Coutinho. **Revista Galáxia**. nº. 6. out./2003.

FRANÇA, M. B., ATHAYDE, M., MUNIZ, H., NEVES, M.; BRITO, J. Clínica do trabalho e experiência de formação com trabalhadoras de escolas públicas no Brasil. **Cadernos de Psicologia Social e do Trabalho**, 16, p. 69-89, 2013.

FREIRE, Paulo. **Direitos Humanos e educação libertadora: gestão democrática da educação pública na cidade de São**

Paulo. Organização de Ana Maria Araújo Freire e Erastos Fortes Mendonça.. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

_____. **Pedagogia do Oprimido.** 67 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

GRÜNEWALD, José Lino. **A ideia do cinema.** José Lino Grunewald (seleção, tradução e prefácio). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

HIRATA, Helena et al. (Orgs.). **Gênero e trabalho no Brasil e na França:** perspectivas interseccionais; trad. Carol de Paula. São Paulo: Boitempo, 2016.

HIRATA, Helena. Paradigmes du Travail, um “Point de Vue Transversal”. In: **Futur antérieur**, n.16. 1993.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cad Pesqui** 2007; n. 37, p. 595-609.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. In: **Novos Estudos — CEBRAP**, n.86. São Paulo, mar 2010.

KERGOAT, Danièle. **Lutar, dizem elas...** Recife: SOS Corpo, 2018.

LINS, Consuelo; MESQUITA, Cláudia. **Filmar o real**. Rio de Janeiro: Zahar. 2008.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

MUNIZ, Hélder; SANTORUM, Kátia; FRANÇA, Maristela. Corpo-si: a construção do conceito na obra de Yves Schwartz. **Revista Fractal** — Revista do Departamento de Psicologia da UFF (IMPRESSO), 2018.

NEVES, Mary Y.; SELIGMANN-SILVA, Edith. Trabalho docente: Precarização e feminização de uma prática profissional. In: **Trabalhar na Escola?** “Só inventando o prazer”. Brito, J.; Barros, M. E.; Neves, M. Y. & Athayde, M. (Orgs.). Rio de Janeiro: Edições IPUB / CUCA, 2001. (pp. 23 a 50).

NEVES, Mary Y.; SELIGMANN-SILVA, Edith. A dor e a delícia de ser (estar) professora: trabalho docente e saúde mental. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, UERJ, RJ, ano 6, n. 1, 1^o semestre de 2006.

NEVES, Mary Y.; BRITO, Jussara; MUNIZ, Helder. A saúde das professoras, os contornos de gênero e o trabalho no Ensino Fundamental. In: **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, p. 1-4, 2019.

NPC. **Carregadoras de Sonhos**: primeiro longa-metragem brasileiro de um sindicato é lançado em Sergipe. Disponível em: http://piratininga.org.br/novapagina/leitura.asp?id_noticia=5861&topico=Filmes. Acesso em: 13 maio 2020.

PAPARELLI, Renata. Desgaste mental docente na escola pública: trabalho sem sentido sob a política de regularização de fluxo escolar. **Advir (ASDUERJ)**, v. julho/2013, p. 32-46, 2013.

SANTOS, Milton. **O espaço cidadão**. 7. edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SCHWARTZ, Yves. Trabalho e Uso de Si. In: SCHWARTZ, Y. & DURRIVE, L. (Orgs.). **Trabalho e ergologia**: conversas sobre a atividade humana. Yves Schwartz e Louis Durrive (orgs.). Organização da edição brasileira: Jussara Brito e Milton Athayde. 2. ed. Niterói: Editora da UFF, 2010.

SCHWARTZ, Yves. Motivações de conceito de corpo-si: corpo-si, atividade, experiência. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 49, n. 3, p. 259-274, jul./set. 2014.

SCHWARTZ, Yves. Production de savoirs sur l'activité: quels noeuds entre épistémologie et éthique? **Ergologia**, n° 14, dez. 2015.

SILVA JUNIOR, Paulo Melgaço. “Se der mole... Eu passo o rodo”: quando as questões de gênero, sexualidades, masculinidades e raça invadem o cotidiano escolar. **Revista Café com Sociologia**. v. 6, n. 1. pp. 53-70, jan./abr. 2017.

SOUZA, Katia Reis de. Mudanças necessárias no trabalho em escolas: a visão dos profissionais da educação e o enfoque da saúde do trabalhador. **Educação em Revista** (UFMG. Impresso), v. 30, p. 291-313, 2014.

5 SOBRE O FILME “CULPA”: coletivo de trabalho, regras de ofício e transgressão

Anísio José da Silva Araújo

Thais Augusta C. de O. Máximo

Paulo César Zambroni de Souza

Neste capítulo buscamos fazer uma análise do filme “Culpa”, primeiro longa-metragem do diretor sueco Gustav Möller, indicado ao Oscar de melhor filme estrangeiro no ano de 2019 pela Dinamarca. É importante ressaltar que o diretor e mais um grupo de graduados da Escola de Cinema da Dinamarca fizeram este filme em apenas 13 dias (SCOREL, 2019). A proposta do presente capítulo é colocar em debate a atividade do policial protagonista Asger Holm (Jakob Cedergren), especialmente a forma como faz a gestão de uma situação inusitada que, por sua vez, é a base sob a qual se sustenta a trama e de onde extraímos os temas para discussão neste capítulo.

Este policial cumpre medida disciplinar numa Central de Emergência da Polícia, enquanto aguarda o desfecho de uma investigação, pela qual é acusado de atirar e matar um jovem em sua atividade como policial de rua. Na verdade, o filme se passa no

dia anterior à audiência na qual esse caso será julgado. O policial parceiro, por nome Rashid, testemunhará a seu favor, estando o depoimento previamente acertado com o fim de inocentar Asger. Havia da parte da dupla a convicção de que a estratégia seria bem-sucedida, ou seja, Asger seria inocentado e voltaria logo a atuar como policial de rua. Não obstante, em um momento do filme, Rachid manifesta o temor de que seu depoimento pudesse cair em contradição, inviabilizando o plano da dupla.

Além de Asger e Rashid, outros personagens são importantes na trama: Iben (a suposta vítima de sequestro); Michael (o suposto sequestrador), Mathilde e Oliver (filhos de Iben e Michael), e Bo (ex-chefe de Asger).

Para abordar as questões que o filme propõe optamos, do ponto de vista teórico, pela Psicodinâmica do Trabalho (PDT), abordagem que tem em Christophe Dejours seu maior representante. Não obstante, procuramos recorrer a outras abordagens/perspectivas, quando se mostraram úteis à análise do filme. Categorias como mobilização subjetiva, coletivo de trabalho e regras de ofício, trabalho prescrito e trabalho real, transgressão, que integram o glossário da PDT (embora alguns deles não sejam tributários dessa abordagem) são pertinentes para as análises que nos propusemos fazer neste capítulo. A questão central que

perpassa nossa análise é a importância dos coletivos de trabalho, seja no apoio recíproco frente às instabilidades da vida e do trabalho, seja no debate relativo ao enfrentamento dos imprevistos, seja na construção de planos de ação visando a sua superação (DANIELLOU, SIMARD, BOISSIÈRES, 2010). Em outros termos, sem recorrer ao patrimônio de saberes do qual o coletivo de trabalho é depositário, muitos diagnósticos podem se mostrar equivocados, comprometendo o plano de superação e, sobretudo, o resultado almejado.

A mobilização individual é importante, crucial em determinadas circunstâncias, mas ela deve estar articulada às regras do ofício que, por sua vez, condensam os achados históricos resultantes do enfrentamento de múltiplas situações de trabalho. É nesse patrimônio do ofício onde é possível encontrar indicações importantes para gerir os imprevistos no trabalho. O filme mostra como o envolvimento individual descolado do coletivo e de suas regras é insuficiente para fazer face aos dilemas da atividade de trabalho e pode efetivamente representar um risco.

5.1 Preâmbulos

O filme, como assinalamos, focaliza a atividade de Asger atendendo os chamados telefônicos na Central de Emergência da

polícia dinamarquesa. Um deles, em especial, que comunica um suposto sequestro, é a base sob a qual se desenrola toda a narrativa.

Asger deveria desempenhar suas funções de acordo com as prescrições, ou seja, atender os casos que lhe eram encaminhados, buscando captar, com a maior precisão possível, o que ensejavam, encaminhando-os na sequência aos setores competentes, a saber, as centrais (ou delegacias) policiais para as devidas providências. Em um primeiro momento, apresenta-se um cenário de aparente ‘tranquilidade’ no setor. Telefones tocam, os policiais atendem as chamadas e tentam buscar informações para caracterizar as ocorrências e realizar os encaminhamentos pertinentes a cada caso. As informações buscadas das ocorrências variam conforme o caso, mas em geral, cobrem aspectos como localização do ocorrido, existência de vítimas, de pessoas armadas, se é caso de acidente, entre outros.

Um dos elementos que desde o início do filme apresenta-se secundarizado é o coletivo de trabalhadores da Central de Emergência. Aqui um breve desvio para explicar o nosso entendimento de coletivo. Na visão de Dejours (1993), o que funda o coletivo de trabalho é a cooperação e a existência de regras. Tais regras não são prescritas, mas “[...] elaboradas e remanejadas no

dia-a-dia pelo coletivo de trabalho” (MOLINIER, 2013, p. 131). Essas regras (de ofício, da profissão, de trabalho) são o resultado de “[...] acordos normativos, ou seja, de convenções sobre o que é considerado como válido, correto, justo ou legítimo”. As regras compõem o que Molinier (2013) denomina de face oculta do trabalho, especialmente porque não são objeto de transmissão direta, em geral se tornando visíveis quando são transgredidas, ou então quando há contradição entre regras ou ainda quando a situação exige a elaboração de uma nova regra.

Para Dejours (1993), a cooperação são os laços que os agentes constroem entre si com o objetivo de realizar uma obra comum. Um fator que contribui para a constituição e manutenção dos coletivos são as dificuldades reais encontradas no trabalho. Os laços de cooperação requerem iniciativas individuais e/ou coletivas no intuito de preencher as lacunas da organização do trabalho, bem como a regulação das diversas condutas singulares por meio da coordenação.

Ao que parece, Asger não buscou, ao longo de sua permanência naquele setor, um entrosamento efetivo com os seus pares, seja porque entendia que estava ali de passagem para cumprir uma medida disciplinar, portanto aquele não era o seu ofício; seja porque considerava aquela atividade subsidiária da

sua, já que os casos que chegam à Central de Emergência são os que ele enfrenta cotidianamente como policial de rua. Para Asger, a transposição para essa outra atividade parecia ser simples, praticamente dispensando o auxílio dos outros.

Por outro lado, o fato de sua atividade de trabalho ser exercida na rua, verificando in loco as situações e tomando as decisões pertinentes a cada caso, permite a esse policial, nessa outra atividade de trabalho (na Central de Emergência), dar certa concretude às situações que lhe chegam por meio dos chamados telefônicos. É como se visualizasse mentalmente como se configura a situação que está sendo transmitida por telefone. Isso, em princípio, representa um conhecimento prático relevante à atividade de tele operador. Talvez nem todos o tenham na Central de Emergência, o que o leva a sentir-se num patamar superior ao de seus pares e, por conseguinte, desobrigado de pedir orientações quanto aquela atividade.

Essa atividade substitutiva, provisória, que o policial foi levado a desempenhar, parece-lhe, comparativamente à sua atividade de policial de rua, uma atividade de status inferior, cujas atribuições seriam facilmente exercidas por quem detém experiência de rua.

Parece ser essa a razão pela qual suas interações com os colegas da sala são bem restritas, quase inexistentes. É como se a ajuda dos outros fosse dispensável já que as competências que adquiriu como policial de rua já o capacitassem a essa nova função. Isso também o desobrigaria do aprendizado das regras locais, tanto que, em várias situações, ele as transgride sem a menor culpa.

Enfim, Asger segue, de forma solitária, cumprindo aquele trabalho (medida disciplinar) do qual se verá livre em poucas horas, referenciando-se no seu estilo peculiar de proceder, que ignora ou não dá a devida atenção às prescrições existentes, sejam elas formais ou informais. É interessante notar que o foco da câmera é sempre nesse policial. A nosso ver, a intenção vai além de dar o devido destaque ao protagonista, já que expõe o distanciamento de Asger em relação aos demais membros do coletivo, que compõem sempre um fundo desfocado. É como se ele fosse a ‘figura’ e o coletivo, o ‘fundo’. Tal escolha do diretor parece sinalizar para um personagem que tenta enfrentar, na sua atividade de trabalho, um caso complexo amparado quase inteiramente em si, nos seus recursos, no seu background, relegando a um plano secundário o coletivo de trabalho.

Essa constante falta de interação com o coletivo, com suas normas e seus saberes, dificulta em muito a condução de sua atividade. Para Dejours (2012a), trabalhar é um modo específico de engajamento dos sujeitos que envolve: corpo, gestos, inteligência e capacidade de “refletir, de interpretar e de reagir a diferentes situações, é o poder de sentir, pensar, de inventar” (p. 24). Sempre haverá uma lacuna entre o prescrito e o real que, para ser superada, necessita de algo mais que simplesmente a mobilização individual. Para que o processo de trabalho funcione, faz-se necessária a coordenação das inteligências singulares, de modo a estabilizar os acordos coletivos sobre as maneiras de trabalhar.

Dejours (2012a) assinala que, “do ponto de vista do engajamento da subjetividade no trabalhar, a cooperação supõe, em certa medida, uma limitação consentida à experiência da inteligência e da vida singular na atividade” (p. 38).

Trabalhar no coletivo pressupõe renunciar uma parte do potencial subjetivo individual em prol do viver junto e da cooperação. Tais elementos parecem não se fazer presentes no comportamento de Asger, pois o que sempre está em evidência é o seu modo peculiar de conduzir a atividade, que entende ser o melhor para dar conta das ocorrências. Não obstante,

consideramos a hipótese de que a provisoriedade dessa atividade pode estar na origem desse desengajamento no trabalho que, por sua vez, se desdobra em isolamento e desprezo pelo coletivo.

Numa determinada cena, Asger pede desculpas a um colega por uma atitude indevida que tomou, mas, ao que parece, só o fez porque precisava de uma informação desse colega. Sua atitude utilitarista parece confirmar a pouca importância que concede àquele coletivo.

Os chamados corriqueiros são resolvidos com certa rapidez pelo policial que, como já assinalado, possui a capacidade de construir uma imagem mental da situação em função de sua experiência de rua. Ainda assim, é sempre o 'seu jeito' de resolver, impetuoso, às vezes prepotente, que prevalece. Aqui mais uma vez parece-nos encontrar evidências senão de desprezo, pelo menos da pouca importância conferida à profissão de tele operador, como se esta não pudesse pleitear o estatuto de um ofício.

O ofício se caracteriza, entre outras coisas, por um patrimônio de saberes e de saber-fazer, que sofre atualizações permanentes para se tornar útil à realização da atividade (DANIELLOU et al., 2010). Recobre regras técnicas, sociais, éticas, como bem frisa Molinier (2013). Todo esse patrimônio, ao que parece, não foi mobilizado por Asger. Além disso, a função de tele

operador conta, nesse caso, com pessoas acima de 50 anos, inclusive com voluntários, o que contribui para reforçar um preconceito em relação a essa categoria policial, como se fosse a antessala da aposentadoria ou um lugar para readaptados ou ainda, como no caso de Asger, uma forma de punição. O trabalho de retaguarda, de escritório, representa para os policiais de rua uma atividade desprestigiada, abrigo para os cansados e temerosos pelo risco de atuar nas ruas.

Dejours (2012a) ressalta a importância da experiência para a realização da atividade, aspecto que Asger não considerou devidamente. Para ele, a sua experiência de policial de rua era suficiente. Não havia diálogo com os colegas visando apropriar-se dos saber-fazer e das normas daquele coletivo, mesmo que numa situação provisória. Em algumas cenas os colegas se oferecem para ajudá-lo perguntando o que está acontecendo, se necessita de alguma ajuda, mas ele sempre se mostra refratário. Tal resposta demarca um distanciamento voluntário em relação àquela atividade, uma recusa em se integrar àquele coletivo, afinal em poucas horas voltará a ser policial de rua. Dejours (2012a, p. 89) afirma que “oferecer uma contribuição à cooperação consiste em ajustar seu próprio modo operatório, de maneira que ele esteja adequado com o funcionamento das demais instâncias”. Por fim, a

cooperação pressupõe um desejo, uma vontade de cooperar, de harmonizar diferentes modos operatórios e inteligências, tendo em vista um alvo a ser alcançado. Essa condição não se faz presente no comportamento de Asger já que não se mostrou disposto a cooperar.

5.2 O ‘sequestro’

Tais considerações relativas ao coletivo de trabalho e às regras de ofício se mostrarão mais evidentes quando do enfrentamento de uma situação inusual que caiu para Asger naquela véspera de audiência. Trata-se, nesse caso (é o que as primeiras cenas davam a entender) de um sequestro. Algo grave, portanto, que merecia um envolvimento especial. Quem realiza o chamado é uma mulher de nome Iben que se mostra assustada, que fala com dificuldades e se diz vítima de um sequestro. Temendo que o suposto sequestrador percebesse que falava com um policial, Iben conversa com Asger como se estivesse falando com a sua filha Mathilde, de quase sete anos. O policial entende a razão de sua conduta e orienta que continue agindo assim. Faz as perguntas pedindo que responda sim ou não. Assim, com o auxílio do GPS e de toda a tecnologia disponível, poderia ganhar tempo para recolher as informações necessárias para traçar um quadro

o mais amplo possível do ‘sequestro’, que permitisse montar um plano de ação adaptado. Assim empenhou-se Asger. Descobrir o veículo que transportava Iben: sua cor, marca, modelo, placa e outros detalhes foi a primeira tarefa a que se propôs.

Imediatamente após esse primeiro contato com Iben, Asger liga para sua casa, onde se encontravam seus filhos Mathilde e Oliver, este último ainda bebê. Mathilde revela que está preocupada porque o pai, Michael, saiu com sua mãe portando uma faca. Teme pela vida da mãe e pede que o policial a salve. Ele promete que fará isso. Orienta Mathilde que ligue a TV para se distrair, mas ela responde que está quebrada. Orienta então que procure Oliver. Mathilde diz que o pai a proibiu de entrar no quarto onde este se encontrava. O policial não entende a razão dessa interdição e pede que entre no quarto mesmo assim e fique com ele até a chegada da polícia.

Aqui um breve comentário. Fixado na ideia de que Michael era o sequestrador, achou que a interdição de Michael quanto à entrada de Mathilde no quarto onde Oliver estava deveria ser ignorada. Sequer se questionou acerca das possíveis razões dessa interdição, nem poderia fazê-lo, pois estava preso a um diagnóstico que o impedia de enxergar outras possibilidades. Tal decisão revelou-se desastrosa a posteriori. Desde o primeiro

momento, já se descortinava nesta atividade, tipificada pejorativamente como burocrática, uma dimensão de complexidade frequentemente ignorada como, por exemplo, a de fazer a leitura e análise de situações apenas com informações obtidas por telefone. Em outros termos, mesmo sem contato com o campo, o policial atendente precisa ser capaz de definir a situação da melhor forma possível. Esse é um exercício cognitivo delicado, pleno de nuances. Representar a situação exige vários questionamentos que se colocam em progressão e complexidade e que permitem ao atendente chegar o mais próximo possível da situação real, elevando as chances de sucesso nas medidas que porventura forem adotadas. Quanto mais se é capaz nisso, mais bem-sucedidas serão as intervenções adotadas. Essa é uma competência que não se adquire tão rapidamente. O tempo e a diversidade de situações enfrentadas são os critérios a serem respeitados para conquistar essa competência (ZARIFIAN, 2003). Tais ingredientes são fundamentais para vencer as barreiras interpostas pela opacidade da situação.

O caso Iben vai se apresentando em toda a sua complexidade, tecida cena a cena. O enfrentamento dessa situação mobiliza bastante Asger, o que o leva, em várias situações, a

ignorar certas convenções daquele meio profissional julgadas como ‘entraves burocráticos’, retardadores da solução.

Em várias cenas, ele se mostra assumindo funções que não seriam suas, gerando conflitos com colegas que naquele momento faziam parte da rede de resolução dos problemas. Além disso, ignora ofertas de ajuda dos colegas que, percebendo uma mobilização incomum de Asger, perguntam se está tudo bem, se precisa de alguma coisa, ao que recebem sempre um não. Vejamos alguns episódios que atestam tais atitudes:

Numa das ligações que realiza para dar encaminhamento ao caso Iben, pede ao seu ex-chefe Bo, com quem se reencontrou numa das ligações, que envie dois policiais até a casa de Michael para realizar uma busca de documentos que ajudem na elucidação do caso. Bo estranha o pedido e diz que tem de ligar para outro setor. Ele insiste. Bo então lembra a ele que deve cumprir a sua tarefa e não se meter nas dos outros. Ao final da conversa, pergunta se quer voltar ao psicólogo. Talvez isso se justifique pela ansiedade que Asger demonstra para resolver os problemas, o que frequentemente o conduz a ultrapassar os limites formais (e informais), criando problemas desnecessários.

Em outra situação, quando Asger descobre a placa do carro do ‘sequestrador’, liga para o setor competente para proceder à

localização do veículo. Quer ‘agilizar’ as coisas, mas a policial o informa que uma maneira de agilizar é fornecer logo a placa do carro para que uma viatura possa proceder a busca do veículo. Pergunta, então, à policial qual plano vai colocar em execução para encontrá-lo. A policial responde sumariamente que o plano é encontrá-los e reforça que quanto mais rápido sair da ligação, mais rápido poderá encontrá-los. Ele insiste. Por fim, ela, com a sua paciência exaurida, diz: faça o seu trabalho que eu faço o meu. Asger tem um acesso de raiva após essa resposta.

Tais episódios nos levam a refletir sobre a utilidade da divisão do trabalho, obviamente não aquela do Taylorismo e do Fordismo que impedem o trabalhador de enxergar a globalidade do processo de trabalho e de perceber o tamanho da sua contribuição ao produto. Refiro-me, portanto, a outro esquema de divisão do trabalho, que se constrói em parte pela organização do trabalho (o que a PDT chama de coordenação), em parte pelos coletivos de trabalho (o que a PDT chama de cooperação). Dejourns (2012a) afirma que “à coordenação (prescrita), os trabalhadores respondem adiantando a cooperação (efetiva). Nesse sentido, os acordos e compromissos firmados no e pelo coletivo são imprescindíveis para compensar o “poder da desorganização dos

estilos muito individualizados e particularizados do trabalho” (p. 37).

Nessa trama de relações entre sujeitos – coletivos – trabalho, a mobilização subjetiva individual é inegavelmente importante. Dejours (2012a) afirma que em todo processo de construção de soluções e experimentação de respostas ao real do trabalho, essa mobilização está presente. E com ela o envolvimento do corpo subjetivo. “A habilidade, a desteridade, o virtuosismo e a sensibilidade técnica passam pelo corpo” (p. 27). Esse aspecto é possível observar no posicionamento de Asger que transita de uma conduta distanciada e burocrática nas primeiras cenas do filme para um engajamento efetivo a partir do caso Iben. Porém, a mobilização, como temos assinalado, precisa passar pelo crivo do coletivo, sob o risco de levar o sujeito a ‘passar dos limites’, a extrapolar seus papéis, sob a justificativa de que cumprimento da tarefa o exige.

Como sabemos, com base na Ergonomia da Atividade, o trabalho prescrito tem uma função importante, única, qual seja, a de servir de guia no exercício da atividade profissional. Na composição do trabalho prescrito, diferentes ingredientes são considerados: a visão do(s) conceptor(es), a tradição de determinado meio profissional, os achados da experiência, as

descobertas científicas e técnicas, entre outras. A amplitude das fontes de prescrição levou a Ergologia a propor a expressão normas antecedentes (BRITO, 2009), por entendê-la mais alargada que a de trabalho prescrito. Além disso, existe sempre, em qualquer situação de trabalho, um debate de normas, entre as que são produzidas pela organização do trabalho com as que emergem dos coletivos de trabalho. As normas, independente da sua origem, estão sempre alicerçadas em valores. As escolhas de Asger são guiadas por valores, por exemplo o de entender um procedimento, uma norma, um esquema de divisão do trabalho, mesmo que construído de forma participativa, como um obstáculo à realização da atividade. Em várias oportunidades, sua conduta é marcada pelo desprezo a norma, por um entendimento de que os fins justificam os meios, já que importa resolver o problema, mesmo que se tenha que recorrer a procedimentos escusos.

Portanto, na costura de uma norma muitas fontes participam, ainda que não neguemos o uso de algumas delas como expressão de uma relação de poder. Não se pode, entretanto, afirmar que o trabalho prescrito se destina a ser uma 'camisa-de-força', um meio de aprisionar a atividade, de contê-la, encerrá-la. Ao contrário, ao indicar-lhe determinadas linhas de ação, busca promover o seu desenvolvimento, pelo menos em teoria.

A divisão do trabalho, quando não submetida a uma lógica que confere ao trabalhador o papel de executor, é absolutamente essencial para realização de determinadas tarefas. No caso da atividade na Central de Emergências, constitui, inclusive, um antídoto contra um envolvimento exacerbado, que turva a visão, podendo conduzir a vias de solução inapropriadas para os problemas, como foi o caso de Iben. Poderíamos dizer que constitui uma estratégia oficial de defesa que se destina a preservar a integridade psicológica dos trabalhadores. Fazer a transferência/passagem do trabalho para o próximo que assumirá o turno, informando-o de todas as ocorrências e medidas tomadas, é algo que faz parte do trabalho em turnos em vários setores.

Nesse caso específico, no qual tratamos de um trabalho tipicamente emocional, com a presença de uma demanda psíquica expressiva, as passagens de turno se revelam ainda mais necessárias, primeiramente porque 'desapega' o trabalhador do caso que está envolvido, segundo porque torna-o consciente de seus limites, de que não é o 'salvador da pátria', o que encerra todas as soluções dos problemas. Ou seja, adquire-se a consciência da falibilidade. Terceiro, essa transferência coloca em cena o coletivo de trabalho. Sem a integração ao coletivo, que se sustenta em regras e valores comuns, não temos terreno para a confiança.

Esse é o dilema de Asger: desprovido dos recursos do coletivo de trabalho, ele se vê à mercê de si próprio, da sua competência em determinadas áreas, mas também da sua visão limitada, das suas incapacidades, dos seus preconceitos. Ele perde por não usufruir do gênero profissional, daquele estoque de maneiras de fazer e de se comportar que o tempo foi inventando e lapidando (CLOT & FAÏTA, 2010). Ele perde por não dispor das competências, da sagacidade, da inteligência prática dos outros. Por isso se vê só, contando unicamente com seus recursos, colocando em risco a si e a quem atende, especialmente em se tratando de um caso grave e complexo como o de Iben.

Há por parte do Asger uma descrença em relação à divisão do trabalho na polícia dinamarquesa, o que o leva a sempre suspeitar do outro e da sua capacidade de resolver os problemas. Isso o impele a invadir o trabalho alheio, a querer dirigi-lo, a ditar modos de proceder que julga mais eficientes, chegando ao limite de querer literalmente substituir o outro porque se julga capaz de fazer melhor ou então apelar para alternativas que estão fora do esquema formal de divisão do trabalho. No fundo, isso transparece um certo sentimento de superioridade, como se só ele fosse capaz de resolver os problemas.

Quando está próximo do fim do turno de Asger e ele deve então passar o trabalho para quem vai substituí-lo, ele se recusa a isso. Permanece trabalhando, porque entende que essa passagem de turno só traria prejuízos à resolução do caso. Não há confiança no coletivo e ele está por demais envolvido na situação para que possa deixá-la. Dejours (2012b) destaca que confiança e a lealdade são indissociáveis para que a atividade aconteça. No caso específico de Asger, talvez por acreditar que seus modos operatórios fossem superiores aos dos colegas, como já discutimos anteriormente, ele não consegue assumir uma postura de distanciamento da situação. Sua postura, sua voz, suas crises de raiva mostram que ele estava bastante envolvido, o que coloca dificuldades à compreensão do problema. Isso nos remete mais uma vez à questão das regras de ofício. O distanciamento, absolutamente crucial em tais casos, pode ficar comprometido numa condição de pressão psíquica. Esse é o momento de uma intervenção da coordenação, visando restituir o necessário equilíbrio à situação de trabalho

Os policiais seguem sua atividade de maneira coordenada e aparentemente tranquila, mesmo diante de casos difíceis. Os acordos coletivos visam não apenas o sucesso das intervenções, mas a manutenção da saúde dos trabalhadores. Tais acordos não

surgem do nada, mas são construídos a partir da busca constante pelos melhores modos de fazer (DEJOURS, 2012a) em coerência com a busca da saúde mental. Eles surgem também para promover uma coordenação entre as diferentes inteligências, para que modos operatórios individuais não se choquem com o patrimônio coletivo. Com isso não queremos dizer que os estilos individuais devam ser suprimidos, mas que devem se articular de modo a favorecer a cooperação.

Outro momento que testemunha essa descrença de Asger em relação ao coletivo e sua consequente ultrapassagem dos canais formais se mostra quando ele pede que seu parceiro Rashid invada a casa de Michael (sem qualquer autorização para tal) para recolher pistas que possam indicar para onde Michael e Iben se dirigiam. Passa por cima, portanto, de todo o rito legal para adentrar as residências e ainda por cima expõe o parceiro a riscos. Se na teoria de Asger, Michael era o sequestrador, essa informação por si só já demandaria certos cuidados. Talvez não estivesse agindo só, mas em grupo. Tais considerações ficaram de fora da análise de Asger que, obcecado em obter resultados, transgride, sem a menor culpa, direitos humanos elementares, cuja presença no texto legal resulta de lutas sociais históricas.

5.3 O enfrentamento do ‘sequestro’

Vamos a partir de agora aprofundar a sequência de ações de Asger visando o enfrentamento do ‘sequestro’. Primeiramente, temos os contatos com Michael. No primeiro deles, em que se mostra mais tranquilo, sua intenção era, além de informar que havia contatado Mathilde, confirmar que se encontrava efetivamente com Iben na van. Michael, além de não confirmar que estava com Iben, não responde para onde se encaminhavam.

Na sequência deste contato, liga para Mathilde. Enquanto falava com ela, chegam os policiais que Asger havia solicitado (Tim e Jane são os seus nomes). Revelam logo que Mathilde estava manchada de sangue. Procuram por toda a casa para encontrar uma explicação até que localizam o quarto de Oliver. Perplexos, constataam que Oliver estava morto. Asger pede para sentir a respiração dele, ao que responde o policial que Oliver estava morto, todo esquartejado. Segue-se um longo silêncio. Afinal, fora ele que orientara Mathilde a procurar Oliver, quando Michael a havia proibido de entrar no quarto. Ou seja, Mathilde poderia ter sido poupada pelo menos desse trauma caso Asger houvesse suspeitado que em tal interdição existia uma lógica que precisava ser decifrada e não ignorada. Uma indicação, portanto, que se perdeu no caminho da investigação.

Para Dejours (2012a), o hiato irreduzível entre as prescrições e a realidade se deixa conhecer ao sujeito sob a forma do fracasso. Esse termo, para Dejours, comporta também o sentido de revés, de uma confrontação com ‘o real do trabalho’ que coloca à prova a subjetividade. Para a PDT, essa experiência, que pressupõe sofrimento, pode ser o ponto de partida para a ampliação da subjetividade.

O preenchimento dessa lacuna sempre implica em escolhas. No contexto de Asger, ele vivencia exatamente a sensação descrita por Dejours (2012a), quando afirma que o mundo real “confronta o sujeito levando-o ao fracasso, provocando a manifestação de um sentimento de impotência, ou de irritação, de raiva ou ainda de decepção ou desamparo” (p. 25).

Logo após saber da morte de Oliver, o que o deixa bastante transtornado, Asger é avisado por um colega que haverá mudança de turno e que o pessoal da noite está chegando. Este, por sua vez, pergunta a Asger se está tudo bem. Ele responde fechando as persianas da sala onde se encontrava. Colegas desfocados o observam, parecem trocar palavras, mas não é possível entendê-las.

É importante ressaltar que o enfrentamento do caso Iben levou Asger a ocupar uma sala privativa, destinada às situações

excepcionais. Tal seria o caso, não fosse o fato de que as motivações de Asger se situassem noutro registro. Transferir-se para aquela sala significava colocá-lo distante dos olhares, dos ouvidos, do julgamento e, sobretudo, da contribuição que os outros colegas poderiam oferecer. Ele age de modo a se permitir maior liberdade para tomar decisões, inclusive aquelas que se chocam frontalmente com as prescrições e com os valores e práticas defendidos naquele meio profissional.

Movido pela fúria da descoberta da morte de Oliver, Asger resolve ligar novamente para Michael. Esse contato é de tal modo significativo que achamos por bem reproduzi-lo a seguir.

Asger (A): Sei o que fez com Oliver. Qual o seu plano? Iben também deve morrer? É isso?

Michael (M): Não pode me ligar

A: Mathilde viu o que fez. Ela viu o que fez com Oliver

M: Ela não devia entrar

A: No que estava pensando? Você a deixou sozinha em casa. O que esperava que fizesse?

M: Ela não devia entrar

A: Mas entrou. Tinha sangue de Oliver por toda a blusa. Michael, isso tem que acabar. Isso acaba aqui. Agora. Estacione e diga onde está. Vou mandar uma viatura

M: Não posso

A: Você vai fazer

M: Se fizer isso, o que vai acontecer?

A: Com você? Você vai para a prisão

M: Não vou

A: Não vai? O que quer que diga Michael? É vergonha para você? Você é uma vítima? Você não é vítima, Michael. Oliver é a vítima, Mathilde é vítima. Iben é vítima. Você devia levar uma bala na testa. Está entendendo?

Nessa conversa, Asger sintetiza todo o seu entendimento do caso, o seu diagnóstico, que o guiou durante toda a investigação, qual seja, o de que Michael é o assassino de Oliver e que ele queria, na sequência, por meio do sequestro, fabricar outra vítima, no caso Iben e, por tabela, Mathilde. Por fim, enfurecido pelas respostas de Michael, ele desfecha o seu veredito: “você devia levar uma bala na testa”. Tal saída, revelada agora em sua cristalina verdade, é a síntese do que pensa ser a solução em muitos casos, a mais rápida, definitiva, como provavelmente o tenha sido no caso em que pôs fim à vida de um jovem de 19 anos.

Tal episódio nos leva a várias questões: até que ponto o trabalhador está autorizado a passar por cima de normas e transgredi-las para alcançar seu objetivo? Na trilha do que nos sugere Dejours (2012b), muitas vezes ele o faz porque as normas são insuficientes, lacunares, contraditórias, mas sempre na raiz dessas transgressões está o desejo de fazer um trabalho bem feito.

E a transgressão em si não é motivo de prazer, mas um caminho a que se é levado a tomar para fazer bem feito o trabalho. Ainda assim, tais transgressões devem passar por um crivo coletivo para se integrarem, caso sejam bem avaliadas e sancionadas pela hierarquia e pelos pares, a um patrimônio coletivo a guiar futuras ações. Entretanto, não é essa a situação que o caso Asger sinaliza. Sua postura traduz a máxima de que os fins justificam os meios e que, portanto, em certas situações, os limites poderiam ser ultrapassados, tendo em vista uma resolução rápida dos problemas. Não obstante, certas restrições que a norma contém espelham saberes adquiridos no tempo e sua inobservância pode representar um risco. Ao propor quebra de limites, abre-se uma janela que pode desembocar em soluções violentas, como a que o leva a dizer que “você devia levar uma bala na testa” ou mesmo a que pôs fim à vida de um adolescente de 19 anos, situação objeto do julgamento que o aguardava no dia seguinte.

Dejours (2012b) analisa a perspectiva da inteligência no trabalho, destacando que no confronto dos sujeitos com o real do trabalho, faz-se necessário, em algumas situações, a flexibilização das normas prescritas. A inteligência astuciosa permite o imprevisto, a inventividade e a busca de soluções. Contudo, as situações de transgressão de normas, quando se obtém o sucesso,

podem até ser admitidas, o que não acontece diante de intervenções mal sucedidas, pois o sujeito transgressor termina por ser penalizado. Por isso a necessidade de que esta transgressão seja comunicada, discutida e, se for o caso, legitimada pelo coletivo, o que está ausente no filme.

Tal comportamento se confirma no telefonema que faz a Rashid, no qual pede para arrombar a casa de Michael (mesmo sem a autorização formal para tanto). Na cena, Asger informa a Rashid que Michael esquartejou o filho e que no momento sequestra a esposa. Diz ainda que ele está indo para o norte e que precisa descobrir para onde ele vai. Rashid pergunta: recebeu a tarefa da Central de Emergência? Asger responde: não, eu que assumi. Rashid diz: claro que sim. Rashid admite então que Asger é assim, age por conta própria, removendo quaisquer barreiras, por mais justas e sensatas que sejam.

Na sequência, ocorrem vários contatos com Iben que descortinam todo o caso. Por essa razão, resolvemos reproduzi-los aqui.

Ligação 1: Asger orienta Iben para que coloque o cinto e puxe o freio de mão. Assim, conseguiria produzir um impacto em Michael que lhe daria tempo de evadir-se da van. Logo em seguida Iben liga.

I: Eu fiz o que você pediu, não deu certo, não consegui sair

A: Onde você está?

I: Não consigo ver nada

A: Está na parte de trás da Van?

I: Sim

A: Estou vendo que estão indo para Helsineda. Sabe para onde?

I: Não quero ser trancada

A: Iben, vamos te soltar

I: Eu vou morrer

A: Ninguém vai morrer

I: Precisa me ajudar. Quero voltar para a Thilde e o Oliver

Nesse diálogo, há uma informação que deveria ter incomodado Asger: a de que Iben não queria ser trancada. Que significado tinha esse trancada? Foi mais um questionamento que se perdeu no caminho, porque atravessou o rígido diagnóstico produzido lá no início. Quando assim acontece, desperdiçam-se os múltiplos sinais que se amontoam no caminho a indicar-nos que o diagnóstico inicial deveria ser revisto.

Na próxima ligação, ele segue na trilha de conseguir conter Michael. Faz uso da última alternativa que parecia enxergar: neutralizar Michael com as suas próprias ferramentas (ou materiais) de trabalho. No final, entretanto, dessa longa conversa,

ele se depara com o grande inesperado: o equívoco de seu julgamento e suas consequências devastadoras.

Ligação 2

A: Iben, está aí? Estou de volta

I: (chorando) Não faça isso de novo

A: Não, não farei. Escuta, precisa sair daí

I: Quero ir pra casa com Thilde e Oliver. Eles não podem ficar sozinhos

A: Não sei por que ele fez isso. Iben? Iben?

Agora me escute. Precisa encontrar algo para se defender. A ajuda está a caminho, mas precisamos de um plano B

I: Eu vou morrer

A: Não, não vai. Escute... a ajuda está a caminho, mas se ele se encostar, precisa de algo para se defender. Iben, por que o Michael precisa de uma van?

I: Ele é pedreiro

A: Então ele dever ter ferramentas

I: Não sei

A: Olhe ao redor

I: Não consigo ver nada

A: Então tateie. Encontrou algo?

I: Tem uma caixa, é pesada

A: O que tem dentro?

I: Parece pedra

A: Tijolo, isso é bom. Pode pegar um? Iben, pegue um.

I: Sim, peguei

A: Certo, escute com atenção

A: Se ele parar, você fica de pé. Quando abrir a porta, você o acerta com toda a força

I: Não consigo

A: Sim, você consegue. Assim que acertar ele, você pega uma... Então diga onde está e eu mando a viatura

I: Não consigo

A: Sim, você consegue, Iben

A: Respire, respire fundo, vamos assim... (comenta como)

A: Iben?

I: Não quero. Eu vou morrer

A: Não vai morrer

A: Respire devagar e em silêncio. Respire, Iben

Outra sequência dessa mesma ligação

A: Tudo bem. Está com o tijolo?

I: Estou

A: Certo. Calma, Iben. Fique em silêncio e tenha calma. Estou com você. Ponha o celular no bolso e quando ele abrir a porta, acerte-o com toda a força. Ele merece isso, ele merece...coloque o celular no bolso...

I: Ele não me entende

A: Iben, guarde o celular. Quando ele abrir a porta...

I: Oliver está bem, ele está melhor, agora não está mais gritando

A: Do que está falando?

I: Das cobras?

A: Cobras? Que cobras?

I: Ele tinha muita dor no estômago. Ele gritava e gritava porque tinha cobras no estômago. Eu as tirei para fora

A: Foi você?

I: Ele está bem melhor agora. Não grita mais

I: Ele está bem, não? Asger? Asger, ele está bem? Diga que ele está bem...

A: Certo, Iben. Vamos com calma

I: Sai, sai

Desliga

Asger fica paralisado, sem reação. O telefone toca insistentemente e ele parece nada ouvir tal o choque produzido por essa informação. Foi Iben e não Michael que matou Oliver. Mergulhada em um delírio, onde cobras em quantidade produziam muita dor no estômago de Oliver, Iben buscou aliviá-lo dessas dores e achava que ele estava bem melhor agora porque não gritava mais. Descortina-se com essa informação todo o equívoco em que Asger se viu preso desde o início do processo, desde a primeira impressão e que o fez transformar em teoria uma hipótese, da qual não se desgarrou em nenhum momento, ainda que sinais o tivessem alertado que aquela poderia não ser a via correta de entendimento. Ao perceber o falso terreno em que andou pisando, Asger percebeu também o fracasso do seu modo peculiar de agir.

Tal revelação produz em Asger um efeito subjetivo devastador porque é a prova de que podemos ser enganados por nós mesmos, pela nossa arrogância, pelo desprezo com que tratamos as normas de trabalho e da vida. Mas, para além disso, há

o desprezo pelas conquistas civilizatórias, expressas em um conjunto de normas para o bem viver em sociedade. É todo um modo de andar a vida que é questionado e que se estende para além desse episódio, pois envolve o modo como exerce a função de policial e o modo como conduz a sua vida pessoal. Isolado numa sala escura, sem qualquer socorro à vista, Asger amargura o seu fracasso, na mais absoluta solidão.

Dejours (2012b) afirma que muitos trabalhadores não suportam o confronto contínuo com o fracasso. “Psicologicamente não é fácil (...) porque, em muitas situações de trabalho, é necessário expor-se ao olhar dos outros e ao seu próprio olhar, como capaz ou não de exercer e demonstrar plena autoridade sobre as tarefas” (p. 51). Asger aparentemente fracassou no caso. Seu mundo ali desaba por se sentir incapaz de dar uma boa solução ao caso, por ter feito as escolhas erradas, por ter desconsiderado tantos elementos no curso do caso.

Interrompendo essa paralisia, atende uma ligação de Rashid, na qual este relata que encontrou documentos que dão conta de que Iben esteve internada numa clínica em Helsingor. Com essa informação, Asger encontra sentido para a palavra trancada, a qual não dedicou nenhuma atenção e, no entanto, ela poderia ter reorientado seu diagnóstico da situação.

Na sequência, liga para Michael onde trava o seguinte diálogo:

A: Michael? A: Alô? Onde você está? Michael, conhece a clínica psiquiátrica ...

M: Quem está falando?

A: Asger, da Polícia

A: Conhece a Clínica...

M: Sim

A: Onde está Iben?

M: Eu não sei. Acho que ela me acertou

A: Certo, vou mandar a polícia. Precisa de uma ambulância?

M: Sem polícia

A: Preciso notificar

M: Não fiz nada droga

A: Eu sei disso, eu sei disso

A: Por que não disse nada? Devia ter chamado a polícia e cuidaríamos da Iben

M: Então, podem ajudá-la?

A: Sim, é o que vamos fazer

M: Ninguém pode ajudá-la. Eu já tentei: médicos, advogados, prefeitura, ninguém quis ajudar

A: Vou tentar ajudar

M: Foda-se. Fodam-se todos vocês. Meu menino está morto (chora copiosamente)

M: Eu vi, eu vi Oliver. Eu tinha que dar um jeito. Só queria fechar a porta e arrumar tudo. Só queria ajudar Iben, mas...

A: O que está fazendo?

M: Vou para casa com Mathilde. Não devia ter saído de lá.

A: A polícia está com ela

M: Eu disse para ela não entrar

M: Estou indo

A: E quanto a Iben?

M: Não sei onde ela está

A: Ela pode tentar se machucar?

M: Escute... ela nem mesmo se deu conta do que fez. Ela achou...achou que estava ajudando Oliver. Não consegui contar a ela

Asger, nesse diálogo, já ciente do que de fato havia ocorrido, adota uma atitude humilde, pois consciente da injustiça que cometera em relação a Michael e que, inclusive, poderia tê-lo levado a morte (puxar o freio de mão, atingi-lo na cabeça com um tijolo). Pergunta a Michael por que não disse nada? Como poderia ter falado alguma coisa quando o próprio Asger, nos telefonemas que lhe havia feito, não abria nenhum espaço para ouvi-lo, pois previamente o havia condenado. Esse é o momento também de perceber que Iben, na sua trajetória de sofrimento, fora abandonada por todos os que poderiam ajudá-la: médicos, advogados, prefeitura. Foi em Michael, entretanto, acusado injustamente de sequestro e assassinato, onde encontrou a única possibilidade de socorro.

Liga novamente para Rashid, agradece a sua ajuda e pede que ele vá para casa. Depois, desenvolve-se o seguinte diálogo:

R: Nos vemos amanhã?

A: Não deve mentir amanhã, se não se sentir bem

R: O que quer dizer?

A: Amanhã no tribunal não deve mentir por mim.

R: Seguiremos nossa história. Foi o que combinamos

A: Sou eu quem está sendo acusado. Eu atirei. Você é testemunha

R: Eu menti por você, cara. Acho que não posso mudar meu depoimento. Certo?

A: Estou indo agora, vá para casa também

R: Vá para casa com Patrícia e durma um pouco, né? Nos vemos amanhã

É possível perceber, nesse breve diálogo, que a segurança que manifestava inicialmente não existe mais, dissipou-se. É como se os pilares de um edifício se revelassem comprometidos, prestes a ruir. E, nesse sentido, cair o véu da verdade se mostra até desejável e merecido frente ao que aprontou, ainda que com a melhor das intenções.

A seguir, o último diálogo com Iben, bastante significativo:

I: É você, Asger?

A: Sim, estou aqui

I: Eu matei Oliver, não?

A: Onde você está, Iben?

I: Não devia mentir

A: Me diga onde está

I: Não devia mentir. Eu o matei, não?

A: Iben, você não tinha essa intenção

A: Agora diga onde está, para que eu mande ajudar

I: Oliver?

A: Iben, você não tinha essa intenção

A: Agora diga onde está para que eu mande ajudar?

I: Oliver?

A: Iben, onde você está?

I: Tenho sangue nas mãos. Eu não sabia, mas agora vejo que tenho sangue nas mãos

A: O que mais você vê? Parece que há carros passando perto de você. Certo? Iben, tem carros passando perto de você?

I: Estão lá embaixo

A: Os carros? Você está numa ponte? Iben, você está numa ponte?

I: Vou pular agora

A: Não. Vamos esquecer isso. Fique quieta e tenha calma

Enquanto atende Iben, socorre-se de outro policial para que faça um contato com a Central Nords. Note-se: é a primeira vez que pede ajuda a outro policial da Central de Emergência. Na sequência, continua a conversa com Iben:

A: Iben, agora me escuta

I: Diga que não foi de propósito

A: Eu sei

I: Diga que não foi de propósito

A: (dirigindo-se para a Central Nords): Iben está numa ponte, saída 19. Está para pular, está para pular

A: Iben, Iben,

I: Vai dizer a eles? Não foi de propósito

A: Eu sei disso

A: Michael sabe. Ele só quer te ajudar, certo?

Ele está tentando ajudar, todos nós só queremos ajudar

I: Mas você disse...

A: Eu estava errado. Me enganei, certo? O erro foi meu. É culpa minha você estar numa ponte. Não faça nenhuma bobagem. Está ouvindo?

(Iben chora)

A: Iben, fala comigo?

A: Iben, eu matei um homem. Ouviu? Eu matei um homem. Se chamava Josef. Um jovem, praticamente um menino, 19 anos.

I: Por quê?

A: Porque...eu podia. Ele fez uma coisa muito ruim, mas...eu não devia ter feito aquilo. Disse que foi legítima defesa. Então eu menti e matei. Fiz isso porque...porque estava farto e poderia...eliminar algo. Não sei...algo incômodo. Algo...

I: Eram cobras?

A: Sim, eram cobras. Mas eu sabia o que estava fazendo. Você não, certo?

I: Não

A: Não. Foi um acidente

I: Sim

A: Iben, você tem uma filha que a ama e quer muito ver a mãe

I: Thilde

A: Isso

A: E eu prometi a ela que a veria de novo, que iria para casa. Ela ama você, Iben. Michael também. Você tem pessoas em sua vida que a amam.

I: Asger?

A: Sim

I: Estão vindo

A: Então vá até eles

I: Você é uma boa pessoa
(Desliga)

Esse trecho é, digamos, o coroamento de toda a narrativa. Asger joga nesse momento todas as suas fichas, compromete-se por inteiro (ainda mais porque sabia que tudo estava sendo gravado) na tentativa de remediar as falhas do passado e salvar Iben (foi um acidente). Ao desnudar-se, Asger é capaz de uma sublime atitude, a de inocentar Iben, pois o seu crime fora cometido na fumaça de um delírio, sem a consciência do que efetivamente estava fazendo.

No seu caso, entretanto, eram “cobras” também que o impeliram a agir (estava farto, podia eliminar algo), com a diferença de que tudo fora feito às claras, conscientemente. Por fim, lembra a Iben que ela tem pessoas em sua vida que a amam, apesar de tudo e por isso vale a pena insistir na vida. Na sequência, chegam os policiais e aí a ligação é encerrada. Asger teme o pior.

Logo a seguir, liga para a emergência Nords. Transcrevemos abaixo esse breve diálogo:

Policial: emergência Nords

A: É Asger. Estava falando com Iben, mas ela desligou

Policial: Sim, estamos com ela. Está indo conosco

A: Estão com ela?

Policial: Sim, estamos com ela. Bom trabalho, Asger

Tal diálogo mostra para ele que, mesmo diante dos imprevistos do caso e do erro de julgamento que teve, ainda assim, conseguiu reverter esse aparente fracasso, salvando a vida de Iben. Todo esse processo também desencadeou nele uma reflexão em torno de sua própria relação com o trabalho, com o incidente no qual havia se envolvido antes e que o deixou afastado das ruas. Coloca em questão se ele de fato está preparado para voltar às ruas, para as exigências e imprevistos vivenciados nesse contexto, para a relação sujeito – trabalho mobilizada.

5.4 Conclusões

Neste capítulo foi analisado o filme “Culpa”, a partir da perspectiva da atividade do policial Asger. Observamos que, ao longo do filme, várias categorias se apresentam para discussão: cooperação, coletivo de trabalho, regras de ofício, mobilização

subjetiva e transgressão. Os eixos de análise se inter-relacionam, tendo em vista que tais noções se atravessam.

Observa-se que o coletivo, ao longo do filme, parece colocado em segundo plano e até mesmo invisibilizado por parte do protagonista. Ele busca seguir suas próprias normas, de modo individual e independente, não dando ouvidos ou abertura às possíveis interferências de colegas. Por um lado, sua mobilização no caso Iben é indiscutível. O tempo inteiro está engajado por completo, corpo, voz, sentimentos, gestos. Sua imersão no caso é tão intensa que não consegue se desvincular dele em nenhum momento. A ânsia por resolver o caso parece autorizá-lo ao descumprimento de normas e à interferência no fazer de outros colegas.

Contudo, a Psicodinâmica do Trabalho destaca que a atividade é um fazer fundamentalmente social, não pode estar dissociado do outro. As regras construídas no e pelo coletivo são fundamentais no sentido de buscar os modos operatórios mais eficazes, assim como na proteção e cuidado aos sujeitos trabalhadores que compõem esses coletivos.

Asger, por se afastar desse coletivo, termina por tomar decisões que o colocam em uma situação de fracasso perante a atividade. Seus comportamentos intempestivos o levam a não

compreender o caso com a clareza devida, assumindo uma postura rígida, a partir de um pré-julgamento de Michael. Em algumas cenas, os pequenos fracassos são motivo de irritação, de ira inclusive. Contudo, é quando o caso se descortina, fazendo-o perceber o equívoco de seu julgamento, é que consegue transformar-se perante os outros (Iben, Michael, colegas do setor) e perante a si mesmo. É pela primeira vez que dimensiona a importância do coletivo. Quase na última cena, quando está ao telefone com Iben, na iminência que ela se jogue da ponte, solicita a cooperação de um colega.

O filme mostra, portanto, que Asger também fora capaz de, na vivência do fracasso, reinventar-se, mobilizando-se no próprio diálogo com Iben para buscar os argumentos necessários para salvar sua vida, recebendo ao final o reconhecimento de que trabalhou bem. É esse confronto com o inédito que abre a possibilidade para que ressignifique a sua relação com o trabalho.

FICHA TÉCNICA

Título original: Den skyldige

Título da tradução brasileira: Culpa

Ano: 2018

País: Dinamarca

Diretor: Gustav Möller

Produtor: Lina Flint

Roteiro: Gustav Möller; Emil Nygaard Albertsen

Fotografia: Jasper J. Spanning

Música: Caspar Hesselager; Carl Coleman

Elenco: Jakob Cedergren; Jakob Ulrik Lohmann; Laura Bro;

Jessica Dinnage; Omar Shargawi; Johan Olsen

Gênero: Policial; drama

Duração do filme: 90 minutos

REFERÊNCIAS

BRITO, J. C. Trabalho prescrito. In: PEREIRA, I. B.; LIMA, J. C. (orgs.). **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. RJ, 2. ed., 2009, p.453-459.

CLOT, Yves & FAÏTA, Daniel. Gêneros e estilos em análise do trabalho: conceitos e métodos. **Trabalho & Educação**. Belo Horizonte, v. 25, n. 2, p. 33-60, mai/ago 2010.

DANIELLOU, F.; SIMARD, M.; BOISSIÈRES, I. Os coletivos de trabalho. In: Fatores Humanos e Organizacionais da Segurança

Industrial: um estado de arte. **Cadernos da Segurança Industrial**, ICSI. 2013-07. Toulouse, França, p. 51-55, 2010.

DEJOURS, C. Coopération et construction de l'identité en situation de travail. Comunicação apresentada no XXVII e **Congresso do SELF**, Futurantérieur, 1993.

DEJOURS, C. **Trabalho Vivo II**: Trabalho e Emancipação. F. Soudant, trad. Brasília: Paralelo 15, 2012a.

DEJOURS, C. **Trabalho Vivo I**: Sexualidade e Trabalho. F. Soudant, trad. Brasília: Paralelo 15, 2012b.

ESCOREL, Eduardo. **Culpa**: clausura e complexidade na tela. **Revista Piauí**, 2019.

MOLINIER, Pascale. **O trabalho e a psique**: uma introdução à psicodinâmica do trabalho. São Paulo: Paralelo 15, 2013.

ZARIFIAN, P. **O modelo da competência**: trajetória histórica, desafios atuais e propostas. São Paulo: Senac, 2003.

6 “A VIDA DOS OUTROS” E A RESSIGNIFICAÇÃO EM MEIO AO TRABALHO SUJO: “Uma sonata para um homem bom”

Marcelo Figueiredo

O presente texto toma por base o filme "A vida dos outros"²⁰ e busca refletir acerca do que entendemos ser a questão central em torno da qual se desenrola a trama, descrita logo a seguir. Nossa intenção é colocar em relevo como o protagonista, membro da Stasi (a polícia política secreta da antiga Alemanha Oriental) vai sendo intensamente afetado pelo "modo de vida e trabalho" daqueles que eram alvos privilegiados do seu "trabalho sujo". A tal ponto que, com o decorrer do tempo, sua conduta vai sofrendo uma paulatina inflexão, em paralelo a um processo de ressignificação do seu trabalho (e para além desse), resultando em um desvirtuamento completo da missão para a qual estava incumbido inicialmente. Nesse sentido, também se abre um

²⁰ Dentre as diversas premiações recebidas, merece destaque o Oscar de melhor filme estrangeiro em 2007. A nota triste ficou por conta do falecimento do ator Ulrich Mühe (o protagonista do filme com soberba atuação) cerca de cinco meses após a premiação. Além disso, no ano anterior, em sua vida real, ele experimentou um paralelo chocante ao travar uma batalha jurídica com sua ex-esposa, acusando-a de ter atuado como informante da Stasi.

terreno fértil para uma discussão em torno do debate de normas em um mundo de valores (Schwartz, 2010; 2015) na situação de trabalho em foco.

O “trabalho sujo” em questão pode ser resumido na missão designada a esse policial (o protagonista), integrante da Stasi, responsável pela investigação minuciosa e secreta de um renomado autor teatral, cuja namorada também tinha notória carreira como atriz no contexto da dramaturgia daquele país. Como mostraremos no decorrer do texto, tal conotação (“sujo”) acerca do trabalho realizado pelos agentes dessa organização está bastante associada ao contexto no qual este se inseria, aos princípios que o norteavam, assim como aos métodos empregados.

Não proporemos aqui, propriamente, uma discussão teórica concernente à noção de “trabalho sujo”, mas entendemos que o esforço empreendido por Luillier (2005) mostra-se como uma contribuição importante nessa direção. Ela toma tal noção de empréstimo de E. C. Hughes (1897-1983) e seus ensaios de sociologia, que ajudariam a iluminar a questão da organização do trabalho não apenas como divisão social e técnica, mas também moral e psicológica. Ela descreve algumas atividades ligadas à indústria de resíduos/dejetos, aos hospitais, às prisões, às polícias

como aquelas que delineiam o campo do “trabalho sujo”, que envolveria essencialmente a lida com a contaminação pela sujeira/dejetos e com a corrupção/transgressão (em sua conotação negativa).

Dejours (1999) também não se furtou a essa tarefa (discussão) em sua obra *Souffrance en France* (Sofrimento na França), na qual se vale do que Hannah Arendt denomina de “banalidade do mal” para sustentar o argumento de que estaria em curso no mundo do trabalho uma tendência à “banalização da injustiça social”, expressão que serve de subtítulo à referida publicação²¹. O problema levantado por ele volta-se para a participação das pessoas de bem no mal como sistema de gestão, como princípio organizacional. Quando condutas que se chocam com o estado de direito e com a moral são praticadas com a colaboração e a aquiescência de pessoas tidas como responsáveis pela esfera jurídico-legal, dir-se-ia, acerca destas, que seriam cúmplices. Porém, quando o mal se institui de modo sistemático e se configura como norma dos atos civis, não se trataria mais de cumplicidade, mas de colaboração, portanto estaríamos diante de “colaboradores”, na acepção adquirida por esta expressão para

²¹ Sobre uma interpretação recente da relação “trabalho e banalidade do mal” e do “conceito arendtiano de trabalho”, em articulação com o quadro de análise da psicodinâmica do trabalho, ver Girardot (2016).

designar os que eram cúmplices da ocupação nazista em solo francês, durante a II Grande Guerra. O problema giraria em torno da compreensão do processo pelo qual inúmeras “pessoas de bem”, ou tidas como de bem e dotadas de um “senso moral”, consentem em contribuir para o mal, e nesse movimento se converteriam em “colaboradores” (Dejours, 1999, p. 77-78). Assim, entende-se quando Dejours assinala que a questão central do livro é a das “‘motivações subjetivas da dominação’²²: por que uns consentem em padecer de sofrimento, enquanto outros consentem em infligir tal sofrimento aos primeiros?” (Dejours, 1999, p. 17).

Esse autor ressalta ainda que ao considerar as inevitáveis dificuldades terminológicas vinculadas ao uso da noção de “mal”, optaria por lançar mão com certa frequência de uma expressão mais corriqueira, com menor peso conceitual e mais próxima da linguagem concreta, ou seja, “trabalho sujo”, em francês, ‘sale boulot’. Para ele tal expressão mereceria um esforço de análise e elucidação semânticas, dedicando-se especial atenção ao componente do trabalho que se identificaria com o “mal”, do ponto de vista ético-moral (Dejours, 1999, p. 78).

²² Expressão que o autor toma de empréstimo de Morice (1996).

De acordo com Bouniol²³, o livro “Sofrimento na França” demarca uma etapa importante na recepção dos trabalhos de Dejours (representante maior da chamada Psicodinâmica do Trabalho naquele país), muito embora seja importante sublinhar que suas ideias suscitaram vasta polêmica, inclusive com autores com os quais mantinha alguma afinidade teórica²⁴. A propósito, quando da publicação do material, tivemos dificuldade para uma análise mais detida das formulações principais ali propostas, mas, posteriormente, algumas situações de trabalho que acompanhamos nos últimos vinte anos contribuíram para renovar nosso interesse pelo debate ali encetado, apesar de não avançarmos em tal intento. Também chamou-nos a atenção a boa recepção que a obra despertou em autores como Arantes (2007; 2014), erudito e respeitado professor de filosofia (aposentado) da USP (Bassani et alii, 2017), mas cuja trajetória não se alinha ao campo da Psicologia Social e do Trabalho. Algo que nos soou, até certo ponto, surpreendente, se levarmos em conta que na tradição brasileira a Psicologia do Trabalho desperta pouco interesse em áreas como a Filosofia. Ele argumenta que:

²³ A entrevistadora de Dejours no livro intitulado *La panne* (Dejours, 2012).

²⁴ A esse respeito ver, por exemplo, Davezies (2002).

Para ir direto ao ponto de nosso autor [Dejours], o ‘mal’ se reapresentaria hoje como um sistema de gestão, como um princípio organizacional: das empresas, dos governos, de todas as instituições e atividades, em suma, que, organizadas segundo esse mesmo princípio, foram se convertendo em centros difusores de uma nova violência e incubadoras de seus agentes, os ditos colaboradores do nosso tempo (Arantes, 2014, p. 102).

Entretanto, deve-se frisar de maneira enfática que em nosso caso não se pretende um encaminhamento nos termos delineados por Dejours (1999), a começar pelo fato de que o contexto da antiga Alemanha Oriental, no qual operou a Stasi, era bastante distinto daquele em que atuou o “sistema nazi de violência”, qualificado por Arantes como “o mais colossal trabalho sujo da história” (Arantes, 2014, p. 101). Além disso, por mais que haja consenso sobre a presença de um trabalho sujo no *modus operandi* da Stasi, não está no centro da discussão proposta nenhum “achado de percepção histórica”, nas palavras do mesmo Arantes (2014, p. 101). Ou, se o que haveria de “trabalho do mal” ali instalado se reapresentaria, contemporaneamente, sob novas formas de gerenciamento capazes de infligir sofrimento indevido

a outrem. Nossas pretensões são distintas, de outra monta, como explicitamos no início desta introdução.

6.1 O zelo no trabalho sujo de um funcionário exemplar

Por outro lado, há um ponto da reflexão desenvolvida pelo psicodinamista francês que nos interessa de forma mais específica, qual seja aquele que se refere ao zelo investido no trabalho. O termo “zelo” estaria associado às intervenções, ajustes etc., que os operadores realizam no registro da organização prescrita para adequá-la, para torná-la eficaz, em grosso modo, tudo aquilo que mobilizam individual e coletivamente para além da execução *stricto sensu*. Ele é empregado aqui não no sentido de uma qualidade “contingente” da conduta daqueles que operam o sistema, mas como um elemento fundamental, posto que, sob determinadas circunstâncias, é capaz de agregar um diferencial para sua eficiência (Dejours, 1999; 2012).

De acordo com as reflexões desse autor, para que a máquina nazista operasse a contento, foi necessário que o zelo se fizesse presente como um ingrediente essencial. Da mesma forma, em nosso entendimento – mas novamente guardadas todas as proporções em função dos contextos bastante distintos – este ingrediente se mostraria crucial para a sustentação da Stasi, no

que tange ao funcionamento de sua engrenagem, à atuação de seus operadores e colaboradores.

Antes de abordar o filme de forma mais direta, entendemos que cabe fazer uma rápida pontuação histórica. A primeira metade do século passado – com a eclosão das duas grandes guerras mundiais e da crise de 1929 – pode ser identificada como o período no qual se verificou a maior barbárie da história. Todavia, como assinala Menegat (2014), a aventura nazifascista permitiu não só a reconstrução do capitalismo norte-americano, estilizado pela crise mencionada, mas também a reconstituição do sistema interestatal capitalista sob a hegemonia daquele país. Para este autor, sem a 2ª grande guerra, e o “trabalho sujo” perpetrado pelo Holocausto, a “trégua” que se seguiu, sob o formato dos trinta gloriosos anos posteriores àquele conflito global, teria sido inviável.

Um dos pontos de destaque da pactuação que se deu entre os principais vencedores do conflito referia-se à divisão da Alemanha em duas partes (ocidental e oriental). A primeira ficou sob a influência (majoritária) dos EUA e dos países que se organizaram em torno da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), e a segunda sob o domínio da antiga União Soviética (URSS), que exercia hegemonia em relação aos países

que vieram a firmar o Pacto de Varsóvia²⁵. Tal divisão foi simbolizada de modo emblemático pelo “Muro de Berlim”, que fora erguido em 1961, com a Guerra fria a pleno vapor, e só foi “derrubado” em novembro de 1989 (episódio conhecido como “a queda do muro”), marcando o início do processo de reunificação alemã.

Alguns anos antes, o agrupamento de países socialistas do leste europeu, alinhado politicamente à URSS, já dava alguns sinais de debilidade, em consonância com a degenerescência do regime soviético. A Alemanha Oriental (oficialmente, República Democrática Alemã - RDA) não era exceção, contudo, em meados dos anos 1980, o aparato constitutivo da Stasi ainda se mostrava robusto e assaz atuante.

E é nessa atmosfera que se desenrola a trama do filme “A vida dos outros”. Antes da primeira cena, em que um policial conduz um prisioneiro para um interrogatório, exhibe-se na tela, em realce, a seguinte informação: “1984, Berlim Oriental. A

²⁵ A OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) aglutinou Estados Unidos, Canadá e diversos países da Europa (sobretudo, Ocidental) para a prevenção e a defesa mútua dos países membros contra possíveis ataques externos. Em contraponto, poucos anos depois, a antiga União Soviética (URSS) e os países socialistas do Leste Europeu firmaram uma aliança militar em torno do Pacto de Varsóvia.

Glasnost²⁶ ainda não havia surgido. A população da RDA vive sob o rígido controle da Stasi, a Polícia Secreta da Alemanha comunista. Sua força de 100.000 funcionários e 200.000 informantes²⁷ salvaguarda a Ditadura do Proletariado. Seu objetivo declarado: ‘saber de tudo’”. Nesse contexto, o capitão Gerd Wiesler (protagonista do filme), tido como um funcionário exemplar pela sua trajetória no interior da Stasi, recebe uma importante missão: atuar à frente da “operação Lazlo²⁸”, destinada a investigar o escritor e dramaturgo Georg Dreyman, a despeito deste ser considerado um dos poucos artistas de renome do país cujos posicionamentos ainda contavam com o beneplácito do regime. Pelo menos era o que aparentavam suas relações com o

²⁶ A Glasnost (“transparência”) e a Perestroika (“reestruturação”) compunham um conjunto de medidas empreendidas durante o governo de Mikhail Gorbashov na antiga URSS, a partir de 1985, e que estavam associadas a uma série de mudanças nas esferas política e econômica daquela Nação. Medeiros (2008) desenvolve uma boa síntese desse processo de reformas e seus efeitos disruptivos na URSS, que culminou com seu colapso em dezembro de 1991. Cabe sublinhar que esse mesmo processo reverberou fortemente nos países do leste europeu.

²⁷ Em “Stasilândia” (Funder, 2008) os dados apontam que, à época da queda do Muro, 97 mil funcionários e 173 mil informantes ainda integravam aquela organização. Se levados em conta os colaboradores informais, estima-se que de cada seis cidadãos da antiga Alemanha Oriental um trabalhava para a Stasi. Nesse período a população da ex-RDA era de 17 milhões de habitantes.

²⁸ Codinome empregado pelos agentes para se referirem ao diretor teatral.

poder instituído, preservadas em boa medida pelo fato de não expressar publicamente suas críticas e descontentamentos à face mais arbitrária daquele sistema. Sua residência deveria permanecer sob rigorosa vigilância, em tempo integral, com escutas que permitissem devassar seu cotidiano doméstico, como ficará evidente ao passo que o enredo avança. Em verdade, tal iniciativa partiu do ministro da Cultura Bruno Hempf, que nutria um interesse particular pela admirada atriz Christa-Maria Sieland, companheira de Georg, e intencionava descobrir algo que o incriminasse, afastando-o de Christa. De acordo com o superior de Wiesler (o tenente-coronel Grubitz), o ministro precisava “se livrar de um rival”. Com o desenrolar da trama, percebe-se que a atriz necessitava de remédios controlados que lhe ajudassem a atuar nos palcos e, por essa razão, foi paulatinamente cedendo ao assédio do Ministro que em troca lhe dava cobertura para o acesso livre à droga.

De início, Wiesler se prontifica inteiramente para a tarefa que lhe foi proposta, corroborando sua conduta retratada na parte inicial do filme, ao que se esperaria de alguém na sua posição, possuidor de notório reconhecimento pelos bons serviços prestados, até então. Ele parece encarnar sob medida a figura do agente, ao mesmo tempo, frio, devotado, metódico, solitário e de

relações fugazes. O trabalho corporal do ator, suas posturas, seu andar, sua forma de se expressar, de olhar e de se vestir intensificam tal estereótipo, compondo um personagem talhado para a função. Uma composição que se coaduna com a ambientação cinzenta e soturna presente nas cenas externas. Como oficial da Stasi, a função que ele desempenha pressupõe um profundo conhecimento das técnicas de interrogatório. Se necessário, a depender das circunstâncias, deve-se lançar mão de métodos nada ortodoxos, como a tortura psicológica, para “quebrar” o interrogado (ou prisioneiro) e obter a informação desejada. Não se deve esquecer que em seu juramento de ingresso na corporação eles se comprometeram a atuar como “o escudo e a espada do partido”.

Todavia, ele não se atém apenas ao conhecimento dos princípios mais gerais que balizam tais sessões de interrogatório. Ele se mostra, igualmente, bastante atento aos pormenores da função exercida, como, por exemplo, o odor impregnado no forro do assento utilizado pelo interrogado, e que deve ser cuidadosamente guardado em um recipiente apropriado, ao término de cada sessão. Tal procedimento foi objeto de menção por ele realçada em um curso de formação para jovens que estavam sendo selecionados para integrar os quadros daquele

organismo, pois o odor exalado pode dar algumas pistas importantes para, se necessário, rastrear o investigado futuramente. Diversas outras precauções e medidas devem ser tomadas, inclusive, para aqueles acontecimentos que fogem ao planejamento inicial de uma dada incursão, como fica claro na situação em que a movimentação provocada pelos agentes no apartamento de Georg, quando da instalação dos grampos, é percebida por sua vizinha. Ao constatar tal situação, Wiesler toca sua campainha e assevera, incisivamente, que se ela deixar escapar qualquer tipo de comentário a respeito do que houvera, seu marido perderá o posto que ocupa na universidade e será transferido para uma localidade distante.

Em seguida, sob o comando de Wiesler, da mesma maneira que chegaram os agentes da Stasi partiram, isto é, subitamente, buscando não deixar nenhum tipo de vestígio dos dispositivos de escuta implantados no apartamento de Georg, parte da “sujeira” que necessitava ser devidamente ocultada. A partir daquele momento, ainda que por motivo torpe, mais um possível inimigo do proletariado estaria sob a mira do Estado, mais diretamente, de seu braço policial-secreto. Para tanto, requeria-se um modo de agir que não se restringisse à mobilização de ordem cognitiva, muito menos a uma atuação burocrática. Como em inúmeras

outras situações, invariavelmente, há que se contornar algumas das dificuldades interpostas no curso do trabalho real, caracterizando a recorrente defasagem entre o prescrito e o efetivamente realizado (Dejours, 2012). Assim, era preciso ir além para que este aparato funcionasse de forma plena, o que demandava agentes zelosos, dispostos a um engajamento efetivo (subjetivo) no cumprimento de suas funções. No limite, capazes de certa obstinação para sustentar o confronto – como em algumas das “intermináveis” sessões de interrogatório - e, não raro, passar ao largo de normas e procedimentos pré-estabelecidos, por vezes, simplesmente ignorando-os por completo, como descrito em Funder (2008). Com efeito, na trilha da análise empreendida por Dejours (1999), nos perguntamos se sem este atributo (o zelo) pode-se depreender que a Stasi teria se tornado um dos serviços de inteligência mais eficazes do mundo, com sua engrenagem lubrificada pelo zelo no trabalho coletivo. A nosso ver, tal eficácia jamais se consumaria sem a implicação de uma legião de colaboradores, inclusive, para além das suas fileiras, se aí considerarmos todos aqueles que aceitaram cooperar ou aderir de alguma forma a este mecanismo, atuando como “colaboradores informais”, delatando ou detratando os supostos inimigos do regime. Como bem observa Rodrigues (2003), em sua sensível

análise sobre o filme “Adeus, meninos”, nem sempre o grande inimigo é o estranho ou o invasor. Ele pode ser nosso vizinho, amigo até ontem, companheiro de trabalho, ter frequentado nossa casa.²⁹

Logo, cabe ter em mente que colocar esta máquina em ação, de modo eficaz, significava levar a cabo um sem número de arbítrios e de condutas extremamente questionáveis, quando não deploráveis, configurando um quadro de dominação que viabilizasse uma espécie de utopia totalitária. O que estava em jogo, entre outros fatores, era a defesa do regime e do status quo associado a este, aí inclusas as vantagens e benesses a alguns membros da burocracia dirigente/partidária. E frente a esses termos, justificava-se tudo, ou quase, mesmo que tal processo ocorresse com um respaldo cada vez menor da sociedade, à medida que o projeto socialista, ou a chamada experiência do “socialismo real”, perdia fôlego e expunha seus limites e mazelas.

Aqui vale retomar o texto de Arantes, que com base em Foucault (2008), nos lembra que talvez se possa dizer em relação

²⁹ Em sua leitura do contexto retratado por este filme, Rodrigues (2003) nos alerta que o sofrimento maior para os franceses não era aquele imposto pelo inimigo nazista, mas aquele gerado pelo dar-se conta de que concidadãos, compatriotas, aceitaram colaborar com as forças de ocupação, com o invasor.

ao zelo o que já se afirmou a respeito da polícia nos primórdios da modernidade: “um golpe de estado permanente”, que vai se exercer sem ter de se moldar ou se modelar pelas regras de justiça, materializando o exercício soberano do poder real sobre os indivíduos. Este seria o lugar natural do trabalho sujo, a instância por excelência em que este é a regra. Assim, uma greve do zelo na polícia representaria o completo colapso dos serviços como um todo, pois “de algum modo, diante das portas do inferno, zelo e estado de exceção permanente se reforçavam mutuamente” (Arantes, 2014, p. 133).

Nessa conjuntura, se o *modus operandi* que possibilitou a atuação da Stasi não pode ser equiparado à barbárie perpetrada pelos nazistas em busca da “solução final”, não seria exagero dizer que estaríamos diante de “ecos” do trabalho sujo promovido pelo III Reich. Ou ainda, que o solo alemão foi, mais uma vez, palco de cenas que fustigaram as “feridas na alma” deixadas pelas crises e guerras vivenciadas por aquele país na primeira metade do século XX, e que ainda não haviam cicatrizado inteiramente, reatualizando um sofrimento que carregaria o “peso” do inefável.

6.2 A resignificação em meio ao trabalho sujo

Frente ao cenário descrito até aqui, e voltando ao filme, perguntamo-nos o que poderia colocar em xeque a “couraça” subjetiva de Wiesler, forjada na esteira de um desempenho exitoso ao longo de sua trajetória profissional. Pois o que se verifica, a partir de certo momento do roteiro, é um agente adotando condutas ambíguas, em dissonância com a postura convicta, em certos momentos, implacável, da parte inicial do filme. E fica claro que tal ambiguidade se acentua com o avanço dos acontecimentos, ao passo que se expõe cada vez mais o tensionamento que o aflige.

Talvez um início de resposta esteja em outra indagação: o que esperar do encontro entre as trajetórias de trabalho e de vida de um policial espião e de um dramaturgo espionado? Um encontro parcial, pela metade, em que o segundo não tem consciência da atividade do primeiro, sequer de sua existência, mas, ainda assim, seu modo de vida e trabalho vai produzindo no agente um “turbilhão” de sentimentos e emoções. No desenrolar do filme, o contato presencial entre ambos não ocorre, a interação direta, frente a frente, que permite os entreolhares, jamais se concretiza. Sem o saber, o espionado, apesar de sua condição extremamente vulnerável, estaria amparado por um tipo de dinâmica (“enigmática”?) que se reveste de densidade afetiva.

Idealização ficcional à parte, seu modo de vida e trabalho, em que a sensibilidade e a criação circulam intensamente, está atravessado por uma potência sensível, cativante, pela capacidade de produzir os afetos mais inesperados, e por vezes também intensos, naqueles com quem lida, mesmo à distância, nas sombras de uma escuta camuflada. Até o agente-capitão da Stasi não estaria imune. Nessa linha argumentativa, entendemos como pertinente recuperar a análise de Clot (2011), com base em Vygotsky, ao salientar que:

Para Vygotsky (...) o conflito dos sentimentos na experiência artística nos permite imaginar outro destino para nossos afetos e nossas paixões. A arte é uma transformação de nossos afetos, uma via para viver outros afetos e assim dar uma forma ao inacabado. É isso que explica a atração poderosa que ela exerce sobre nós, levando-nos a correr o risco de existir por procuração, de viver acima de nossos meios, de viver psicologicamente a crédito... Ele [Vygotsky] descreve a função psicológica da arte como uma técnica social de controvérsia entre os afetos, um exercício para nossas emoções... Trata-se de uma técnica social de aguçamento dos afetos. (Clot, 2011, p. 78-79).

Mas se em função das divergências e deslocamentos que é capaz de provocar, a arte torna-se “um meio privilegiado de ‘fazer a diferença’ na história subjetiva” (Deleuze, 2003 apud Clot, 2011: 79), poderíamos apreender o trabalho como também sendo dotado de tal capacidade? Clot (2011) entende que sim, obviamente, a depender das circunstâncias e de que concepção se tenha de trabalho. E, a nosso ver, o filme em análise suscita uma reflexão sobre o que um modo de vida e trabalho, no caso com um forte atravessamento do componente artístico, seria capaz de engendrar – e as diferenças que poderia produzir - no registro da subjetividade daqueles que por este são afetados.

É impossível não fazer menção a algumas passagens nessa direção. Em uma primeira, numa das invasões do apartamento de Georg, ele (Wiesler) furta um livro de Brecht, autor censurado pelo regime, e algum tempo depois aparece completamente imerso na leitura, dando a entender que o conteúdo lhe parecia instigante, envolvente ao extremo, como se ali o novo se descortinasse frente ao proibido. Ou ainda, e, sobretudo, àquela em que Georg, após receber a notícia do suicídio de um grande amigo e dramaturgo ao telefone, dirige-se ao piano, seleciona a partitura que recebera de presente desse amigo em seu último aniversário e inicia a execução de uma bela canção. Na capa da partitura se lê “Sonata

para um homem bom”. Logo em seguida, tendo ao lado sua companheira (Christa) e ainda sob o clima da música, ele pontua: “sabe o que Lênin disse sobre a ‘Appassionata’³⁰ de Beethoven? Se eu a continuar ouvindo não levarei a cabo a revolução³¹” e, ato contínuo, a indaga: “será que alguém que ouve essa música, que a ouve de verdade, pode ser uma má pessoa?” Em uma de suas muitas entrevistas, o diretor e roteirista do filme afirma que o mote para o desenvolvimento da trama lhe ocorreu a partir dessa colocação de Lênin e, por coincidência, esta foi a passagem que mais me marcou ao assistir “A vida dos outros” pela primeira vez. Talvez pelo diferencial que a música tenha produzido/representado em minha história subjetiva.

³⁰ Deve-se chamar a atenção que embora o ator faça menção à *Appassionata* de Beethoven, pois a intenção inicial é que esta fosse a música executada na referida cena, o diretor optou pela composição de uma música (a “Sonata para um homem bom”) em maior sintonia com o clima da situação retratada. A propósito, entendemos que a escolha e a condução da trilha sonora também são outros aspectos do filme dignos de nota.

³¹ Em posfácio de 1967 a um livro escrito logo após a morte de Lênin, Lukács faz menção ao fascínio deste por essa música com base em depoimento de Máximo Gorki, escritor que se tornou grande amigo do líder bolchevista, o qual teria dito: “Não conheço nada mais belo que a *Appassionata* e poderia escutá-la todos os dias. Uma música maravilhosa, já não humana! Penso sempre, com um orgulho talvez ingenuamente infantil: que bom que existam homens que possam criar tal maravilha!” (Lukács, 2012).

O fato é que ao proferir tal sentença o “camarada” Lênin, ao que parece, já teria dado uma boa pista à interrogação posta em relevo no início deste item: o que poderia colocar em xeque a “couraça” subjetiva de Wiesler, suas defesas (Dejours, 2015)? Mesmo ele, liderança bolchevique incontestada da revolução, poderia fraquejar caso se deixasse enlevar pelos encantos de uma paixão musical, e não poderia se arriscar a tanto frente a um compromisso histórico revolucionário.

O mesmo risco estaria presente no caso de nosso “agente stasiano”, conquanto seu compromisso fosse de outra ordem, de outra monta, inteiramente distinto. E, no andar superior, ao ouvir “verdadeiramente” a sonata, Wiesler se põe novamente frente ao desconhecido. Ao menos para ele, aquela parece ser uma experiência inédita. Difícil passar ileso por mais essa abertura para o novo, desta feita deixando a bela música invadir o corpo e “tocar” o espírito. O choro de Wiesler insinua uma possível inflexão em curso. Ele teria ultrapassado seu “ponto de resiliência”, permitindo que a força das emoções lhe desestabilizasse, ampliando o espaço para o questionamento de normas e valores (Schwartz, 2010; 2015)?

Doravante, vai ficando cada vez mais explícito que ele se dispõe a assumir condutas que colocam inteiramente em xeque os

pressupostos de seu trabalho. E mais do que um “debate”, tudo indica que ele estará mesmo tomado por um “embate” de normas em meio ao mundo de valores que aí perpassam (Schwartz, 2010; 2015; Neves, Muniz, Silva et alii, 2015). Diferentemente do que assevera Jobert (2014) - “...Trabalhar significa trapacear... Não significa trapacear para enganar, mas para ter êxito...³²” – na situação em que Wiesler se encontra, a partir de um dado momento, trabalhar significa trapacear para enganar e para (a “operação Lazlo”) não ter êxito. Nesse impulso, em que novos sentidos emergem, em que o trabalho vai adquirindo, paulatinamente, outros significados (se ressignificando), vai sendo produzido, em paralelo, um realinhamento no plano ético-moral. Um processo que se desenvolve de forma não linear, atravessado por conflitos, angústias, como a trajetória dele nos permite antever. Uma conflitualidade que vem à tona em determinadas sequências do filme e que em certas passagens adquire as feições de uma genuína “dramática”, já que no curso do trabalho “há sempre uma espécie de destino a viver”, somos levados a fazer escolhas, inexoravelmente, pautadas por normas e

³² Trecho citado em outro artigo desta publicação sobre o filme “Regras da Vida” (de autoria de Christo, Muniz, Santorum e Oliveira). O autor referenciado desenvolve tal argumentação em Jobert (2014, p. 124).

valores (Schwartz, 2010; 2015). E, nesse sentido, trabalhar é de algum modo submeter à prova do real suas capacidades, seus próprios limites, logo é, também, em algum nível, correr o risco de falhar, de fracassar. De fato, Wiesler se encontra premido pelo antagonismo entre os objetivos oficiais³³ (e oficiosos) de sua importante missão e o sentimento de cumplicidade parcial, de certa empatia com o investigado e seu entorno que, aos poucos, se instaura, levando-o a acobertar ou distorcer situações que poderiam incriminar seu alvo. Um sentimento que vai da manifestação de tolerância a determinadas condutas de Georg, em um momento inicial da investigação, até uma postura de copartícipe naquilo que poderia ser visto como atuação frontal contra o regime, como veremos adiante.

Essa tensão se agudiza, posto que se ele não desiste de manter-se à frente da operação, também não consegue romper com o envolvimento que vai se engendrando de forma gradual. Nosso protagonista estaria, portanto, arriscando-se em demasia, duplamente, pois se o malogro da missão para a qual fora designado - e o “trabalho sujo” a ela atrelado - já poderia ser visto

³³ Cabe frisar que em tal contexto também a dimensão oficial estaria envolta em segredo, como uma das características centrais das atividades da Stasi em geral.

como um demérito, ser flagrado como alguém que estaria obstruindo a investigação, certamente acarretaria seu afastamento da Stasi com as inevitáveis sanções correlatas.

Acompanhar como se dava na intimidade a relação entre Georg e Christa para ele também deveria soar como algo atípico, pois se tem a sensação que as relações que mantinha com as pessoas, mulheres inclusive, eram fugazes, sem maior entrega e envolvimento, como retratado no trecho em que ele mantém relação com uma prostituta. Quando Christa retorna de um dos encontros com o ministro, no qual é assediada e obrigada a manter relação sexual com este em seu carro oficial, ela se lava com um ar de repugnância em função do que acabou de acontecer. Em seguida, após se deitar na cama, pede para que Georg não fale nada, apenas a abrace e assim ambos permanecem na cama. Ele (Wiesler) adormece também, só que no andar de cima, sozinho, sem o calor dos braços de uma companheira, de uma amante, somente ao calor da escuta nos ouvidos. Como se a intensidade daquele contato escoasse por essa escuta e o levasse a outro registro, permitindo-lhe sentir um pouco daquilo que fluía entre os dois e assim, quiçá, se deixando levar por uma situação imaginária, ou simplesmente, vivenciando o prazer de partilhar à distância daquela situação.

Pode-se imaginar o quão desafiador seria para ele elaborar algumas questões que emergiam com certa agudeza. Constatar que frente aos dias de “esplendor” de Georg e de uma existência “extra-ordinária”, em que o reconhecimento se dava publicamente e de forma ampla, não raro sob aplausos efusivos, o que lhe cabia era uma existência ordinária, cujo reconhecimento se circunscrevia às “sombras”, de modo restrito, como é próprio a um trabalho “escuso”, como é de praxe em uma atividade que deve permanecer oculta, invisível. Um custo nada desprezível se levarmos em conta que a “valorização social” inscreve uma conotação social à sublimação, cujo destino pulsional não a reduz a um processo solipsista e exclusivamente intrapsíquico (Dejours, 2012, p. 111).

No limite, pode-se alegar que os fins justificariam os meios, que, em última instância, estaria em jogo a sustentação do Projeto socialista, ou o que restara dele e sua blindagem contra todo e qualquer risco contrarrevolucionário. Ocorre que o filme retrata uma conjuntura na qual o desgaste de tal regime se acentuava, e que, por sua vez, não se restringia ao caso da antiga Alemanha Oriental, como se tornou evidente nas rupturas que varreram a experiência do “socialismo real” no leste europeu após a queda do Muro, no contexto da virada da década de 1980 para a de 1990,

culminando com a desintegração da União Soviética. O período retratado no filme se apresentaria, nessa direção, como terreno fértil para colocar em xeque a chamada “firmeza ideológica” de alguns quadros do aparato de Estado, contribuindo para que o “zelo” a que fizemos menção anteriormente não se mantivesse com a mesma eficácia. Pior ainda se o inimigo a ser investigado em determinada missão foi eleito enquanto tal com base em critérios pouco claros, questionáveis, que com o tempo se mostrem ancorados em motivos sórdidos. E a situação se torna ainda mais delicada se nesse contexto o modo de vida e trabalho daquele que é alvo da espionagem (do “trabalho sujo”) afeta o espião intensamente. O agente ver-se-á diante de uma condição de profundo desconforto, na medida em que mais vulnerável a hesitações que tendem a arrefecer certa dose de rigidez, de frieza, ingredientes essenciais para levar a cabo incumbências dessa natureza.

Em suma, toda essa atmosfera parece ter desencadeado em Wiesler um processo de crise, de questionamento - ainda que envolto pelas defesas de plantão (Dejours, 2012) - acerca das normas e valores que regiam parte das escolhas e condutas assumidas em seu cotidiano de trabalho. Como se o turbilhão de sentimentos e emoções já mencionado tivesse reverberado

psiquicamente de forma contundente (produzido ressonância). Contribuindo assim para uma inflexão, um rearranjo de cunho deontológico/axiológico capaz de fazer com que o espírito de perseguição cedesse cada vez mais espaço para que a embrionária cumplicidade, inicialmente tênue, ganhasse impulso e terreno nos “embates” de normas e valores sucessivos (Schwartz, 2010; 2015). Ou seja, no decorrer do trabalho de espionagem, o sentimento persecutório foi encontrando crescente resistência frente ao sentimento de cumplicidade que emergia, o qual fica patente quando, já na parte final do filme, Wiesler intervém diretamente para evitar que fosse localizada a máquina datilográfica que o dramaturgo utilizara na redação de um artigo (usando um codinome) sobre os casos crescentes de suicídio na RDA, publicado na prestigiosa revista alemã (ocidental) *Der Spiegel*. Equipamento que seria usado como prova cabal para incriminá-lo. Pode-se dizer que em tal ação nosso protagonista “arrisca tudo” para impedir que o testemunho de Christa, obtido durante a noite em que esteve presa, resulte na prisão de Georg. Vejamos como isso se deu.

6.3 Sonata para um homem bom

Ela foi presa no consultório em que obtinha medicação controlada sem autorização legal e, logo em seguida, seria submetida a um interrogatório conduzido por nosso protagonista. De acordo com seu chefe direto (o tenente-coronel Grubitz), Wiesler teria sua “última chance”, pois o ministro Hempf mostrava-se cada vez mais impaciente com a ausência de resultados concretos da “operação Lazlo”. Sem isso, ele não teria meios de incriminar Georg e afastá-lo de Christa, seu objetivo final. E levando-se em conta o histórico de dedicação e bom desempenho do nosso agente, seu superior (Grubitz – que ao início da trama dizia-se convencido que “ninguém muda mesmo”) começa a suspeitar que algo estranho possa estar afetando o andamento da operação em curso. Não por acaso, indaga Wiesler se este ainda estaria do “lado certo”, e diante de sua resposta afirmativa, deixa claro que ele não poderia “errar de novo”, em outras palavras, deveria extrair algum dado ou alguma informação que incriminasse Georg. Nesse momento, em função do conflito atroz por que passa o capitão stasiano – tal como já frisamos, uma genuína “dramática” (Schwartz, 2010; 2015) - tem-se a impressão que ele poderá fracassar, tendo em vista que caso consiga dissimular o conflito vivenciado, logrando êxito no que se refere à

informação almejada, o próximo passo será a prisão de Georg. Não seria, pois, surpresa, se tal injunção o desestabilizasse, comprometendo seu desempenho no curso do interrogatório.

Não obstante, sua condução dá-se no diapasão do início do filme. Bastante fragilizada, Christa cede à pressão e em poucos minutos informa o local onde se encontrava a referida máquina, assinalando-o precisamente em um pequeno desenho (esboço) da moradia de Georg, sob a exigência do seu inquiridor. Em tais circunstâncias, somos levados a crer que o cerco da Stasi será fatal e a prisão do dramaturgo inevitável. Todavia, em um arroubo final, Wiesler se antecipa à diligência da Stasi na residência de Georg e, de posse da indicação feita por Christa no interrogatório, retira a máquina do local em que essa havia sido escondida, ação que é omitida pelo roteiro do filme, em que sua “trapaça” (decisiva) chega ao ápice. E quando os policiais chegam ao apartamento para nova busca e se dirigem ao respectivo esconderijo, Georg fica atônito, aguardando o pior. Constrangido, ele olha para Christa e percebe, pelo seu semblante atormentado, que pode ter sido ela a informante, tal como suspeitavam dois de seus amigos artistas em função do desaparecimento dela na noite anterior, ocasião em que a Stasi a mantivera sob custódia e realizara uma primeira investida na residência de Georg, sem sucesso. Ela, por sua vez,

não sabe que Wiesler retirou a máquina dali³⁴, logo não resiste presenciar a iminente prisão do seu companheiro e deixa o apartamento de forma súbita e desabalada. Ao chegar à rua, joga-se em frente a uma caminhonete que a acerta em cheio. Wiesler, que permanecera fora do apartamento, corre em sua direção logo após o choque e ainda a escuta balbuciar: “eu fui fraca demais. Jamais poderei consertar o meu erro”. O agente, de imediato, tentando aplacar sua angústia, e antes que os outros membros da Stasi se aproximassem, assevera que não haveria nada a consertar, na medida em que ele subtraíra o equipamento antes da chegada do destacamento à residência. Ela desfalece e morre pouco depois, já nos braços de Georg, bastante consternado, em mais um dos muitos suicídios consumados em solo alemão oriental.

Na sequência do trágico evento, Grubitz anuncia que aquela missão se encerrara e, após deixarem o local em que tudo ocorreu, diz a Wiesler que, doravante, sua carreira estaria acabada, conquanto tivesse sido “esperto demais” para não deixar vestígios. Ele passaria o resto de seus dias, até se aposentar (os próximos 20 anos), nos subterrâneos de algum escritório abrindo cartas. Aqui,

³⁴ Da mesma forma que o espectador também não o sabe, pois, como dito anteriormente, o roteiro não exhibe a entrada de Wiesler no apartamento para retirar a máquina.

de forma bastante evidente, e retomando o que já destacamos no item anterior, diferentemente do que salienta Jobert (2014) - “...Trabalhar significa trapacear. Não significa trapacear para enganar, mas para ter êxito” –, nesse cenário de desenlace, trabalhar significa trapacear (ser “esperto demais”) não só para enganar, mas para (a operação Lazlo) não ter êxito, para sabotá-la, até mesmo. E se em visão consonante, segundo Dejours (2012), “trabalhar bem” implica infringir certas recomendações, procedimentos, códigos etc., enfim, transgredir alguns termos de referência da organização prescrita, nosso agente teria levado tal ponto de vista às últimas consequências. Mas não podemos deixar de sublinhar que, perante a Stasi, obviamente, a mobilização de Wiesler seria qualificada como “trabalhar mal”. Por isso mesmo, torna-se forçoso reafirmar que a partir de dado momento, tal como já salientado, vai se operando nele um processo de ressignificação de tal ordem que mais do que trabalhar bem, ele se vê convocado pelo desafio de trabalhar para o bem, ou em prol do “bem comum”, na acepção de Schwartz (2010; 2015). Insistimos que não sem contradições, ambiguidades, relutâncias, pois, como nos lembra Dejours (2008, p. 113), valendo-se do instrumental psicanalítico, há “algo em mim [que] resiste a mim mesmo”. Além disso, deve-se atentar para o risco já apontado de se focar tal

situação de modo dicotômico, maniqueísta. Cabe chamar a atenção, ainda, que todo este movimento é vivido ciente das nefastas consequências que poderiam se abater sobre ele, como de fato se sucedeu.

E realmente, na sequência, o filme dá um salto de quatro anos e sete meses, e a tomada que se segue mostra nosso protagonista abrindo cartas em um local confinado, de aparência inóspita, que nos dá a sensação de ser o subsolo de alguma repartição como tantas outras. Porém, é bem ali que no dia 09/11/1989 um funcionário sentado próximo a ele lhe transmite a notícia, recebida pelo rádio, de que “o Muro caiu”. Após um instante de perplexidade, em razão do teor “bombástico” da notícia, ambos e mais dois funcionários, que também trabalhavam na ocasião, deixam o local. Quiçá, a partida simultânea dos quatro poderia ser vista como a saída daquela sociedade de um regime opressor, se desvencilhando dos aparatos repressivos de um Estado antidemocrático, policial. Nesta cena ainda nos damos conta de que o funcionário aqui mencionado também trabalhava naquele local, provavelmente, em função de uma punição aplicada pelo mesmo tenente-coronel Grubitz. Em uma conversa transcorrida em momento anterior do filme, e que acontece em uma espécie de refeitório, na qual além dele e de Grubitz estavam

presentes Wiesler e mais dois agentes, ele faz uma piada de forma despretensiosa sobre o então Chefe de Estado da Alemanha Oriental (Eric Honecker). De imediato, Grubitz solicita sua identificação em tom repreensivo, mas logo depois cai numa gargalhada afirmando que era tudo uma brincadeira, perante o constrangimento e as desculpas de um funcionário assustado, que aparentava ser um novato. Ainda que fosse, o episódio não soava como prenúncio de um bom começo.

Após a queda do Muro, passam-se dois anos e Georg Dreyman cruza, por acaso, com o ex-ministro Bruno Hempf (seu antigo “rival”) na antessala de uma peça de teatro. Travam uma conversa curta e difícil, na qual, em dado momento, Georg interpela o ministro com uma questão que jamais entendera muito bem: por que nunca fora objeto de vigilância, se todos eram? Ele, então, toma ciência que sua residência também havia sido alvo de monitoramento, total, “escutas em toda parte”, segundo o próprio ex-ministro que, diante de sua incredulidade, o recomenda dar “uma olhada em seus interruptores”. Ao retornar ao seu apartamento, ele o faz, e constata exatamente que há “escutas em toda parte”, embutidas nas paredes de todos os cômodos. Ele vai, assim, em busca de possíveis informações a seu respeito no antigo prédio em que funcionava a sede da Stasi, que se transformara em

um “Centro de Pesquisa e Memorial”, uma espécie de acervo de todo o material disponível, no qual “visitantes são bem vindos”³⁵. E qual não é sua surpresa ao constatar que o caso dele possui dois arquivos. Fica ainda mais estarecido ao se dar conta de que diversos trechos dos relatórios da “operação Lazlo” não correspondiam à realidade dos fatos. Sobretudo, aqueles assinados por alguém identificado pelo código HGW XX/7. É o caso daquele correspondente ao período da preparação, por Georg e alguns de seus amigos, do texto que seria publicado na *Der Spiegel*, e da subsequente trama da chegada em segurança de um deles no lado ocidental. Em seu relato oficial, Wiesler faz menção a uma suposta peça que o dramaturgo estaria escrevendo para a celebração dos 40 anos da RDA. Mas há vários outros, inclusive, no último deles, era possível perceber em uma das folhas a marca (um borrão) da tinta vermelha da máquina datilográfica tão procurada.

Ele busca saber de quem se trata aquele agente (HGW XX/7) e, ao o identificar, sai à sua procura. Georg o vê andando pelas ruas, entregando cartas, de prédio em prédio, de portaria em

³⁵ Algum tempo depois da reunificação alemã, a sede da Stasi transformou-se em um museu cuja visita permite conhecer boa parte do prédio, o qual teve sua estrutura original bastante preservada.

portaria, ao que parece, de forma ainda metódica, embora seu caminhar se apresente levemente mais solto, talvez, em parte (como saber?), porque pode trabalhar à vista de todos, sem o fardo de um trabalho clandestino que não lhe fazia mais sentido. Em dado momento, ameaça ir ao seu encontro, chega a sair do veículo que o transportava, mas desiste e volta ao interior do mesmo. O esperado encontro entre eles, naquilo que seria um previsível grand finale, não se dá. O roteiro opta por deixar esse encontro órfão de contato direto.

Novo corte e, dois anos depois, Wiesler se depara com um cartaz na vitrine da livraria Karl Marx dando destaque ao lançamento do novo livro de Georg Dreyman, cujo título é, no mínimo, instigante: “Sonata para um homem bom”. O ex-agente adentra e segue em direção à bancada onde está a publicação. Lê o título na capa e, ao folheá-la, se defronta com a epígrafe: “dedicado a HGW XX/7 com gratidão”. Para quem ficaria até a aposentadoria abrindo cartas em um subsolo, a retribuição ofertada não poderia ser maior. Uma retribuição que ele não mais esperava, e que se deu pela via do reconhecimento em suas duas dimensões, no sentido de constatação e de gratidão (Dejours, 2012). E se não o obtinha publicamente, pelo fato de trabalhar de forma oculta, na invisibilidade, deve ter sido impactante ao

extremo ler aquela dedicatória, que não foi endereçada ao cidadão Wiesler, mas ao agente HGW XX/7, ou ao que ele, enquanto tal, fizera de “bom” para Georg e seu entorno. Ao proceder assim, ele mantinha o anonimato do espião, mas o privava de um reconhecimento junto ao grande público. Por outro lado, o preservava das consequências negativas que uma exposição mais ampla poderia acarretar, levando-se em conta a avaliação bastante negativa associada à Stasi junto à sociedade alemã. Talvez ele desconfiasse que para Wiesler não fosse necessário um reconhecimento notório, pois, desde o início, ao agir daquela maneira transgressora, sua intenção era mesmo que tudo permanecesse no anonimato, pois, do contrário, tinha consciência que pagaria um preço elevado, de um jeito ou de outro. Ademais, sua exposição à vida daquele “outro”, ou “à vida dos outros” (do casal) que ele acompanhara dia após dia, com suas relações e todas aquelas intensidades circundantes, parece que havia produzido novos sentidos à sua existência ordinária e meio vazia, um tanto ou quanto rebaixada no que se refere à dificuldade de se abrir para o novo, o que poderia ser visto, em sentido spinozista, como um “bom encontro” (Spinoza, 2008). Em algum momento ele se deixou seduzir pela dinâmica dos acontecimentos que marcaram aquelas outras vidas, como se percebesse que sua

devoção àquele trabalho, da forma em que transcorria, naquele eterno perseguir, o aprisionasse na solidão e no vazio, o impedisse de sentir o que aqueles “outros” sentiam, de partilhar de algumas de suas crenças e angústias, de seus dramas e prazeres mundanos. Talvez fosse necessário mesmo ir um pouco além, e num momento de maior ousadia arriscar-se, flertar com “um desejo de asas³⁶” na fria Berlim e se embriagar. “Mas de quê? De vinho, de poesia ou de virtude³⁷”, como achasse melhor...

É indispensável destacar que Georg estava há anos sem escrever e ao descobrir o que havia ocorrido consigo mesmo, que passou de espionado a protegido, retoma a escrita ao seu melhor estilo, tendo seu livro uma exibição destacada na conhecida livraria Karl Marx, situada na avenida de mesmo nome. Ao tomar conhecimento de como transcorreu a espionagem da qual fora vítima, ele é que se vê afetado pela conduta do antigo espião, pelo movimento empreendido por Wiesler, cuja postura insólita e inesperada que este foi assumindo mostrou-se absolutamente decisiva para que se mantivesse em liberdade e não caísse em desgraça. Ciente da grandeza desse gesto, da colaboração

³⁶ Título de um texto de Pelbart (1993), no qual ele o inicia discorrendo sobre o filme “Asas do Desejo” de Wim Wenders.

³⁷ Trecho do poema “Embriagai-vos” de Charles Baudelaire.

clandestina que tivera no interior de uma missão clandestina, e a par da punição que recaía sobre Wiesler, só lhe restava retribuir da melhor maneira, dedicando-lhe em vida o imensurável contido em uma grande obra.

A última cena, de certa maneira, sintetiza tudo isto. Wiesler (ou HGW XX/7) chega diante do funcionário do caixa, e este, após lhe informar o preço, lhe pergunta em tom habitual se “é para presente”, recebendo prontamente a resposta: “não, é para mim”.

REFERÊNCIAS

ARANTES, P. **Extinção**. São Paulo: Boitempo, 2007.

ARANTES, P. **O novo tempo do mundo**: e outros estudos sobre a era da emergência. São Paulo: Boitempo, 2014.

BASSANI, A. et al. Entrevista: Paulo Arantes. **Humanidades em Diálogo**, v. 8, p. 15-35, 2017.

CLOT, Y. Clínica do trabalho e clínica da atividade. In:

BENDASSOLLI, P.; SOBOLL, L. (Orgs.). **Clínicas do trabalho**: novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade. São Paulo: Atlas, 2011. cap. 4.

DAVEZIES, P. La place de l'homme dans les transformations du travail em général et dans le secteur du nucléaire em particulier. In: Colloque Le Nucléaire et l'Homme. **Actes...** Paris, 2002. p. 1-22.

DEJOURS, C. **A banalização da injustiça social**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

_____. **Avaliação do trabalho submetida à prova do real:** crítica aos fundamentos da avaliação. São Paulo: Blucher, 2008.

_____. **Trabalho Vivo II:** Trabalho e emancipação. Tradução de Franck Soudant. Brasília: Paralelo 15, 2012.

DEJOURS, C; DU TERTRE, C. Le temps du changement. In: DEJOURS, C. Le choix: souffrir au travail n'est pas une fatalité. Paris: Bayard, 2015.

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população:** curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FUNDER, A. **Stasilândia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

GIRARDOT, D. Travail e banalité du mal. Le concept arendtien de travail. **Travailler, Revue Intenationale de Psychopathologie et de Psychodynamique du Travail**, n. 35, p. 213-232, 2016.

JOBERT, G. **Exister au travail**: les homes du nucléaire. Toulouse: Éditions érès, 2014.

LUILIER, D. Le “sale boulot”. **Travailler, Revue Intenationale de Psychopathologie et de Psychodynamique du Travail**, n. 14, p. 73-98, 2005.

LUKÁCS, G. Posfácio a Lênin: a coerência de seu pensamento. **Verinotio – Revista on-line de filosofia e ciências humanas**, n. 14, p. 117-122, 2012.

MEDEIROS, C. Desenvolvimento econômico e ascensão nacional: rupturas e transições na Rússia e na China. In:

FIORI, J.; MEDEIROS, C.; SERRANO, F. **O mito do colapso do poder americano**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

MENEGAT, M. Prefácio: Um intelectual diante da barbárie. In: ARANTES, P. **O novo tempo do mundo**: e outros estudos sobre a era da emergência. São Paulo: Boitempo, 2014.

MORICE, A. Des objectifs de production de connaissances aux orientations méthodologiques: une controverse entre

anthropologie et psychodynamique du travail. **Revue Internationale de Psychosociologie**, n. 5, p. 143-160, 1996.

NEVES, M. et al. Saúde, gênero e trabalho nas escolas públicas: potencialidades e desafios de uma experiência com o dispositivo "Comunidade Ampliada de Pesquisa e Intervenção". **Laboreal**, 2015, n. 11, v. 1, p. 53-68.

PELBART, P. **A nau do tempo rei**: sete ensaios sobre o tempo da loucura. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1993.

RODRIGUES, N. Adeus, meninos: um discurso contra o esquecimento. In: TEIXEIRA, I.; LOPES, J. (Orgs.). **A escola vai ao cinema**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SCHWARTZ, Y. O homem, o mercado e a cidade. In: SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (Orgs.). **Trabalho e ergologia**: conversas sobre a atividade humana. Niterói: Editora da UFF, 2010. cap 9.

SCHWARTZ, Y. Debates de normas, "mundo de valores" e engajamento transformador. In: SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (Orgs.). **Trabalho e ergologia II**: diálogos sobre a atividade humana. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2015. Diálogo 2.

SPINOZA, B. **Ética**. 2. edição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

7 AS RELAÇÕES ENTRE SUBJETIVIDADE E TRABALHO: uma análise do filme “A partida”

Maria Elisa Siqueira Borges
Livia Borges Hoffmann Dorna

O belo filme de Yojiro Takita, vencedor do Oscar 2009 de Melhor Filme Estrangeiro, apresenta a temática da morte dentro da cultura japonesa. O personagem principal, Daigo Kobayashi, é violoncelista de uma orquestra em Tóquio. O violoncelo não é apenas seu instrumento de trabalho, remetendo também à relação entre Daigo e seu pai (quem lhe deu o primeiro violoncelo quando criança) e entre ele e sua esposa (o seu pedido de casamento afirmava: “As cidades do mundo serão nosso lar. Viveremos em turnês”).

O pequeno público que comparece às apresentações da orquestra, no entanto, faz com que ela seja dissolvida, deixando o personagem desempregado e endividado em função da compra do violoncelo. Daigo decide, então, vender o instrumento e morar com sua esposa Mika em sua cidade natal, no interior do Japão. A partir daí, ele começa a repensar o papel do violoncelo em sua vida: “Era um ótimo instrumento. Achei que traria a grande virada

da minha vida. Mas, estranhamente, livrar-me do violoncelo foi um alívio. Eu me senti livre dos laços que me haviam amarrado por tanto tempo. O que eu sempre havia considerado meu sonho, talvez, na realidade, não fosse”.

Ao procurar um novo emprego, Daigo depara-se com um anúncio no jornal: “NK Agent, Ajudando a partir”. Acreditando tratar-se de uma agência de viagens, ele marca uma entrevista e descobre que se trata de uma agência contratada pelas funerárias para realizar o condicionamento de corpos nos caixões. NK é uma abreviação de noukan, que significa ‘pôr no caixão’. “Não ajudamos a partir e sim os que partiram”, explica o dono da agência. Os “nokanshis” são, assim, uma espécie de agente funerário, responsáveis por preparar o corpo e colocá-lo no caixão, preparando-o para “o outro mundo”.

Diante da relutância de Daigo em aceitar a proposta, o dono da agência oferece um adiantamento de salário e propõe que ele experimente o trabalho. Ele aceita, mas decide não contar à esposa do que se trata: “é uma agência que organiza cerimônias”, ele diz.

O condicionamento do corpo no caixão é precedido de um ritual, cheio de simbolismos³⁸, e acompanhado pela família do

³⁸ Por se tratar de uma cultura muito diferente da nossa, alguns simbolismos podem ter passado despercebidos.

morto. A limpeza do corpo do falecido “tira a fadiga, a dor e os desejos desse mundo e representa o primeiro banho de um novo nascimento”; a troca de roupa, sem expor o corpo nu, como forma de “preservar a dignidade”; o rosto dos homens é barbeado, com todo cuidado, para evitar que a pele se solte; a maquiagem, feita a partir de uma foto da pessoa em vida permite “reviver o corpo frio”; as mãos, já rígidas, são cuidadosamente manipuladas e dispostas sobre o peito; os músculos do rosto são massageados para dar ao falecido uma expressão de serenidade.

De início, Daigo tem aversão às tarefas que precisa executar, mas aos poucos ele passa a compreender melhor o trabalho de preparar o corpo de uma pessoa morta para que tenha uma despedida digna, e se transforma a partir dessa compreensão.

A partir da trajetória de Daigo, este artigo tem por objetivo estabelecer relações entre subjetividade e trabalho. Mais especificamente, se propõe a trazer reflexões sobre como o trabalho se apropria da subjetividade e o que a subjetividade deve à experiência de trabalho. Para compreender essas relações serão referenciados alguns conceitos da Psicodinâmica do Trabalho de Christophe Dejours, da Clínica da Atividade de Yves Clot e da teoria do care apresentada por Pascale Molinier.

7.1 O trabalho sujo

As atividades realizadas pelos "nokanshis" remetem à definição de 'trabalho sujo', termo cunhado pela primeira vez por Hughes, no contexto de pesquisas realizadas por investigadores da Escola de Chicago nas primeiras décadas do século XX, para se referir às atividades de pouco prestígio e visibilidade social e que, em geral, são estigmatizadas, ainda que sejam importantes para a reprodução social (BENDASSOLI & DA ROCHA FALCÃO, 2013).

É nesta acepção que Pascale Molinier (2012) define o 'trabalho sujo do care': explicitamente presente nos trabalhos que implicam contato com os humores dos corpo e as patologias da alma, o care como trabalho sujo compreende os ofícios ou as atividades considerados pelo conjunto da população como repugnantes (ligados ao escoamento de humores corporais ou sexuais, à preparação de cadáveres ou à evacuação dos dejetos da vida cotidiana), e também tudo aquilo que, em qualquer atividade, se procura não fazer e delegar a alguém em posição socioprofissional hierarquicamente inferior (MOLINIER, 2012).

O conjunto do trabalho sujo [...] levanta a questão do que é preciso fazer e que não pode ser deixado de lado sem graves desordens para a sociedade pelo simples fato de que somos corpos (com esta dupla condição: vivos ou mortos). Os corpos não

podem ficar sem alimento, nus, ou sujos de excrementos; os cadáveres não podem cobrir as ruas, nosso lixo não pode acumular-se indefinidamente... é preciso que alguém se ocupe disso tudo. O ‘trabalho sujo’ nesse sentido é aquilo que se quereria evitar fazer, em que não se quereria nem sequer pensar, mas que é da ordem, assim como o care, das necessidades vitais (MOLINIER, 2012, p. 35).

Na esteira de Molinier (2012), o trabalho realizado por Daigo e seu chefe pode ser apreendido dentro desta concepção de “trabalho sujo do care”. Compreendido como uma relação de desvelo – aquilo que diz respeito às necessidades dos corpos, ao padecimento dos corpos, às doenças, ao envelhecimento –, trata-se de um trabalho que remete ao confronto afetivo com as falências do corpo e tudo que ele pode produzir em termos de receios, angústias, aversões e desgostos pelo sofrimento, pelas dores, pelas feiura, dejeções, odores. Provoca, portanto, “a angústia ante a perenidade do próprio corpo” (DEJOURS, 2012a, p. 170).

O primeiro serviço que Daigo precisa executar é o acondicionamento do corpo de uma idosa, que residia sozinha e faleceu duas semanas antes. Ele passa mal com o cheiro e com o

aspecto do corpo em decomposição e, antes de chegar em casa, decide se lavar em uma casa de banhos, esfregando todo o seu corpo com veemência. Daigo perde o sono e tem dificuldades para comer depois desta primeira vivência do trabalho. Para Molinier (2012), o trabalho sujo e o care encontram-se conceitualmente sob o aspecto da relação com o corpo e com a morte. Molinier et al. (2010) fazem uma distinção entre *sale boulot* e *boulot sale*: *boulot sale* seria aquele trabalho em que o indivíduo se suja e é considerado fisicamente repugnante; *sale boulot* seria um trabalho que deixa as mãos limpas, mas se revela moralmente discutível. O segundo não expõe à estigmatização social da mesma forma que o primeiro. São vítimas da estigmatização social e segregação os lixeiros, trabalhadores da rede de esgoto, empregados de funerárias, morgues ou guardas de prisão.

Uma fronteira invisível separa as pessoas comuns daquelas que fazem o trabalho sujo, como se estas últimas estivessem contaminadas pelo contato com os dejetos ou dejeções, e pudessem, por sua vez, contaminar os outros a seu redor (MOLINIER, 2012, p. 34).

No filme, Daigo esconde seu trabalho de sua esposa e de todos os amigos, tem vergonha do que faz mesmo quando começa a dar outro sentido a seu trabalho; sabe que os outros não conseguem entender o valor/ beleza do trabalho. O amigo de

infância de Daigo o encontra e diz à família que não precisa cumprimentá-lo: “Não sei por que faz isso. Arrume um emprego decente”. A esposa descobre o que ele faz e questiona:

Mika: “Um trabalho como esse... Não se envergonha?”

Daigo: “Por que deveria me envergonhar? Por que toco pessoas mortas?”

Mika: “Arrume um trabalho normal!”

Daigo: “O que é normal? Todo mundo morre. Eu vou morrer e você também. A morte é normal!”.

Mika: “Não me venha com filosofia, largue esse emprego”.

Daigo: “E se eu me recusar a fazer?”

Mika: “Vá me buscar quando se demitir”

Daigo: “Mika, espera!”

Mika: “Não toca em mim! Você me dá nojo!”.

Ainda segundo Molinier, para aqueles que não vivenciam o *sale boulot*, a segregação, o tabu social e a negação coletiva funcionam como reforços sociais que permitem a clivagem psicológica e sua função protetora da saúde mental. “O que existe somos ‘nós’, as pessoas normais, e ‘eles’, as pessoas com quem a maioria de nós tem tanta dificuldade de identificar-se: ‘Eu não poderia fazer o que ele/ ela faz’” (MOLINIER, 2012, p. 34). Para a autora, o empenho e o desempenho daqueles que realizam tarefas consideradas como ‘trabalho sujo’ em nada mudam o estigma

deste trabalho: os trabalhadores precisam viver com esta ‘má fama’.

Bendassoli e Da Rocha Falcão (2013), ao se debruçarem sobre a temática do trabalho sujo, vão propor a existência de cinco dimensões psicossociais para se definir e compreender o trabalho sujo. Uma delas seria o entendimento de que várias modalidades de trabalho sujo não passariam de desemprego disfarçado, não emprego, subemprego, ou ainda, o designado trabalho informal. Uma segunda dimensão diria respeito à esfera do prazer-desprazer, frustração, humilhação e raiva que caracterizariam a vivência subjetiva de quem exerce um trabalho sujo. Tais emoções dificultariam o desenvolvimento psicológico por seu potencial de induzir o sujeito ao isolamento e solidão pouco produtivos. Uma terceira dimensão se referiria à esfera da moralidade-legalidade da atividade de trabalho em questão (como, por exemplo, a prostituição e exploração do trabalho infantil). Uma quarta diria respeito à baixa desejabilidade social ou representação social depreciativa da atividade (como no caso dos lixeiros e coveiros). E, finalmente, uma quinta dimensão caracterizadora do trabalho sujo diria respeito a circunstâncias especiais nas quais se encontra o indivíduo trabalhador e/ou seu coletivo de trabalho (como, por exemplo, indivíduos em regime de encarceramento).

Face a estas cinco dimensões e buscando evitar um esvaziamento teórico da categoria trabalho sujo, os autores vão propor uma reconceitualização, aproximando conceitualmente a psicologia social crítica do trabalho e as clínicas do trabalho:

Propomos, então, que a categoria do trabalho sujo seja reservada àquelas atividades laborais solitárias, frias e conducentes à patologia da monotonia, monologia e passividade. [...] O trabalho sujo, finalmente, não é apenas aquele que se caracteriza pela informalidade, indesejabilidade e/ou baixo prestígio social, mas aquele operado em regime de isolamento social, configurado pela precariedade ou ausência de afiliação a um coletivo de trabalho (BENDASSOLI & DA ROCHA FALCÃO, 2013, p. 1161).

Desta forma, o construto teórico formulado por estes autores tem forte relação com a inserção do indivíduo trabalhador em um coletivo de trabalho mais ou menos organizado, que lhe permita “referência suficiente para a construção de sua autorrepresentação, dando-lhe, efetivamente, meios para agir (especificar-se, desenvolver-se, fazer bem seu trabalho e obter prazer com isso e disso)” (BENDASSOLI E DA ROCHA FALCÃO, 2013, p. 1161).

Para Bendassoli e Da Rocha Falcão (2013), quando inscrito em um coletivo de trabalho, o sujeito ressignifica o sujo – o

coletivo atua como recurso de transformação de si e de ressignificação das condições físicas, sociais e morais atreladas ao trabalho sujo. Assim, diferentemente da concepção de trabalho sujo de Molinier, na proposta destes autores o trabalho de Daigo não seria compreendido como um trabalho sujo.

Não devemos confundir o status (social) das ocupações/ atividades sujas com a função psicológica que estas podem [...] desempenhar para as pessoas que delas se ocupam, mesmo que, a princípio, em regime de falta de opção. [...] Em nossa perspectiva, atividades sujas, na medida em que mediadas pelo coletivo e confrontando o sujeito com o real, seus impedimentos e suas convocações a agir, podem permitir desenvolvimento psicológico (BENDASSOLI E DA ROCHA FALCÃO, 2013, p. 1162).

Cabe ressaltar que o desenvolvimento psicológico a que se referem os autores é aquele concebido na perspectiva das clínicas do trabalho, mais especificamente na definição de Yves Clot (2006): “o desenvolvimento consiste para o sujeito em pôr o mundo social a seu serviço, em fazer dele um ‘mundo para si’ a fim de integrar-se a ele, ou seja, consiste em reformulá-lo participando da elaboração de novas significações” (p. 118).

Para Clot (2010), o desenvolvimento do poder de agir diz respeito à capacidade do sujeito em superar as resistências

impostas pelo real da atividade e pela organização prescrita do trabalho. Segundo Bendassoli e Da Rocha Falcão (2013), o trabalho sujo é também o trabalho incapaz de promover o desenvolvimento de quem o realiza.

Um outro aspecto importante para a compreensão desta reconceitualização por estes autores é a questão do reconhecimento.

7.2 O Reconhecimento

Para Dejours (2012b), ao oferecer uma contribuição, o trabalhador espera receber uma retribuição. A retribuição a que ele se refere não é material e sim simbólica, sob a forma precisa do reconhecimento, que passa por julgamentos de dois tipos: julgamento de utilidade e julgamento de beleza.

O julgamento de utilidade é aquele proferido pela hierarquia ou pelos clientes sobre a utilidade econômica, social ou técnica da contribuição própria do trabalhador. Para Dejours (2012b), “o desejo de ser útil é psicologicamente crucial” (p. 40).

O julgamento de beleza é proferido por aqueles que conhecem a fundo o trabalho: os colegas, os pares. Supõe, portanto, necessariamente a existência de parceiros. É a partir deste julgamento que se pode obter o reconhecimento daqueles que podem exercer o julgamento mais severo, mais exigente, visto

que conhecem o trabalho ‘de dentro’. Nesse sentido, Dejours (1993) assinala que:

este reconhecimento é capital no registro da identidade do sujeito, na medida em que ele se situa num contexto social e coletivo: o da comunidade dos que pertencem a um grupo. O termo que importa aqui é o pertencer. O pertencer realiza, de certa forma, a sociabilização da identidade (p. 299).

Importante ressaltar que tais julgamentos têm foco no fazer, no trabalho, não sendo assim direcionados sobre a pessoa. “Apenas em um segundo momento o sujeito pode eventualmente repatriar este julgamento do registro do fazer no registro do ser: assim posso ser transformado pelo reconhecimento no sentido de minha realização” (DEJOURS, 2012b, p. 40).

Clot (2013), por outro lado, sem negar a importância do reconhecimento pela hierarquia e pelos pares, afirma que o reconhecimento mais importante para a saúde no trabalho é a constatação, pelo próprio sujeito, de ter realizado um trabalho bem feito. Para que o trabalho cumpra seu papel de operador de desenvolvimento psicológico, a discussão sobre o que constitui um trabalho bem feito é fundamental.

A impossibilidade de discutir tal qualidade produz um sentimento de insignificância nos sujeitos, pois há uma ruptura, na

atividade, entre as pré-ocupações dos sujeitos (seus planos, desejos, aspirações) e aquilo que são obrigados a realizar, uma atividade prescrita, vazia de significado (BENDASSOLI & DA ROCHA FALCÃO, 2013, p. 1163).

Não se reconhecer no próprio trabalho gera o que Clot (2010) denomina de “ativismo sem obra”, uma atividade vazia.

No filme em questão, ainda que a relação entre Daigo e seu chefe fosse hierárquica, na dinâmica de reconhecimento que estabelecem, em alguns momentos eles se colocam como pares. Ao reconhecer o trabalho executado pelo seu chefe, Daigo declara: “Fazer reviver um corpo e dar a ele beleza eterna. Isso tudo feito com muita tranquilidade, precisão e, sobretudo, com infinito afeto. Participar do último adeus e acompanhar o morto em sua viagem. Nisso eu percebia uma sensação de paz e extraordinária beleza”. Mediante este reconhecimento, Daigo começa a realizar seu trabalho a partir de uma nova perspectiva.

É possível destacar ainda no filme alguns momentos em que o reconhecimento do trabalho é proferido pelos clientes. Em uma das cenas, o marido da falecida agradece aos nokanshis ao final da cerimônia: “a minha mulher estava hoje mais bonita do que nunca. Eu fico muito grato por isso”. Em outro momento do filme, o pai de uma transexual falecida diz a Daigo e seu chefe:

“depois que Tomeu começou a se vestir assim, não paramos de brigar. Eu já não conseguia olhar para cara dele. Mas quando vi seu rosto sorridente, eu o reconheci. Sim, é realmente meu filho, mesmo se vestindo como uma mulher. Ainda é meu filho! Obrigado por tudo”. A própria esposa de Daigo e seu amigo que havia orientado sua família a não o cumprimentar reconhecem o seu trabalho quando ele é chamado a fazer o ritual de condicionamento da mãe deste amigo.

Em uma cena posterior, o pai de Daigo, que ele não via desde a infância, morre e ele é chamado a retirar o corpo; quando os agentes funerários se apressam em colocar o corpo no caixão, ele intervém e decide fazer ele mesmo o trabalho, reconhecendo-se como aquele capaz de fazer o trabalho bem feito descrito por Clot (2010); diante da surpresa dos agentes funerários, a esposa explica: “meu marido é um profissional”.

7.3 A Inteligência da Prática

Em seu primeiro dia de trabalho, o chefe de Daigo pede que ele sirva como modelo de um DVD empresarial que explica o passo a passo do ritual de condicionamento. Baseado em um manual de condicionamento, o DVD corresponderia, assim, ao trabalho prescrito dos nokanshis. Em uma de suas falas, o chefe explica: “A

pele do morto é extremamente frágil, ela pode se soltar com um simples toque. Por isso, devemos proceder com a máxima delicadeza”.

Visivelmente desconfortável no papel de um morto, Daigo se esforça para permanecer inerte enquanto o seu chefe explica e encena para as câmeras o que deve ser feito e o significado de cada umas das etapas do ritual. À medida que o filme se desenrola, no entanto, percebemos que aquilo que os nokanshis fazem não se limita à estreita execução dos manuais. Como em todo trabalho, existem variabilidades a serem geridas: em uma das cenas, por exemplo, o avançado estado de decomposição do corpo da falecida exige que ele seja manuseado com ainda mais cautela; o odor e o aspecto do corpo fazem com que Daigo passe mal, precisando gerir esse imprevisto. Podemos citar ainda as variabilidades relativas ao estado emocional dos parentes que participam do ritual, que requerem dos nokanshis a invenção de outras formas de proceder. Há, assim, uma defasagem irreduzível entre trabalho prescrito e trabalho real, conforme demonstrado pela Ergonomia da Atividade³⁹.

³⁹ A Ergonomia é uma arte de intervenção interdisciplinar que visa compreender o trabalho para transformá-lo. A Ergonomia da Atividade, uma de suas correntes, estabelece uma diferença entre o trabalho prescrito e o trabalho efetivamente realizado, já que,

A Psicodinâmica do Trabalho (PDT) vai se valer da descoberta desta Ergonomia para então explorar de forma relevante o que ocorre nessa defasagem: se o trabalho supõe um reajustamento em relação à prescrição dada na tarefa, se supõe percorrer caminhos investigativos que se afastam das prescrições para transpor obstáculos inéditos, será preciso que, em face da experiência do real, homens e mulheres convoquem uma forma específica de inteligência, denominada por Dejours (1993) de ‘inteligência da prática’ ou ‘métis’: uma inteligência que descobre, que inventa, uma inteligência criativa, fruto da prática.

Dejours (2012a) vai afirmar que a inteligência da prática é, fundamentalmente, e antes de tudo, uma inteligência do corpo – está enraizada nele e funciona graças a uma espécie de mimetismo com as exigências da tarefa, solicitando os sentidos: um ruído, um cheiro, uma vibração, um sinal visual podem alertar aqueles e aquelas que trabalham, mas antes chamam a atenção do seu corpo (desde que tenham vivido uma experiência prévia da situação comum de trabalho), e “suscitam a curiosidade, totalmente tensa

para fazer face à variabilidade, a atividade humana sempre tem que fazer regulações e transformações na prescrição.

desde o início, em busca de uma explicação, e mesmo de uma solução apaziguadora” (DEJOURS, 1993, p. 285).

Assim, as ações postas em prática a partir de eventos que rompem a rotina ou ocasionem desconforto são conduzidas pelo corpo e pela percepção do trabalhador. Trata-se de descobertas empíricas, que não estão prescritas em manuais de procedimentos, feitas pelo sujeito em seu ato de trabalhar:

quase essencialmente, a habilidade profissional se baseia em um conhecimento corporal do processo de trabalho. A própria inteligência no trabalho é guiada por uma intimidade entre o corpo e o objeto de trabalho, a matéria, a ferramenta ou o objeto técnico (DEJOURS, 2008, p. 47).

Segundo Dejours (2012a), esse conhecimento efetivado pelo corpo “demanda a mobilização do corpo subjetivo por inteiro, que opera aqui como por apalpação do mundo” (p. 44), nos contatos com a matéria e com a matéria “imaterial” – a presença do outro. A engenhosidade do corpo não está ali, portanto, antes do trabalho. Sua formação passa pela apropriação do mundo, da matéria, da ferramenta ou do objeto técnico pelo corpo. Ela procede da “corpropriação do mundo” (DEJOURS, 2012a, p. 199).

Trata-se, assim, de um pré-conhecimento pelo corpo de uma dimensão imaterial, a partir do contato corporal e afetivo

com as atitudes corporais do outro. Tal conhecimento é viabilizado por uma sensibilidade refinada que apenas a própria experiência de trabalho poderia tornar possível (DEJOURS, 2012a).

Por ter suas raízes no corpo, a inteligência da prática não se explica – esta engenhosidade não está submetida à razão (no sentido usual do termo). Este é um dos motivos que tornam difícil falar sobre esta inteligência:

as artimanhas do ofício são inventadas a partir do corpo, são praticadas a partir do corpo e não é fácil se dar conta desses saber-fazer incorporados. É que a inteligência do trabalho precede a capacidade que temos de simbolizá-la, de formalizá-la, justificá-la, de explicitá-la e transmiti-la (DEJOURS, 2012a, p. 48).

Embora não exclua o pensamento racional, a *métis* implica um funcionamento que se distingue fundamentalmente do raciocínio lógico, obedecendo, com frequência, uma lógica inversa à dos raciocínios científicos. Apenas depois de adotar uma solução apaziguadora, o trabalhador interroga-se em relação à técnica, “para verificar, operacionalizar ou universalizar o feito que lhe foi sugerido pela intuição, alimentada e dirigida pelos sentidos” (DEJOURS, 1993, p. 283):

a análise do caminho da intuição só pode ser feita a posteriori. Sua progressão não é previsível, ela se impõe, chega com a força do corpo ao espírito que, receptivo à meta a ser alcançada [...] encontra uma fórmula, uma astúcia (DEJOURS, 2012a, p. 46).

A métis atribui, assim, mais importância aos resultados da ação do que ao caminho percorrido. “A condução do pensamento é um dado capital, mas pouco se interessa pelo rigor. Aqui prepondera a bricolagem, o improviso, a trapaça, a molecagem, a astúcia” (DEJOURS, 2004, p. 287). Trata-se, portanto, de uma inteligência ardilosa, que se opõe à “inteligência conceitual” ou racional – a métis em oposição à themis (DÉTIENNE & VERNANT, 2008). A justificativa, a explicação e a elucidação do ato só ocorrem posteriormente.

Neste sentido, a experiência é primeira – a experiência antecede o saber, estando, desta forma, fora da consciência. Por isso, muitas vezes, aquele que trabalha sequer se dá conta do que fez, tal é maneira pela qual o fazer está enraizado no corpo.

Penso, ainda, que o mais insólito – é preciso insistir nisso – é que essa inteligência do corpo é desconhecida justamente pelos que fazem um constante uso dela. Essa inteligência é banalizada e naturalizada: “Oh! Isso a gente faz naturalmente”, dizem ao clínico do trabalho. Ou ainda: “Isso se faz

automaticamente”, justamente quando se trata com certeza de tudo, menos de automatismo. Ao contrário: toda inteligência do corpo está, por excelência, no artifício, com tudo que este tem de mais lisonjeiro. É preciso reconhecer, via de regra, que a inteligência profissional está adiantada em relação ao seu conhecimento e simbolização (DEJOURS, 2008, p. 49).

Dejours (2012a) assinala ainda como característica fundamental desta inteligência o seu evidente poder criador: a inteligência ardilosa é transgressora, pois opera a partir de um a priori, um já-dado, subvertendo-o por meio da trapaça. Ela está no entre, na crise, nos espaços interstícios, nas descobertas. E caracteriza-se como uma inteligência do plano da gestão do cotidiano, do emergente, do aqui-e-agora, de uma temporalidade atual.

Trata-se de uma inteligência que

permite o improviso, a inventividade, a busca de soluções. Possibilita embrenhar-se por caminhos insólitos, em situações novas, desconhecidas, inéditas. É uma inteligência astuciosa, mas também inventiva, criativa, por vezes debochada e até insolente (DEJOURS, 2012a, p. 42).

Assim, entre o prescrito e o real, a partir de um mimetismo com as exigências da tarefa, aqueles que trabalham operam

reajustamentos, rearranjos, subversões, uma astúcia transgressora para criar soluções, dadas as exigências e contraintes da situação.

Ao longo do filme, percebemos como esta inteligência vai sendo desenvolvida por Daigo em inúmeras cenas, não sendo pertinente indicar especificamente qualquer uma delas na medida em que este desenvolvimento se revela de forma subjetiva, condizente com o que nos ensina Dejours (2008) – “o essencial do trabalho não se vê nem se observa” (p. 44).

Ainda sobre a inteligência da prática, Dejours (2012a) vai afirmar que para gozar deste poder extraordinário do corpo, que intui soluções frente ao real do trabalho, é necessária uma qualidade suplementar – a tenacidade. “O fracasso, os becos sem saída, as soluções não reprodutíveis, o inesperado, as derrotas frente às forças do real” exigem do sujeito a mobilização de uma extraordinária obstinação (ibidem, p. 50).

Desta maneira, “a inteligência da prática é obtida mediante um esforço obstinado que mobiliza toda a subjetividade, ultrapassando-a mesmo” (ibidem, p. 50). Nesse sentido, não há cisão entre a vida no trabalho e a vida fora do trabalho: o trabalho não cessa na oficina, na fábrica, na empresa: ele coloniza toda a subjetividade. Incorporar a matéria do trabalho significa ser

tomado por ele até mesmo nos sonhos. O real do trabalho impõe – àquele que é obstinado – um remanejamento da personalidade, pois inventar novos caminhos passa por uma profunda transformação de si.

No decorrer do filme, percebemos o quanto o trabalho de Daigo vai sendo incorporado à sua vida em suas reflexões: ao ver um peixe nadando contra a correnteza, questiona: “é triste subir a correnteza para então morrer. Por que tanto esforço para depois morrer?”; ou quando, ao fazer uma refeição com seu chefe, o tema da conversa gira em torno do seu trabalho: “até isso é um cadáver. Os seres vivos comem outros seres pra sobreviver. Se você não quer morrer, tem que comer. E se tem que comer, que seja gostoso”.

7.4 Do Trabalho à Subjetividade

Se o conceito de inteligência da prática nos possibilita compreender de que forma “o trabalho apropria-se da subjetividade, como se essa fosse uma nascente, uma fonte, para ali colher todo o seu talento, o seu gênio”, seria agora “legítimo perguntar-se o que a subjetividade deve à experiência de trabalho” (DEJOURS, 2012a, 179).

Considerando que o trabalho e a experiência do real que ele proporciona colocam o corpo à provação, confrontando-o à sua inabilidade, à sua impotência, existe, assim, a possibilidade de que o corpo saia engrandecido desta experiência. Ao ter acesso, graças ao corpo subjetivo, à familiaridade e à intimidade com a matéria ou a ferramenta, aquele que trabalha adquire não apenas novas habilidades, mas ainda descobre em si novos registros de sensibilidade. Pela experiência do trabalho, ele aprende a conhecer seus próprios limites, suas imperícias, mas ele estende também em si o repertório de suas impressões afetivas e descobre novas qualidades de virtuosismo (Dejours, 2012a, 179).

É nesse sentido que Dejours (2012a) irá afirmar que “trabalhar não é apenas produzir, é ainda transformar-se a si próprio” (p. 72). Dito de outra forma, o trabalho possibilita uma ampliação da subjetividade: esses novos registros de sensibilidade seriam, “ao menos em parte, inacessíveis, salvo mediante o trabalho propriamente dito e pela experiência inédita a que ele dá acesso” (ibidem, p. 84).

O trabalho possui, portanto, um poder extraordinário em relação à subjetividade, oferecendo uma via original e insubstituível ao seu desenvolvimento. Esta ampliação da subjetividade não está, no entanto, dada de antemão. A

apropriação de um novo registro de sensibilidade requer que se efetue, primeiramente, um remanejamento do corpo subjetivo, que, antes de passar pela provação, estava mais ou menos estabilizado. É preciso, assim, operar uma espécie de “reestruturação do conjunto”. Nesse sentido, Dejours (2012a) vai afirmar que a experiência de trabalho não é sempre (ao menos não previamente) enriquecedora: pode, ao contrário, dar origem a uma crise, “como se a chegada de um novo elemento desestabilizasse o edifício anterior do corpo que se coloca à prova” (p. 176).

A experiência subjetiva do trabalho nos coloca, assim, em confronto não apenas com as resistências advindas do exterior (o real material do trabalho), mas também, eventualmente, com aquelas provenientes do interior. Trabalhar é também confrontar-se a si próprio, com o real do inconsciente, com a resistência da nossa personalidade em evoluir diante da experiência de trabalho. “A subjetividade, queiramos ou não, é não apenas a experiência de gozo de sentir-se evoluir, é também essa impotência, às vezes, de agir sobre si mesmo” (ibidem, p. 182).

Os primeiros encontros de Daigo com o real do trabalho são extremamente desconcertantes – ele tem dificuldades de dormir e alimentar-se e tem vergonha do seu trabalho: “por que a vida está

me colocando à prova?”, ele questiona. À medida em que o filme avança, no entanto, podemos acompanhar as transformações subjetivas vivenciadas por Daigo. Após dois meses como nokanshi, ele relata: “percebi como a minha vida foi inexpressiva até aqui. Poderei realmente fazer deste o trabalho da minha vida?”.

Nesse sentido, Dejours (2012a) vai afirmar que o real do trabalho faz surgir em seu rastro, quase inevitavelmente, o real do inconsciente. A capacidade de transformar esse sofrimento em prazer vai depender da nossa capacidade de remanejar a relação com nosso próprio corpo, para torná-lo apto a integrar o que a experiência subjetiva do trabalho nos faz descobrir outra vez sobre nós mesmos (ibidem, p. 181).

Assim, para adquirir uma habilidade, ou seja, “para ter acesso à apropriação carnal de uma técnica ou ainda de um conhecimento “pelo corpo” do saber-fazer técnico” (ibidem, p. 192) é necessário um trabalho da subjetividade sobre ela mesma, que exige, até mesmo, a capacidade de sonhar com seu trabalho. Este trabalho psíquico de remanejamento da subjetividade, ou do corpo erótico é o *Arbeit*⁴⁰: um prolongamento do trabalho

⁴⁰ *Arbeit* é um termo alemão que pode ser traduzido como trabalho. Dejours (2012a) propõe conservar o termo freudiano *Arbeit* para designar o trabalho psíquico da subjetividade sobre ela mesma. Na

ordinário (poiesis) – ou um segundo trabalho, que sucede o primeiro – na tentativa de se apropriar desta experiência.

De maneira mais clara: no trabalho (poiesis), o sujeito se depara com o real, uma resistência do mundo sobre suas técnicas, experimentada na forma de fracasso ou revés. Este fracasso converte-se em um enigma a ser decifrado e, assim, em uma fonte de excitação que exige do sujeito uma tradução. Para avançar nessa trajetória de provação do real, o trabalhador se depara com uma nova resistência, advinda, desta vez, do interior.

O sofrimento, decorrente do encontro com o real, como nos ensina Dejours (2012b), não é apenas ponto de chegada, é também um ponto de partida: é a subjetividade rumo ao mundo para encontrar meios de superação da resistência ao real.

Nesta experiência, concentra-se a subjetividade, o sofrimento torna-se um ponto de origem visto que esta condensação da subjetividade sobre si mesma anuncia um tempo de dilatação, de desdobramento, de reexpansão que lhe sucede (DEJOURS, 2012b, p. 26). A invenção da solução que permitirá ultrapassar o obstáculo imposto pelo mundo exterior converte-se em exigência de um trabalho psíquico interno de desenvolvimento

língua alemã, os substantivos são escritos com a primeira letra maiúscula, regra que será respeitada aqui.

(Arbeit), de “remanejamento da arquitetura psíquica e corporal” (DEJOURS, 2012a, p. 72): “É ao preço deste trabalho (Arbeit) que nascem as habilidades profissionais, e elas não podem nascer sem esta transformação de si” (ibidem, p. 72).

Assim, não pode haver poiesis sem que haja Arbeit: “não há trabalho de produção de qualidade sem trabalho de remanejamento da organização psíquica, que alcança as partes mais delicadas de sua arquitetura” (ibidem, p. 200). Este processo em que, partindo da poiesis se alcança o Arbeit, é designado por Dejours (2012a) de “trabalho vivo”.

A relação com o trabalho pode ser, então, uma segunda oportunidade depois da infância para a construção do corpo erógeno: “pelo viés do trabalho-Arbeit, o trabalho-poiesis convoca a sexualidade que o leva a evoluir” (ibidem, p. 193). O conceito de Arbeit constitui, assim, um elo intermediário que une duas centralidades – a centralidade do trabalho (poiesis) e a centralidade da sexualidade, definindo aquilo que Dejours denomina como centralidade dupla.

Dentre as transformações experimentadas por Daigo ao longo do filme, é possível perceber como se altera a sua relação com a música e, em especial, com o violoncelo, que passa a ser tocado com mais leveza, prazer e ainda mais maestria. Ao longo

das cenas, a relação entre o personagem e sua esposa também parece tornar-se mais próxima e íntima.

Por fim, cabe destacar também as mudanças no que concerne à relação entre Daigo e seu pai. Sem ter notícias deste último desde que era uma criança, as recordações de Daigo são marcadas por ressentimentos. É a experiência de trabalho que possibilita a transformação na percepção de Daigo: ao decidir fazer ele mesmo o condicionamento do corpo do pai no caixão, ele encontra em suas mãos uma pedra que havia lhe dado no último encontro dos dois e compreende, assim, que o pai nunca deixou de pensar no filho.

7.5 Considerações Finais

Entendemos que a utilização de filmes como estudos de casos seja um importante instrumento de trabalho em nosso campo de atuação, que nos permite refletir sobre os conceitos a partir de situações concretas. Acreditamos, assim, que ‘A Partida’ possibilita uma boa análise de questões relativas à inteligência da prática, reconhecimento e subjetividade. Cabem, no entanto, algumas considerações.

O filme apresenta uma série de elementos que por serem estranhos à nossa cultura nos trazem uma certa perplexidade. A

primeira delas é como a sociedade japonesa experiencia o cuidado com os corpos, em contraposição a nossa cultura violenta que trata os corpos de forma negligente nas mais diversas situações.

Também diferentemente de nossa realidade, apesar da má fama, o trabalho dos *noukanshis* é bem remunerado. Embora não haja em nossa cultura um trabalho semelhante ao apresentado pelo filme, outros como o dos coveiros e agentes funerários são enquadrados na categoria de ocupações daqueles que “não deram certo” e são mal remunerados.

Dois episódios ocorridos em 2017 em duas escolas privadas no Rio Grande do Sul expressam o valor deste tipo de trabalho – aquele que ninguém quer realizar. Instados a representarem “aquilo que não deu certo”, os alunos apresentaram-se como frentistas, garçons, empregadas domésticas, garis, trabalhos considerados “sujos” na perspectiva de Pascale Molinier.

Conforme aponta Holzmann (2017), a complexidade da realidade brasileira, com profundas raízes no escravismo e com uma forte tradição bacharelesca, percebe quaisquer atividades próximas do esforço manual e que tenha qualquer proximidade com o trabalho escravo como privadas de prestígio, de respeitabilidade e de remuneração digna.

Esta complexidade nos faz pensar na necessidade de aprofundar a conceituação do trabalho sujo apresentada por Molinier (2010). Nesse sentido, as contribuições de Bendassoli e Da Rocha Falcão (2013) apontam para a importância de se refletir acerca deste tipo de trabalho na realidade brasileira, e indicam pistas para se pensar a questão a partir do ponto de vista das clínicas do trabalho.

Se, por um lado, a reconceituação proposta por estes autores e o próprio desdobramento da história de Daigo lançam luz sobre aquilo que estes trabalhos podem ter enquanto produtores de saúde, é preciso, por outro lado, não perder de vista os possíveis efeitos dos estigmas sociais desses trabalhos sobre a saúde e subjetividade dos trabalhadores. Até porque, como já apontamos, esse conjunto de trabalhos considerados socialmente indesejados tem, em nossa sociedade, de maneira geral, os menores salários, maior rotatividade, vínculos profissionais mais frágeis e outras condições de precarização.

Assim, outro aspecto que merece consideração diz respeito à questão do reconhecimento simbólico, trazida por Dejours, como não necessariamente atrelado a questões financeiras, mas que nos faz pensar o quanto as baixas remunerações praticadas

em nosso país também expressam simbolicamente como as diferentes ocupações são percebidas em nossa cultura.

Sem a pretensão de esgotarmos nenhum dos pontos levantados nesse artigo, acreditamos na importância de um ponto de vista de análise que restitua a todos os tipos de trabalho a sua complexidade – inclusive àqueles que requerem muitos esforços manuais e àqueles considerados “sujos”. Nesse sentido, os referenciais teóricos aqui considerados têm se mostrado fundamentais. E é a partir deles que apostamos na importância de seguir investigando as diversas situações de trabalho, aprofundando conceitos a partir de reflexões sobre a nossa realidade.

FICHA TÉCNICA

Título original: Okuribito

Título da tradução brasileira: A partida

Ano: 2008

País: Japão

Diretor: Yôjirô Takita

Roteiro: Kundo Koyama

Música: Joe Isaishi

Elenco: Masairo Motoki, Tsutomu Yamasaki, Riyoko Hirose, Toru Mineghisi, Kimiko Yo

Gênero: Drama

Duração do filme: 130 minutos

REFERÊNCIAS

BENDASSOLLI, P. F., & DA ROCHA FALCÃO, J. T. Psicologia social do trabalho sujo: revendo conceitos e pensando em possibilidades teóricas para a agenda da psicologia nos contextos de trabalho. In: **Universitas Psychologica**, 2013, n. 12, v. 4, p. 1153-1166.

CLOT, Yves. **A função psicológica do trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2006.

_____. **Trabalho e poder de agir**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

_____. O ofício como operador de saúde. In: **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, 2013, v. 16, n. especial 1, p. 1-11.

DEJOURS, Christophe. Inteligência Operária e Organização do Trabalho – A Propósito do Modelo Japonês de Produção. In: Hirata, H. (org.). **Sobre o “Modelo” Japonês. Automação, Novas Formas de Organização e de Relações de Trabalho**. São Paulo: Edusp, 1993.

_____. **Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, Brasília: Paralelo 15, 2004.

_____. **O fator humano.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

_____. Cadernos de TTO, 2. **A avaliação do trabalho submetida à prova do real.** São Paulo: Blucher, 2008.

_____. **Trabalho Vivo.** Tomo I, Sexualidade e Trabalho. Brasília: Paralelo 15, 2012(a).

_____. **Trabalho Vivo.** Tomo II, Trabalho e Emancipação. Brasília: Paralelo 15, 2012(b).

DÉTIENNE, Marcel; VERNANT, Jean-Pierre. **Métis:** As astúcias da inteligência. São Paulo: Odysseus Editora, 2008.

HOLZMANN, Lorena. **O que não deu certo e o valor simbólico do trabalho.** Disponível em:

<http://www.dmtemdebate.com.br/o-que-nao-deu-certo-e-o-valor>

[simbolicodotrabalho/?fbclid=IwAR1s_oawVekQStG4QMODTc6YjvK0P09Kpxoz89GHIE2vaqTDDS0lv8e3EkY](http://www.dmtemdebate.com.br/o-que-nao-deu-certo-e-o-valor-simbolicodotrabalho/?fbclid=IwAR1s_oawVekQStG4QMODTc6YjvK0P09Kpxoz89GHIE2vaqTDDS0lv8e3EkY). 29/06/2017. Acesso em: 25 mar. 2019.

MOLINIER, Pascale. Ética e Trabalho do Care. In: Hirata, H. e Guimarães, N. A. **Cuidado e Cuidadoras**: as várias faces do trabalho do care. São Paulo: Atlas, 2012.

MOLINIER, Pascale; GAINARD, Lise; DUJARIER, Marie-Anne. Introduction au dossier Sale boulot, boulot sale. In: **Travailler**, 2010/2, n. 24, p. 9-20.

8 DEBATE DE NORMAS, VALORES, SOFRIMENTO E PRAZER NO TRABALHO: contribuições da ergologia e da psicodinâmica do trabalho para a análise do filme “O valor de um homem”

Wladimir Ferreira de Souza

O personagem principal do filme é Thierry (interpretado por Vincent Lindon), um trabalhador francês com mais de cinquenta anos, que, no começo do filme está desempregado e em busca de um novo emprego há mais de um ano. Ele mora com a mulher e um filho, jovem estudante com “necessidades especiais”, ou, conforme a atual nomenclatura, uma “pessoa com deficiência” (PCD).

Nos primeiros minutos do filme há uma cena em que Thierry está reunido com os ex-colegas de trabalho que também foram demitidos da fábrica em que trabalhavam. Ele era um torneiro mecânico que operava um tipo de máquina-ferramenta, uma furadeira.

A fábrica fechara e demitira centenas de funcionários alegando dificuldades financeiras. Na reunião discute-se a possibilidade de ingressarem com ação judicial, pois entendem que a situação financeira da empresa não era tão desfavorável

quanto foi alegado e que o corte de funcionários poderia ter sido evitado.

Thierry questiona se tudo isso valerá a pena. Revela-se cansado, diz querer seguir em frente, parar de “andar em círculos”, que prefere “deixar para lá”. Declara-se irritado e desabafa: “eu também tinha emprego, eu também fui demitido e estou ferrado”. Adiante contesta um colega: “não é questão de tempo nem de dinheiro. Se bem que vocês podiam gastar essa energia em outras coisas”. “Moralmente, pra mim chega”. “Foi um golpe duro, sofri muito, perdi o meu emprego. Entrar com esse processo seria reviver tudo isso”. “Eu não tenho medo. Eu nunca fugi da luta. Sempre estive aqui com vocês, quando fechamos a fábrica... fizemos greve...”.

A discussão continua e Thierry complementa: “cada um escolhe o que quer fazer. No meu caso, para manter a saúde mental eu prefiro botar uma pedra sobre isso e seguir em frente”.

E então ele segue em suas tentativas de conseguir um novo emprego na mesma função que exercia anteriormente. Uma dessas tentativas se dá por meio de uma entrevista a distância em uma rede social. O recrutador pergunta se Thierry aceitaria um cargo mais baixo e um salário menor. Ele responde que sim. Mesmo com a resposta afirmativa dele, o recrutador critica a

redação do currículo de Thiérry e adianta a informação de que ele tem poucas chances. De fato, ele não consegue o emprego.

Em outra cena Thiérry está negociando com a gerente de um banco um empréstimo para financiar os estudos do filho em outra cidade. Por ser uma pessoa com deficiência o filho necessitaria do acompanhamento de um cuidador, o que custaria cerca de trezentos euros por mês. A gerente o alerta que ele tem feito saques constantes da sua conta de poupança e pergunta se ele “já considerou” a venda do apartamento para “saldar dívidas atuais e aplicar o resto para ter uma garantia”. Thiérry responde que ele e a esposa já consideraram e que não irão vender. “Faltam cinco anos para quitar e todo o esforço que nós fizemos não terá servido para nada”, diz ele. A gerente segue na tentativa de vender algum produto/serviço do banco e sugere previdência privada e seguro de vida, pois segundo ela: “é uma despesa útil para garantir o futuro”.

No entanto, Thiérry e a esposa optam por tentar vender outro bem que possuem, um mobil home, uma espécie de trailer/casa, que fica nas proximidades de uma praia. O casal de compradores tenta negociar propondo uma redução significativa no preço. Thiérry aceita uma pequena redução, mas nega-se a baixar demais o preço. Alega que o valor tinha sido acertado

previamente entre eles. Reclama que estão desvalorizando o seu bem e propõe encerrarem a conversa. “Não quero mais vender!”. Ele e a esposa se entreolham, parecendo constrangidos com a situação. Ele diz: “não estou mendigando”.

Corta-se para uma cena em que Thiéry está se vestindo e, logo em seguida, está em seu novo emprego em um supermercado, onde trabalha no setor responsável pela segurança. O ápice do filme se dá a partir daí.

Neste emprego a primeira cena em que se solicita a intervenção de Thiéry envolve o furto de um fone de ouvido para telefone celular. A colega de Thiéry (uma segurança mulher que parece ter mais tempo e experiência na função do que ele) interroga o rapaz e Thiéry observa. Ele tenta intervir fazendo algumas solicitações ao rapaz, mas de forma inibida. Pede calma, educação, e tenta um acordo com ele: o pagamento do produto e sua liberação. Após inúmeras negativas, o rapaz assume que furtou o fone e aceita pagar por ele, mas diz que, como vai pagar, agora é um consumidor, é “o rei”. Thiéry discorda e se irrita com o rapaz.

Em cena posterior Thiéry está com um colega de trabalho na sala onde ficam as telas para observação das diversas câmeras do supermercado. O colega o ensina a observar os clientes e dá

dicas a ele. Thiéry questiona que durante o tempo em que estão observando um cliente em uma câmera acontecem várias situações nas outras câmeras. O colega responde: “você vai pegar a prática com o tempo para mexer nelas”⁴¹.

Em outra cena adiante um colega explica: “a câmera 18 pega os caixas”. “Você pode dar zoom para ver se as operadoras registram todos os artigos ou se deixam o carrinho passar com alguma coisa dentro”. E acrescenta: “o gerente está tentando aumentar o faturamento. Como poucos estão pedindo aposentadoria, ele fica tentando demitir alguns. Se suspeitar de algo, não pense duas vezes, avise ao segurança”.

Agora, não estando mais na condição de desempregado, Thiéry volta ao banco para obter o empréstimo. Ao apresentar seu contrato de trabalho à gerente, ela o lê e diz: “confere com o informado”, o que parece constranger Thiéry, já que ele não mentira ao informar sobre sua atual condição. Ele consegue obter o empréstimo de dois mil euros que solicitara, mas a gerente, que parece estar sempre atenta às oportunidades para ampliar os

⁴¹ A observação do colega de Thiéry, referindo-se a um conhecimento que ele adquirirá com o tempo e com a experiência, nos remete ao que Dejours (2004a) conceitua como “inteligência da prática”, um tipo de inteligência astuciosa, engenhosa, ancorada no corpo, nos sentidos, e que se desenvolve e se manifesta com a experiência do “trabalhar”.

negócios do banco e cumprir suas metas, informa que ele pode obter três mil e quinhentos euros, o que Thiérrey recusa.

Na cena seguinte estão presentes Thiérrey, outro segurança, o gerente e uma operadora de caixa do supermercado, que é acusada pelo gerente de ter guardado para ela os cupons de desconto que os clientes a entregaram. Ela nega dizendo que os jogou na lixeira. Thiérrey se comunica por rádio com o segurança do salão e solicita que ele verifique o cesto de lixo da caixa da funcionária. O segurança retorna o contato e informa que nada encontrou na lixeira. Ela é então informada de que foi filmada e que os cupons não estão na lixeira. Thiérrey e o colega segurança confirmam que a viram guardar os cupons. Por fim, ela admite, retira os cupons do bolso, mostra-os e diz que foi a primeira vez que fez aquilo. Ela tenta se defender, diz que é “séria no trabalho”. O gerente diz que ela cometeu fraude, roubo. E continua. “Não é a loja que a senhora está roubando. É o bônus de todos os seus colegas” (cita alguns nomes, inclusive o de Thiérrey). Ele pergunta: “a senhora tem consciência disso?”. Ela propõe um acordo, perder o bônus dela. O gerente retruca. “O que os colegas vão dizer?”. “O problema que temos é a confiança. Não há mais confiança. Não posso trabalhar com gente em quem não confio”. E demite a funcionária.

Cena seguinte. Reunião geral com o gerente e o diretor de Recursos Humanos (RH).

O gerente começa dizendo: “aconteceu uma coisa bastante excepcional, que nos afetou a todos, a mim principalmente”.

Em seguida o diretor de RH informa que está lá a pedido do gerente e da direção da empresa. Diz que vai “direto ao ponto”. Relata que a funcionária demitida por guardar os cupons para si se matou no local de trabalho. Lembra a todos que ela trabalhava lá havia mais de vinte anos, “era bem quista, fazia bem seu trabalho”. Diz que os funcionários podiam ter contato com ela no cafezinho, no almoço ou até fora do trabalho, mas nem por isso a conheciam. “Ninguém aqui deve se sentir culpado pelo ato dela”.

Prossegue o diretor: “é certo que ela se matou aqui, no seu local de trabalho, depois de sair da empresa, mas a vida dela não se limitava apenas ao trabalho. Ela tinha uma família. O trabalho fazia parte da vida dela, mas havia outras coisas. Ela tinha um filho que se drogava. Também tinha problemas financeiros graves porque sustentava o rapaz. Existem muitas coisas que podem explicar o ato dela, mas só ela conhecia as verdadeiras razões. Só ela”. Decreta o diretor de RH, tentando sepultar junto com a ex-funcionária as relações entre o “ato dela” e a situação vivida no

trabalho. Afinal, seria essa a “lei do mercado”, conforme o título original do filme em francês?

Feola (2016) aponta para a ambiguidade existente no título em francês (*La loi du marché*), referindo-se à lei do mercado (capitalista) e à lei do mercado no qual Thierry trabalhava, onde regras, valores, situações singulares o mobilizavam. Trata-se aí de uma relação intrínseca entre o macro e o micro. A ambiguidade está presente também no título em português (*O valor de um homem*), pois pode-se perceber que o termo valor procura dar destaque tanto para os valores pessoais, éticos, não dimensionáveis, quanto para os valores quantitativos, monetários, do mercado. Novamente o destaque para o peso do macro e do micro nas escolhas, possibilidades e limites de cada um em sua atividade de trabalho.

A autora assinala que o que é abordado pelo filme não se limita à situação na França. Para ela o filme traz mais para o público do que apenas a crise francesa, traz a crise que atinge os trabalhadores no mundo, a crise do capitalismo atual e a crise do indivíduo nesse contexto.

Desde que o liberalismo colocou no trabalho a fonte e a medida da dignidade pessoal, estar desempregado, ou ter um subemprego, significa mais do que acumular dificuldades financeiras. É

sobretudo uma situação que lenta e gradualmente transforma o sujeito em símbolo do fracasso social. Não o sinônimo do fracasso do modelo de nossa coletividade, mas do fracasso individual perante uma sociedade que teoricamente dá as oportunidades adequadas para que cada um mostre o seu melhor. Dada a escassez de oportunidades no mercado, o trabalhador de Vincent Lindon se vê em situações extremamente desconfortáveis, diante das quais a lei regente é sempre “ou eu ou ele”, “ou meu emprego ou o seu” (FEOLA, 2016, p. 2, grifos da autora).

Sigamos então, com o filme. Mais uma funcionária é flagrada cometendo uma transgressão. Dessa vez passando o próprio cartão de fidelidade na sua máquina de caixa ao registrar compras de clientes que não tinham o cartão para ganhar pontos, que se revertem em descontos na compra de produtos. Uma segurança interpela a operadora de caixa. Diz a ela que viu o que ela fez e que Thiéry também viu (pela câmera), e que, portanto, há provas.

A segurança pergunta rispidamente: “você sabe como se chama isso que você fez? Sabe ou não sabe? Por que você fez isso?”.

A funcionária responde constrangida: “porque os pontos eram multiplicados por dez”.

“Agora seus problemas serão multiplicados por dez”, retruca a segurança.

A funcionária tenta se defender: “são só pontos, eu não roubei nada”.

“Sou obrigada a controlar isso”, informa a segurança.

Em seguida, a segurança sai para verificar como proceder em relação ao caso e Thierry fica na sala com a operadora de caixa. Estando apenas os dois, ela pergunta a ele: “vocês vão me denunciar por causa de um cartão de fidelidade?”. Ele responde: “não sei”. Segue o silêncio. E o filme se encaminha para seu desfecho...

Na sequência do texto será empreendida uma discussão teórica acerca dos trechos do filme aqui realçados. Essa discussão terá como base as contribuições da Ergologia e da Psicodinâmica do Trabalho, referenciais cuja escolha justificamos adiante.

8.1 Discussão teórica

A Psicologia do Trabalho e Organizacional (PT&O) representa uma “área de conhecimento” da Psicologia, enquanto ciência e profissão, que compreende o estudo, a pesquisa, a intervenção, a formação e a atuação dos profissionais psicólogos.

Conforme Bendassolli e Soboll (2011) – que optam no texto citado pela denominação Psicologia Organizacional e do Trabalho (POT) –, em seu domínio são observadas três grandes ênfases: cognitiva, social e clínica.

Tendo em vista o percurso acadêmico-científico do autor, bem como o objetivo e escopo do presente texto, será aqui privilegiada a perspectiva clínica do trabalho, pois, conforme entendem Souza, Athayde e Santorum (2018, p. 100):

A linhagem clínica do trabalho pode ser muito útil, caso cuidemos de seu desenvolvimento, operando como mais um recurso, uma ferramenta para a ação profissional (em alguma medida transformadora) em um meio de trabalho concreto. Uma característica importante para compreender o que se denomina Clínica do Trabalho, é que ela não tem como objetivo estrito a clínica do indivíduo trabalhador, ou seja, uma perspectiva terapêutica que vise a identificar, diagnosticar e tratar individualmente casos de sofrimento psíquico patogênico, de transtornos mentais no/do trabalho. Não se desconsidera a importância do cuidado clínico com um trabalhador específico, mas tem-se como orientação o cuidar do trabalho, das profissões, dos ofícios. E, em especial, entende-se que são os próprios trabalhadores aqueles que assumem o

cuidado com seu próprio trabalhar, sendo os psicólogos colaboradores neste processo.

Bendassolli e Soboll (2011) registram que:

compreende-se por “clínicas do trabalho” um conjunto de teorias que têm como foco de estudo a relação entre trabalho e subjetividade. Apresentando uma diversidade epistemológica, teórica e metodológica, o objeto comum dessas teorias é a situação do trabalho, que, em síntese, compreende a relação entre o sujeito, de um lado, e o trabalho e o meio, de outro (BENDASSOLLI; SOBOLL, 2011, p. 3, grifos dos autores).

Os autores citados assinalam que a emergência do sofrimento no trabalho é um forte motivo de convocação das clínicas do trabalho.

Entre as abordagens clínicas do trabalho encontra-se a Psicodinâmica do Trabalho (PDT), na qual o conceito de sofrimento ocupa um lugar central. Portanto, a PDT será uma das referências neste texto.

Outra referência que será aqui também explorada é a Ergologia. Esta não se caracteriza como uma nova abordagem ou disciplina, e sim como uma postura, uma perspectiva, uma démarche, uma forma de encaminhar o esforço de compreender-

transformar a vida e o trabalho, tendo como um dos seus objetivos colocar em diálogo sinérgico as abordagens que se revelam pertinentes ao ponto de vista da atividade, conforme a descrevem Athayde, Zambroni-de-Souza e Brito (2014). Estes autores não situam a Ergologia como uma das abordagens clínicas do trabalho por entenderem que existe uma distinção de plano da Ergologia com essas abordagens e que o vocábulo *démarche* assinala a existência dessa diferença. Concordamos com eles.

Contudo, se não se pode considerar a perspectiva ergológica como uma abordagem clínica, pode-se identificar nela uma postura, um posicionamento de caráter clínico, na medida em que tem como uma de suas referências a Ergonomia da Atividade, a qual apresenta um modo característico de analisar o trabalho em que há

a exigência da presença do pesquisador lá onde o trabalho acontece, constituindo-se o ponto de vista da atividade, fazendo uso da confrontação das observações dos pesquisadores com as vivências dos trabalhadores, possibilitando tanto o diagnóstico (compreensão), como o desenvolvimento (transformação) dos modos de trabalhar (RAMMINGER; ATHAYDE; BRITO, 2013, p. 3194).

Os autores citados assinalam que para Dejours, o termo clínica designa uma “*démarche* que parte do campo, se desdobra no campo e retorna constantemente ao campo” (p. 3199, grifos dos autores). E acrescentam que para Clot e Leplat, “as características essenciais do método clínico envolvem considerar seu objeto de estudo em sua globalidade, examiná-lo em profundidade e em toda sua complexidade, conferindo uma importância particular ao papel do(s) sujeito(s)” (p. 3199).

A Ergologia busca desenvolver o princípio epistemológico que a caracteriza, o dispositivo dinâmico de três polos (DD3P), que pressupõe uma dupla confrontação: entre os saberes acadêmico-científicos e tecnológicos entre si (polo 1) e os saberes/a experiência dos protagonistas da atividade (polo 2). Esta confrontação é intermediada pelo terceiro polo, das exigências ético-epistêmicas; polo de suporte da cooperação fecunda dos dois outros; polo dos desconfortos intelectuais, éticos, sociais; polo do mundo a construir (SCHWARTZ, 2010e).

Ao colocar esse patrimônio de saberes em confrontação, a Ergologia tem colaborado sobremaneira para o desenvolvimento das abordagens clínicas do trabalho, destacando suas contribuições e limites teóricos e metodológicos, no interior de um debate sinérgico e profícuo. Posicionamo-nos entre os que

reconhecem a importância desses referenciais (PDT e Ergologia) para a PT&O e recorreremos a algumas de suas contribuições para a análise do filme apresentado na primeira parte deste texto.

8.2 A Ergologia, a atividade de trabalho, os usos de si e o debate de normas que se orienta por valores

Para Schwartz (2010a, p. 42), a atividade é marcada por quatro proposições que ele denominou de “proposições ergológicas”.

A primeira refere-se ao reconhecimento da distância entre o prescrito e o real (ponto de partida da Ergonomia da Atividade) e ao entendimento de que essa distância sempre existiu e é universal. Na segunda proposição afirma-se que o conteúdo da distância entre o prescrito e o real é sempre parcialmente ressingularizado e (terceira proposição) remete à atividade do corpo-si, entidade coletiva relativamente pertinente que se refere à pessoa que trabalha, em sua inteireza (corpo biológico, psiquismo, história, valores etc.).

A quarta proposição ergológica é a que nos remete mais diretamente às questões trazidas pelo filme. Ela se refere à relação entre a atividade e os valores. Nela se afirma que a distância entre o prescrito e o real remete a um debate orientado por valores.

Schwartz defende que há sempre valores em jogo na atividade e que, se admitimos que “a distância entre o prescrito e o realizado é universal, que existem, portanto, no trabalho, outras razões que entram em jogo além das razões dos organizadores, isso quer dizer que a pessoa faz escolhas!” (p. 45). Essas escolhas são feitas em função de critérios – e, portanto, em função de valores que orientam estas escolhas. E então existem debates de normas, que geralmente não são vistos. E, segundo Schwartz, procedemos mal não os vendo, não dando a devida atenção para esses debates, porque estes são fundamentais no trabalho, posto que dão orientação, curso para a atividade. Eles são, ao mesmo tempo, debates consigo mesmo, e debates e valores de ordem social.

Schwartz (2010c, p. 192) vai afirmar que fazer escolhas é também se engajar em um mundo humano atravessado por valores. “Os outros” de parte a parte atravessam a atividade, sua própria atividade, e por meio dessa relação com o outro, tudo isso remete a uma forma de construção de si mesmo que traz toda espécie de desafios e de dimensões.

Lembremos da cena em que Thierry diz aos colegas que não iria entrar com processo judicial contra a empresa: “cada um escolhe o que quer fazer. No meu caso, para manter a saúde mental eu prefiro botar uma pedra sobre isso e seguir em frente”.

Thierry, com base em seus valores e nas experiências vividas por ele, opta por um caminho que supostamente manteria sua “saúde mental”.

De acordo com Schwartz (2010c) no campo do trabalho tenta-se neutralizar algo que coloca problema: o campo do debate de normas, que se orienta por valores. Para ele não se pode neutralizar/ignorar o fato de que na atividade temos relações com valores, valores dimensionáveis e valores sem dimensão (incomensuráveis, que não se pode quantificar).

Ao discutir as relações entre “o homem, o mercado e a cidade” Schwartz (2010e) propõe uma análise com base em um esquema tripolar, considerando nesse esquema (ou espaço) o polo I como o polo da atividade, das pessoas que fazem as gestões; o polo II, representando o mercado; o polo III, o polo do político (da cidadania). Trata-se de um esforço de compreensão condizente com o preconizado por Athayde, Zambroni-de-Souza e Brito (2014), e que se constitui um desafio para a PT&O, a busca de pensar-agir levando em consideração a lógica mercantil, mas sem a ela se submeter.

Ao encarar o debate acerca da questão das competências Schwartz (1998) vai assumir que esse é um exercício necessário, mas de encaminhamento problemático (“questão insolúvel”).

Prefere, então falar de ingredientes da competência, dada a heterogeneidade e as relações dinâmicas entre esses ingredientes, nunca totalmente antecipáveis. Schwartz (2010d) apresenta as características dos quatro ingredientes: o primeiro é o relativo domínio dos protocolos numa situação de trabalho (Registro 1); o segundo, a relativa incorporação do histórico de uma situação de trabalho (Registro 2); o terceiro ingrediente é a capacidade de articular a face protocolar e a face singular de cada situação de trabalho.

No quarto ingrediente da competência nos deteremos um pouco mais, tendo em vista sua relação com o que pretendemos focar na discussão acerca do filme. Este ingrediente refere-se ao debate de valores ligado ao debate de normas, as impostas e as instituídas na atividade. Schwartz destaca que toda atividade de trabalho é uma espécie de dramática, uma arbitragem permanente entre o uso de si “por si mesmo” e o uso de si “pelos outros”, sendo esses “outros” toda sorte de atores e ambientes que demandam à pessoa realizar um certo número de objetivos com os quais ela compartilha – ou não compartilha ou compartilha mais ou menos. O agir competente (ou “agir em competência”) é profundamente determinado por aquilo que pode valer para a pessoa. Valer no sentido próprio, como meio de trabalho, isto é,

em que medida ela pode fazer de forma que este meio de trabalho seja em parte, seu meio. Um meio no qual ela possa fazer valer, mais ou menos, um certo número de suas normas de vida. Trata-se de renegociar permanentemente com as normas de vida dos outros! Esse trabalho de pôr em dialética os usos, por que o fazemos? Até onde o fazemos? Até que ponto o fazemos, bem ou mal? Indaga Schwartz.

E, nos meios em que vivia e trabalhava, o personagem principal do filme conduzia suas escolhas com base no que valia para ele: a família, suas conquistas, a defesa de sua saúde mental, a relação com os colegas de trabalho... Uma dramática de usos de si, de seu corpo-si. Uso de si “por si” e “pelos outros”.

Mas é necessário articular permanentemente o uso de si pelos outros e o uso de si por si: pelos outros que cruzam, como foi dito, toda atividade de trabalho; e por si, pois há sempre um destino a ser vivido, e ninguém poderá excluí-lo dessa exigência. Tal exigência é uma oportunidade, claro, pois é a possibilidade de “desanonimar” o meio, tentando fazer valer ali suas próprias normas de vida, suas próprias referências, através de uma síntese pessoal de valores. Essa tentativa é também um risco, pois os fracassos são possíveis – daí o sofrimento no trabalho

(SCHWARTZ, 2010c, p. 195, grifos do autor).

Para Schwartz (2010c), é precisamente porque há ao mesmo tempo esses dois momentos, ou essas duas polaridades do uso, que todo trabalho é problemático – problemático e frágil – e comporta um drama.

Essa dramática de uso de si é revivida permanentemente, porque o uso de si pelos outros é talvez em um certo momento mais forte, mais determinado, mais marcadamente prescrito – e em um certo momento, pode se desvanecer! Então, sua própria responsabilidade, teria dito Sartre, torna-se mais importante, o que é, por vezes, angustiante, porque é preciso se escolher, escolhendo como reagir (SCHWARTZ, 2010c, p. 195, grifos do autor).

A dramática envolve a escolha – difícil de fazer – ou a difícil articulação entre o uso de si por si e pelos outros.

O debate de normas orientado por valores é um debate entre as normas antecedentes e as próprias normas daqueles que compõem a situação de trabalho, seus valores, seu corpo-si (SCHWARTZ, 2010a) e seus atravessamentos.

Pois a relação entre a saúde, o exercício da capacidade normativa (normatividade) e os valores remetem às possibilidades de se apropriar, em parte, do serviço no qual

trabalha como sendo o seu, como aquele para o qual se vai com certo prazer, trabalhar seus valores, fazer novas descobertas e isso é alguma coisa, do ponto de vista da saúde, no sentido mais abrangente, é positivo, conforme Schwartz (2010d). Se alguém participa da vida de seu serviço é porque encontrou lá algo como saúde, como normatividade possível. O que, segundo Schwartz, nos obriga a considerar a questão dos valores em jogo, em toda atividade. A atividade concreta de todos os dias nos leva a repensar, a restituir lugares e significações diferentes, aquilo que Schwartz chamou de valores sem dimensão.

Portanto, para a espécie humana, penso que a intenção técnica é uma forma de estabelecer uma relação viva com o meio, desde que se opere nessa dialética dos registros, em todos os níveis (inclusive no mais ínfimo), o que podemos chamar uma tentativa de renormatização. É uma tentativa de recentramento das normas do “registro Um”, que foi pensado sem você, uma tentativa de o repensar em função de você, em função da história que você tem para viver, enfim, com todas as suas variabilidades e em função de você, que tem que gerir essa história e essas variabilidades. Nós o fazemos em função de quê? Nós o fazemos tentando estabelecer uma relação de saúde – no sentido mais amplo – no meio, quer dizer, uma relação na

qual tentamos fazer prevalecer o que para nós são valores fundamentais de vida. Às vezes, as menores modificações que são feitas, individuais e coletivas, carregam a marca desse viver em saúde num meio que é, neste caso, um meio de trabalho (SCHWARTZ, 2010b, p. 98, grifos do autor).

Lembramos aqui que Thierry no início do filme, escolhe não seguir pelo caminho proposto pelos colegas (entrar com ação judicial contra a empresa em que trabalhara) e lhes diz: “Cada um escolhe o que quer fazer. No meu caso, para manter a saúde mental eu prefiro botar uma pedra sobre isso e seguir em frente”. Escolha difícil e que não o isenta de sofrimento, de outros problemas, outras dramáticas e outras escolhas necessárias, conforme pode ser visto no decorrer do filme, por exemplo, a partir do suicídio de uma funcionária do supermercado.

Para abordar esse tema recorreremos às contribuições da Psicodinâmica do Trabalho (PDT), especialmente a alguns textos escritos por Dejours, individualmente ou com colaboradores.

8.3 A Psicodinâmica do Trabalho: prazer e sofrimento psíquico no trabalho, reconhecimento e identidade

Dejours (2004b) afirma que trabalhar é preencher a lacuna entre o prescrito e o que será objetivamente realizado, dando

então relevo ao que conceitua por “real do trabalho”, considerando que este “sempre se manifesta afetivamente para o sujeito, aí se estabelece uma relação primordial de sofrimento, experimentada pelo sujeito, corporificada” (p. 27).

O sofrimento psíquico no trabalho vai se manifestar em um indivíduo/sujeito singular corporificado, que se experimenta afetivamente, que está engajado na relação com o outro.

Dejours tem dedicado grande parte de sua obra à discussão sobre as relações entre o trabalho e o sofrimento psíquico, sendo este entendido como uma experiência incontornável da vida (e da vida no trabalho) que pode tomar rumos distintos: seja um rumo patogênico, seja outro rumo, a partir da subversão da experiência do sofrimento em (direção à) saúde: a criação e o prazer (NEVES; SELIGMANN-SILVA; ATHAYDE, 2004).

Há cenas do filme em que o protagonista vivencia situações que lhe provocam sofrimento, angústia, remetendo-nos ao que Dejours conceitua como sofrimento ético, que se caracteriza como aquele experimentado quando o sujeito comete, negligencia ou compactua com atos com os quais não concorda e condena moralmente. Nas palavras do autor entende-se por sofrimento ético “não o sofrimento que resulta de um mal padecido pelo sujeito, e sim o que ele pode experimentar ao cometer, por causa

de seu trabalho, atos que condena moralmente” (DEJOURS, 1999, p. 36).

Adiante, na mesma obra, Dejours acrescenta:

Mas cometer atos reprováveis ou ter atitudes iníquas com os subordinados, fingindo ignorar-lhes o sofrimento, ou com colegas com os quais, para permanecer no cargo ou progredir é forçoso ser desleal, isso faz surgir um outro sofrimento muito diferente do medo: o de perder a própria dignidade e trair seu ideal e seus valores. Trata-se, portanto, de um “sofrimento ético”, que vem acrescentar-se ao sofrimento causado pela submissão à ameaça (DEJOURS, 1999, p. 72, grifos do autor).

Podemos ver situações passíveis de sofrimento ético no filme, como, por exemplo, nas ocasiões em que colegas de trabalho foram acusadas de fraude, tendo uma dessas circunstâncias culminado com o suicídio de uma delas. Pode-se observar que, mesmo passando pelo luto em silêncio, as expressões do protagonista podem “dizer” muito, inclusive sobre a solidão e o dilema em que se encontrava. Contudo, o filme busca deixar claro que os valores do protagonista (“o valor de um homem”, conforme o título em português) orientam suas escolhas, suas arbitragens, suas decisões.

Procurando abordar as relações entre suicídio e trabalho e discutir uma estratégia de intervenção em uma empresa francesa onde ocorreram vários casos de suicídio na década de 1990 Dejours e Bègue (2010) escrevem o livro “Suicídio e trabalho: o que fazer?”. O problema não foi uma exclusividade dessa empresa pois, uma onda de suicídios vinha ocorrendo na França em empresas como a Renault, a Peugeot, a Électricité de France e a France Télécom, por exemplo.

Após a ocorrência desses dramas, um mal-estar toma conta de todos que, de alguma forma, mantiveram algum tipo de relacionamento com a vítima. A diretoria da empresa procura isentar-se de sua responsabilidade, imputando, geralmente, o gesto suicidário a um “temperamento” depressivo ou psicopatológico próprio ao suicida, ou ainda a conflitos afetivos que o mesmo desenvolvia na esfera privada.

Para Dejours (DEJOURS; BÈGUE, 2010), um único suicídio em uma empresa constitui, de facto, um problema que afeta toda a comunidade de trabalho, uma vez que sua ocorrência reflete uma profunda degradação do conjunto do tecido humano e social do trabalho. Para ele o suicídio é uma conduta endereçada.

Que um suicídio possa ocorrer no local de trabalho indica que todas essas condutas de ajuda mútua e solidariedade – que

não eram nem mais nem menos que uma simples prevenção das descompensações, assumidas pelo coletivo de trabalho – foram banidas dos costumes e da rotina da vida de trabalho. Em seu lugar instalou-se a nova fórmula do cada-um-por-si; e a solidão de todos tornou-se regra.

Quando um assalariado se suicida por razões que estão relacionadas ao trabalho, é toda a comunidade de trabalho que já está sofrendo.

Um caso de suicídio arquivado sem consequências aumenta consideravelmente os riscos para a saúde mental de todos os que “permaneceram”. A elucidação da mensagem é uma etapa importante e incontornável para a prática do luto que deverá ser cumprida pelos membros da família e os próximos.

Em outro texto Dejours (2010) afirma contundentemente que, “um suicídio no trabalho é uma mensagem brutal”. Para ele, não há “trabalho vivo” sem sofrimento, sem afeto, sem envolvimento pessoal. É o sofrimento que mobiliza a inteligência e guia a intuição no trabalho, que permite chegar à solução que se procura. Mas, há um tipo de sofrimento que conduz ao isolamento, ao desespero, à depressão.

Para Dejours (2010), o fato de as pessoas irem suicidar-se no local de trabalho tem obviamente um significado. Para este

autor, as empresas continuam a dizer que os suicídios dos seus funcionários têm a ver com a vida privada e não com o trabalho. Ele admite que todas as pessoas têm problemas pessoais, portanto, quando alguém diz que uma pessoa se suicidou por razões pessoais, não está totalmente errado. Mas, segundo ele, se procuramos bem, vamos acabar por encontrar, na maioria dos casos, sinais precursores, sinais de fragilidade. Há quem já tenha estado doente, há quem tenha tido episódios depressivos no passado. É preciso fazer uma investigação muito aprofundada. Mas se a empresa pretende provar que a crise depressiva de uma pessoa se deve a problemas pessoais vai ter de explicar por que é que, durante 10, 15, 20 anos, essa pessoa, apesar de suas fragilidades, funcionou bem no trabalho e não adoeceu.

No que concerne ao filme, seria o caso de perguntar à empresa por que aquela trabalhadora cometeu suicídio naquele momento de sua vida, exatamente quando fora demitida, já que seus problemas de ordem pessoal não eram recentes? Questões pessoais ou ataque aos alicerces da sua identidade a levaram ao desespero, à desolação e ao suicídio?

Em “A banalização da injustiça social”, Dejours (1999) afirma que, indubitavelmente, quem perdeu o emprego, quem não consegue empregar-se ou reempregar-se e passa pelo processo de

dessocialização progressivo, sofre. Esse processo leva à doença mental ou física, pois ataca os alicerces da identidade.

Para este autor a adesão à causa economicista [perguntamos: à “lei do mercado”?] que separa a adversidade da injustiça, não resultaria, como se costuma crer, da mera resignação ou da constatação de impotência diante de um processo que nos transcende, mas funcionaria também como uma defesa contra a consciência dolorosa da própria cumplicidade, da própria colaboração e da própria responsabilidade no agravamento da adversidade social. É a própria banalidade. Não só a banalidade do mal, mas a banalidade de um processo que é subjacente à eficácia do sistema liberal econômico.

Para ele, à primeira fase do processo de construção da tolerância ao sofrimento, representada pela recusa sindical de levar em consideração a subjetividade, segue-se uma segunda fase: a da vergonha de tornar público o sofrimento gerado pelos novos métodos de gestão do pessoal.

Dejours admite que, na verdade, os gerentes têm alguma noção da situação de seus subordinados e do sofrimento deles e que eles (gerentes) também sofrem com as novas formas de gerenciamento.

Mas, é preciso repetir, nenhuma organização, nenhuma empresa, nenhum

sistema funciona por si mesmo, automaticamente, por meio de uma lógica interna qualquer. Para funcionar, todo sistema tem necessidade não somente da obediência dos homens e das mulheres, mas do zelo destes, isto é, da sua inteligência. A evolução contemporânea da organização do trabalho não é uma fatalidade. Ela releva da vontade – e do zelo – dos homens e das mulheres que a fazem funcionar. Se o trabalho pode gerar o pior, como hoje, no mundo humano, ele pode, também, gerar o melhor. Isso depende de nós e de nossa capacidade de pensar as relações entre subjetividade, trabalho e ação, graças a uma renovação conceitual (DEJOURS, 2004, p. 34).

Convém ressaltar que até aqui concentramo-nos nas contribuições de autores franceses para a análise das questões que o filme nos apresenta. Entendemos que para compreendermos algumas das especificidades da realidade brasileira, as contribuições de autores nacionais, que se debruçam sobre o estudo das questões do trabalho na sociedade brasileira contemporânea, poderão ser mobilizadas e mais bem exploradas em outro texto. Pode-se, contudo, desde já assinalar que encontramos em nosso país importantes estudos, como, por exemplo, aqueles a respeito da “psicopatologia da recessão e do

desemprego” e da “precarização da saúde mental na precarização social e do trabalho”, desenvolvidos por Seligmann-Silva (2011).

Sobre o suicídio, Bernardo, Seligmann-Silva, Maeno e Kato (2011) revelam que no Brasil há poucos estudos que indicam associação entre profissões e suicídios, e estes mencionam médicos, bancários e agricultores como categorias “suscetíveis”. Com base em outros estudos as autoras apontam uma mudança na tendência de suicídios relacionados ao trabalho. Se antes estes eram mais associados a profissões que lidavam com situações perigosas e de emergência, passaram a aparecer também em outras “ocupações diferenciadas, quais sejam: expostas a lógicas de gestão pautadas pela individualização na avaliação, pela organização do trabalho, regulada crescentemente pela máxima qualidade da produção e pelo intenso processo de terceirização” (VENCO; BARRETO, 2010, p. 1 apud BERNARDO et al., 2011).

Podemos citar ainda outros autores brasileiros que abordam a temática do suicídio no trabalho: Freitas (2011), que discute o suicídio como um problema organizacional; Finazzi-Santos (2009), que, em uma entrevista, aborda o suicídio de trabalhadores, colocando em perspectiva os casos do Brasil e da França; Finazzi-Santos e Siqueira (2011), que tecem

considerações sobre trabalho e suicídio com base no estudo de caso de óbito de trabalhador bancário.

Enfim, com relação à saúde dos trabalhadores e trabalhadoras, concordamos com Neves, Seligmann-Silva e Athayde (2004) que

o ponto de partida para discutir essa questão é a vida, o ser vivo, ou seja, a vitalidade do ser vivo, essa busca permanente de mobilização das forças ativas, de tirar de dentro de si, de suas raízes, as energias necessárias ao viver: inteligência e afetividade para dar conta das exigências e pressões do trabalho. Desse modo, falar sobre saúde é falar sobre um cotidiano que demanda ininterruptamente a mobilização de corpo e alma, de energia, de sangue, de ossos, de músculos, de memória, de desejos, de ódios (NEVES; SELIGMANN-SILVA; ATHAYDE, 2004, p. 43).

É o que a ciência, a vida e a arte (no caso, a chamada “sétima arte”) nos ensinam.

Todos esses ingredientes estão presentes na busca do protagonista do filme por preservar seus valores, sua identidade e sua saúde mental.

A vida produz a arte, a arte retrata a vida.

8.4 Considerações finais

Buscou-se neste texto apresentar uma contribuição à Psicologia do Trabalho e Organizacional a partir da análise do filme “O valor de um homem”, com base em duas vertentes analíticas: a Ergologia e a Psicodinâmica do Trabalho. Dentre as várias noções e conceitos aqui discutidos destacam-se os valores e o sofrimento. Estes, não obstante sua presença e importância no exercício da atividade de trabalho, são geralmente deixados de fora nos discursos gerenciais e em grande parte das discussões sobre o trabalho. Daí enfatizarmos a grande relevância da constituição de espaços de emergência e circulação da palavra – como via de expressão e de resistência às condições opressivas que impelem o sujeito a retirar-se forçosamente da cena do trabalho, seja pela via do absenteísmo, da demissão, da doença ou da morte.

A Clínica do Trabalho aponta que já no processo de constituição das diversas profissões elaboram-se o que se conceitua por “regras de ofício”: trata-se não só de regras técnicas, como também regras sociais (de convivência no trabalho) e de defesa da própria saúde e do coletivo de trabalho. Esta Clínica tem então como foco principal a defesa do patrimônio que são os ofícios, as profissões, suas regras de ouro estabilizadas e que

circulam nos meios de trabalho, demandando fortalecimento e desenvolvimento. Seus operadores, seus agenciadores são os diferentes tipos de coletivos de trabalho. Assim, quando se dá a sua desestruturação, a solidão se estabelece entre aqueles que trabalham, como se pode ver no filme abordado.

Portanto, parece-nos que o enfrentamento de tais desafios passa pela construção e desenvolvimento da potência dos coletivos profissionais. Passa também pela consideração e busca de compreensão de nossa formação social (Brasil, na conjuntura social específica em que se vive hoje), de nossos dilemas e problemas específicos, para que, a partir daí, seja possível gerar, por meio de um debate persistente e fecundo, propostas, deliberações e estratégias mais viáveis para promover mudanças positivas nas situações de trabalho.

Àqueles que não assistiram ao filme, fica aqui a sugestão para que o vejam, não somente para apreciá-lo e saberem seu desfecho, como também para que possam efetuar outras análises e compartilhá-las.

À guisa de conclusão, afirma-se que a discussão aqui empreendida está, indubitavelmente, sujeita a críticas e aberta a outras análises possíveis.

Fica o convite para o diálogo.

FICHA TÉCNICA

Título original: La loi du marché

Título da tradução brasileira: O valor de um homem

Ano: 2015

País: França

Diretor: Stéphane Brizé

Roteiro: Stéphane Brizé e Olivier Gorce

Música: Sem informação

Atrizes/Atores principais: Vincent Lindon, Karine de Mirbeck,

Matthieu Schaller, Francoise Anselmi

Gênero: Drama

Duração do filme: 93 minutos

REFERÊNCIAS

ATHAYDE, M.; ZAMBRONI-DE-SOUZA, P. C.; BRITO, J. Intervenção e pesquisa em psicologia: uma postura ergológica. In: Bendassoli, P. B.; Soboll, L. A. (Org.). **Métodos de Pesquisa e intervenção em Psicologia do Trabalho**: Clínicas do Trabalho. São Paulo: Atlas, 2014. p. 129-158.

BENDASSOLLI, P. F.; SOBOLL, L. A. P. Clínicas do trabalho: filiações, premissas e desafios. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 14, n. 1, 2011, p. 59-72.

BERNARDO, M. H.; SELIGMANN-SILVA, E.; MAENO, M.; KATO, M. Apresentação. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**. São Paulo: Fundacentro, v. 35, n. 122, p. 187-191, jul./dez. 2010.

DEJOURS, C. **A banalização da injustiça social**. Rio de Janeiro : Editora Fundação Getulio Vargas, 1999.

DEJOURS, C. Inteligência prática e sabedoria prática: duas dimensões desconhecidas do trabalho real. In: **Christophe Dejours: Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004a. p. 277-299.

DEJOURS, C. Subjetividade, trabalho e ação. **Produção**, v. 14, n. 3, p. 27-34, 2004b.

DEJOURS, C. **“Um suicídio no trabalho é uma mensagem brutal”**. Entrevista a Ana Gerschenfeld. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/clipping.sat_100222.pdf. Acesso em: 30 jun 2018.

DEJOURS, C.; BÈGUE, F. **Suicídio e trabalho: o que fazer?** Brasília: Paralelo, 15, 2010.

FEOLA, S. Filme francês fala sobre a crise do trabalho no mundo. Cotidiano Transitivo. Breves análises de política e sociedade. **Estadão**. 03 junho 2016. Disponível em: <https://brasil.estadao.com.br/blogs/cotidiano-transitivo/filme->

frances-fala-sobre-acrise-do-trabalho-no-mundo/. Acesso em: 22 jun 2018.

FINAZZI-SANTOS, M. A. **O suicídio de trabalhadores**. Os casos do Brasil e da França. Entrevista especial com Marcelo Finazzi. Em 20 de outubro de 2009. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/26732-o-sucidio-de-trabalhadores-os-casos-do-brasil-e-da-franca-entrevista-especial-com-marcelo-finazzi>. Acesso em: 31 out 2018.

FINAZZI-SANTOS, M. A.; SIQUEIRA, M. V. S. Considerações sobre trabalho e suicídio: um estudo de caso. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**. São Paulo: Fundacentro, v. 36, n. 123, p. 71-83, jan./jun. 2011.

FREITAS, M. E. Suicídio, um problema organizacional. **GV-executivo**, v. 10, n. 1, p. 54-57, jan./jun. 2011.

NEVES, M. Y.; SELIGMANN-SILVA, E.; ATHAYDE, M. Saúde Mental e trabalho: um campo de estudo em construção. In: ARAÚJO, A.; ALBERTO, M. F.; NEVES, M. Y.; ATHAYDE, M. **Cenários do trabalho**: subjetividade, movimento e enigma. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p. 19-49.

RAMIMNGER, T.; ATHAYDE, M.; BRITO, J. Ampliando o diálogo entre trabalhadores e profissionais de pesquisa: alguns métodos de pesquisa-intervenção para o campo da Saúde do Trabalhador. **Ciência & Saúde Coletiva**, n. 18, v. 11, p. 3191-3202, 2013.

SCHWARTZ, Y. Os ingredientes da competência: um exercício necessário para uma questão insolúvel. **Educação e Sociedade**, v. 19, n. 65, p. 101-140, 1998.

SCHWARTZ, Y. Reflexão em torno de um exemplo de trabalho operário. In: SCHWARTZ, Y ; DURRIVE, L. (Org.). **Trabalho & Ergologia**: conversas sobre a atividade humana. Coord. da tradução e revisão técnica: BRITO, J.;

ATHAYDE, M. 2 ed. ampliada. Niterói: Editora da UFF, 2010a, p. 37-46.

SCHWARTZ, Y. Técnicas e Competências. In: SCHWARTZ, Y ; DURRIVE, L. (Org.). **Trabalho & Ergologia**: conversas sobre a atividade humana. Coord. da tradução e revisão técnica: BRITO, J.; ATHAYDE, M. 2 ed. ampliada. Niterói: Editora da UFF, 2010b, p. 85-102.

SCHWARTZ, Y. Trabalho e uso de si. In: SCHWARTZ, Y ; DURRIVE, L. (Org.). **Trabalho & Ergologia**: conversas sobre a atividade humana. Coord. da tradução e revisão técnica: BRITO, J.; ATHAYDE, M. 2 ed. ampliada. Niterói: Editora da UFF, 2010c p. 189-204.

SCHWARTZ, Y. Uso de si e competência. In: SCHWARTZ, Y ; DURRIVE, L. (Org.). **Trabalho & Ergologia**: conversas sobre a

atividade humana. Coord. da tradução e revisão técnica: BRITO, J.; ATHAYDE, M. 2 ed. ampliada. Niterói: Editora da UFF, 2010d, p. 205-.

SCHWARTZ, Y. O homem, o mercado e a cidade. In: SCHWARTZ, Y ; DURRIVE, L. (Org.). **Trabalho & Ergologia**: conversas sobre a atividade humana. Coord. da tradução e revisão técnica: BRITO, J.; ATHAYDE, M. 2 ed. ampliada. Niterói: Editora da UFF, 2010e, p. 247-273.

SELIGMANN-SILVA, E. **Trabalho e desgaste mental**: o direito de ser dono de si mesmo. São Paulo: Cortez, 2011.

SOUZA, W. F.; ATHAYDE, M; SANTORUM, K. Psicologia e trabalho, o trabalho da psicologia. In: VALENTIM, R. P. F.; SOUZA, W. F. **Temas e debates em Psicologia Social e Institucional**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018, p. 99-113.

9 UMA ANÁLISE A PARTIR DA PSICODINÂMICA DO TRABALHO DO FILME “DOIS DIAS, UMA NOITE”

Iasmin Libalde Nascimento

Janice do Carmo Demuner Magalhães

Thiago Drumond Moraes

9.1 Dois dias em luta: apática ou por empatia?

O filme “Dois dias, uma noite” dirigido por Jean-Pierre e Luc Dardenne (2014) inicia-se com Sandra (**Marion Cotillard**), mãe de dois filhos e esposa, recebendo uma ligação de sua colega de trabalho, Juliette (Catherine Salée), que lhe informa sobre uma votação promovida pelo chefe da empresa. Dumont (Baptiste Sornin) propôs que os pares de Sandra decidissem entre a permanência de sua colega de trabalho, que retornaria após a recuperação de um processo depressivo, ou o recebimento de um bônus salarial por uma maior jornada de trabalho.

Sandra, abatida pela notícia de que será desligada da instituição, é incentivada por Juliette e seu marido Manu (Fabrizio Rongione) a solicitar uma nova votação. Após a autorização de Dumont, a protagonista e seu esposo terão um final de semana,

dois dias e uma noite, para visitar a residência dos colegas e convencê-los a renunciar ao abono.

Esses dois dias e uma noite se desdobram, no filme, como que numa antítese de uma saga hollywoodiana. Longe de mostrar, como se esperaria num filme blockbuster qualquer, os nobres valores e a inabalável persistência da protagonista em defesa de seu trabalho, trabalho esse ameaçado pela aparente inevitabilidade da regência do mundo social pela mão invisível do mercado (SMITH, 2017), essa pálida, dopada, vacilante e quase apática protagonista – numa bela atuação de Cotillard –, nos brinda com um retrato sem retoques do que seria a árdua tarefa de mendigar seu emprego entre os próprios pares. Sem os temperos de euforia (salvo em raros momentos), melodrama (também igualmente raro) ou de fúria, a saga se desvela monotonamente num embate contínuo contra um placar conhecido de antemão, a saber, a votação pela sua demissão, o que dá a Sandra um resultado deveras prejudicial.

A ausência de uma trilha sonora envolvendo-nos em sentimentos plastificados é um exemplo desse retrato liso e, nem por isso, sem viés da experiência crua e dura dos protagonistas. Aliás, em apenas dois momentos no filme o espectador é agraciado com melodias. Estas, contudo, não foram inseridas para canalizar

o que quer que o espectador esteja sentido em relação ao drama que assiste, mas para viver com os protagonistas as mesmas experiências que as músicas produzem nos personagens que as escutam naquele momento. Em outras palavras, as emoções vivenciadas não são facilmente partilhadas nesse filme. É claro que se tem empatia pela Sandra e seu companheiro: seu sofrimento é nítido. Mas como na vida cotidiana, nossa empatia é quase racional: que ela vive um drama insuportável, é fácil de se identificar; mas por vezes é difícil aceitar seus comportamentos, sua incapacidade de reação, sua apatia. Daí, uma vez mais, sobrevém a realidade como parâmetro: a depressão que assola Sandra não se revela em uma caricatura histórica que chora em contínuo pelo seu sofrimento inigualável. De modo algum. Sua depressão é aquela que se vive dentro dos lares, dos escritórios e nas esquinas das ruas: comer, andar, sorrir, interagir é difícil, mas também é o chorar, reagir e enraivecer. É incrível como Sandra, diante de colegas que se recusam a votar pela sua permanência em um emprego, pelas razões as mais (in)justas possíveis, simplesmente se desculpa e vai embora. E é assim, sem forças contra esse mundo, é que ela se volta ao seu último recurso possível de estar ali: o entorpecimento de si por meio de drogas

medicamentosas. Desabar é uma sedução contínua, haja vista o tamanho do desafio que se pede.

Nossa empatia é também racional neste filme porque ainda que percebamos seu sofrimento, ele é o de outros, não é o nosso. Ou melhor, mesmo que nos sensibilizemos, ou até vivenciemos coisas semelhantes, é racionalmente impossível enfrentar essa barreira que se impõe contra nós. A sensação é quase sempre a de que o coletivo morreu, não temos mais o que fazer. Como se uma dura verdade se abatesse sempre sobre nós: “Estou só, não tenho o que fazer etc., etc., etc.”. Em outras palavras, diante do enredo angustiante do filme, mas sem nenhum apelo típico dos filmes cujo gênero seja o drama, sendo uma angústia monótona e sem graça, o filme nos retrata a apatia de vermos do lado de cá o sofrimento de outros do lado de lá, sem que esse movimento - ver o sofrimento do outro - mobilize a luta coletiva para uma alternativa em comum, salvo raras exceções. Vemos tanto sofrimento por aí: moradores de rua, desempregados nas filas de emprego, maus-tratos com pessoas indefesas, preconceitos. Por que seria diferente nossa sensibilidade por Sandra? Essa é uma luta dela, e só dela. Ela que se vire. Sabemos que é difícil, como sabemos que é difícil a situação dos moradores de rua, dos negros,

principalmente os mais pobres, dos usuários de drogas etc. Mas é isso. Essa é a vida deles. Ponto...

É isso... É isso?

Ora, não é bem assim! Se olharmos o enredo com atenção, veremos que Sandra não está sozinha. Conta com apoios aos quais ela demanda menos do que esses lhes dão de suporte. É curioso que no filme o compromisso com o outro não se dá pela empatia do espectador pela protagonista. Como dito anteriormente, em alguns momentos é difícil partilhar o mesmo sentimento sobre a cena que se desenrola. A empatia pela Sandra se dá, sim, por parte de seu companheiro e de sua mais fiel amiga da fábrica. Aquele é um simples trabalhador de restaurante, sem grandes ferramentas, sem indicações profissionais, sem coaching. Mesmo assim, dá um contínuo suporte à Sandra, do jeito que melhor consegue, e se recusa a abandoná-la, mesmo na longa vivência de ausência de qualquer afeto mais corporal e sexual.

Aliás, antes de prosseguirmos, façamos uma breve reflexão sobre como no filme se aborda as relações entre trabalho e sexualidade: o filme mostra a vida sexual do casal afetada pela depressão e pelo mundo do trabalho. Podemos nos remeter ao mesmo tema da relação entre sexualidade e trabalho que é tão bem trabalhado no célebre filme italiano “A classe operária vai ao

paraíso”, de Elio Petri (1971). No filme italiano, onde a sexualidade é nitidamente atrelada ao *modus operandi* da atividade de trabalho em si, aproximamo-nos da linha argumentativa dos primeiros textos de Dejours (1987), onde o autor sugere que a experiência da atividade de trabalho é mobilizada pelas mesmas energias pulsionais – e portanto também sexuais – que são produzidas desde a mais tenra infância. Já no filme francês, é a patologia do trabalho, da depressão, que exaure a sexualidade. Neste caso, podemos nos apoiar ainda em Dejours, mas em textos mais recentes (DEJOURS, 2012), para compreender a complexidade dessas relações entre trabalho e sexualidade. Dejours sugere que o trabalho, a despeito de seus constrangimentos sociais, ainda é uma dimensão central na vida das pessoas. Portanto, para propiciar o desenvolvimento e a saúde das pessoas, e quiçá o desdobramento desses movimentos em uma vida mais democrática, tem-se que se reconhecer que somos dirigidos por uma dupla centralidade: a da sexualidade e a do trabalho. É por meio de um espaço público de ação sobre o mundo, o trabalho, que temos acesso a um dos terrenos mais propícios para o retrabalho dos afetos e pulsões sexuais em vias de sublimação. O trabalho, quando adequado, se torna um meio fértil de trabalho sobre as pulsões. Contudo, quando inviabilizado pelas

suas próprias dinâmicas, afeta as relações não apenas entre as pessoas, mas pode interferir também no íntimo jogo das vivências pulsionais, e, portanto, sexuais, dos sujeitos. Assim, a falta de relações sexuais não é apenas o fruto de uma patologia que se instalou em Sandra, mas efeito de uma complexa rede de relações entre pulsão e espaço público de trabalho.

Seja como for, com ou sem sexo, Manu, o incansável companheiro de Sandra, se sensibiliza, como se deveria esperar, pelo sofrimento de sua esposa e compartilha com ela dos meios disponíveis para auxiliá-la em uma reconstrução de si e, também, do casal. Contudo, deve-se destacar que mais importante que o apoio do marido nessa saga, o elemento-chave que mobiliza a história do filme é o esforço que sua colega, Juliette, demonstra em reverter a situação vivenciada pela protagonista. Pouco se fala sobre Juliette, pouco se vê de Juliette. O que a torna tão importante nesse episódio é que Juliette representa outro tipo de empatia crucial que tem sido o objeto de ataque frontal das políticas de gestão do trabalho: a empatia de reconhecer-se e reconhecer o outro como parte um coletivo. Juliette não é uma santa, nem advoga pelos trabalhadores em si, como pressupõe a célebre frase comunista: “Trabalhadores de todo o mundo, uni-vos!” (MARX; ENGELS, 1999). Trata-se tão simplesmente de uma pessoa que

aparenta sustentar valores do bem comum (SCHWARTZ, 2004) como referência para suas renormatizações do cotidiano. Sua revolta contra o que se passou com Sandra não visa tão somente a esta infeliz; Juliette se rebela é contra a lógica de manipulação e de mentiras promovida pelo capataz, por meio de boatos, processo que na contemporaneidade vem se chamando de fake news. Sua empatia não é pela Sandra, esposa do Manu, mas por uma trabalhadora, que tem no trabalho outra dimensão central como eixo de produção em sua saúde, além daquela que se vive na vida amorosa, como diria Dejours (2012).

Os dilemas éticos que nos impõem frequentemente o mundo contemporâneo do trabalho serão mais bem abordados adiante, quando a partir de Dejours (2007) forem discutidos aspectos psicodinâmicos das experiências dos protagonistas desse longa. Por ora, vale apontar, ainda, que como na vida, diversas dimensões sutis, mas nem por isso menos complexas, atravessam o transitar de Sandra pela cidade. Como numa paródia dos romances cavalheirescos tão influentes no período das cruzadas e que influenciaram personalidades históricas tais como São Francisco de Assis (FRUGONI, 2011), nossa heroína também percorre o mundo para o embate com os “monstros” sociais que sucessivamente se posicionam diante de si e aos quais ela deverá

mobilizar, com sua honra, os recursos para a vitória quase que predestinada: ora a violência doméstica e o machismo, ora o trabalho informal, ora a miséria pura, ora o imigrante quase que em processo de desfiliação (CASTEL, 1998), ora o suicídio, ora a vergonha... Mas como dito, essa não é uma trajetória romanceada de Sandra. E ela não se apresenta como se portasse sua espada de caráter contra os demônios sociais. Sandra é uma mulher, fragilizada e cansada. Trata-se, portanto, de uma paródia dos romances medievais ao inverso: menos êxito da heroína; mais denúncia contra o trabalho.

Eis aqui o ponto nodal da trama: esse longo percurso emocional apresentado acima, sobre a saga de Sandra, não deve sugerir que se trata de um drama psicológico. Pelo contrário. Como anteriormente apontado, trata-se de um retrato direto de uma realidade. E não é a vivência subjetiva da protagonista que se revela de imediato. Esse é apenas mais um dos contornos da imagem. As linhas de fuga que dão profundidade à experiência vivida pelos personagens é, sem dúvida, o mundo do trabalho. Não se fala do trabalho, porém. Não é exatamente a atividade em si o problema. Mas a experiência social do trabalho, o trabalhar como inserção na vida dos homens. Assim, uma grande relevância do filme é a aposta de que é pelo trabalho que se mantém, nas

sociedades modernas, as relações de filiação social, por um lado (CASTEL, 1998), mas é também no trabalho que se exercita as possibilidades de produzir prazer ou sofrimento para a sua vida (DEJOURS; ABDOUCHELI; JAYET, 1994). Daí a referência com a sexualidade ter emergido, sob nossa reflexão, como um ponto fundamental do filme. A atividade de trabalho, tal qual abordada pela Ergonomia (FALZON, 2016) ou Ergologia (SCHWARTZ, 2012) comparece muito sutilmente no longa: às vezes um relato sobre uma situação, outras vezes o debate sobre a produção e o que envolve. Ainda que não seja um filme sobre o trabalhar, mas sobre o trabalho, essa pitada de trabalho concreto (MARX, 1985) nos dramas do problema do trabalho direciona nossa atenção pelas negociações do cotidiano (SATO, 2002) e nos mobiliza a partilhar com Sandra sua saga, nos envolvendo em torno de uma luta contra um gigante “invisível”, mas muito presente.

Como compreender, então, esse trabalho que ameaça Sandra, sua família e seus pares? Que dimensões dessa experiência se pode analisar que permitam fugir da sedução de uma análise moralista sobre as escolhas, (in)justas de cada trabalhador com quem Sandra dialoga/embate? Como pensar um trabalho que dá ou tira o sentido da vida, o tesão pela vida?

Analisar o trabalho, em sua experiência social e organizacional, parece ser a melhor estratégia para enfrentar esses problemas e é o que se propõe a seguir. Na medida em que esse filme permite apreender o problema dos riscos psicossociais no trabalho exatamente como resultado da confrontação entre as exigências do funcionamento psíquico e as da organização (DAVEZIE, 2009; PETIT; DUGUÉ, 2011), trata-se de apreender, portanto, de um lado, os problemas da precarização do trabalho, seus efeitos sociológicos e consequências para os trabalhadores; e, de outro, as dinâmicas psíquicas que podem se desenrolar em um cenário tal qual nos brinda o filme dos irmãos Dardenne. O próximo tópico abordará o contexto de trabalho no qual a trama do filme se desenvolve, salientando aspectos presentes no longa, para, no tópico seguinte, explorar questões da psicodinâmica do trabalho dos personagens. Cabe lembrar que esta divisão que apresentamos aqui é puramente didática, com vistas a priorizar a fluidez e compreensibilidade do debate, uma vez que esses processos são imbricados de tal forma que é um exercício delicado considerá-los separadamente.

9.2 Contextos atuais de trabalho: reestruturação produtiva e flexibilização do trabalho

O longa metragem dos irmãos Dardenne, em um primeiro momento, parece abordar a problemática do desemprego. Entretanto, para além dessa questão, é possível perceber temáticas como baixos salários, insegurança empregatícia, fragilização das relações sociais, degradação da ordem ética, esfacelamento dos laços de confiança, dentre outras questões relacionadas ao fenômeno da precarização do trabalho. Seligmann-Silva (2011) aponta que o processo de precarização extrapola os ambientes laborais e se instala no mundo contemporâneo influenciando estruturas sociais, relacionamentos humanos, a identidade, a construção de vínculos e a própria subjetividade dos trabalhadores. Nesse sentido, antes de tratar das reverberações da precarização do trabalho contemporâneo na saúde mental de Sandra e dos demais profissionais, convém considerar de forma breve o que denominamos por precarização do trabalho e o contexto a partir do qual esse processo ganhou – e ganha cada vez mais – força.

Segundo Alves (2007) precariedade pode ser definida enquanto condição socioestrutural que caracteriza o trabalho vivo e a força de trabalho como mercadoria, atingindo aqueles que não

possuem controle sobre os meios de produção, nem das condições subjetivas e objetivas da vida social. De outra parte, a precarização diz de um processo sócio-histórico da precariedade. Em outras palavras, “se a precariedade é uma condição, a precarização é um processo” (ALVES, G., 2007, p. 114).

Nesse sentido, para compreendermos de forma sucinta tal fenômeno, partimos da reestruturação produtiva oriunda da crise do padrão de acumulação taylorista/fordista que se desencadeou em fins dos anos 60 e início de 1970 e que teve por objetivo recuperar o ciclo produtivo do capital e repor seu projeto de hegemonia, que foi confrontado pelas forças sociais do trabalho, especialmente em 1968 (ANTUNES; DRUCK, 2015). Essa

nova etapa histórica de desenvolvimento do modo de produção capitalista, com sua dinâmica de acumulação flexível e regime de acumulação predominantemente financeirizado, constituiu nos últimos trinta anos (1980-2010) – os “trinta anos perversos” – o que denominamos de sociometabolismo da barbárie, caracterizado pela precarização estrutural do trabalho numa dimensão ampliada e intensa (ALVES, G., 2013, p. 113).

As transformações deflagradas a partir desse processo de reestruturação têm como traço principal a flexibilidade e a desregulamentação dos contratos de trabalho o que, por

consequência, implica em uma nova precariedade salarial (ALVES, G., 2013; ANTUNES; DRUCK, 2015; SELIGMANN-SILVA, 2011).

Embora o filme dos irmãos Dardenne não aborde diretamente a desregulamentação dos contratos de trabalho, ao longo da jornada de Sandra percebemos a clara dificuldade financeira tanto dos protagonistas, que correm o risco de retornar aos serviços de assistência social, quanto dos outros trabalhadores, alguns com cônjuges também em situação de desemprego. Ademais, podemos destacar o caso de Hicham (Hicham Slaoui) que trabalha de forma ilegal em um estabelecimento aos finais de semana.

Conforme Alves (2013) ressalta, ter um emprego não se traduz, necessariamente, em possuir um trabalho digno e seguro. Pelo contrário, nas condições de crise financeira, o desemprego estrutural e a instabilidade empregatícia, que produz a constante ameaça do desemprego, contribui para que os profissionais se submetam a trabalhos cada vez mais precarizados. Assim, a condição de informalidade de Ichan e do ex-marido de Mireille (Myriem Akeddiou), que nos é apresentado como um metalúrgico clandestino, deixa de ser exceção para tornar-se regra e que se configura como uma tendência de escala global (ANTUNES; DRUCK, 2015).

A flexibilização, caracterização da lógica capitalista nas últimas décadas (ALVES, G., 2013), para além dos vínculos empregatícios, da produção just in time, e da necessidade constante de inovação de produtos e tecnologias, também acomete a força de trabalho. Homens e mulheres que trabalham passam, então, a ser considerados ‘obsoletos e descartáveis, que devem ser ‘superados’ e substituídos por outros ‘novos’ e ‘modernos’ (DRUCK, 2011, p. 43). Seguindo esse caminho, o filme nos leva a supor que esse poderia ter sido um dos fatores que contribuíram para a demissão de Sandra na primeira votação.

Corroborar essa hipótese um dos trechos do filme no qual Sandra é informada de que seu superior, Jean-Marc (Olivier Gourmet), comentou com os funcionários que ela não produziria mais da mesma forma devido ao processo depressivo. Seligmann-Silva (2011) aponta a discriminação e a desqualificação do trabalho sofrida por empregados que passaram por tratamentos psiquiátricos. Conforme demonstrado pela vivência de Sandra, o diagnóstico psiquiátrico contribui para suscitar a rejeição dos empregadores.

Torna-se preocupante pensar que o filme, ao retratar o adoecimento mental da personagem Sandra, não aborda um caso incomum. Seligmann-Silva (2012) aponta para a assustadora

“epidemia” de depressões vinculadas de maneira causal ao trabalho e para a alarmante escalada mundial do adoecimento mental. Nesse sentido, os irmãos Dardenne trazem à tona uma discussão fundamental para a atualidade ao sinalizarem o processo de exclusão que é vivenciado por um número cada vez maior de profissionais adoecidos pelas condições do trabalho precarizado.

Ademais, durante a trajetória de Sandra, para além do adoecimento da protagonista, percebemos outros possíveis efeitos da necessidade de gerir a insegurança, baixos salários, a maximização da atividade, que não considera o tempo necessário ao trabalho mental e cognitivo, a incerteza quanto ao futuro, incrementados e propagados a partir da esfera laboral (FRANCO; DRUCK; SELIGMANN-SILVA, 2010). A esse respeito, em uma de suas visitas, a protagonista encontra dois colegas de trabalho que estão consertando um automóvel. Ao explicar a situação, Sandra comenta que tem ciência da ameaça tácita feita por seu superior, Jean-Marc, “que Dumont queria demitir pessoas, e se não fosse eu, seria outro” (DARDENNE; DARDENNE, 2014). O que se desenrola diante da postura empática de um colega de trabalho, é a agressividade do outro, que a agride verbalmente, a acusa de

roubar do dinheiro deles e golpeia Yvon (Philippe Jeusette), durante a tentativa de atingir Sandra.

O medo do desemprego e a naturalização da competição de todos contra todos, sustenta-se e ganha força a partir da erosão das instâncias coletivas, responsáveis por manter os laços de reciprocidade e respeito (FRANCO; DRUCK; SELIGMANN-SILVA, 2010; SELIGMANN-SILVA, 2011). Assim, diante da necessidade de gerir as emoções derivadas da vivência do/no trabalho precarizado, além dos desdobramentos psicossomáticos, com o passar do tempo são produzidos sentimentos de irritabilidade intensa (SELIGMANN-SILVA, 2011). Essa talvez possa ser uma via de interpretação, não de justificativa, para as ações violentas do colega de Sandra.

Ao longo de todo o filme somos confrontados com as reações dos colegas de Sandra, quase sempre desconfortáveis. O que talvez surpreenda diante do processo perverso ao qual esses profissionais são submetidos, ao serem obrigados a realizar a escolha entre o bônus salarial ou o emprego de uma colega, é a aparente ausência de um posicionamento coletivo diante de uma situação tão cruel. E daí, não se pode moralizar o debate: não são pessoas insensíveis que não acolhem os dramas de Sandra. São

trabalhadores submetidos a uma lógica que os embrutece, os deixa em pânico, os tornam enraivecidos.

A degradação das instâncias coletivas é citada por Franco, Druck e Seligmann-Silva (2010) como umas das dimensões da precarização do trabalho. Ao minar a organização coletiva e os laços de solidariedade e de confiança, a partir da terceirização e da rotatividade, a identidade individual e coletiva é fragilizada e possibilidades de enfrentamento das condições aviltantes de trabalho são reduzidas. Nesse sentido, “a precarização da organização coletiva aumenta tanto a vulnerabilidade social quanto a individual. A insegurança e a desproteção, vivenciados por todos e por cada trabalhador/a, produzem reações e desdobramentos de diferentes tipos – inclusive transtornos psíquicos” (p.233).

É importante, porém, não ficarmos restritos à esfera do trabalho nesta análise. O que se passa no trabalho tem relações com a história do que se desenvolve de modo mais amplo. Mas diferente do que se poderia observar via discurso mais populista do Trump, contra a invasão latino-americana nos EUA para roubar os empregos dos americanos, ou mesmo o discurso mais radical de incitação à violência dos apoiadores de Bolsonaro em nome de supostas vantagens das cotas de negros e índios diante da luta pela

empregabilidade⁴², o fato é que a relação entre a reestruturação produtiva e a vida social está ancorada nas almas das pessoas. Como argumenta Streeck (2018), é a dinâmica do medo, produzida pelo afrouxamento das relações coletivas diante dos profundos ataques das práticas neoliberais e dos modelos flexibilizados de produção, em meio a um contínuo cerceamento de garantias de direito, que vem capitaneando o discurso radical contra a chamada globalização e seus efeitos supostamente mais indesejados: a migração, a conquista dos direitos e a tolerância ao diferente. Diante desse cenário, que começa em um emprego mal remunerado, com contínuo risco de ser mandado embora, e a falta de garantias sociais, não é contra o sistema do capital, em si que se volta, mas contra o discurso de liberdade, de globalização e daqueles que o defendem: minorias ou magnatas do sistema financeiro. Salvo no Brasil, onde o discurso do capital financeiro ainda tem espaço, nos países desenvolvidos é essa mesma

⁴² O presente texto foi escrito no primeiro semestre de 2019, ano em que inicia o mandato do presidente Bolsonaro e inicia a corrida eleitoral do presidente Trump. Entre outras diversas características desse período, trata-se de uma inquestionável tendência conservadora no poder, ao mesmo tempo em que revela uma profunda crítica social contra o estatuto tradicional das políticas financistas e globalizantes que dominaram as práticas políticas, sobretudo de política econômica, no mundo nos últimos 20 anos.

milîtância que vem garantindo a permanência de Trump, o Brexit e o crescimento da extrema direita na Europa continental. A democracia em risco, mas não o capital, ou pelo menos não parte expressiva dele.

O percurso de Sandra começa em sua batalha pelo emprego, mas culmina numa defesa pela democracia. Por ser essa uma luta muito difícil, onde macro e micro se atravessam com tanta intensidade, fica evidenciada a dificuldade de suportar em si própria os grandes enfrentamentos desse momento contemporâneo. Fica também evidente que as modificações sociais do trabalho não passam incólumes à Sandra ou qualquer outro trabalho, e sobretudo à sua saúde mental. Compreender a partir desse drama de Sandra um pouco melhor das dinâmicas psicológicas em questão é necessário para nos possibilitar antever o que se passa também ao nosso redor. E é o que passamos a fazer a seguir. Para tanto, utilizaremos como referência a Psicodinâmica do Trabalho (DEJOURS, 2004).

9.3 Aspectos psicodinâmicos do trabalho em cena: ética, afeto e sofrimento

Além do problema da precarização do trabalho, outra abordagem inevitável ao enredo de “Dois Dias, Uma Noite” é

focarmo-nos na história que se desdobra a partir dos conflitos vivenciados pela protagonista, Sandra, ao lidar com a imposição e a pressão de sua chefia frente à sua retomada de trabalho. A narrativa aponta uma série de desordens existentes em torno do medo, da mentira e do sofrimento no trabalho. É nesse entremeio que ocorre a votação que definirá se Sandra permanece no trabalho ou se seus colegas receberão um abono salarial mediante a demissão da personagem principal.

Para tanto, diferente do que vimos fazendo até aqui, se analisarmos o filme sob o prisma da Psicodinâmica do Trabalho, é possível discorrermos de maneira mais precisa sobre as implicações da precarização do trabalho e suas consequências diretas sobre as relações estabelecidas no e com o trabalho. Vale ressaltar que a Psicodinâmica do Trabalho se interessa, entre outros, pelas relações que se estabelecem entre sujeito e organização do trabalho e, principalmente, pelos processos intersubjetivos mobilizados pelas situações de trabalho. A organização do trabalho diz respeito às dimensões da responsabilidade imposta ao trabalhador, incluindo as cadeias de comando, o conteúdo da tarefa e as relações subjetivas empreendidas ao se trabalhar. Nesse sentido, a organização do trabalho tem função basilar na dinâmica psíquica do sujeito, bem

como em sua identidade. É, portanto, o sujeito que se constitui na relação com a organização do trabalho, mediado pelas relações intersubjetivas que se desdobram a partir dessas relações, que promove embates cotidianos frente aos constrangimentos do real do trabalho (DEJOURS, 1987).

Neste cenário, é imprescindível à personagem principal que vá atrás de seus colegas, em busca de convencê-los. Suscitam-se aí diferentes sensações para si mesma, ao deparar-se com realidades tão difíceis quantos as suas: às vezes medo, outras vezes, angústia e até, paradoxalmente, a alegria que emerge quando os acontecimentos vão em direções que lhe dão fôlego e mobilizam suas esperanças.

As complicadas condições de trabalho a que estão expostos aqueles personagens figuram como território de uma luta diária para manutenção da vida. Assim, verifica-se que a peleja da personagem principal não é a única. É notório, portanto, que algumas das marcas da sociedade contemporânea, pautada em uma lógica capitalista, afetam o cotidiano, seja por meio do individualismo, violência ou banalização das injustiças sociais (SOUZA, 2012).

A trama mostra, assim, um paradoxo ético: de um lado Sandra buscando manter seu trabalho e, de outro, histórias de vida

que trazem diferentes motivos para intentar o abono salarial, desde pagar contas até investir no futuro dos filhos. Todos têm motivos e argumentações para defenderem seus pontos de vista e suas posturas, denotando um jogo entre os trabalhadores que representa a fragilização das instâncias coletivas, ancorada em grande desconfiança (FRANCO; DRUCK; SELIGMANN-SILVA, 2010).

Pensar a questão salarial é considerar que o salário é um determinante da cidadania, como aponta Souza (2012). Nesse ínterim, a autora indica o salário como um dos elementos que configuram a identidade do trabalhador. Ora, pois, a problemática é muito maior do que ter ou não ter um abono. Ela desencadeia uma série de questões que falam das dimensões ético-políticas, indo desde a própria precarização da vida, passando pelas relações violentas entre homens e mulheres dentro de seus lares, e chegando até o modo de reinserção após questões de adoecimento mental.

Ao se considerar este paradoxo ético, é válido ressaltar que constrangimentos no trabalho, no caso apresentado pela narrativa, levam ao sofrimento dos trabalhadores. Na dinâmica do filme, os personagens, ao serem interpelados por Sandra, lançam mão de diferentes ferramentas para defenderem seus pontos de

vista. O debate é parametrizado, em alguns casos, por mentiras ou silenciamentos, instaurando um conflito que se dá na perspectiva abono individual/emprego da colega. A este conflito, que ocorre amparado pelos valores de ordem individual e social, Dejours nomeia como sofrimento ético (DEJOURS, 2007; ROLO, 2014).

Entende-se, diante do sofrimento ético, que o trabalhador, ao executar ordens com as quais não concorda, está atrelado a uma perturbação entre os valores admitidos de modo pessoal e aqueles impostos pela organização. Neste jogo, alguns camuflam seus interesses, silenciando-se ou mentindo. A mentira, segundo Rolo (2014), refere-se à comunicação intencional dirigida a alguém cuja visão da realidade é diferente da considerada como verdadeira. O uso da mentira pode ser estratégico e ocorre porque admite certa utilidade nessa prática.

Existe um ganho, ainda que secundário, ao se mentir. Para Rolo (2014), este é um elemento fundamental na atividade de trabalho, uma vez que, ao se mentir sobre as reais intenções, os personagens não precisam se explicar, esquivando-se de Sandra, sem ter que enfrentar julgamentos. Tais práticas não são inofensivas, pois, decerto, atribui-se com essa postura um dilema para a saúde mental. Ocorrem, portanto, impactos psicológicos consideráveis neste sentido. Há um risco, sempre que se

estabelece um sofrimento ético, dos trabalhadores perderem a consideração por si mesmos (ROLO, 2014).

Além da mentira, é sabido que outro fator presente, efeito da precarização do trabalho, é o medo. O medo por vezes pode ser entendido como uma forma de submissão irrestrita, gerando condutas de obediência frente à dominação pela manipulação gerencial. A este respeito, Dejours (2007) salienta que há uma quebra da reciprocidade entre os trabalhadores, desligando-se o sofrimento do sujeito do sofrimento de seus pares. A noção de pertencimento ao coletivo é, portanto, escamoteada, padecendo todos os componentes da mesma situação.

O sofrimento que se vive no trabalho também traz à tona consequências para a vida privada: Sandra, com dois filhos, apresenta, em vários momentos, uma sensação de impotência frente ao desafio de sua reinserção após ser diagnosticada com depressão. Tal diagnóstico levou ao afastamento laboral, que desencadeia todo o enredo da história.

Assim, Sandra simboliza o retrato de muitos outros trabalhadores que precisam enfrentar a dificuldade de se manter e se reestabelecer após a ocorrência de uma doença, sobretudo de ordem psicológica. Nota-se um ciclo que é retroalimentado pela amargura, pela sensação de impotência e pelo iminente medo de

perder o emprego, fortalecendo o quadro depressivo que a fez se afastar de suas atividades.

O diagnóstico de transtorno mental ainda tem, de maneira geral, sua gravidade menosprezada pela organização do trabalho. Sem a real consideração sobre esse tipo de doença, o trabalhador é cobrado a retornar ao seu contexto laboral, agravando a situação. Nota-se um constrangimento que a personagem perpassa durante toda a história. Nesse sentido, lidar com a desconfiança de que não está pronta para retornar ao trabalho devido ao seu quadro patológico significa um desgaste a mais para a personagem. Neste ponto, Dejours (2007, p. 32) considera que “ser constrangido a executar mal o seu trabalho, a atamancá-lo ou a agir de má-fé é uma fonte importante e extremamente frequente de sofrimento no trabalho”.

O filme estabelece, assim, reflexões que se dão em dois panoramas distintos: ora o espectador é levado às ponderações sobre o mundo privado de Sandra, ora é conduzido a considerar os valores em jogo na perspectiva social do trabalho.

É destaque que o trabalho permite modos de vivenciar e experimentar o mundo. Através do trabalho, o sujeito permite-se engajar em tarefas que, ao mesmo tempo em que trazem sofrimento, incitam posturas engenhosas para que se dê conta do

que é demandado (DEJOURS, 2012). É na experiência conflituosa de buscar os colegas que Sandra se vê em meio a um variado jogo afetivo. E é nesse movimento que se arrisca tendo muito a perder. A tentativa de suicídio de Sandra é mais uma forma de demonstrar que essa batalha cotidiana de empreender sua vida a partir do trabalho não é identitariamente secundária e nem moralmente apática. Aliás, o tema do suicídio, tanto quanto toda sua narrativa, não emerge em meio a um ápice dramático, mas como efeito banal de escolhas diante dos cenários que se apresentam cotidianamente. Talvez por isso, por ser um ato comum, solitário e sem luzes, é que esse momento se torna tão emblemático no filme.

Depressão, suicídio, sofrimento patogênico. Um desfecho dramático é inevitável. Será?

9.4 Em meio ao caos, a solidariedade

Feito esse relato trágico, pode-se ter a impressão de que se não foi dessa vez que Sandra pereceu, será da próxima. Mas o filme nos presenteia, ao final, com um gesto surpreendente e igualmente afetivamente poderoso: Sandra, em meio à possibilidade de reaver seu trabalho, em troca da finalização de um contrato de trabalho temporário de um trabalhador mais

empobrecido que ela, imigrante, e com filhos pequenos, se vê diante, agora, ela, de fazer sua escolha. O dilema ético volta a si como um bumerangue, demonstrando que não somos apenas vítimas de um suposto sistema do qual somos apenas a escória. De fato, o filme é surpreendente porque nos ancora como coprodutores, ainda que com menos poder, desse mesmo sistema. Na esteira de autores como Hardt e Negri (2001; 2005) e Schwartz (2004), é em meio a (des)afetos e valores que se constrói o mundo “duro” e “material” que nos submete a viver a vida que vivemos cotidianamente. Em outras palavras, a mão invisível do mercado, que se materializa em poderes tão palpáveis, se ancora em sentimentos e escolhas do cotidiano.

Retomando o filme, nesse último suspiro de drama, Sandra nos brinda com a surpresa de ter, ela mesma, que fazer escolhas. E faz. Decide renunciar ao trabalho. Triste fim de nossa exaurida heroína? Não, de modo algum. É brilhante e potente o fato de que ao escolher pelo outro, pela solidariedade, pelo comum, pelos valores do bem comum (SCHWARTZ, 2004). Sandra se depara com um sentimento que não é mais o da angústia vivenciada ao longo de sua jornada. Agora, nesse simples momento de fazer escolhas, ela se sente, talvez mais que nunca, uma verdadeira trabalhadora, no sentido de quem produz bens para sociedade. E já não mais os

bens apropriados pelo capital, mediado pelo emprego, e que tanto motivou seu fim de semana cruel. Mas um outro modo de produção, nem por isso menos trabalho: a produção de um mundo diferente. Sandra, ao escolher, se identifica com o fato de que é possível fazer e viver um mundo do qual há muito não fazia parte.

O filme termina num tom afetivo completamente inusitado. E é nesse sentido, que se pode sonhar. Alguns, talvez mais saudosistas, anseiam pelo retorno de experiências sociais que em muitos sentidos foram muito exitosas no passado, como por exemplo a social democracia (STREECK, 2018). Outros, contudo, abrem-se à possibilidade de sempre se fazer algo distinto, haja vista que a resistência é sempre primeira (FOUCAULT, 1999). Para Sandra, a questão é menos uma ou outra. A questão é mais simples: é sentir-se efetivamente uma pessoa que não está alheia à vida, mas que é dela produtora. Esse simples ato, que se dá também na atividade de trabalho, mas a todo o momento, ganha um contorno precioso e que merece ser exaltado. A aposta dos diretores é lançar luzes não tanto às ações, mas sobretudo no sentimento de potência, uma potência serena e sem ilusões, de saber que o mundo é também fruto de nossa ação no mundo. Eis o contorno expressivo de uma narrativa que continua em produção neste exato momento, aqui, aí, em todo lugar.

FICHA TÉCNICA

Título original: Deux jours, une nuit

Título da tradução brasileira: Dois dias, uma noite

Ano: 2014

País: Belgium | France | Italy

Diretores: Jean-Pierre Dardenne, Luc Dardenne

Roteiro: Jean-Pierre Dardenne, Luc Dardenne

Música: Peter Salem/ Maurizio Malagnini

Elenco: Marion Cotillard, Fabrizio Rongione, Catherine Salée

Gênero: Drama

Duração do filme: 95 minutos

REFERÊNCIAS

ALVES, G. **Dimensões da reestruturação produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. Londrina: Praxis, 2007.

ALVES, G. **Dimensões da precarização do trabalho**: ensaios de sociologia do trabalho. Bauru: Canal 6, 2013.

ANTUNES, R.; DRUCK, G. A terceirização sem limites: a precarização do trabalho como regra. **Social em Questão**, v. 18, n. 24, p. 19-40, 2015.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.

DARDENNE, J.-P.; DARDENNE, L. **Dois dias, uma noite**. IMOVISION: 95 p. 2014.

DAVEZIE, P. **Evolutions des organisations et souffrance au travail**. Courcelle sur Yvette 2009.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho: estudos de psicopatologia do trabalho**. 5. ed. rev. São Paulo: Cortez-Oboré, 1987.

_____. Addendum: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. In: LANCMAN, S. e SZNELWAR, L. I. (Org.). **Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho**. Rio de Janeiro, Brasília: Editora Fiocruz, Paralelo 15, 2004. p.47-104.

_____. **A banalização da injustiça social**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007.

_____. **Trabalho vivo**. Vols. I e II. Brasília: Paralelo 15, 2012.
DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. **Psicodinâmica do trabalho: contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho**. São Paulo: Atlas, 1994.
DRUCK, G. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? **Caderno CRH**, v. 24, n. spe. 01, p. 37-57, 2011.

FALZON, P. (Org.). **Ergonomia construtiva**. São Paulo: Blucher, 2016.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FRANCO, T.; DRUCK, G.; SELIGMANN-SILVA, E. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 35, n. 122, p. 229-248, 2010.

FRUGONI, C. **Vida de um homem**: Francisco de Assis. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
_____. **Multidão**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. Petrópolis: Vozes, 1999.

PETIT, J.; DUGUÉ, B. L' intervention ergonomique sur les risques psychosociaux dans les organisations : enjeux théoriques et

méthodologiques. **Le travail humain**, v. 74, n. 4, p. 391-409, 2011.

PETRI, E. **A classe operária vai ao paraíso**: Euro International Films: 125 min p. 1971.

ROLO, D. Constrangimentos organizacionais, distorção da comunicação e sofrimento ético: o caso dos centros de atendimento telefônico. **Laboreal**, v. 10, n. 1, p. 79-83, 2014.

SATO, L. Prevenção de agravos à saúde do trabalhador: replanejando o trabalho através das negociações cotidianas. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 18, n. 5, p. 1147-1166, set-out 2002.

SCHWARTZ, Y. Circulações, dramáticas, eficácias da atividade industriosa. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 2, n. 1, p. 33-55, 2004.

_____. **Expérience et connaissance du travail**. Paris: Les éd. sociales, 2012.

SELIGMANN-SILVA, E. **Trabalho e desgaste mental**: o direito de ser dono de si mesmo. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. A precarização contemporânea: a saúde mental no trabalho precarizado. In: VIZZACCARO-AMARAL, A. L.; MOTA, D. P. e ALVES, G. (Org.). **Trabalho e estranhamento**: saúde e precarização do homem-que-trabalha. São Paulo: LTr, 2012.

SMITH, A. **A riqueza das nações**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.

SOUZA, V. A. D. As transformações no mundo do trabalho e a vivência subjetiva dos trabalhadores. **Revista Aurora**, v. 5, n. ed. esp., p. 25-36, 2012.

STREECK, W. **Tempo Comprado**: a crise adiada do capitalismo democrático. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

10 CONTRIBUIÇÕES DA PSICODINÂMICA DO TRABALHO NA ANÁLISE DO TRABALHO REPRODUTIVO A PARTIR DO FILME “QUE HORAS ELA VOLTA?”⁴³

Kaliani Rocha
Francinaldo Monte Pinto

O filme “Que horas ela volta?”, produção brasileira da diretora Anna Muylaert, teve sua estreia mundial no início de 2015, no Sundance Film Festival, em Utah nos Estados Unidos sob o título *The second mother*⁴⁴. O longa brasileiro estreou nos cinemas de sete países europeus antes de chegar ao Brasil em 27 de agosto de 2015. Dentre as premiações nacionais e

⁴³As reflexões apresentadas neste ensaio acerca do filme “Que horas ela volta?” são foco de discussão a partir da pesquisa intitulada “Trabalhadoras Domésticas Remuneradas: agravos à saúde relacionados ao trabalho”, realizada por nós em conjunto com trabalhadoras domésticas da Região Metropolitana do Recife, Pernambuco (ROCHA, 2020).

⁴⁴ O título original trabalha com o jogo da ambiguidade, utilizando tanto a expressão utilizada pelas crianças ao perguntar que horas a mãe volta do trabalho (tendo a ver com a transferência e a privação do exercício da maternagem), como a expressão utilizada por patrões cobrando o horário dos funcionários. Já em inglês, o título *The second mother* não permite esse jogo linguístico, apagando, de certa maneira, as camadas subliminares que apontam a convivência de paradoxos e de imbricações sociopolíticas tratadas no filme. O título em sua versão no idioma inglês concentra-se na dimensão da maternagem secundária exercida pela empregada com o filho da patroa, assim como a recepção deste do afeto materno que falta de sua mãe. Também pode apontar para a situação do neto da protagonista que precisou ficar com uma “segunda mãe” para que a sua pudesse viajar e prestar o vestibular em outro estado do país (agradecemos a Juliana Kiyomura pela contribuição na crítica linguística sobre os diferentes títulos do filme).

estrangeiras, o filme teve muitas indicações e venceu várias delas. É classificado como “drama” e narra a história de Val, empregada doméstica de uma família de classe média alta na cidade de São Paulo, maior metrópole dos pais. Val é originalmente do estado de Pernambuco, que migrou a São Paulo, na esperança de emprego e renda. Ela trabalha na casa de Bárbara (patroa), Paulo (patrão) e Fabinho (filho dos patrões) realizando atividades desde limpeza e refeições, até o cuidado com horários de acordar e de tomar remédios dos patrões, e o afeto maternal a Fabinho, adolescente que irá prestar concurso para uma vaga na universidade pública (uma das mais prestigiadas do país).

Acontece que Val, ao sair de sua terra natal, deixou sua filha Jéssica aos cuidados de parentes. Nunca teve a oportunidade de cuidá-la e exercer a maternagem, tal como exerce com Fabinho, filho de Bárbara. Às vésperas do concurso para ingresso na universidade, Val recebe ligação telefônica da sua filha, que a informa que prestará concurso para a tal universidade pública e de qualidade. Para tanto, ela precisa da ajuda da mãe, para abrigá-la enquanto ela presta o concurso.

A partir da chegada de Jéssica (que de início se acomodaria num colchão ao chão, no quarto pequeno da mãe, mas que acaba por se instalar no quarto de hóspede da casa, como concessão do

patrão), inicia-se uma série de silenciosas tensões surgidas pelo comportamento “insubordinado” da filha da empregada que se comporta como igual aos patrões da mãe. As fronteiras invisíveis e os acordos dissimulados passam a ser desorganizados, quando deixa evidente os limites no acesso aos espaços da casa, aos alimentos na geladeira, e os abusos no trato com a empregada.

A história, então, passa a ser narrada a partir da evidência das tensões demonstradas na exploração “docilizada” da empregada pela família empregadora, revelada pelo conhecido jargão “é como se fosse da família”. Culmina com a aprovação de Jéssica para o ingresso na faculdade de arquitetura e a reprovação de Fabinho, que não estudou o suficiente para a aprovação.

A aprovação de Jéssica permite um novo recomeço com a mãe, que pede demissão e vai morar com a filha e com o neto (que até então Jéssica havia escondido de Val) na periferia de São Paulo. Enquanto isso, Fabinho ganha uma viagem de seis meses à Austrália para relaxar e se recuperar da decepção pela reprovação no vestibular.

Este roteiro revela com maestria as situações vividas de exploração do trabalho e apropriação da vida de empregadas domésticas que residem nos domicílios de famílias brasileiras de classe média e da classe alta em que realizam suas atividades de

trabalho. Vale lembrar que apenas em 2015, ocorreu no Brasil a regulamentação desse tipo de atividade como profissão. Porém, com a implementação da Reforma Trabalhista decidida em 2017 (BRASIL, 2018), toda a classe trabalhadora brasileira teve uma série de perdas, incluídas aí as trabalhadoras domésticas.

Em vigor desde o dia 11 de novembro de 2017, a nova formulação de cunho controverso no que diz respeito às proteções trabalhistas no Brasil, inaugura um tempo de perda de garantias e de instabilidade para a classe trabalhadora. Se de um lado celebra-se uma maior liberdade ao empresariado, com argumentos de que as proteções sociais do trabalho são onerosas aos patrões; do outro, consideram-na como vilipêndio aos trabalhadores e às trabalhadoras e ultraje à cidadania e à dignidade ao retirar direitos arduamente conquistados ao longo da história.

Quatro anos antes da aprovação da Reforma Trabalhista, – após décadas de luta pelas trabalhadoras organizadas – duas grandes conquistas foram obtidas na história da proteção social à classe trabalhadora no Brasil: a Emenda Constitucional nº 72/13, conhecida como “a PEC das Domésticas” e a “Lei complementar 150”. Essas duas vitórias vêm, mesmo que tardiamente, atenuar uma injustiça histórica que excluía as trabalhadoras domésticas remuneradas (ou empregadas domésticas) do processo

civilizatório dos direitos sociais trabalhistas. Abaixo, as garantias trazidas por essas conquistas de proteção social (DELGADO; DELGADO, 2016; BRASIL, 2013; 2015).

- a) A PEC 72/13: recebimento de um salário mínimo ao mês, inclusive a quem recebe remuneração variável; pagamento garantido por lei (o patrão não poderá deixar de pagar o salário em hipótese alguma); jornada de trabalho de 8 horas diárias e 44 horas semanais; hora extra; respeito às normas de segurança de higiene, saúde e segurança no trabalho; reconhecimento de acordos e convenções coletivas dos trabalhadores; proibição de diferenças de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivos de sexo, idade, cor ou estado civil ou para portador de deficiência e proibição do trabalho noturno, perigoso ou insalubre ao trabalhador menor de 16 anos.
- b) A Lei Complementar 150/15: adicional noturno; obrigatoriedade do recolhimento do FGTS por parte do empregador; seguro-desemprego; salário-família; seguro contra acidentes de trabalho; auxílio-creche e pré-escola; indenização em caso de despedida sem justa causa.

Nota-se que a importância da regulamentação do trabalho doméstico no Brasil, apesar de ser tardia, configura-se como o

mais expressivo progresso para a profissão na história do país, apesar das lacunas da lei sancionada e das tensões para sua aplicação e fiscalização. Como exemplo das lacunas, vale apontar seguro desemprego, menor em tempo e em valor. Como tensões para sua aplicação, vale apontar como exemplo a resistência encontrada por parte dos empregadores, em cumprir o regramento agora possível, da profissão.

O trabalho doméstico remunerado é a atividade realizada em residências ou lares de outrem, em troca de remuneração. Como bem ilustra o filme “Que horas ela volta?”, a condição de subalternidade do trabalho doméstico, um dos reflexos da cultura escravocrata brasileira, ainda persiste na relação entre patrões e empregadas. Com novos arranjos, antes não vivenciados pela sociedade brasileira – como o acesso, via políticas públicas de inclusão, de filhas e filhos de domésticas às universidades – o filme mostra uma realidade desconcertante, quando Jéssica (personagem de Camila Márdila), a filha da empregada Val (personagem de Regina Casé), recém-chegada do nordeste, para realizar o vestibular, sendo aprovada. Ao contrário de Fabinho (personagem de Michel Joelsas), o filho dos patrões da sua mãe, que também presta vestibular para a mesma prestigiada universidade, mas não é aprovado.

O cenário amistoso de Bárbara, a patroa (personagem de Karine Teles), com a chegada da filha da empregada, imediatamente se transforma quando a jovem começa a circular pelos diferentes ambientes da casa, sem demonstrar acanhamento ou submissão à família. Disso, desmascara-se uma relação antes disfarçada pelos bons modos da patroa, mas que não se sustenta a partir do momento em que Jéssica se acomoda no quarto de hóspedes, com o consentimento do patrão. A gentileza representada de início por Bárbara se transforma em incômodo gerando insultos e humilhações a Val e sua filha, já que ela se comporta ultrapassando os limites “subentendidos” e “subacordados” ao trânsito das empregadas nos cômodos da residência.

A alusão ao como se fosse “membro da família”, segundo Gusmão (2007), é usada como pretexto, por parte dos patrões, para garantir a confiança necessária ao emprego doméstico. O filme deixa evidente essa situação quando não é mais possível, para a patroa, manter a dissimulada e costumeira cordialidade diante da desconcertante situação disparada pela falta de subordinação às hierarquias de classe da filha da empregada⁴⁵.

⁴⁵Deixando de lado a dissimulada cordialidade, o desconforto da patroa com a condição de hóspede, concedida à filha da empregada em sua

Subordinação ainda requerida nas relações de trabalho doméstico remunerado.

A atividade doméstica remunerada, no Brasil, é praticamente realizada em sua totalidade por mulheres, e tem como propósito a realização das tarefas de manutenção da casa, da nutrição e do cuidado (care) com os membros da família contratante. Essa contratação tende a ser heterogênea e pode ocorrer de ser diária, semanal, mensal com ou sem moradia no domicílio da família contratante. Há ainda o trabalho doméstico não remunerado realizado pelas “donas de casa”, ocupação considerada no Brasil como “inatividade”. Trata-se do trabalho realizado gratuitamente e sem reconhecimento para fins de proteção ou status sociais. A problemática trazida a partir desses dois tipos de trabalho doméstico – o remunerado e o gratuito – concerne aos estudos sobre o Trabalho Reprodutivo, categoria visibilizada pela sociologia feminista materialista (KERGOAT, 2003; HIRATA, 2010) e que atualmente repercute em diversos campos do saber, como a Psicologia do Trabalho.

residência, culmina com a ordem explícita que ela se transfira para o “quartinho” da mãe e que limite a sua circulação “da cozinha para o quarto de empregada”.

O trabalho produtivo, considerado gerador de valor econômico, tem sido objeto predominante nos estudos sobre o trabalho e sobre saúde e segurança. Tal conceituação pressupõe variadas formas de gestão, prescrição de cargos e tarefas, entre outros elementos da organização do trabalho. O aporte sobre o trabalho reprodutivo vem visibilizar o trabalho que é realizado fora desse contexto, embora tradicionalmente não seja assim considerado. Trata-se da atividade realizada para a reprodução da força de trabalho e que se materializa na manutenção dos lares, na educação dos filhos (de si ou de outrem), no cuidado dos enfermos etc. Sem o trabalho reprodutivo, o trabalho produtivo não seria possível, pois o trabalho reprodutivo dá sustentação ao produtivo (KERGOAT, 2003; HIRATA, 2010; ÁVILA, 2009).

Isso pode ser visto no cuidado do filho da patroa pela empregada, como encenado no filme, em que esta estabelece com ele uma relação de afeto. O afeto mobilizado na maternagem, no cuidado com as crianças, em muitos casos, pode revelar uma espécie de substituição desse afeto – pela empregada doméstica – em relação a ausência de seus próprios filhos, como se percebe no vínculo entre a personagem Val com Fabinho, o filho de sua patroa. Além disso, esse cuidar permite à patroa trabalhar fora de casa e, quando necessário, ter tempo livre para o descanso e o lazer.

Apesar da dedicação e responsabilidade da empregada doméstica no cuidado com os filhos dos patrões, o seu trabalho continua pouco valorizado e mal pago e, por vezes, sem o devido reconhecimento social⁴⁶.

O trabalho reprodutivo compõe-se, para efeitos analíticos, das diversas formas de trabalho doméstico: o trabalho doméstico remunerado, que pode ser o de faxina da diarista, o da mensalista, o da mensalista residente; e, o trabalho doméstico não remunerado, aquele realizado pela “dona de casa”, atividade socialmente reconhecida como se fosse natural das mulheres. Neste ensaio, estamos colocando em tela o trabalho reprodutivo em sua forma remunerada, exercido pelas comumente chamadas de “empregadas domésticas”.

Função estigmatizada e precarizada, o trabalho doméstico remunerado é transversalizado por duas importantes características que o empurram para os mais desvantajosos lugares nas estatísticas do mercado de trabalho: a divisão sexual do trabalho e a herança escravocrata. A divisão sexual do trabalho separa e hierarquiza o trabalho de homens e o trabalho de mulheres, valorizando econômica e socialmente o trabalho

⁴⁶ Essa discussão tem sido muito bem ilustrada nos estudos de *Care*, principalmente pelas produções de Helena Hirata e colaboradoras (HIRATA, 2002; HIRATA 2010; HIRATA; ARAÚJO & SUMIKO, 2012).

realizado pelos homens e deixando em desvantagem o trabalho das mulheres (KERGOAT, 2003; HIRATA, 2010). O que resulta em nichos e destinos no mundo do trabalho, diferenciando os lugares de mulheres e de homens. Essas desvantagens se estendem aos elementos que compõem cargos e carreiras, como por exemplo, salários e promoções. Ávila (2009) define o trabalho doméstico como uma outra divisão do trabalho que se estabelece entre mulheres de diferentes classes.

No Brasil, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) conclui que ao final do ano de 2019, o contingente de trabalhadores domésticos era de 6,3 milhões de pessoas, sendo 93% composto por mulheres. O contingente de empregados com carteira caiu 3% – de 1,819 milhão para 1,764 milhão e as contratações sem carteira somam 4,5 milhões. Dentre essas, 64% remete a mulheres pretas e pardas, e com baixa escolaridade. A mesma pesquisa também revela que a média salarial para aqueles com registro em carteira é de R\$ 1.269 por mês em contraposição a R\$ 755 para os sem registro (IBGE, 2020).

Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em parceria com a ONU Mulheres (IPEA, 2020), compara 20 anos de evolução do trabalho doméstico e aponta que em 1995 o

contingente de trabalhadores domésticos no Brasil era de 5,3 milhões, dos quais as mulheres compunham 4,7 milhões. Dessas ainda, 2,6 milhões era composta de negras e pardas contra 2,1 milhões de brancas. Embora a maioria seja de negras e pardas, a escolaridade dessas é menor, compondo 3,8 anos delas contra 4,2 anos das trabalhadoras brancas. Em 2015 o contingente sobe para 6,2 milhões, compostos de 5,7 milhões de mulheres. Desse montante, 3,7 milhões é formado de negras e pardas contra 2,0 milhões de brancas, que têm o seu nível escolar aumentado para 6,9 anos enquanto as negras e pardas 6,6. Embora demonstre uma maior equiparação em termos de escolaridade, o distanciamento por raça/cor no quantitativo de trabalhadoras é revelador de nossas condições sócio-históricas no Brasil.

A herança escravocrata delineia o trabalho doméstico e suas dimensões, se apresentando no “quartinho de empregada”, geralmente o menor e mais desconfortável cômodo da casa, onde muitas vezes divide-se o espaço com produtos de limpeza, botijão de gás, vassouras, baldes etc. No espaço confinado do quartinho da empregada Val, no subsolo, aos fundos da casa, além de ser quente e asfíxiante, quase não sobrava espaço para acomodar o colchão de tamanho solteiro para a sua filha dormir.

Tal realidade impõe às trabalhadoras dificuldades que se apresentam enquanto grandes desafios, ao lidarmos com uma pesquisa no campo da saúde do trabalhador. Considerando os riscos ou os perigos da profissão, o que ocorre no decorrer da execução desse trabalho? Se acontecer um acidente, este é considerado acidente de trabalho ou acidente doméstico? Como lidar com a recuperação da saúde em casos de afastamento do trabalho?

Classicamente, ao lidarmos com os fatores de riscos do trabalho, os entendemos como químicos, físicos, biológicos, ergonômicos e de acidentes (BARSANO, 2012). Como isso tem sido tratado na realidade do trabalho doméstico? Indo mais além, como as questões de acidente e processos de adoecimento se estabelecem na realidade de trabalho nas fronteiras em que o afeto, o pessoal e o profissional estão esvanecidos?

Chamamos a atenção para que essa discussão seja tratada com interesse e cuidado, uma vez que ainda não há delimitações específicas (do ponto de vista de uma regulamentação necessária) sobre as tarefas, os fatores de riscos, as ferramentas, os equipamentos de proteção individual, entre outros elementos fundamentais à proteção à saúde dessas trabalhadoras. Vimos que nas tomadas de cenas do trabalho doméstico no filme “Que horas

ela volta?”, a personagem Val não utiliza nenhum equipamento de proteção individual, luvas ou máscara, enquanto realiza os serviços de limpeza, preparo de refeições, cuidados com o cachorro etc.

Na descrição sumária da Classificação Brasileira de Ocupações do Ministério do Trabalho e Emprego (CBO/MTE, 2002), as funções da trabalhadora doméstica são as seguintes:

Preparam refeições e prestam assistência às pessoas, cuidam de peças do vestuário como roupas e sapatos e colaboram na administração da casa, conforme orientações recebidas. Fazem arrumação ou faxina e podem cuidar de plantas do ambiente interno e de animais domésticos.

A partir dessa descrição geral, como é possível determinar as tarefas das trabalhadoras domésticas? Quais os domissanitários⁴⁷ passíveis de serem utilizados? Quais as proteções que devem usar para evitar acidentes? Quais são os limites, por exemplo da “assistência às pessoas”? Ou do cuidado com animais domésticos?

47 Substâncias químicas destinadas à higienização, desinfecção domiciliar: desinfetantes, água sanitária, determinados tipos de ácidos, sabões, amaciantes etc.

Para responder a esses e outros questionamentos, as trabalhadoras domésticas organizadas, que compõem os grupos comunitários, os sindicatos e a Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD) nos instrui, enquanto pesquisadoras e pesquisadores, com um princípio da categoria: “Nada para nós, sem nós!”. E é este o princípio que nos orienta a investigar, com a colaboração constante e ativa de trabalhadoras domésticas, alguns aspectos dessa atividade de trabalho que é perpassada por questões éticas, de afetos, de acordos, de formalização, de prazer, de sofrimento, de cuidado, de limites físicos e mentais, entre tantos outros aspectos que somente elas podem apontar e participar da proposição de uma ação em saúde que considere as particularidades dessa profissão.

Procuramos trazer neste ensaio algumas indagações trazidas pela pesquisa qualitativa que pretendeu se aproximar dessa vivência na intenção de contribuir com a ampliação do conhecimento, permitindo assim, desvelar perspectivas que sejam úteis para a necessária delimitação e proteção dos aspectos relacionados à saúde no trabalho doméstico remunerado.

10.1 Algumas categorias mobilizadas da Psicopatologia e Psicodinâmica do Trabalho para a análise do Trabalho Reprodutivo

A Psicodinâmica do Trabalho tem sido um importante aporte teórico ao tratarmos do tema da saúde no trabalho e, mais precisamente, da saúde mental no trabalho (DEJOURS, 2007; 2011). Partindo do pressuposto que o trabalho serve como balizador da saúde, a teoria se dedica ao entendimento dos processos psicodinâmicos de luta contra o sofrimento no trabalho a partir do desenvolvimento de defesas psíquicas (tanto individuais como coletivas).

Se inicialmente buscava-se responder à questão “por que o trabalho adoece?”, a Psicodinâmica do trabalho, originalmente denominada psicopatologia do trabalho, evoluiu a partir das pesquisas e análises para a investigação da questão que recursos são desenvolvidos pelos trabalhadores para suportar e não adoecer devido às pressões psíquicas do trabalho, para se manterem no campo da normalidade, ou seja, quais os processos psicodinâmicos que entram em ação na relação sujeito e trabalho?. Uma mudança de paradigma importante que redireciona o foco das análises à saúde e não mais à patologia. Todavia, o estudo mais amplo da saúde e de como ela se sustenta em relações que podem

ser nocivas ou não, a depender das condições e formas de organização do trabalho, ampliou as possibilidades também dos objetos de pesquisa no campo da saúde no trabalho.

Pressupor que o trabalho baliza a saúde de trabalhadoras e de trabalhadores é pressupor, igualmente, a centralidade do trabalho “na mediação entre o singular e o coletivo, entre o subjetivo e o campo social”:

A centralidade do trabalho é constatada na articulação entre a esfera social e a esfera privada, entre as relações sociais e as relações domésticas. Deste ponto de vista, o trabalho é um poderoso operador de inteligibilidade da sociedade (DEJOURS, 2011, p. 164).

A atividade de trabalho convocada para discussão neste ensaio, na intenção de enveredarmos numa realidade “fronteiriça” de trabalho, nos desafia ao entendimento de novas questões e de categorias profissionais, diferentes das tradicionalmente estudadas no campo da saúde e segurança no trabalho. Afirmamos o trabalho doméstico remunerado como uma realidade “fronteiriça”, por este ser realizado num ambiente doméstico da família contratante; pelo fato dos acordos serem imprecisos e haver quase sempre uma confusão entre o direito, o dever e o favor. Apesar da regulamentação da profissão, questões como

jornada, tarefas, remuneração, férias e outras, persistem na imprecisão e na instabilidade. Ou seja, ainda se tem muito a conquistar em termos de cidadania em relação à consideração das trabalhadoras domésticas remuneradas como classe profissional legítima.

Destacamos a importância de um retorno aos estudos do psiquiatra francês Louis Le Guillant (1900-1968), considerado na França, nas décadas de 1940 e 1950, ao lado de Paul Sivadon, um dos grandes expoentes de uma dada Psicopatologia do Trabalho⁴⁸. Um breve retrospecto extraído do seu estudo da profissão de empregadas domésticas oferece um contributo valioso sobre o modo de agir dessas profissionais em face das condições de vida e trabalho. Ou seja, procuraremos recuperar algumas das suas observações e análises a respeito do trabalho de empregadas domésticas e, assim, relacioná-las ao filme em discussão.

O autor investigou as incidências psicopatológicas da condição de empregadas domésticas a partir de observações clínicas, dados estatísticos de internação e casos particulares. Analisou, com detalhes, o crime emblemático de duas irmãs que

⁴⁸Não intentamos aqui apresentar a obra desse eminente psiquiatra: outros já o fizeram de maneira exemplar (ATHAYDE; SOUZA-ZAMBRONI, 2006).

assassinaram a patroa e sua filha, em 1933, na cidade de Le Mans, na França. Diante da repercussão naquela época, o caso das irmãs Papin, como ficou conhecido, foi tema de estudo e de produção de dois filmes para o cinema (MOLINIER, 2013).

Destaca-se, nos estudos conduzidos por Le Guillant (2006) algumas características da condição de empregada doméstica: a inexistência e a despersonalização – obrigatoriedade do uso de uniformes, e de não ser computada como residente, mesmo dormindo no trabalho, em caso de pesquisa de censo demográfico; o isolamento – dificuldade de se identificar com os entes da família, uma espécie de “solidão existencial”; e o ressentimento permanente – nutrido pela aversão a respeito dos patrões, nem sempre de modo consciente, mas presente nas situações de trabalho (MOLINIER, 2013). No tocante a esta última característica da condição do trabalho doméstico, percebe-se com sutileza, a expressão nos gestos e no olhar da personagem Val, um certo ressentimento, possivelmente provocado pela decepção com a patroa. Esta situação fica evidente, após ela oferecer como presente de aniversário à sua patroa um jogo de xícaras e uma garrafa térmica, levando à risca a fala de agradecimento de Bárbara, a patroa, no momento da entrega do presente: “vamos guardar para usar numa ocasião especial”. Logo em seguida, na

festa de aniversário da patroa, a empregada toma a iniciativa de servir o café com o jogo de xícaras presenteado. O episódio evidencia a hipocrisia e o desmonte das boas maneiras da patroa, quando ela intercepta a empregada e a ordena a servir o café aos convidados em xícaras compradas na Suécia. Val percebe, neste momento, o desvalor e certo embaraço de Bárbara diante dos amigos, se o café tivesse sido servido nas xícaras compradas por ela.

Um dos aspectos mais importantes relativos ao trabalho doméstico é a lacuna existente no tocante à prescrição das tarefas a serem realizadas. De acordo com a ergonomia da atividade (DANIELLOU, 2004), a noção de tarefa remete a “aquilo que deve ser feito segundo especificações prévias” e a de atividade (o trabalho real) a “aquilo que realmente se faz”. Essas noções são de fundamental importância nas análises psicodinâmicas do trabalho (DEJOURS, 2011, p. 155) e nos parecem ser sedimentares para a compreensão do trabalho doméstico.

Essa importância se dá, fundamentalmente, porque o trabalho doméstico remunerado se realiza a partir de um lugar desprovido de formalidade organizacional. Os estudos sobre o trabalho, habitualmente, tendem a ser realizados a partir da perspectiva do trabalho realizado em meio à hierarquia

institucionalizada, à prescrição de tarefas e ao compartilhamento dessas tarefas com outros pares. Não é o caso do trabalho doméstico, em que essas relações acontecem a partir de um lugar que não estrutura suas relações diante de uma regulação formal.

Embora o trabalho doméstico tenha sido regulamentado necessita ainda de uma prescrição mais definida. Em cada unidade doméstica contratante, o que ocorre geralmente são orientações genéricas, cujas tarefas são combinadas a cada dia, e elas podem, inclusive, não ser explicitadas, ficando a trabalhadora responsável por decidir e organizar o seu modo de realizar o trabalho.

Outra particularidade importante do trabalho doméstico remunerado é o da sua realização na solidão (LE GUILLANT, 2006). Este aspecto nos parece central, uma vez que o coletivo auxiliaria no enfrentamento do sofrimento gerado pelas relações de trabalho, favorecendo a construção de laços de solidariedade e de estratégias coletivas de defesa (DEJOURS, 2000). As três mediações importantes no trabalho, a engenhosidade, a cooperação e a mobilização subjetiva (DEJOURS, 2011) se apresentam de maneira diferente no trabalho doméstico.

A engenhosidade, no caso das trabalhadoras domésticas, não nos parece “reajustar” a tarefa, mas “ajustar” seu cotidiano de

atividades a uma prescrição genérica, demanda inventividade e criatividade.

Em se tratando da cooperação, eis um desafio para a trabalhadora doméstica, uma vez que para sua existência requer-se o estabelecimento de relações intersubjetivas de confiança e de espaço de troca e discussão. Quais os pares que podem ser considerados agentes de cooperação? Os outros funcionários, caso existam, tais como: porteiros, motoristas e cobradores de ônibus, outras trabalhadoras domésticas de domicílios vizinhos?

Sobre a mobilização subjetiva, terceira e última dimensão que queremos tratar aqui, é sabido – a partir das teorizações dejourianas – que ela se apoia no par contribuição/retribuição. A contribuição é espontânea, objetivo-prática e lida com o trabalho real ou dele é resultado. A retribuição é o que se espera de volta: é simbólica e serve à realização de si mesmo, envolve reconhecimento. Aqui vale nos questionarmos sobre a qualidade da mobilização subjetiva e de como se dá essa dinâmica. Pensamos que condições de trabalho que não favoreçam tal mobilização subjetiva podem gerar resultados deletérios para essa retroalimentação fundamental da dinâmica das relações de trabalho no que diz respeito à sustentação subjetiva (DEJOURS, 2011; 2012).

Quando essas mediações são falhas, geram frustração, descontentamento, desencanto, apatia, ou seja, geram sofrimento. Contra o sofrimento, pode-se elaborar defesas, individuais e/ou coletivas (DEJOURS, 2000).

No caso das trabalhadoras domésticas, mesmo que a natureza da atividade seja semelhante, cada uma realiza suas tarefas de maneira solitária, sem solidariedade ou competição, no mesmo local de trabalho, com outras empregadas. É bem verdade que a saída do isolamento, como estratégia de rompimento da solidão, pode ser viabilizada mediante a necessidade de materialidade, de possuir um espaço físico, móveis e objetos próprios (LE GUILLANT, 2006). Essa alternativa é concretizada pela empregada Val, no filme “Que horas ela Volta?” ao pedir demissão do trabalho e passar a ocupar um espaço próprio. Espaço que também representa a autonomia sobre suas escolhas e o reconhecimento de si como sujeito ao contrastar sua postura e a da filha diante das situações encenadas no filme. Val, num ato de transgressão entra pela primeira vez na piscina da casa em que ela trabalha há anos. Piscina esta que fora esvaziada a mando da patroa num momento de contrariedade, por Jessica, a filha da empregada, ter nela mergulhado. Esse ponto na história dessas três mulheres marca uma ruptura e o despertar de Val, que decide

ali no vazio da piscina – que parece representar o vazio que também existia em sua vida com a ausência da filha – mudar o seu destino e romper com a situação de não-sujeito e portanto de não-reconhecimento com a qual viveu na relação de trabalho como empregada. Como ato simbólico de transgressão e talvez vingança, Val leva consigo o conjunto de térmica e xícaras compradas como presente e desprezado pela patroa. Agora Val iniciará uma nova vida familiar com sua filha e seu neto.

10.2 Considerações Finais

Buscamos neste ensaio levantar algumas questões que julgamos importantes do ponto de vista dos estudos, pesquisas e intervenções em saúde no trabalho. Tendo em vista que a partir da regulamentação da profissão das empregadas domésticas no Brasil, o tema passou a ser foco mais frequente de pesquisas acadêmicas, o que permite uma maior visibilidade dessa classe de trabalhadoras.

De acordo com nossa pesquisa o trabalho doméstico remunerado é fonte de diversos tipos de sofrimentos para as trabalhadoras, desde a sua herança escravocrata e patriarcal até às exigências físicas, afetivas e psíquicas que exaurem, ao longo do tempo, a saúde dessas mulheres. Apesar do avanço no marco legal

da profissão de empregada doméstica, ela continua desprovida de regulação eficaz de jornada e de tarefas, assim como de limites entre a vida pessoal e a vida profissional. Esta por sua vez, é atravessada pela sobrecarga de trabalho em tempo, intensidade e intermitência com o trabalho doméstico não remunerado. Também é importante considerar que essas mulheres são inseridas, muitas vezes, nesse trabalho, desde muito jovens, sob condições adversas de desgaste – de seus corpos, de sua afetividade e da sua saúde de modo geral. Sem contar que muitas trabalhadoras domésticas abdicam do tempo que seria dedicado aos seus filhos para cuidar dos filhos dos patrões, como retratado no filme “Que horas ela volta?”.

Interessar-se na análise da situação de trabalho das empregadas domésticas permite entrar em contato com os meandros de uma realidade que não é apenas desvalorizada por questões culturais, mas também por questões econômicas ocultadas pela narrativa do trabalho “natural” ou “por amor” realizado pelas mulheres. A desvalorização e a diminuição da importância para a sociedade e para a economia, do trabalho reprodutivo, precisa ser revelada e sua confrontação colocada como uma necessidade pública.

Este trabalho buscou, no limite do seu alcance, provocar um debate no campo do conhecimento da psicologia do trabalho, para contribuir com o alargamento das questões por nós discutidas e que colaborem para a melhoria das situações de trabalho nas diversas realidades da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

ATHAYDE, M.; SOUZA-ZAMBRONI, P. C. A contribuição da abordagem clínica de Louis Le Guillant para o desenvolvimento da Psicologia do Trabalho. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v.6, n.1, p.6-19, 2006.

ÁVILA, M. B. M. **O Tempo do Trabalho das Empregadas Domésticas: tensões entre dominação/exploração e resistência**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.

BARSANO, P. **Segurança do trabalho: guia prático e didático**. São Paulo: Érica, 2012.

BRASIL. Senado Federal. **Lei nº 13.467**, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Brasília, 13 Jul. 2018. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/17728053> . Acesso em: 10 nov.2018.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de Inspeção do Trabalho. **Trabalho Doméstico**. 2015. Disponível em: http://portal.mte.gov.br/trab_domestico/. Acesso em: 03 set. 2018.

BRASIL. **Ementa Constitucional Nº 72**, de 2 de abril de 2013. Altera a redação do parágrafo único do art. 7 da Constituição Federal para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais, 2013. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 12 ago. 2018.

CBO/MTE. **Classificação Brasileira de Ocupações**. Ministério do Trabalho e Emprego, 2002. Disponível em: <http://www.ocupacoes.com.br/cbo-mte/512105-empregado-domestico-empregada-domestica-nos-servicos-gerais>. Acesso em: 03 de março de 2018.

DANIELLOU, F. Introdução: questões epistemológicas acerca da ergonomia. In: _____. (Coord.). **A ergonomia em busca de seus princípios**: debates epistemológicos. São Paulo: Edgard Blucher Ltda, 2004, p.1-17.

DEJOURS, C. **Trabalho Vivo**. Tomo I. Sexualidade e Saúde. Brasília: Paralelo 15, 2012.

_____. O trabalho como enigma. In.: LANCMAN, Selma; SNELWAR, Laerte (Orgs.). **Christophe Dejours**: Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. Brasília: Paralelo 15/ Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011. p. 151 – 166.

_____. **A Loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez/Oboré, 2000.

DELGADO, M.; DELGADO, G. **O novo manual do trabalho doméstico**. 2a ed. São Paulo: LTr80, 2016.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. **O emprego doméstico no Brasil**. Estudos e Pesquisas n. 68. 2013. Disponível em:

<https://www.dieese.org.br/estudosetorial/2013/estPesq68empregoDomestico.pdf>. Acesso: 20 fev. 2018.

FENATRAD. Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (2018). **Institucional**. Disponível em:

http://www.fenatrad.org.br/site/?page_id=112. Acesso em: 02 Mar. 2018.

GUSMÃO, X. **Novos Direitos do Doméstico**. Âmbito Jurídico, 2007. Disponível em:

http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=1761>. Acesso em: 04 mar. 2020.

HIRATA, H. Travail et Affects les Ressorts de la Servitude Domestique. Note de recherche. **Revue Travailler** 2002/2, n. 8, p. 11-26. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-travailler-2002-2-page-11.htm>>. Acesso em: 22 abr. 2020.

_____. Travail domestique et servitud e volontaire. In: DUNEZAT, X. et al. **Travail et rapports sociaux de sexe**: recontreautour de Danièle Kergoat. Paris : L'Harmattan, 2010. p. 97-102.

HIRATA, H., ARAÚJO, N. Cuidado e cuidadoras : o trabalho do care no Brasil, França e Japão. In. : HIRATA, Helena; ARAÚJO, Nádyá; SUGITA, Kurumi **Cuidado e cuidadoras**: as várias faces do trabalho do care. São Paulo: Atlas, 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia E Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, 2019**. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza/17270-pnad-continua.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 03 Maio 2020.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Estudo mostra desigualdades de gênero e raça em 20 anos**. 2020. Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29526. Acesso: 02 Maio 2020.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: EMÍLIO, M.; TEIXEIRA, M.; NOBRE, M. (Orgs.). **Trabalho e Cidadania Ativa para as Mulheres**: desafios para as políticas públicas. São Paulo: Coordenadoria da Mulher, 2003. p. 55-64

LE GUILLANT, L. **Escritos de Louis Le Guillant**: da ergoterapia à psicopatologia do trabalho. In: LIMA, M. E. A. (Org.). Petrópolis: Vozes, 2006.

MOLINIER, P. **O trabalho e a psique: uma introdução à Psicodinâmica do Trabalho**. Brasília: Paralelo 15, 2013.
Que Horas Ela Volta? Direção: Anna Muylaert, Produção: Fabiano Gullane, Caio Gullane, Débora Ivanov, Anna Muylaert. Brasil, 2015.

ROCHA, K. Trabalhadoras Domésticas Remuneradas: agravos à saúde relacionados ao trabalho. **Relatório de Pesquisa**. Recife: PROPESQ-UFPE, 2020.

11 RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO, LUTA E EMANCIPAÇÃO NO FILME "REVOLUÇÃO EM DAGENHAM"

Ana Cláudia Leal Vasconcelos

Lívia Borges Hoffmann Dorna

Aline Brandão de Siqueira

O filme "Revolução em Dagenham" – dirigido por Nigel Cole, em 2010, com o título original *Made In Dagenham* – baseia-se na história real da greve de 1968 conduzida por trabalhadoras da Indústria Ford em Dagenham, Reino Unido. Algumas informações, conferidas nas primeiras cenas do filme, contextualizam a empresa e as condições de trabalho a que as mulheres eram submetidas nesta unidade. A fábrica da Ford em Dagenham é apresentada como uma das maiores empresas empregadoras privadas do Reino Unido, contando na ocasião com um efetivo de 55 mil homens e, apenas, 187 mulheres trabalhando. Durante a apresentação desses dados, são exibidas imagens de comerciais da Ford da época. Essas informações gerais alternam-se com imagens da chegada das mulheres em um setor independente da fábrica, destinado à costura dos forros dos bancos de carros, em que condições precarizadas de trabalho

contrastam com os investimentos que parecem ser realizados em propaganda.

Em vários momentos do filme, são evidenciadas as condições de trabalho a que as costureiras da Ford são submetidas, como o calor intenso (algumas mulheres chegam a tirar a roupa e trabalham com roupas íntimas) e a existência de goteiras quando chove. Diante dessas condições e dos baixos salários, todas as mulheres votam pela não realização de horas extras e paralisação por um dia. A partir dessa votação, o filme evolui para a apresentação de cenas em que Rita O'Grady (uma das operárias da Ford), junto com as demais trabalhadoras, encoraja e lidera uma mobilização no sentido da valorização do trabalho das costureiras e isonomia salarial entre homens e mulheres empregados da Ford.

O crescimento do movimento das operárias, a participação das mulheres no sindicato e o processo de construção da greve, evidenciados no filme, sinalizam para uma ruptura com a atuação sindical clássica marcada por reivindicações salariais. De acordo Maruani (apud Brito, 1999), tal ruptura coloca em evidência problemas, tradicionalmente considerados individuais ou privados, como fenômenos coletivos – as desigualdades salariais e de qualificação, o direito ao trabalho, a dupla jornada, as relações

de autoridade e dominação na família. Conforme assinala Brito (1999), embora a reivindicação da identidade feminina no coração dos conflitos sociais seja entendida como luta secundária que desvia as mulheres das lutas principais, explicita a necessidade de discussão sobre o próprio sindicalismo, especificamente sobre a reprodução das desigualdades entre homens e mulheres nos sindicatos. Nesse sentido, a riqueza com que o movimento dessas mulheres foi representado no filme revela-se especialmente fecunda a reflexões acerca das relações sociais de sexo, feminismo, luta e emancipação. Evidencia-se ainda os debates de normas e valores implicados na mobilização subjetiva, reservas de alternativas e renormatizações decorrentes do processo.

11.1 Valores e normas em debate no contexto de 1968

O filme trata de um período de ampla efervescência social, cultural e política. O ano de 1968, nos países da Europa e da América, e até mesmo no Japão, foi marcado por amplas manifestações alavancadas, especialmente, por estudantes e trabalhadores. As universidades foram o palco das maiores manifestações. Nesse cenário, a França foi um marco por abrigar o movimento estudantil de maior força. Os protestos eram contra

toda a forma de proibição e repressão existente. Esse período também se caracterizou por lutas contra o padrão fabril então vigente e sua lógica de produção massificada, e luta do operariado contra o fordismo (o trabalho repetitivo, monótono, alienado e alienante). A mobilização atingiu seu auge com a greve de cerca de seis milhões de trabalhadores na França – com a interrupção do sistema de transportes públicos e o fornecimento de água, luz e gás das grandes cidades, pararam o país durante três semanas; e Paris foi convertida em uma espécie de território livre, espalhando pelo resto do mundo uma onda de protestos. No Reino Unido, três milhões de trabalhadores entraram em greve (BUENO, 2008; FARIA, 2018; THIOLENT, 1998).

Esse período mobilizou uma série de transformações políticas, éticas, sexuais e comportamentais. Marcou a luta por uma nova individualidade e subjetividade, livres das convenções moralistas e racionalistas; e, conferiu centralidade a novas questões na esfera pública, antes consideradas secundárias, como o feminismo e o direito das minorias (THIOLENT, 1998).

Contextualizar os efeitos dos condicionantes políticos, econômicos e sociais da conjuntura de 68 permite uma articulação dessas tramas disponíveis com a situação específica das operárias da Ford representadas no filme. É possível fazer interpretações, a

partir de efeitos desse macro, sem, contudo, deixar de considerarmos as particularidades das mulheres costureiras. Este macro contexto é permeado por valores tais como liberdade e igualdade, que são reprocessados no debate sobre salário, subsistência e condições de trabalho desse coletivo de mulheres. Por trás desta história de mobilização, lutas e emancipação, encontra-se, portanto, o debate de valores, ou de forma mais apropriada em um “Mundo de Valores” como propõe Venner e Durrive (2016):

Um mundo de valores, em vez de valores, porque, em primeiro lugar não vejo muito bem o que poderiam ser estas entidades bem delimitadas, bem distintas umas das outras, antes de todo o uso que delas poderíamos fazer em nossos julgamentos e nossas arbitragens. Ao contrário, a existência de um mundo de valores é onipresente em nossas vidas. Ela é nossa respiração cotidiana, ainda que muitos “experts” façam alarde do que fizeram depois de domesticar o que não é domesticável, propondo teorias, “sistemas” de valores, que podem ser intelectualmente manipulados propondo codificá-los, antecipá-los (p. 94).

Em Dagenham, as costureiras da Ford iniciam o movimento com reivindicações de reconhecimento de suas habilidades e consequente aumento salarial. Os aspectos que mais pareciam

afetar a categoria, além das condições de trabalho, eram os baixos salários, justificados por um entendimento de que a atividade não demandava nenhuma habilidade específica. Entretanto, ao longo do filme, e a partir de uma crescente apropriação pelas trabalhadoras acerca da sua situação de trabalho, o movimento evolui e novos valores e reivindicações são incorporados. A luta passa a ser por igualdade, a ser viabilizada pela Isonomia Salarial entre homens e mulheres. Esse debate normas, a incorporação de valores e a transformação da pauta reivindicatória são evidenciados em dois momentos do filme – o primeiro refere-se a uma conversa entre Rita O’Grady e Albert, operário veterano da Ford que incentiva a luta por isonomia salarial das operárias:

Albert: “Esta disputa não tem a ver com seu nível de habilidade. A Ford decidiu diminuir seus salários porque eles podem. Têm permissão para pagar menos às mulheres do que aos homens. Em todo o país, Rita, as mulheres ganham menos porque são mulheres. Vocês sempre vêm em segundo plano. Sempre lutarão pelas sobras. Até que consigam...”

Rita: “Igualdade Salarial”.

Albert: “É isso!”

O outro momento que evidencia a evolução do movimento das costureiras refere-se ao discurso proferido por Rita que dispara o início da greve.

Rita: “Quem é a favor, não só de manter, mas aumentar nossa ação indo até uma paralisação total, até chegarmos à igualdade salarial dos homens? [...] Por que não? Na verdade, é sobre isso, não é? Temos o menor salário da fábrica inteira, apesar de termos habilidade considerável. [...]. Essa greve é sobre uma coisa, uma única coisa: justiça. Igualdade salarial ou nada. Todas a favor?”

Para avançar na discussão sobre os debates de valores, recorremos a Durrive e Schwartz (2008) que concebem valores – no sentido subjetivo – como o peso que é atribuído às coisas, hierarquizando-as em acordo com as preferências particulares. Os valores não são inventados pelo indivíduo, mas, a ele, é permitido singularizá-los, pelo menos, parcialmente, a partir de suas preferências. Esses autores diferenciam os valores em: (a) dimensionados – que seriam aqueles cujos limites são conhecidos, que correspondem a medidas, a quantidades – aqueles do espaço nomeadamente ocupado pelo mercado, mas também através das avaliações, critérios e indicadores quantitativos; e os (b) sem dimensão – são os do político, do “bem comum” (a saúde, a educação, entre outros).

Para as trabalhadoras da Ford, o salário não seria apenas um valor dimensionado, tampouco diz respeito apenas à subsistência e condições de vida e trabalho, mas implica ainda

reconhecimento. Com o avanço do movimento grevista, a igualdade entre homens e mulheres revela-se como um valor do bem comum que, para ser vivido na realidade, precisa ser dimensionado via a alteração da norma, que prevê salários inferiores para mulheres, a ser convertida em isonomia salarial. Nesse sentido, vários debates entre valores do bem-comum (reconhecimento, igualdade entre os sexos) e valores mercantis são estabelecidos dentro do próprio movimento sindical, com a empresa e com o Estado. As tensões entre o polo político e o mercantil são inevitáveis.

Esse debate entre valores dimensionáveis do mercado e valores sem dimensão compõe o que Schwartz (2010a), pensando a realidade atual e buscando entender como a história vem se construindo, apresenta como esquema tripolar, caracterizado por: (a) um polo “orientado por valores mercantis” – o polo do mercado; (b) um polo do bem viver, do bem comum, que se espera que seja assumido por instituições, como as de cunho político – a missão desse polo político é tentar fazer valer os valores do bem comum, valores sem dimensão que são reivindicados ao Estado; (c) e um polo do trabalho, da gestão e do “uso de si”⁴⁹, da atividade

⁴⁹ Schwartz (2010b) vai usar essa expressão para afirmar que a atividade nos obriga, a todo momento, a fazer escolhas, mesmo

humana – sem esse polo, a pessoa estaria fora da história humana, e esta seria vista como mecânica.

No filme, as inflexões do polo do mercado – marcadamente ilustradas por executivos representantes da Ford – pressionam o sindicato e o próprio Estado, pela manutenção dos salários, fim da greve, enfim, pela manutenção dos lucros. Em reunião sindical, Tooley (representante da Ford) exige:

Tooley: “Acabe com a greve, por favor. O mais breve possível [...]. A indústria não pode pagar os mesmos salários para as mulheres, senhores. É um fato. Se for forçada a isso entrará em colapso, sob o peso dos salários extras. Trabalhadores serão demitidos. Suas contribuições sindicais desaparecerão, assim como os sindicatos que as recolhem.”

A representação sindical em Dagenham – marcadamente masculina e diante das inflexões do mercado e dos interesses sindicais relativos a outras negociações – se opõe ao movimento das mulheres:

Representante sindical 1: “Isso é estranho, Albert. Sabe disso, não é? Compromete toda

que em um nível infinitamente pequeno. E “escolher essa ou aquela opção, essa ou aquela hipótese é uma maneira de escolher a si mesmo” (p. 193). Nesse sentido, trabalhar é fazer uso de si.

uma série de outras negociações que já são impasse entre sindicatos e empresa. Olha, companheiro, basicamente está incentivando estas mulheres à militância...”. Representante sindical 2: “e os recursos para isto seriam retirados dos homens, que são os únicos que pegam pesado”.

Representante sindical 1: “Não somos desalmados, mas, como um sindicato, temos que lembrar quem vem primeiro. O partido comunista e o próprio Marx disse: “homens escrevem suas próprias histórias”. Homens, Albert.”

Albert: “Mas, ele também não disse: “O progresso pode ser medido pela posição social do sexo feminino?” Ou foi um Marx diferente?! Um pleito de igualdade salarial! Está me dizendo que não vale a pena lutar? Claro que vale! E vocês sabem disso.”

O polo do mercado e o polo do bem comum tensionam o movimento sindical. Entretanto, o crescimento da greve das operárias (com participação, inclusive, de mulheres de outras filiais da Ford no Reino Unido) e a participação das representantes do movimento em assembleia sindical mobilizaram à obtenção do apoio do sindicato. Entre o ceder/resistir ao intento do mercado, o sindicato, enquanto entidade coletiva, produz efeitos extremamente fortes sobre as correlações de forças do polo político.

Fortalece-se assim a luta, limita-se a hegemonia do polo do mercado, demandando do Governo sua implicação com os valores do bem comum. O caso transforma-se em uma questão econômica e política – um dos diretores da matriz americana da Ford ameaça retirar a fábrica do país e o Governo vê-se obrigado a intervir. As negociações entre as operárias e o Governo são conduzidas por uma mulher, a então Primeira Secretária de Estado de Emprego e Produtividade, Barbara Castle, excepcionalidade na política, e simbolicamente considerada pelo Primeiro Ministro como “o homem mais forte do seu ministério”.

O Estado é convocado a arbitrar entre os dois polos. O tensionamento do polo de mercado sobre o Estado é evidenciado no filme na cena do encontro entre Barbara Castle e Tooley (representante da Ford):

Tooley: “Acho que nós dois queremos a mesma coisa, Sra. Castle. Queremos a Ford contratando trabalhadores britânicos.”

Barbara Castle: “A Ford é parte vital da nossa economia. Estou bem ciente disso.”

Tooley: “Então, não nos faça levá-la para outro país. Mantenha-a aqui. Apoie nossos esforços para combater essas greves constantes que minam nossa capacidade de produzir carros com lucro, que é o motivo de estarmos no negócio. Caso contrário, levaremos nossa fábrica para outro país.”

Barbara: “Está me ameaçando, Sr. Tooley?”
Tooley: “Estou tentando evitar que quarenta mil percam seus empregos. Esse é o total de empregados da Ford neste país. Sem falar nas dezenas de milhares de empregos indiretos. Acho que nenhum de nós quer correr este risco, certamente.”

Em seguida, Barbara Castle recebe as representantes do movimento grevista em seu gabinete e o diálogo a seguir se estabelece entre elas:

Barbara: “Estou acompanhando sua disputa bem de perto e quero dizer que estou orgulhosa da batalha que estão lutando. Apoio plenamente a luta por igualdade salarial e vocês a terão. Mas com o tempo.”

Rita: “Como?”

Barbara: “A indústria vai se opor, os lordes vão armar confusão, a mídia vai fazer alvoroço. Não vai ser fácil.”

Rita: “E não vale a pena lutar?”

Barbara: “Retornem ao trabalho: voltem para as suas máquinas. Têm minha palavra que vou avançar com a sua luta.”

Rita: “Não.”

Barbara: “Senhora O’Grady...”

Rita: “Não. Precisamos de algo sólido agora. Você tem autoridade. Pensamos que ia nos ...”

Barbara: “Na política, às vezes é preciso agir a longo prazo...”

Rita: “Não somos políticos. Somos mulheres trabalhadoras. Assim como você.”

Barbara: “Muito bem. O que seria necessário para vocês voltarem?”

Rita: “Desculpe-me?”

Barbara: “O ‘algo sólido’. E note bem, eu disse algo, não tudo.”

Rita: “Bem, nós precisamos de uma garantia que vamos alcançar a igualdade salarial. E, enquanto isso, temos que nos aproximar dos salários masculinos. Agora. Na Ford.”

Barbara: “75%?”

Rita: “90.”

Barbara: “Está me colocando numa posição muito difícil.”

Nesse momento, Barbara retorna à sala onde Tooley a aguarda e lhe diz: “aquele risco de que falou, vou ter que assumi-lo”. Portanto, ao se deparar com a situação sem antecedentes em sentido restrito – greve e posicionamento das mulheres costureiras da Ford e a ameaça de fechamento da Fábrica –, Barbara Castle faz uma escolha em função de valores, tais como igualdade e valores econômicos, dentre as alternativas que lhe eram possíveis. Ao escolher, ela escolhe a si mesma. E essa escolha implica riscos: o risco de criar dificuldades novas, de desagradar; enfim, há possibilidade de fracasso, como propõe Schwartz (2010b).

A partir do debate de valores, são tomadas decisões, emergem “reservas de alternativas”, ou seja, outras possibilidades para agir, e são produzidas novas normas (SCHWARTZ, 2010b). Ao final do filme, essa “renormatização” é sinalizada no discurso proferido pela Secretária Castle:

“Tenho o prazer de anunciar que, após a conversa desta tarde, as 187 costureiras da Ford estarão de volta ao trabalho no dia 01 de julho. Elas receberão de imediato um aumento de 07 centavos por hora que irá colocá-las com 92% do salário masculino. Entretanto, isso não é tudo. Como resultado de nossa discussão, posso confirmar que o governo apoiará a criação de lei de equivalência salarial. E até o outono deste ano, garanto a legislação adequada para garantir que esta lei entre em vigor.”

Nos créditos finais do filme, são apresentadas as seguintes informações: “Dois anos depois, em maio de 1970, a igualdade salarial se tornou lei. Leis similares se seguiram em muitos países mundo afora”. Portanto, o contexto de 1968, na Europa, parece ter favorecido um acontecimento sem precedentes – a greve de mulheres costureiras da Ford. Mobilizadas por valores como igualdade entre homens e mulheres, essas mulheres assumiram riscos. A partir do “debate de normas em um mundo de valores”, o sindicato e o Estado também passam a assumir riscos diante das

pressões dos representantes da Ford. As escolhas e os riscos assumidos nessas escolhas possibilitaram a renormatização, via intervenção nos salários e criação de legislação própria. Assim, o filme confere visibilidade ao “fazer história” que se dá a partir do polo do trabalho, das lutas dos trabalhadores; e, neste caso, a partir da luta e emancipação feminina diante da desigualdade das relações sociais de sexo.

11.2 Relações sociais de sexo, feminismo, luta e emancipação como elementos centrais no filme

Em texto publicado originalmente em 1978 na França (e apenas recentemente traduzido para o português), Danièle Kergoat afirma que a sociologia do trabalho comumente discorre sobre os operários “sem fazer qualquer referência ao sexo desses atores” (2018, p. 23). Na direção oposta, e a partir de pesquisas sobre operários e operárias realizadas nos anos de 1970 na França, Kergoat (2018) levanta a seguinte questão: “É indiferente ser operário ou operária ou existe uma maneira mulher e uma maneira homem de ser operário?” (ibidem, p. 25). Para esta autora, não há uma homogeneidade nesta experiência.

A heterogeneidade nas experiências de trabalho de homens e mulheres é corroborada pelas pesquisas de Elisabeth Souza-

Lobo (1991) acerca da realidade brasileira, reunidas em um livro intitulado “A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência”. Assim, dentro do debate dos estudos das Ciências Sociais sobre o trabalho, desenvolve-se uma sociologia que vai afirmar o trabalho como experiência sexuada.

De acordo com Guimarães (2016), a teoria feminista contribuiu amplamente à produção de conhecimento sobre as relações de poder e de sexo no âmbito da sociologia. Esse autor sinaliza para três perspectivas epistemológicas que influenciaram mais amplamente essa produção. A monista, que substituiu a primazia de classe, ou o racismo, pela primazia do patriarcado. A pluralista, que propôs uma explicação cumulativa da articulação entre diversas formas de exploração e opressão, ou seja, a situação das mulheres resultaria da somatória de diversas situações de opressão. E a holista, que concebe as determinações como intrinsicamente articuladas. Esta última perspectiva epistemológica é incorporada como referência deste capítulo, especialmente no que se refere à concepção de “consustancialidade” proposta por Kergoat (2009), que defende uma sociologia das relações sociais em que classe e “sexo social” sejam considerados coextensivos. Um entendimento relevante, sem dúvida, foi dado pelo conceito de “interceccionalidade”, que

trouxe o desafio de “pensar conjuntamente como se articulam na prática social e como podem ser abordadas teoricamente diversas formas de subordinação, discriminação, exploração e de exercício de poder, sem recair seja numa somatória, seja num modelo causal de inter-relação entre variáveis” (GUIMARÃES, 2016: p. 34).

Kergoat (2009) assinala que as reflexões feministas de 1960 possibilitaram repensar a própria conceituação de trabalho. Sob o impulso deste movimento, e a partir da problemática da ‘divisão sexual do trabalho’, propôs-se uma desconstrução/reconstrução deste conceito, que passou a abranger trabalho profissional e doméstico e a compreender produção e reprodução como categorias indissociáveis. Para Hirata e Kergoat (2007), falar de divisão sexual do trabalho ultrapassa a constatação de desigualdades entre homens e mulheres: trata-se de mostrar que essas desigualdades são sistemáticas e refletir “sobre os processos pelos quais a sociedade utiliza esta diferenciação para hierarquizar as atividades, e portanto os sexos, em suma, para criar um sistema de gênero” (p. 596). Era, portanto, necessário se debruçar sobre aquilo que estava na origem dessa divisão sexual do trabalho: as relações sociais de sexo.

Para Kergoat (1996), o conceito de relações sociais de sexo se prende à noção de prática social: se admitimos que existe uma

relação social específica entre os homens e as mulheres, isto implica práticas sociais diferentes segundo o sexo. A reflexão em termos de relações sociais de sexo requer entender que estas relações repousam, antes de tudo, em uma relação hierárquica entre os sexos – e que esta é uma relação de poder (neste caso, de dominação homem/ mulher). Como em todas as relações sociais, estas também têm uma base material – o trabalho, e se exprimem por meio da divisão social do trabalho entre os sexos (ou divisão sexual do trabalho, de maneira concisa).

Esta divisão sexual do trabalho é modulada histórica e socialmente e tem por características “a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apreensão pelos homens das funções de maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.)” (HIRATA & KERGOAT, 2007, p. 599). Segundo Kergoat (2009), ela possui dois princípios organizadores: o princípio de separação, segundo o qual existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres; e o princípio de hierarquização – um trabalho de homem “vale” mais do que um trabalho de mulher. Estes princípios organizadores podem ser aplicados graças a um processo específico de legitimação: a ideologia naturalista, que rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduzindo as

práticas sociais a papéis sociais sexuais, que por sua vez remetem a um destino natural da espécie.

‘Revolução em Dagenham’ nos convida a pensar acerca da divisão sexual do trabalho e sobre os processos sociais que compõem o sistema de gênero a que se refere esta Sociologia. O filme coloca em evidência que a inserção das mulheres no setor produtivo é uma excepcionalidade para dar conta de um trabalho considerado feminino dentro da indústria automobilística – a costura dos forros dos bancos. O trabalho reprodutivo, por sua vez, é praticamente exclusividade das mulheres, ainda que elas trabalhem na fábrica o mesmo número de horas do que os homens. A dispensa dos homens do trabalho doméstico de cuidado da casa e dos familiares é ilustrada, por exemplo, em uma das cenas iniciais do filme, em que a protagonista acorda antes do marido para preparar o café da manhã de todos, e na cena seguinte, em que é ela quem se dirige até a escola para conversar com o professor do filho.

11.3 O princípio de separação e o princípio de hierarquização da Divisão Sexual do Trabalho: (des)valorização, qualidades e qualificações

Como referido anteriormente, Kergoat (2009) atribui à Divisão Sexual do Trabalho dois princípios organizadores: o princípio de separação, que diferencia os trabalhos ditos de homens dos trabalhos atribuídos às mulheres, e o princípio de hierarquização que implica em maior valorização dos trabalhos dos homens em detrimento dos trabalhos das mulheres. Nesse sentido, a desvalorização do trabalho das mulheres é “justificada” por aspectos tais como: (a) a falsa premissa de que refere-se a uma qualidade/ a um atributo feminino e não a uma qualificação; (b) o entendimento errôneo de que a renda das mulheres é complementar e de que elas não são provedoras ou, simplesmente, (c) a ideia tácita de que a mulher deve ter renda inferior ao cônjuge. Tais justificativas evidenciam-se ao longo de 'Revolução em Dagenham' e serão exploradas a seguir.

A trama principal do filme se desenrola a partir do questionamento da protagonista acerca da menor valorização do trabalho das operárias em comparação aos operários: o trabalho das costureiras é considerado secundário à produção e, conseqüentemente, menos qualificado e mais mal remunerado. O discurso da protagonista do filme para convencer as demais operárias a aderirem à paralisação por melhores salários ressalta:

Fala de Rita: “Temos os menores salários da fábrica, mesmo sendo consideravelmente

qualificadas. E só há uma razão para isso. É porque somos mulheres. E no trabalho, mulheres ganham menos, não importa sua qualificação. Por isso, de agora em diante, queremos equiparação e pisos salariais de acordo com a função, independente de termos um pinto ou não. Esta greve tem um único motivo: a injustiça. Salários iguais ou nada.”

Sobre a desigualdade salarial entre operários e operárias, as pesquisas realizadas por Kergoat (2018) na década de 1970 observavam que, frequentemente, os empregadores consideravam que o salário destas seria “complementar”, ou seja, as menores remunerações oferecidas utilizavam o pretexto de que as mulheres não seriam provedoras, apenas complementariam a renda familiar:

Trata-se, aparentemente, de uma reprodução perfeita da ideologia dominante segundo a qual uma mulher casada pode ter um salário inferior quando entra na produção porque o salário do homem é supostamente suficiente para cobrir não apenas as despesas de manutenção de sua própria força de trabalho, mas também de sua mulher [...] e de seus filhos (KERGOAT, 2018, p. 47).

Este pretexto é evidenciado em várias cenas do filme e utilizado com frequência pelos operários e pelos representantes

da Ford nas negociações com as costureiras. Em uma das cenas, já citada anteriormente, um representante do sindicato argumenta contra a reivindicação das trabalhadoras, afirmando que elas ameaçam o andamento de outras negociações conduzidas junto à administração da Ford: “Isso drena os recursos dos rapazes. São eles que ficam na linha de frente”. “Temos que nos lembrar de nossas prioridades”.

À medida que o filme se desenrola, fica evidente que as reivindicações por melhores condições de trabalho e salário são frequentes entre os operários, mas inéditas entre as mulheres. As pesquisas sobre o trabalho operário de Kergoat (2018) demonstraram que a situação de assalariada das mulheres era percebida muitas vezes como transitória e, desta forma, com frequência estas mulheres não consideravam o fato de trabalhar como um direito e como objeto de reivindicações:

O discurso em termos de salário complementar permite assegurar, portanto, a tranquilidade no interior do casal e a ficção do trabalho transitório da mulher pode continuar. De uma maneira mais geral, a hierarquia entre mão de obra masculina e feminina não é atingida (KERGOAT, 2018, p. 47).

Ainda sobre este aspecto, as pesquisas realizadas por Souza-Lobo (1991) demonstraram que os menores salários

concedidos às operárias eram legitimados pelo tipo de classificação que definia as funções das mulheres, e que essa discriminação acontecia de duas formas: pela mesma tarefa, as mulheres eram classificadas no nível salarial mais baixo para a função; ou ainda, por meio da valorização das qualidades ditas masculinas (como a força), em detrimento das qualidades consideradas femininas (tais como a destreza e a precisão). Cabe destacar que a desvalorização do trabalho feminino está vinculada à própria desvalorização da mulher na sociedade. Conforme destacamos anteriormente, o personagem Albert diz à Rita em uma das cenas do filme:

Fala de Albert: ““Esta disputa não tem a ver com seu nível de habilidade. A Ford decidiu diminuir seus salários porque eles podem. Têm permissão para pagar menos às mulheres do que aos homens. Em todo o país, Rita, as mulheres ganham menos porque são mulheres. Vocês sempre vêm em segundo plano. Sempre estarão lutando pelas sobras”.

Acerca do peso das representações sociais nos processos sexuais de qualificação do trabalho, Daune-Richard (2003) destaca:

Se a transformação do capital humano em qualificação é uma operação de julgamento social, isso implica que ela passe pelo filtro

das representações sociais: as que diferenciam o trabalho do não-trabalho [...], as das tarefas e das profissões e também as que diferenciam os trabalhadores entre eles (DAUNE-RICHARD, 2003, p. 69).

Existe, assim, uma desqualificação específica da mão de obra feminina: uma série de qualidades procuradas pelas empresas são ou não remuneradas conforme a mão de obra é masculina ou feminina. A noção de “ofício de mulher”, originária do final do século XIX, construiu-se em torno de “qualidades naturais” das mulheres, não reconhecidas como qualificação. Assim, o reconhecimento de ofícios ditos femininos e ofícios ditos masculinos, ancoram-se na separação entre “qualidades femininas” – que seriam inatas, não adquiridas e, portanto, não reconhecidas como qualificação. Por outro lado, ao ofício masculino são atribuídas qualificações, reconhecidas e/ou consagradas por diplomas (KERGOAT, 2018; KERGOAT, PICOT, LEDA, 2009). Nas palavras de Brito (1999):

Os atributos femininos – habilidade, destreza, minuciosidade, paciência, obediência, resistência à monotonia e à repetitividade – são definidos pelo patronato como qualidades, que, entretanto, não são consideradas no estabelecimento das classes de qualificação profissional, acarretando oposição entre

qualificação dos operários e qualidades da mão-de-obra operária feminina (p. 79).

Sobre estas qualidades, Souza-Lobo (1991) vai afirmar que

aquilo que é definido como qualidade natural, intrínseca à natureza das mulheres é, em realidade, o produto da educação e da formação das meninas no trabalho doméstico: o que quer dizer que elas são formadas para efetuar tarefas monótonas, repetir dia após dia os mesmos gestos, dar provas de minúcia, de rapidez, de destreza e de habilidade manual na execução de tarefas não remuneradas e não valorizadas, sempre submissas aos homens no seio da família (daí, sua “docilidade”) (p. 28).

Acreditadas inatas e intrinsecamente ligadas à natureza feminina, tratam-se, na realidade, de ‘qualidades’ decorrentes do processo de socialização e/ou do trabalho doméstico, e que se adequam às funções industriais (BRITO, 1999). Especificamente sobre o trabalho de costura, Gardey (2003) vai afirmar que

A diversidade dos trabalhos de agulha [...] demonstra o caráter tênue das fronteiras entre atividade doméstica e atividade produtiva. Atividade essencial de autoprodução e de reparação até os anos 1940, a costura ainda era uma fonte de trabalho mercantil para as mulheres que o exercem durante muito tempo em domicílio. Para as jovens também é um elemento de aprendizagem da condição de

ser mulher, ao mesmo tempo necessidade de ganha-pão para as mulheres das classes populares, prática de aprendizagem, modo de “sociabilização”, prática de lazer e sinal ostentatório da condição de mulher ociosa para as jovens mulheres da burguesia (p. 40).

O trabalho de costura é, portanto, frequentemente tido como um ofício feminino que prolongaria as “tarefas naturais” das mulheres e as qualidades necessárias a este trabalho, por escaparem aos canais instituídos de formação, são mais facilmente negadas pelos empregadores e, conseqüentemente, não remuneradas. Adquiridas na esfera privada, essas qualidades são percebidas pelos empregadores e, com frequência pelas próprias assalariadas, como relacionadas à sua identidade pessoal e escapam à relação salarial (DAUNE-RICHARD, 2003). No filme, a luta pela valorização e melhores salários passa pela necessidade de reconhecimento das práticas e competências das costureiras, reutilizadas no processo produtivo. Reconhecer como qualificação e não como qualidade, faz-se mister:

Fala de Rita para as operárias: “Não podemos aceitar sermos taxadas de desqualificadas”.

Fala de Rita para os administradores da empresa (todos homens), mostrando pedaços de tecido: “Deem uma olhada nisso. Aqui, montem isso. Vamos. Temos que

juntar todas essas peças diferentes e montá-las. Porque ainda não existe um modelo, existe? Temos que pegá-los e costurá-los a mão na peça acabada. O mesmo a respeito do acabamento da porta e Deus sabe o que mais. Isso não é trabalho sem qualificação. Foi assim que nos classificaram. Deus, fazemos um teste para trabalhar na nossa função”.

Para Souza-Lobo (1991), se “a produção se estrutura sobre a base de uma divisão sexual e social do trabalho que atinge os salários, as promoções, a qualificação, a escala de funções e as formas de controle da mão-de-obra” (p. 29), a discussão acerca das origens dessa discriminação precisa incluir a análise do estatuto e do lugar das mulheres na esfera reprodutiva e as argumentações ideológicas utilizadas para legitimar esta divisão do trabalho. Nessa mesma direção, Hirata (1995) argumenta que a continuidade das relações sociais de sexo parece garantir a estabilidade da divisão sexual do trabalho: relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho são expressões indissociáveis que, epistemologicamente, formam um sistema. Para Kergoat (2009), a divisão sexual do trabalho tem o status de enjeu⁵⁰ das relações

⁵⁰ O termo francês refere-se àquilo que está em jogo, em disputa, o desafio.

sociais de sexo – ela está no centro (ou no coração) do poder que os homens exercem sobre as mulheres.

11.4 Relações sociais de sexo e a temporalidade do espaço público e espaço privado

A indissociabilidade entre relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho se evidencia em diversos momentos ao longo do filme. Em uma das cenas, um representante do sindicato orienta Rita antes de uma reunião com a administração da empresa (composta exclusivamente por homens):

Fala de Monty: “Rita, um conselho: quando chegarmos lá, não deixe que a envolvam. Se começarem a fazer perguntas, mantenha a cabeça baixa. Eu cuido de tudo. E, acima de tudo, se eu concordar, você concorda. Entendeu?”

À medida que a greve das operárias avança e as notícias tomam conta dos noticiários, as empregadas da Ford são questionadas pelos repórteres acerca da posição de seus maridos em relação à sua luta, evidenciando uma suposta necessidade de legitimação ou autorização destes. Se, inicialmente, as operárias contavam com o apoio dos operários (alguns deles seus maridos), à medida que a greve avança, assistimos a uma mudança nos posicionamentos: sem o trabalho de costura, não há assentos e os

automóveis não podem ser montados. A paralisação de todo o sistema produtivo deixa os homens sem trabalho e, consequentemente, sem remuneração. É nesse sentido que Souza-Lobo (1991) vai afirmar que os patrões utilizam a subordinação das mulheres para minar o movimento operário, como se esta fosse uma luta legítima aos homens e não às mulheres. Ou como afirma uma das operárias do filme: “Ninguém esperava que entrássemos em greve”.

Para esta autora, os empregadores têm “o hábito de evocar a menor agressividade das mulheres ou sua docilidade natural” (SOUZA-LOBO, 1991, p. 28), mas a análise das reivindicações e das queixas das mulheres acerca das condições de trabalho no interior das fábricas

revelam que as formas de controle aplicadas à mão-de-obra feminina contêm uma violência maior que aquela da qual se servem para administrar a mão-de-obra masculina. Trata-se de um controle que se apoia sobre o estado de subordinação das mulheres no conjunto da sociedade. É essa situação e não a menor agressividade “natural”, que explicaria a aceitação pelas mulheres da desigualdade salarial, da não-promoção e de sua desqualificação. Além disso, as empresas, através de sua política de gestão, não se limitam a utilizar a

subordinação das mulheres, mas a reforçam (ibidem, p. 28).

Apesar do apoio inicial do marido de Rita à greve e de sua tentativa de assumir parte do trabalho doméstico (demonstrando total falta de intimidade com as tarefas), assistimos ao seguinte diálogo:

Eddie: “Essa era a minha última camisa”.

Rita: “Ah, sim, desculpe, eu me esqueci. Esqueci de lavar na segunda-feira. Lavo hoje”.

Eddie: “Certo”.

Brito, Neves, Oliveira & Rotenberg (2012) acreditam, no entanto, que, se as assimetrias entre os sexos estão naturalizadas, quando transformadas em objeto de estudo, podem dar visibilidade ao caráter social desta construção e ampliar a discussão sobre a igualdade de gênero nos âmbitos público e privado. E se persiste a distância entre os grupos de sexo, a bagagem conceitual proposta por Kergoat (2009) nos possibilita atentar para as variações nas modalidades concretas de divisão do trabalho e colocar em análise as práticas subversivas que acenam para possibilidades de rupturas, tais como as das operárias da Ford.

No desenrolar do filme as assimetrias entre homens e mulheres ganham visibilidade e, ao serem colocadas em análise,

impulsionam o movimento das operárias. Como já sinalizado, no acordo firmado entre Governo e operárias, as costureiras da Ford conquistam um aumento imediato da remuneração, passando a receber 92% do salário pago aos homens, além do apoio do Governo na criação de um Ato de Equiparação Salarial. Para Daune-Richard (2003), “é pela avaliação e reavaliação das remunerações que se revelam, às vezes aos olhos das próprias mulheres, as competências ignoradas e se coloca em debate a questão do valor social das competências exercidas” (p. 76). O filme demonstra como o debate promovido pelo movimento das 187 costureiras de Dagenham fortaleceu a luta por igualdade salarial entre mulheres e homens na Inglaterra, possibilitando que dois anos depois da greve, o Ato de Equiparação Salarial virasse Lei no país.

11.5 Considerações finais

O filme "Revolução em Dagenham" é profícuo à discussão acerca do processo histórico das lutas trabalhistas e das relações sociais de gênero. Embora o fio condutor do filme seja a luta das trabalhadoras da Ford por isonomia salarial e pelo reconhecimento de um trabalho qualificado, entendemos que o debate descortinado no filme vai além das questões salariais e empregatícias. Pensamos essa luta como um espaço de

empoderamento, de reconhecimento de um saber fazer, de debates de normas e valores.

É posta em cena a discussão privada acerca da igualdade entre os sexos, destacando a tomada de consciência pelas próprias operárias da importância do seu trabalho e da sua capacidade de organização para lutar por aquilo que acreditam: “nós não sabíamos que éramos tão fortes. Não imaginávamos que seríamos capazes de paralisar a Ford” A tomada de consciência do seu protagonismo no processo produtivo se revela no decorrer do filme.

Esse empoderamento coloca as operárias da Ford num embate que vai além do confronto na esfera privada, em que essas mulheres rompem com o papel de donas de casa, mães, esposas e cuidadoras do lar. As trabalhadoras, ao tomarem consciência do seu papel social, começam a atuar na esfera pública, passando a negociar com os sindicatos, os executivos da fábrica da Ford e o Governo inglês. Vemos na ação das operárias da Ford um exemplo em que a cooperação e o engajamento dessas mulheres na luta pela isonomia salarial e pela valorização do seu trabalho se tornou uma luta política contra a dominação e as pressões do capital.

FICHA TÉCNICA

Título original: *Made In Dagenham*

Título da tradução brasileira: *Revolução em Dagenham*

Ano: 2010

País: Reino Unido

Diretor: Nigel Cole

Roteiro: William Ivory

Música: David Arnold

Elenco:: Sally Hawkins, Daniel Mays, Bob Hoskins, Miranda Richardson

Gênero: Drama baseado em uma história real

Duração do filme: 113 minutos

REFERÊNCIAS

BRITO, Jussara C.; NEVES, Mary Y.; OLIVEIRA, Simone S.; ROTENBERG, Lucia. Saúde, subjetividade e trabalho: o enfoque clínico e de gênero. In: **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 37 (126), p. 316-329, 2012.

Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0303-76572012000200013. Acesso em: 10 jan.2017.

BRITO, Jussara Cruz de. **Saúde, trabalho e modos sexuais de viver**. Rio de Janeiro: editora FIOCRUZ, 1999.

BUENO, Chris. Comunidade científica repensa momento que mudou a sociedade. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 60, n. 4, p. 58-59, Oct. 2008.

DAUNE-RICHARD, Anne-Marie. Qualificações e representações sociais. In: Maruani, M.; Hirata, H. **As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.

DURRIVE, Louis; SCHWARTZ, Yves. Revisões temáticas. Glossário em ergologia. In: **Laboreal**. Volume 04, n. 01, 2008, p. 23-28.

FARIA, José Eduardo. De maio de 1968 a junho de 2013. **RDuno: Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da Unichapecó**, v. 1, n. 1, p. 4-14, 2018.

GARDEY, Delphine. Perspectivas históricas. In: Maruani, M.; Hirata, H. **As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.

GUIMARÃES, Antônio Sergio A. Sociologia e Natureza. Classes, raças e sexos. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (orgs.). **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**; trad. Carol de Paula, São Paulo: Boitempo, 2016.

HIRATA, Helena. Divisão – Relações Sociais de Sexo e do Trabalho: contribuições à discussão sobre o conceito de trabalho. **Em aberto**, Brasília, ano 15, n. 65, jan./mar. 1995. Disponível em:

<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/979/883>. Acesso em: 03 ago. 2013.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n.132, p. 595-609, set./ dez., 2007.

KERGOAT, Danièle. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In: Lopes, M. J. M.; Meyer D. E. e Waldow, V. R. **Gênero e Saúde**. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 1996.

_____. Divisão Sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: Hirata, H., Laborie, F., Le Doaré, H. e Senotier, D. (orgs). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

_____. **Lutar, dizem elas...** Recife: SOS Corpo, 2018.
KERGOAT, Prisca; PICOT, Geneviève; LEDA, Emmanuelle. Ofício, profissão, “bico”. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; Senotier, Danièle (orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. Pp. 159-162.

SCHWARTZ, Yves. Capítulo 9. O homem, o mercado e a cidade. In: SCHWARTZ, Yves & DURRIVE, Louis (coord). **Trabalho e Ergologia: Conversas sobre a atividade humana**. Tradução e revisão técnica: Jussara Brito e Milton Athayde. 2. ed. Niterói, 2010a; p. 247-273.

_____, Yves. Trabalho e uso de si. In: SCHWARTZ, Yves & DURRIVE, Louis (coord). **Trabalho e Ergologia**: Conversas sobre a atividade humana. Tradução e revisão técnica: Jussara Brito e Milton Athayde. 2 ed. Niterói, 2010b; p.189-204.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A Classe Operária tem dois sexos**: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

THIOLLENT, Michel. Maio de 1968 em Paris: testemunho de um estudante. **Tempo social**, v. 10, n. 2, p. 63-100, 1998.

VENNER, Bernadette; DURRIVE, Louis. Debate de normas, “mundo de valores” e engajamento transformador. In: SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, Louis. (Orgs.). **Trabalho e Ergologia II**: diálogos sobre a atividade humana. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2016.

[Ana Cláudia Leal Vasconcelos](#)

[Lívia Borges Hoffmann Dorna](#)

[Aline Brandão de Siqueira](#) **MINICURRÍCULOS DOS AUTORES**

Aline Brandão de Siqueira - Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco. Graduada em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Mestre em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Doutora em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Ana Cláudia Barbosa da Silva Roosli- Docente da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Graduada em Psicologia (2002) pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Mestre (2006) e Doutora (2012) em Psicologia Social pela mesma Universidade. Tutora do Núcleo de Psicologia na Residência Multiprofissional em Saúde da Família (RMSF), no Departamento de Saúde Coletiva da pós-graduação da UEL.

Ana Cláudia Leal Vasconcelos- Docente da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Graduada em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Mestre em Psicologia

Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Doutora em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Coordenadora do Laboratório de Psicodinâmica do Trabalho (LAPSIC-UFAM).

Anísio José da Silva Araújo - Docente na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Graduado em Psicologia (UFPB). Mestre em Administração (UFPB). Doutor em Ciências (ENSP/FIOCRUZ). Pós-doutor em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Líder do Grupo de Pesquisa Subjetividade e Trabalho (GPST).

Bernardo Bittencourt Suprani – Docente no Instituto de Educação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Graduação em psicologia, mestre e doutor pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Cirlene Christo - Docente da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Graduada em Psicologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre e Doutora em Psicologia Social pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia Social (PPGPS) da UERJ, com período de estágio no Atelier de Psicologia

do Trabalho do Centro de Psicologia da Universidade do Porto / Portugal.

Eneida Santiago - Docente da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Psicóloga pela Universidade Estadual Paulista (UNESP-Assis), Mestre e Doutora em Psicologia e Sociedade pela Universidade Estadual Paulista (UNESP-Assis). Representante do Conselho Federal de Psicologia (CFP) na Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Privação de Liberdade no Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH).

Euda Kaliani Gomes Teixeira Rocha - Docente da Universidade Federal de Pernambuco. Graduada em Psicologia, Mestra em Serviço Social e Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco. Pós-doutoranda no Centre de Recherches Sociologiques et Politiques de Paris (CRESPPA)/Genre, Travail et Mobilité (GTM) - Paris 8 - França. Coordenadora do FRESTAS, grupo de estudos em Psicologias.

Francinaldo do Monte Pinto - Docente da Universidade Estadual da Paraíba. Graduado em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Mestre em Serviço Social

Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Doutor em Psicologia Social pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), com Estágio de Doutorado no Département /Institut d'Ergologie - Université de Provence / Aix Marseille Université, França. Pós-doutorado – Conservatoire des Arts et Métiers/CNAM/Paris. Membro do grupo de pesquisa Trabalho, Saúde e Subjetividade - (PPGPS/UEPB) e de equipe de pesquisa Psychossociologie du Travail et de la Formation - CNAM/Paris.

Hélder Pordeus Muniz - Docente na Universidade Federal Fluminense (UFF). Graduado em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Mestre em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Doutor em Ciências da Engenharia de Produção na COPPE/UFRJ com estágio de doutorado-sandwich no Departamento de Ergologia da Universidade de Provence. Pós-doutorado em Psicologia Social e do Trabalho na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pós-doutorado em educação na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Coordena o Grupo do CNPq Gestão, trabalho e atividade (GESTA).

Iasmin Libalde Nascimento - Graduada e Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Doutoranda em Psicologia na área de Psicologia Social e Saúde pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Janice do Carmo Demuner Magalhães - Docente da Academia da Polícia Militar do Espírito Santo (PMES) e colaboradora da Equipe de Negociação da PMES. Psicóloga, mestre em Psicologia Institucional e Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Katia Santorum - Docente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e docente visitante no Conservatoire National des Arts et Métiers (CNAM), em Paris, junto à equipe de Psychologie du Travail et Clinique de l'Activité do Centre de Recherche sur le Travail et le Développement (CRTD), pelo Edital CAPES-Print. Graduada em Psicologia pela UCPEL-RS. Mestre em Psicologia Social e da Personalidade pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Doutora em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/FIOCRUZ-RJ).

Letícia Pessoa Masson - Analista de Gestão em Saúde nas áreas de ensino e pesquisa do Centro de Estudos em Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (CESTEH/ENSP/FIOCRUZ). Graduada em Psicologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/ FIOCRUZ). Doutora em Psicologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pós-doutora em Psicologia pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto/ Portugal. Integra o Grupo de Pesquisa PISTAS (Pesquisa e intervenção em atividade de trabalho, saúde e relações de gênero).

Lívia Borges Hoffmann Dorna – Graduada em Psicologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre e Doutora em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

Marcello Santos Rezende - Graduado em Psicologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre em Saúde Pública/Saúde do Trabalhador pela Escola Nacional de

Saúde Pública (ENSP/ FIOCRUZ). Doutor em Psicologia Social pela UERJ.

Marcelo Figueiredo - Docente da Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre e Doutor em Engenharia de Produção pela Coppe/UFRJ, com estágio doutoral em Ergonomia na Université de Toulouse III/França. Pós-doutor em Psicologia Social/Trabalho (UERJ) e Universidade do Porto. É membro do Grupo de Pesquisa Gesta (Gestão, Trabalho e Atividade), vinculado ao CNPq.

Maria Elisa Siqueira Borges - Pesquisadora visitante do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, Portugal. Docente na Universidade Federal Fluminense (UFF) – campus de Volta Redonda (RJ). Graduada em Psicologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre em Psicologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutora em Psicologia Social pela UERJ.

Maristela Botelho França - Docente na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Graduada em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Mestre em

linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutora em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em parceria com a Universidade de Aix-en Provence, França. Pós-doutorado em Psicologia do Trabalho no Conservatório Nacional de Artes e Ofícios de Paris.

Mary Yale Neves - Docente na Universidade Federal Fluminense - UFF. Graduada em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Mestre em Serviço Social. Doutora em Ciências da Saúde no IPUB/UFRJ. Pós-doutorado em Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/FIOCRUZ) e em Psicologia do Trabalho na Universidade do Porto – UP/Portugal. Integrante dos grupos de pesquisa do CNPq Gestão, trabalho e atividade (GESTA) e do Grupo de Pesquisa e intervenção em atividade de trabalho, saúde e relações de gênero (PISTAS).

Paulo César Zambroni de Souza - Docente do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Psicólogo e Mestre em psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutor em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro

(UERJ), com Estágio de Doutorado no Département / Institut d'Ergologie - Analyse Pluridisciplinaire de Situations de Travail da Université de Provence / Aix Marseille Université. Pós-doutorado no Conservatoire National des Arts et Métiers (CNAM - Paris). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq, nível 2.

Simone Santos Oliveira - Docente da Pós-Graduação em Saúde Pública (ENSP/Fiocruz). Pesquisadora Titular do Centro de Estudos e Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana (CESTEH/ENSP/Fiocruz). Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre e Doutora em Saúde Pública (ENSP/Fiocruz). Pós-doutora em Psicologia do Trabalho pela Faculdade de Psicologia e das Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCE/UP). Pesquisadora visitante do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT/UL). Líder do Grupo de Pesquisa e Intervenção em Atividade de Trabalho, Saúde e Relações de Gênero (PISTAS)/CNPq. Membro do GT da Saúde do Trabalhador da ABRASCO.

Thais Augusta C. de O. Máximo - Docente na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Graduação em psicologia, mestrado e doutorado pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Thiago Drumond Moraes - Docente na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Graduado em Psicologia pela UFES; Mestre em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutor em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pós-doutorado no Departamento de Ergologia da Aix-Marseille Université, Aix-en-Provence, França.

Wladimir Ferreira de Souza - Docente na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Graduado em Psicologia Mestre e Doutor pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), com Estágio de Doutorado no Département / Institut d'Ergologie / Aix-Marseille Université (França). Pós-doutorado em Saúde Pública pela ENSP/Fiocruz.



Este livro foi diagramado pela
Editora UFPB em 2020.

